

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**POR DENTRO DO ARCO-ÍRIS: CASAMENTO E DIVISÃO SEXUAL DO
TRABALHO ENTRE CASAIS HOMOSSEXUAIS.**

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

2017

FABIO PESSANHA BILA

**POR DENTRO DO ARCO-ÍRIS: CASAMENTO E DIVISÃO SEXUAL DO
TRABALHO ENTRE CASAIS HOMOSSEXUAIS.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, para obtenção do título de Doutor em Sociologia Política, sob a orientação da Prof^ª Dr.^a Marinete dos Santos Silva.

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

2017

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade institucional.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho ou menção ao mesmo para comentários e citações desde que não tenha finalidade comercial e que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor.

Tese intitulada **POR DENTRO DO ARCO-ÍRIS: CASAMENTO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO ENTRE CASAIS HOMOSSEXUAIS**, elaborada por **Fabio Pessanha Bila** e apresentada publicamente perante a Banca Avaliadora, como parte dos requisitos para conclusão do Curso de Doutorado em Sociologia Política, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense.

Aprovada em 03 de maio de 2017.

Banca Avaliadora:

Prof^a Dr.^a Marinete dos Santos Silva (orientadora)

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Prof^a Dr.^a Luciane Soares da Silva

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Prof. Dr. Roberto Dutra Torres Júnior

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Prof^a. Dra. Sana Gimenes Alvarenga Domingues

Universidade Candido Mendes

Prof. Dr. Fabrício Barbosa Maciel

Universidade Federal Fluminense

“O Amor ideal, cuja primeira virtude é nos proteger contra a solidão, é geralmente percebido como um diálogo permanente que tem por fonte o respeito e a ternura pelo Outro, e se exprime por uma atenção particular para com este. Respeito e diálogo implicam a igualdade dos parceiros amorosos, e o amor conjugal não funciona sem a regra absoluta da reciprocidade. Amo a ti tanto quanto a mim mesmo, com a condição de que tu me ames tanto quanto a ti mesmo, e de que me proves isso. Assim a reciprocidade do sacrifício anula o sentimento deste último. (...) o amor só se exprime por provas, e sua sobrevivência se alimenta de reciprocidade. Se não queremos vê-lo perecer, é preciso portanto negociar constantemente entre suas pulsões egoístas e o seu desejo de manter a união viva. ”
(Elisabeth Badinter)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de primeiramente agradecer aos brasileiros e brasileiras que com o pagamento de seus impostos mantém as universidades públicas e as agências de fomento à pesquisa como a CAPES. Agradeço à Universidade Estadual de Santa Cruz que forneceu todo suporte para que eu cursasse o meu doutorado com toda infraestrutura necessária. À Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, onde construí minha formação acadêmica. Agradeço ao Antropólogo e intelectual Darcy Ribeiro. Posso dizer que suas ideias ao planejar a UENF se fazem presentes na consolidação desse trabalho. A concretização desse ideário é a minha trajetória de filho de pedreiro a doutor.

Personalizando os agradecimentos quero dizer meu muito obrigado a minha orientadora e amiga professora Marinete dos Santos Silva. Agradeço a confiança, o empenho e dedicação ao longo desses anos. Em 2002 fui até a sala da professora solicitar orientação sobre a temática da homossexualidade. Desde esse dia quanta construção e desconstrução de minha identidade! Nesse processo adquiri o que ela denomina de régua e compasso para poder gerenciar minha vida de forma autônoma e consciente. Obrigado pela sua dedicação e amizade.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, por terem sido o pilar da minha construção intelectual, alguns desde a graduação em Ciências Sociais. As professoras Wânia Amélia Belchior e Luciane Silva. Aos professores Hugo Borsani, Sérgio Azevedo, José Manuel de Resende, Roberto Dutra, Vitor Peixoto, Nilo Azevedo e Carlos Abraão Valpassos pelas sugestões apontadas na defesa de Projeto de Tese e da Qualificação de Tese.

Ao meu pai, Antonio Jorge de Souza Bila, que me forneceu todo suporte para conduzir meus estudos. Embora nossa convivência tenha sido crivada pelos valores da masculinidade tradicional, que constrói um ideal de paternidade pautado na dureza e frieza de sentimentos, a vida nos possibilitou vivenciarmos momentos que romperam com esse padrão e pudemos demonstrar o amor que sentimos um pelo outro. Dentro da sua cultura foi capaz de aceitar uma orientação sexual dentro de sua própria. Muito obrigado por ser esse exemplo de pai.

Agradeço à minha mãe, Maria Jocenilma Pessanha Bila. Como agradecer a quem deu seu ventre para que eu pudesse ser gerado? Os cuidados e carinhos ao longo desses anos, os puxões de orelhas para fazer as atividades escolares, quanta dedicação, às vezes até mesmo abdicando de seus momentos de descanso para cuidar de mim. Só posso agradecer à tamanha dedicação. Que esse trabalho possa ser uma pequena retribuição a todo seu empenho. Obrigado por compreender minha sexualidade. Muito obrigado por tudo.

Ao meu irmão Flávio Pessanha Bila, pelo carinho e respeito. À minha irmã Cíntia Pessanha Bila, pelo respeito e admiração. Ao meu Sobrinho Marcus Felipe Bila de Freitas, e minha sobrinha Letícia Bila de Freitas que me possibilitaram experimentar um pouco da paternidade. A vocês meu muito obrigado.

Ao meu amigo, Wladimir Blos, que nesses anos em Ilhéus foi um apoio incondicional. Juntos compartilhamos angústias e momentos de solidão. Sua amizade é muito importante. Obrigado pelo carinho e respeito que construímos nesses anos de amizade. Obrigado pela colaboração na feitura desse trabalho. Suas contribuições afetivas e intelectuais foram fundamentais.

À Elenice Paixão, pelo carinho e acolhimento em Ilhéus, sua amizade foi fundamental para acalantar meu coração nos momentos de solidão e saudades da minha família.

À minha amiga Sana Gimenes que durante os anos de formação acadêmica compartilhamos dúvidas, aflições e questionamentos intelectuais.

Aos colegas, Cristiane de Cássia Abreu, André Pizeta Altoé, Marusa Bocaffoli, do Atelier de Estudos de Gênero, ATEGEN, nossos diálogos foram de fundamental importância para o amadurecimento de nossas reflexões intelectuais e conclusões de nossos trabalhos de pesquisa. Obrigado.

Ao Rafael França Gonçalves pela parceria acadêmica e amizade. Nossos debates e interlocuções possibilitaram um amadurecimento intelectual.

À Andreia Paixão pelo carinho, acolhida e amizade. Sua colaboração foi de suma importância para a realização deste trabalho. O acolhimento fraterno em sua casa foi fundamental para que eu pudesse realizar as entrevistas na cidade do Rio de Janeiro.

À querida Dona Rosa Cordeiro Viana, pelo apoio e carinho durante a finalização deste trabalho. Suas palavras de conforto e apoio foram um alento em

momentos de aflição. Obrigado pelo carinho, respeito e acolhimento. Bem como a Sr. José Laison Cordeiro com nossos debates sobre o atual momento político brasileiro.

Ao meu consorte André Viana Cordeiro, pelo apoio, carinho, suporte emocional em todos os momentos finais desse trabalho.

Em especial aos casais que generosamente aceitaram falar de suas histórias. Os relatos tocam em questões íntimas e afetivas, elas constituem o pilar desse trabalho e também um ato político como definido por vocês com a expressão: “Os homossexuais também amam! ”

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à memória da minha amada e inspiradora avó, Maria da Conceição de Souza Freitas. A recordação dos bons momentos que vivenciamos juntos, sempre estarão presentes em meu coração. Uma saudade que o tempo transformou em uma doce e suave lembrança, que se eterniza neste trabalho, que foi visto como um sonho, meu e dela, em que ela sempre me fez acreditar. Ela acreditava, que com meus estudos, eu poderia superar a intransponível barreira da desigualdade social, em um país como o Brasil. Minha avó; onde quer que estejas esse título acadêmico também é teu. Que a tua doçura esteja presente em todos os momentos da minha vida. A maior marca da tua existência foi cultivar a fraternidade nesta terra. Te amo! E vives em meu coração e nos eternos sorrisos que compartilhamos. Devido à tua existência, acredito em um mundo mais igualitário. As desigualdades sociais e de gênero legitimadas por um discurso social, acarretaram iniquidades, que marcaram nossas vidas. Por isso, este trabalho é pertinente. Acredito ser uma estratégia de luta e esperança que ela me ensinou a ter. Te amo! Tu vives em minhas suaves e doces lembranças!

RESUMO

O reconhecimento jurídico das uniões estáveis entre casais do mesmo sexo, pelo Supremo Tribunal Federal no dia 05 de maio de 2011, que pode ser considerada uma importante conquista para o movimento LGBT no Brasil, nos despertou o interesse acadêmico de compreender como as relações homoafetivas masculinas organizam a divisão sexual do trabalho. Buscaremos, então, analisar de que forma os casais homossexuais masculinos dividem as tarefas domésticas. Dessa forma, busco refletir sobre as experiências dos sujeitos homossexuais que vivenciam uma relação estável, o que permitirá identificar a maneira como pesam e estruturam suas vidas conjugais. Em que medida há uma interface com o modelo heteronormativo ou uma ruptura no que se refere a divisão das tarefas domésticas? Que estratégias esses casais utilizam para romper ou reformular a divisão sexual do trabalho clássica? Caso exista reprodução quais as experiências sociais que os levam a reproduzir esse modelo normativo? Para isso, realizamos entrevistas com casais homossexuais. As informações fornecidas pelos entrevistados são analisadas com base na teoria de autores como Pierre Bourdieu, Daniel Welzer-Lang, Elisabeth Badinter, Daniel Borrillo, dentre outros.

Palavras chave: Cidadania, Homossexualidade, União Homoafetiva, Divisão Sexual do Trabalho

ABSTRACT

The legal recognition of stable unions between same-sex couples by the Federal Supreme Court on May 5, 2011, which may be considered an important achievement for the LGBT movement in Brazil, has awakened the academic interest in understanding how male homosexual relationships Organize the sexual division of labor. We will then look at how male homosexual couples divide household chores. In this way, I try to reflect on the experiences of homosexual individuals who experience a stable relationship, which will allow us to identify the way they weigh and structure their conjugal lives. To what extent is there an interface with the heteronormative model or a break in the division of household tasks? What strategies do these couples use to break or reformulate the sexual division of classical work? If there is reproduction what social experiences that lead them to reproduce this normative model? For this, we conducted interviews with homosexual couples. The information provided by the interviewees is analyzed based on the theory of authors such as Pierre Bourdieu, Daniel Welzer-Lang, Elisabeth Badinter, Daniel Borrillo, among others.

Keywords: Citizenship, Homosexuality, Weddings, Sexual Division of Labor

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Capítulo I: Entrando no Arco-íris: compreendendo os matizes teóricos.....	21
Capítulo II: Aderindo à Norma? O movimento homossexual e a luta por direitos. 77	
Capítulo III: Entre tons e sobretons: conjugalidade homoafetiva e a vida no arco-íris.....	113
Capítulo IV: Entrando no arco-íris: conhecendo a divisão sexual do trabalho entre casais homossexuais?	159
Considerações Finais.....	198
Referência Bibliográfica.....	201
Anexos.....	210
Tabela 1: Perfil Socioeconômico dos Casais.....	157 e 158

Introdução

O presente trabalho é um desdobramento das pesquisas sobre a temática de gênero, em específico a homossexualidade, desenvolvidas por nós desde a graduação em Ciências Sociais e realizadas no Atelier de Estudos de Gênero – ATEGEN - da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Os questionamentos que conduziram tais trabalhos buscaram compreender os problemas que a homofobia acarreta à cidadania dos homossexuais.

Na graduação desenvolvemos a pesquisa intitulada “O Médico, o padre e o jornalista: mídia, justiça e homofobia em Campos dos Goytacazes”, financiada, através de bolsa de Iniciação Científica, da Fundação de Amparo a Pesquisa do Rio de Janeiro – FAPERJ. No mestrado em Sociologia Política, programa de pós-graduação da Universidade Estadual do Norte Fluminense, realizamos o trabalho denominado “Cidadania sob o Sol de Ipanema: os gays da Farma de Amoedo e suas estratégias de afirmação”. Tais estudos consolidaram nossa formação e suscitaram questões que conduzirão nosso trabalho.

O reconhecimento jurídico das uniões estáveis entre casais do mesmo sexo, pelo Supremo Tribunal Federal no dia 05 de maio de 2011, que segundo o movimento LGBT, pode ser considerada a mais significativa conquista para a efetivação da cidadania homossexual no Brasil. Tal fato nos despertou o interesse acadêmico de compreender como os casais homoafetivos dividem as tarefas domésticas e a representação social que esses casais possuem sobre os papéis de gênero. Buscaremos, então, analisar de que forma os casais gays estruturam sua vida conjugal no que se refere à divisão sexual do trabalho.

Acreditamos que a problemática da nossa tese pode contribuir para enfrentarmos alguns desafios referentes aos estudos de gênero. Buscaremos discutir, nesse trabalho, a possível reprodução de valores considerados heteronormativos¹ entre os casais homossexuais. É importante entender quais as consequências dessa possível reprodução nas uniões homoafetivas para avançarmos nos estudos gênero.

¹ Segundo Daniel Borrillo a heteronormatividade é a defesa da heterossexualidade como ‘norma’ natural da sexualidade humana e a preservação de valores morais como monogamia, a definição de família, sendo apenas aquelas compostas por um homem e uma mulher, a hierarquia entre os gêneros, a divisão sexual do trabalho e o controle sobre a sexualidade humana. BORRILLO, Daniel. Homofobia história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte : Autêntica, 2010. Discutiremos esse conceito no quadro teórico.

As inquietações que nos levaram a pensar a divisão sexual do trabalho entre casais homossexuais foram aguçadas ao assistirmos no ano de 2012 aos programas da Rede Globo de Televisão ‘Mais Você’ da apresentadora Ana Maria Braga, o programa ‘Encontro’ apresentado por Fátima Bernardes e o programa ‘Na Moral’ do jornalista Pedro Bial que discutiram o tema chamado popularmente de ‘casamento gay’. Foram convidados para falar, nos referidos programas, casais que fizeram o reconhecimento jurídico de suas uniões no ano de 2012. As discussões nestes programas foram centradas em dois pontos. O primeiro no fato do reconhecimento jurídico, das uniões homofetivas, serem uma afirmação da cidadania dos homossexuais, o segundo sobre o cotidiano dos casais de gays ou de lésbicas. Os casais que participaram dessas emissões eram perguntados sobre como é a divisão das tarefas domésticas. No geral as perguntas eram feitas de seguinte forma: quem tem mais ‘jeito’ para cozinhar? Para cuidar dos filhos, caso haja? A decoração da casa quem faz? Entre outras questões. As respostas eram quase sempre não conclusivas. Um fato, que nos chamou a atenção, no programa ‘Na Moral’, foi um casal de lésbicas que celebrou o reconhecimento civil da união durante o mesmo. A produção do programa organizou a cerimônia e vestiu as nubentes. Uma delas passou por todos os processos de beleza de uma noiva heterossexual culminando no uso do vestido branco, e a outra fez apenas um penteado no cabelo e usou um terno. É nesse ponto que nossa pesquisa se faz relevante e original, pois buscaremos pensar se há uma reprodução ou reformulação da divisão sexual do trabalho entre os casais homoafetivos masculinos.

Os trabalhos que consultamos, até o momento, sobre casais homossexuais se debruçam hegemonicamente sobre a questão jurídica do reconhecimento destas relações como o do sociólogo Luz Mello intitulado *Novas Famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*². Outros trabalhos, como o da pesquisadora Maria Luiza Heilborn fazem um recorte antropológico sobre a relação conjugal destes casais tratando de questões que não abarcam a nossa proposta de pesquisa.³ Cabe ressaltar, que nosso trabalho é singular seja pelo universo de análise proposto, seja pelo fator temporal por tratar da temática após o reconhecimento jurídico das uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo.

² MELLO, Luiz. *Novas Famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro : Garamond. 2005.

³ Refiro-me ao trabalho de HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro : Garamond. 2004.

O nosso projeto inicial tinha como objetivo entrevistar também casais de lésbicas, entretanto, tivemos que reformular nosso objeto de análise. Isso se deu pelo fato da dificuldade de concretizarmos as entrevistas com as mulheres lésbicas. Embora conseguíssemos agendar uma conversa com os pares, horas antes do horário agendado, as mesmas ligavam desmarcando o encontro. As alegações eram: um mal estar físico da companheira, ou convite para uma festa de última hora, compromisso de trabalho, doença com membros da família. Dessa forma, atribuímos duas interpretações para as recusas. Uma que referente a questão do gênero do pesquisador e a outra como uma estratégia política que as lésbicas utilizam para permanecerem na invisibilidade. Essa interpretação é desenvolvida de forma mais detalhada pela autora Nádia Elisa Meinerz, em seu estudo sobre relações homoeróticas femininas com mulheres de segmentos médios urbanos. Ao relatar os desafios de sua pesquisa destacou como sendo um deles o desejo de muitas mulheres lésbicas não quererem dar visibilidade às suas identidades sexuais. Como descrito pela autora uma das principais questões nas relações afetiva e sexual entre mulheres lésbicas é o gerenciamento da invisibilidade, o que segundo ela foi denominado pelas suas interlocutoras de “não dar bandeira”. Essa prática subjetiva, das lésbicas que contribuíram com a pesquisa da autora, é contrária a principal estratégia do movimento social LGBT que luta pela visibilidade social. A explicação de Meinerz é de que a ação de uma parte das lésbicas entrevistadas contrasta sobremaneira com a estratégia do movimento lésbico brasileiro, que se tem organizado justamente a partir de uma reivindicação de visibilidade. A adesão de algumas mulheres aos discursos de visibilidade do movimento social e a recusa por parte de outras a esses mesmos discursos revelam uma dinâmica complexa entre expectativas de gênero e sexualidade, mesmo em pessoas com pertencimento socioeconômico semelhante.⁴ Dessa forma, consideramos que as recusas de diversos casais de lésbicas, para realizar a entrevista, se justifica nessa argumentação da autora. Mediante as intempestivas negativas das lésbicas optamos por motivo de temporalidade para finalização do trabalho reformular o objeto da nossa pesquisa.

Outra reformulação que fizemos foi relacionada às cidades que selecionamos para realizar as entrevistas. No projeto original elencamos as cidades de Salvador, Rio de Janeiro, Ilhéus e Campos dos Goytacazes. Por motivo de temporalidade

⁴MEINERZ, Nádia Elisa. Entre Mulheres: Etnografia sobre relações homoeróticas femininas em segmentos médios urbanos na cidade de Porto Alegre.

e dificuldade de acesso aos informantes, uma vez que a pesquisa de campos na cidade do Rio de Janeiro e Campos dos Goytacazes consumiu parte significativa do que foi reservado para o campo no cronograma do projeto, optamos por nos dedicarmos aos dados coligidos nas cidades do Rio de Janeiro e no município de Campos dos Goytacazes. Esse novo recorte nos possibilita identificar quais as similitudes e distinções nos modelos de conjugalidade entre uma capital internacionalmente conhecida como uma cidade receptiva à homossexualidade e uma cidade do interior do estado do Rio de Janeiro que é marcada pelo conservadorismo.

A cidade do Rio de Janeiro está localizada na região sudeste do país. Foi capital federal até 1960. Atualmente possui o segundo maior produto interno bruto, a segunda maior população, índice de desenvolvimento humano de 0,842 e é considerada um tambor de ressonância cultural do país. Possui uma das maiores festas de carnaval do Brasil e tem a fama de ter mulheres sensuais como foi descrito na canção Garota de Ipanema de autoria de Vinicius de Moraes e Tom Jobim. O Rio de Janeiro é também considerado um dos maiores destinos de turistas gays do mundo. Tal fato motivou a prefeitura da cidade a desenvolver ações que busquem tornar a cidade a capital mundial do turismo gay.⁵ Segundo dados do IBGE censo 2010, o município possui 5.612 casais homoafetivos. Destes 2.925 casais de gays e 2.687 casais de lésbicas.⁶ O bairro de Ipanema, na zona sul da cidade, possui uma aura simbólica de lugar da liberdade. O trecho da praia entre as ruas Teixeira de Mello e Farne de Amoedo é frequentado por homossexuais que publicizam sua orientação sexual. Tal espaço é considerado pelos frequentadores um *locus* de afirmação da cidadania homossexual.⁷ A Rua Farne de Amoedo é conhecida como lugar voltado para o público LGBT com bares e boates direcionadas a esse segmento. Conforme matéria publicada no jornal do Brasil em editorial especial de comemoração dos 110 anos do bairro:

A Praia de Ipanema, entre as pedras do Arpoador e o Jardim de Alá, sempre teve vocação para musa do Rio de Janeiro... Agora,

⁵<http://www1.folha.uol.com.br/bbc/942256-rio-pode-virar-capital-mundial-do-turismo-gay-diz-the-guardian.shtml>, <http://www.rio.rj.gov.br/web/riotur/exibeconteudo?article-id=131769> e <http://www.rioguiainformacao.com.br/noticias/rio-escolhido-melhor-destino-gay-do-mundo> (publicado em 02/03/2011), acessados em 03/10/2012 às 17:00 horas.

⁶ <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=rj> acesso em 03/10/2012 às 19:00 horas.

⁷ BILA, Fabio Pessanha. Cidadania sob o sol de Ipanema: os gays da Farne de Amoedo e suas estratégias de afirmação. Dissertação de mestrado defendida no programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes : 2009.

no alvorecer do século XXI, Ipanema ainda é a grande musa do litoral brasileiro. Com seus 110 anos de existência, parece guardar em seu âmago o segredo da eterna beleza e juventude. A sucursal do paraíso começa no Arpoador, trecho favorito dos surfistas com suas ondas perfeitas... O Palácio de Cristal reúne gays, lésbicas e simpatizantes. O nome é referência ao edifício espelhado que fica entre a Farme e a Teixeira de Melo, onde mora Caetano Veloso. No pedaço, pessoas do mesmo sexo andam de mãos dadas, beijam-se na boca, trocam carícias e juras. Sem medo de serem felizes.⁸

A base econômica de Campos dos Goytacazes foi assentada na monocultura da cana-de-açúcar. O período áureo desse ciclo econômico durou até as primeiras décadas do século XX. Na metade da década de 1990 o petróleo veio dar um novo impulso a economia do município. Hoje a cidade possui uma população de 463.731 habitantes⁹ e índice de desenvolvimento humano de 0,752.¹⁰ Entretanto, as relações sociais são marcadas por um forte conservadorismo dos setores econômicos e políticos dominantes. Tal viés ideológico pode ser atestado pela presença de instituições ligadas à extrema direita da Igreja Católica como a TFP – Tradição, Família e Propriedade e o segmento que preserva os ritos tradicionais desta religião como a celebração da missa em latim.¹¹ Segundo dados do IBGE foram identificados 99 casais homossexuais, sendo 50 casais gays e 49 casais de lésbicas.¹²

A escolha das duas cidades nos possibilitará refletir sobre a questão de gênero e sexualidade a partir de contextos espaciais distintos, um grande centro urbano e uma cidade do interior. Compreender os discursos sobre a homossexualidade nessas duas cidades nos demonstrará como se dá a experiência de sujeitos em espaços urbanos diferentes.

A nossa pesquisa é do tipo qualitativa. Definimos como pesquisa qualitativa uma forma de alcançar possíveis respostas para questões particulares em determinados contextos sociais específicos que acreditamos poder ser acessado através do método qualitativo. O acesso aos nossos informantes foi trilhado por dois caminhos.

⁸ JORNAL DO BRASIL. Cadernos H. Rio de Janeiro : Jornal do Brasil, 22/04/2004 p. 04.

⁹ <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=rj> acesso em 03/10/2012 às 18:00 horas

¹⁰ IPEA. Relatório do Desenvolvimento Humano 2000

¹¹ Ver ALTOÉ, André Pizzeta. A TFP em Campos dos Goytacazes: a participação feminina e a luta pela unidade. In: SILVA, Marinete dos Santos (ORG). Gênero, Poder e Tradição na Terra do Coronel e do Lobisomem. Rio de Janeiro : Quartet e FAPRJ, 2009.

¹² <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=rj> acesso em 03/10/2012 às 19:00 horas.

Ao lermos algumas pesquisas verificamos que o uso das redes sociais, como *sites* de relacionamentos, tem auxiliado muitos pesquisadores a acessar os informantes para realização de entrevistas. Escolhemos, então, um *site* de relacionamento direcionado a homossexuais chamado “Disponível”. Criamos um perfil como pesquisador, o *site* permitiu que nos fizéssemos uma busca de pessoas que nos interessavam. Selecionamos os perfis de homossexuais que se identificavam como casados. Dentre esses, alguns buscavam fazer novas amizades, outros buscavam um terceiro parceiro para realizar suas fantasias sexuais. O *site* possui um aplicativo que nos permitiu enviar mensagens para os perfis, escolhemos os que informaram serem casados. Dessa forma, enviamos um texto nos identificando como pesquisador e explicando os principais objetivos da pesquisa e o nosso contato caso desejasse contribuir com a tese. A cidade selecionada primeiramente foi o Rio de Janeiro. A mensagem foi enviada para um total de cem casais, entretanto, apenas quatro responderam ao chamado informando o número do celular para aprofundarmos os detalhes da entrevista. Após trocas de mensagens eletrônicas e ligações, marcamos nossa primeira entrevista. Nessas conversas deixávamos claro que a intensão do contato era exclusivamente acadêmica, uma vez que, no perfil desse casal eles informavam que buscavam um parceiro para relações sexuais. A partir dessas primeiras entrevistas obtivemos outras através de indicações feitas por esses quatro primeiros casais. Na cidade do Rio de Janeiro foram entrevistados oito casais de homossexuais masculinos.

A segunda estratégia foi entrevistar casais que fazem parte do nosso círculo de amigos, essas entrevistas foram realizadas na cidade de Campos dos Goytacazes, interior do estado do Rio de Janeiro. Foram entrevistados sete casais homossexuais na referida cidade.

O requisito para participar da pesquisa era possuir mais de seis meses de coabitação. O roteiro da entrevista semiestruturada engloba questões sobre valores de gênero e a forma como os casais dividem as tarefas domésticas. Entrevistamos 15 casais. Os da cidade do Rio de Janeiro, foram sendo indicados a cada entrevista realizada. Acreditamos que o número de casais entrevistados nos ofereceu uma relativa descrição desses arranjos conjuguais. Esses participantes podem ser considerados de segmentos de classe média, em sua ampla maioria. O enfoque nesse setor homossexual nos possibilitará identificar que modelo de homossexualidade é compartilhado por esses gays e como suas vidas são organizadas. Não adotei a perspectiva de classe social somente a partir de fatores

econômicos. Observamos também como esse segmento social gerencia a sua vida e como constroi a percepção de si, as aspirações, o nível educacional, a independência econômica e a vivência em centros urbanos. Acreditamos que a classe social tem significativa influência sobre os padrões de homossexualidade, pois o grupo a que pertencem, a profissão exercida, o acesso a serviços de saúde, a educação e a cultura, os espaços de socialização e lazer determinam os padrões de homossexualidade cultuados. Buscaremos a intersecção com marcadores sociais de diferença, particularmente com: etnia, região/procedência, geração, classe, escolarização, orientação sexual, religião, raça/cor, entre outros.

Buscamos compreender como esses casais organizam suas vidas conjugais e a representação de gênero que eles possuem. Procuramos verificar como eles pensam as suas relações afetivas, as aspirações em compartilhar uma vida a dois, como gerem a vida econômica, suas concepções religiosas, como pensam a família e a organização e divisão das tarefas doméstica. O perfil identitário desses participantes poderá ser identificado no capítulo terceiro. Dessa forma, buscamos refletir sobre as experiências dos sujeitos homossexuais que vivenciam uma relação estável, o que permitirá identificar a maneira como pensam e estruturam suas vidas conjugais. Em que medida há uma interface com o modelo heteronormativo ou uma ruptura no que se refere à divisão das tarefas domésticas? Que estratégias esses casais utilizam para romper ou reformular a divisão sexual do trabalho clássica? Caso exista reprodução do clássico da divisão sexual quais as experiências sociais que os levam a reproduzir esse modelo normativo? Para pensar essas questões utilizaremos a teoria de gênero, discutida no primeiro capítulo, que fornece suporte para explicar as possíveis fraturas ou reprodução da divisão sexual do trabalho nas uniões homoafetivas.

As entrevistas foram realizadas nas casas dos informantes, sempre nos fins de semana, sendo o melhor momento indicado por eles. O clima era bem descontraído, os casais nos apresentavam suas respectivas residências. Elogiavam a pesquisa e relatavam a importância da mesma devido ao preconceito de que os homossexuais são vítimas. Dessa forma, os entrevistados eram sempre agradáveis. Faremos uma narrativa dos casais de forma individualizada para que possamos conhecê-los. Destacamos que o delimitador para a escolha dos informantes foi o tempo de coabitação. Quanto à realização da conversa ficamos em dúvida se deveria ser feita individualmente ou em conjunto. Essa questão perdurou até o momento de iniciarmos o

trabalho quando perguntamos se haveria problemas se as questões fossem respondidas em separado. O casal, se entreolhou e percebemos a resposta, que deveria ser feita concomitantemente. O único receio era que os parceiros se intimidassem ao falarem sobre determinados assuntos, por estarem frente a frente, mas caso isso ocorresse já seria um dado, uma pista para se fazer uma reflexão. Entretanto, acreditamos não termos nos deparado com esse problema, pois durante a conversa com os casais, ao responderem alguns quesitos, havia discordância nas respostas e por muito pouco não realizavam uma discussão da relação, o que demandava uma manobra para continuar a entrevista.

As entrevistas foram gravadas e tiveram uma duração média de 95 minutos. Posteriormente, foram tratadas por meio de transcrição integral. Os discursos obtidos foram analisados a partir do referencial teórico selecionado neste trabalho, como descrito no capítulo primeiro.

A estrutura do nosso trabalho será composta de quatro capítulos. No primeiro buscaremos traçar uma breve genealogia dos estudos de gênero, desde a chamada história das mulheres aos estudos denominados de queer e os pós estruturalistas. Compreender os caminhos teóricos que os estudos de gênero construíram é importante para situarmos nossas análises sobre a realidade social para que possamos compreender melhor os esquemas de produção e reprodução das desigualdades de gênero, bem como as mudanças que ocorreram nessas relações. Por isso, esse capítulo será a base teórica do nosso trabalho. Nesse mesmo capítulo faremos uma análise da divisão sexual do trabalho, para compreendermos como ela se estruturou e se reproduz na contemporaneidade. Para isso, retomaremos os estudos clássicos sobre como essa divisão foi pensada no âmbito das Ciências Sociais e como os estudos de gênero questionaram todos os paradigmas que legitimavam a desigualdade na divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres. Essa desigualdade é o cerne da dominação masculina. Compreender como ela se processa entre os casais heterossexuais é importante para podermos verificar se ela se reproduz ou se reformula entre os casais do mesmo sexo.

No segundo capítulo nossa discussão será sobre o movimento LGBT. Traçaremos um panorama histórico e político desse movimento ao longo da história, priorizaremos a construção e atuação do movimento homossexual no Brasil. Buscaremos demonstrar os avanços e os dilemas enfrentados por esse movimento. Outro tópico que problematizaremos será: ao conquistar direitos o movimento LGBT se tornaria normativo? As homossexualidades passariam a ser reguladas pelo Estado dentro dos

padrões heteronormativos? A legalização das uniões homoafetivas criaria uma hierarquia de padrões comportamentais e valorização moral para os homossexuais? Essas questões que compõe o segundo capítulo acreditamos serem de suma importância para refletirmos sobre os dilemas do movimento LGBT na atualidade.

As biografias dos casais serão descritas no terceiro capítulo de nosso trabalho. Narramos as suas histórias de como se conheceram, os ideais de amor, o tempo de coabitação, os valores de gênero que compartilham. Consideramos que essas microhistórias fraturam a norma de gênero que foi moldada por um discurso naturalista que tinha como fim a reprodução biológica.

No quarto apresentaremos a análise das falas de nossos participantes. E o cerne de nosso trabalho é como gerenciam a divisão sexual do trabalho em suas relações. Poderemos, então, conhecer o que ocorre dentro do arco-íris. Será que o tão sonhado tesouro da equidade de gênero se esconde no arco-íris?

Capítulo I: Nos tons do Arco-íris: compreendendo os matizes teóricos.

Os estudos de gênero problematizaram o âmago das Ciências Sociais. Esses estudos são fruto do movimento feminista, nascido no fim dos anos sessenta do século XX e questionaram as relações desiguais entre homens e mulheres. As indagações feitas pelas feministas e demais representantes das chamadas minorias tiveram eco na academia e suscitaram intensos debates sobre o papel das mulheres, dos negros e dos homossexuais ao longo da história da humanidade. Um dos objetivos desse capítulo

consiste em apresentar e discutir os debates suscitados pelas feministas nas Ciências Humanas. Pretendemos, também, refletir sobre os matizes teóricos que balizam a compreensão das relações sociais entre homens e mulheres e da sexualidade. Almejamos, ainda, conceituar a divisão sexual do trabalho e pensar a configuração dessa divisão entre casais homossexuais.

O final do século XX foi marcado por movimentos sociais que deram visibilidade às minorias políticas sendo um marco importante para o mundo Ocidental. O movimento de contracultura que, teve início na França, ficou conhecido como Maio de 68, quando um grupo de estudantes ocuparam a Sorbonne, pondo em cheque a ordem acadêmica estabelecida há séculos. Em uma maior dimensão esse movimento buscou questionar os pilares culturais da sociedade burguesa. Os estudantes se aliaram aos trabalhadores e suas reivindicações foram conhecidas por toda França. Nos Estados Unidos surgiu o movimento *hipie*, na Califórnia, que lutava por uma nova forma de vida, que se contrapunha aos valores morais burgueses e ao consumismo. Nessa ebulição o movimento feminista e o movimento homossexual se organizam e lutam por direitos. Ainda nos Estados Unidos da América o movimento negro questionou a desigualdade entre brancos e negros, as feministas denunciaram as desigualdades entre os sexos, os homossexuais denunciaram os abusos cometidos por policiais e as desigualdades em relação aos heterossexuais. Esses movimentos descortinaram as desigualdades políticas, sociais e econômicas entre homens e mulheres, negros e brancos e heterossexuais e homossexuais. Para Céli Regina Jardim Pinto foi nesse período:

Que se lançou a pílula anticoncepcional, primeiro nos Estados Unidos, logo depois na Alemanha. A música vivia a revolução dos The Beatles e Rolling Stones. Em meio a essa efervescência, Betty Friedan lançava, em 1963, o livro que seria uma espécie de Bíblia do novo feminismo: *A mística feminina*. Durante a década, na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista surge com toda força; as mulheres, pela primeira vez, falam diretamente da questão das relações de poder entre homens e mulheres. O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher no trabalho, na vida pública, na educação, mas também luta por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que a mulher tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo.¹³

¹³ PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. In: BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luis Felipe (orgs). Teoria Política e Feminismo: abordagens brasileiras. Vinhedo, Editora Horizonte, 2012. P.271

O movimento feminista ganhou grande visibilidade, no final do século XX e, teve como principais reivindicações a emancipação das mulheres como cidadãs com a garantia dos direitos políticos, civis e o acesso à educação. Entretanto, essa minoria teria de enfrentar um duplo desafio; compreender e explicar a dominação masculina, bem como, elaborar estratégias políticas para lutar contra essa subordinação. O corpo teórico e filosófico que embasou o feminismo, capaz de analisar, descrever, refletir e reivindicar, foi ancorado nas ideias ligadas aos movimentos filosóficos pautados no iluminismo, no humanismo, na racionalidade e no empirismo do século XVIII. Podemos dizer que desde sua origem, o movimento feminista teve como objetivo tanto defender os direitos das mulheres como denunciar a exclusão das mesmas do mundo público, ou seja, dos direitos de cidadania apregoados pela Revolução Francesa. Dessa forma, o feminismo surge como uma fissura, fratura do Iluminismo e da modernidade.

Com a atuação do movimento feminista nos anos de 1960, muitas intelectuais norte-americanas e francesas reivindicaram uma história que fosse própria das mulheres. Michelle Perrot a esse propósito observa que as mulheres são geralmente excluídas dela.¹⁴ O movimento feminista possibilitou a formação de um campo de estudos na História, denominado de História das Mulheres.¹⁵ A ideia principal do mesmo era demonstrar que a história universal excluiu as mulheres da sua narrativa e restringiu seu objeto de estudo, apenas, ao homem branco. Com a história das mulheres as feministas tinham como objetivo incluir as mulheres na historiografia tradicional, proporcionar evidências e explicações sobre as ações e experiências das mulheres no passado, como ressalta, Perrot:

(...) a pesquisa feminina recente por vezes contribui para essa reavaliação do poder das mulheres. Em sua vontade de superar o discurso miserabilista da opressão, de subverter o ponto de vista da dominação, ela procurou mostrar a presença, a ação das mulheres, a plenitude dos seus papéis, e mesmo a coerência de sua 'cultura' e a existência dos seus poderes.¹⁶

¹⁴ PERROT, Michelle. *As mulheres o poder e a história* in PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo : Paz e Terra, 1992, p. 185.

¹⁵ SCOTT, Joan. *História das mulheres* in BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

¹⁶ PERROT, Michelle. *Op. cit.*, p. 169-170.

Os estudos desenvolvidos pelas feministas ganharam visibilidade e influência na academia, com a publicação de artigos, livros e a realização de conferências internacionais. Isto levou os historiadores tradicionais a considerarem os estudos das historiadoras ideológicos e parciais. Scott ressaltou que, embora, essas acusações tenham sido imputadas às feministas, os estudos acadêmicos, desenvolvidos por elas preservavam os cânones científicos da época. Mas, ao mesmo tempo, elas não deixaram de questionar as bases do pensamento historiográfico e o próprio pensamento científico:

Ao mesmo tempo, no entanto, desafiavam e subvertiam aquelas regras, questionando a constituição da disciplina e as condições de sua produção de conhecimento. Sua presença contestava a natureza e os efeitos de um corpo uniforme e inviolável de padrões profissionais e de uma única figura (o homem branco) para representar o historiador.¹⁷

Uma das estratégias do movimento feminista foi a aliança com a academia. As intelectuais elaboraram explicações científicas para a dominação das mulheres. Denunciaram a invisibilidade social das mulheres na História e a desvalorização do trabalho doméstico. As intelectuais feministas em suas pesquisas buscaram dar visibilidade social às mulheres ao longo da História. Para realizar essa tarefa foi necessário que as feministas questionassem os paradigmas da ciência moderna. Segundo Lia Zanotta Machado esses estudos possibilitaram e introduziram novas perspectivas e novas interrogações aos diferentes saberes disciplinares e à ciência, à epistemologia e à filosofia. As intelectuais reivindicavam uma inovação face à tradição dos saberes disciplinares.¹⁸

O principal desafio das mulheres para serem reconhecidas como intelectuais era lutar contra as acusações de que os estudos realizados por elas eram ideológicos. Esse campo do saber se constituiu com uma argumentação que questionava a tradicional teoria social e política que acreditava numa presumida neutralidade de gênero, de classe e de étnia na produção do conhecimento. Por isso, o desafio desse campo de estudo, para se legitimar e se consolidar como saber científico. Entretanto é

¹⁷ SCOTT, Joan. *Op. cit.*, p. 74.

¹⁸ MACHADO, Lia Zanotta. Estudos de Gênero: para além do jogo entre intelectuais e feministas. In:..... Oito olhares sobre mulheres e relação de gênero. Florianópolis. Editora Mulheres, 1997. Pp 93 139.

interessante pensar que esse conflito, entre fazer política e fazer ciência, nasce com a própria Sociologia. Para Durkheim a Sociologia deveria se ater a compreender os fatos sociais, pensá-los como coisas e o cientista se despir de seus valores. Dessa forma, a sociologia produziria verdades que estavam assentadas na suposta neutralidade axiológica que levaria a sociedade ao progresso e a ordem. Uma perspectiva distinta adotará o pensador, Karl Marx, que considerou que as Ciências Humanas deveriam ir além da mera interpretação social, a ciência deveria transformar a sociedade. Para o pensador o fazer científico é político e visa a práxis social, para Marx não há conflito entre fazer científico e o fazer político ambos são gestados no mesmo útero. Para Weber a política pressupõe uma tomada de decisão, uma ação que busque a transformação ou a manutenção de uma estrutura social. O cientista orientará sua ação pela produção do conhecimento e reflexão. Podemos verificar que o dilema entre o fazer político e o fazer ciência nasce com a própria sociologia.¹⁹ No caso da teoria feminista fica evidente que ela está indissociavelmente vinculada à uma práxis social, que busca uma transformação em todos os âmbitos da existência humana. Dessa forma, as pesquisas feministas criticaram os padrões e definições estabelecidos para os profissionais das ciências humanas:

Que padrões, que definições de ‘profissionalismo’ estão em voga? Que consenso representam? Como se chegou ao consenso? Que outros pontos de vista foram excluídos ou suprimidos?²⁰

A história das mulheres significou, segundo Scott, uma transformação na historiografia tradicional, pois questionou a pretensa neutralidade e imparcialidade dos estudos realizados pelos historiadores. Os estudos no campo da história das mulheres evidenciaram que o objeto da historiografia se limitou a explicar e analisar os homens brancos, que sob o lema do homem universal alegavam dar conta da história da humanidade. Para as historiadoras, reivindicar um campo de estudo próprio na disciplina significou se contrapor a uma ordem de definições históricas e de suas explicações já estabelecidas como ‘verdadeiras’ dos acontecimentos do passado. Segundo Perrot as feministas possuíam: *Um desejo análogo de inverter as perspectivas historiográficas tradicionais, de mostrar a presença real das mulheres na história mais cotidiana,*

¹⁹ BENTO, Berenice. Política da diferença: feminismos e transexualidades. In: COLLING, Leandro. (org). Stonewall 40 + o que no Brasil? Salvador: EDUFBA, 2011.

²⁰ SCOTT, Joan. *Op. cit.*, p. 74.

*sustentou o esforço das historiadoras nesses últimos anos.*²¹ Isso pressupôs lutar contra padrões legitimados e consolidados e não questionados por outros pontos de vista. Para Scott, a história das mulheres é pensada como:

a ameaça radical colocada pela história das mulheres situa-se exatamente neste tipo de desafio à história estabelecida; as mulheres não podem ser adicionadas sem uma remodelação fundamental dos termos, padrões e suposições daquilo que passou para a história objetiva, neutra e universal no passado, porque essa visão da história incluía em sua própria definição de si mesma a exclusão das mulheres.²²

Segundo Scott, todo conhecimento científico é político. Não sendo possível escrever uma história imparcial ou neutra. As feministas questionavam se algum dia poderia haver avaliações imparciais do saber e, buscavam reconhecimento enquanto intelectuais. Para isso, não rejeitavam o saber e o conhecimento como base fundamental de uma profissão. Nos estudos desenvolvidos pelas historiadoras feministas eram empregadas as normas acadêmicas como adequação linguística, exatidão, evidência e investigação. Isso tornava possível a comunicação entre as historiadoras e os historiadores, o que conferia legitimidade às pesquisas realizadas pelas feministas.

A história das mulheres pluralizou o objeto de estudos da História. Possibilitou que novos grupos sociais fossem sujeitos históricos como camponeses, operários, escravos, negros, homossexuais dentre outros, que reivindicaram a importância e a legitimidade desses novos estudos. Dessa forma, Scott, destacou que a História das Mulheres:

Atinge uma certa legitimidade como um empreendimento histórico, quando afirmou a natureza e a experiência separadas das mulheres, e assim consolidou a identidade coletiva das mulheres. Isso teve o duplo efeito de assegurar um local para a história das mulheres na disciplina e afirmando sua diferença da 'história'. A história das mulheres foi tolerada (em parte porque a pressão de historiadoras e estudantes feministas tornou-a digna de ser tolerada) por pluralistas liberais que estavam desejando obter credenciais para o interesse histórico de muitos tópicos; mas permaneceu fora das preocupações dominantes da disciplina, seu desafio subversivo aparentemente contido em uma esfera separada.²³

²¹ PERROT, Michelle. *Op. cit.*, p. 171.

²² SCOTT, Joan. *Op. Cit.*, p. 90.

²³ *Idem*, p. 84.

Como ressaltou Scott, a posição que o campo de estudo da história das mulheres ocupou na disciplina história foi suplementar, o que possibilitava um questionamento da sua legitimidade. Isso gerava a percepção desses estudos como indeterminados e passíveis de terem sua legitimidade desestabilizada. Tal fato levava as historiadoras das mulheres a manterem a vigilância face ao poder dos historiadores tradicionais. Estes últimos, sempre buscavam relegá-las a posições inferiores e questionavam os trabalhos desenvolvidos nesse campo, e argumentavam que os estudos sobre a história das mulheres não poderiam ser qualificados como história. Dessa forma, os estudos desenvolvidos no campo da história das mulheres são políticos, como ressaltou Scott:

Suas vidas profissionais e seu trabalho são, por isso, necessariamente políticos. No final, não há jeito de se evitar a política – as relações de poder, os sistemas de convicção e prática – do conhecimento e dos processos que o produzem; por essa razão, a história das mulheres é um campo inevitavelmente político.²⁴

Com o aprofundamento das análises realizadas pelas feministas surgiu a proposta de elaborar uma teoria feminista. Joan Scott argumentou, que era necessário que as historiadoras formulassem conceitos próprios e que retirassem a História das Mulheres do domínio da História Social, que era marcada pelo determinismo econômico da teoria marxista. Como forma de ultrapassar, esse patamar, a autora sugeria uma epistemologia mais radical baseada na proposta do pós-estruturalismo, em particular, associado às ideias de Michel Foucault e Jacques Derrida como capazes de fornecer ao feminismo uma perspectiva analítica poderosa para explicar e analisar a hierarquia entre homens e mulheres. Possibilitaria, ainda, entender os mecanismos que as instituições sociais engendram para produzirem e reproduzirem a hierarquia entre os gêneros.

Nessa perspectiva, Scott propôs a utilização da categoria analítica de gênero. Argumentou que tal categoria possibilita pensar as articulações nas estruturas de poder que constroem os papéis sociais, para o masculino e feminino, imbricando-os a outras esferas da realidade social como classe, etnia e sexualidade. Scott ressaltou que é necessário pensar o masculino e o feminino de forma relacional e não antagônica. Ao

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 95.

utilizar a categoria analítica de gênero novas questões foram colocadas para a história das mulheres, uma vez, que ao relacionar classe, etnia e sexualidade se verificou que não há apenas uma identidade coletiva de mulher, mas sim de mulheres. Foi necessário pensar de que forma as diferenças de classe, etnia e sexualidade afetam as experiências das mulheres e os interesses específicos de cada grupo social de mulheres.

Rachel Soihet, relatou as dificuldades enfrentadas por ela ao decidir realizar uma pesquisa no campo de estudo da história das mulheres, no Brasil, na década de 1970. Dentre os problemas enfrentados, a autora, destacou o isolamento intelectual, as dificuldades de orientação e a falta de definição teórica e metodológica. Na época, o mais conhecido estudo no campo da história das mulheres, no Brasil, foi desenvolvido por Heleieth Saffiot intitulado, *A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade*, que constituiu-se em importante fonte de reflexões para o desenvolvimento de sua dissertação de mestrado no Programa de pós-graduação em História na UFF, na década de 1970.²⁵

Dessa forma, no Brasil, os estudos ligados ao campo da história das mulheres tiveram início na década de 1970 e posteriormente foram sendo, lentamente, difundidos nas universidades brasileiras. As principais pesquisas desenvolvidas no país, nessa temática, tinham como objetivos reintegrar as mulheres à história. Entretanto, os estudos priorizaram, naquela época, a temática do trabalho feminino, em específico, o trabalho nas fábricas.

Um outro conceito que era utilizado pelas feministas brasileiras era o termo patriarcado. Esse termo embasava a teoria de feministas, como ressaltaram Kate Millet e Shulamith Firestone, que argumentavam ser o sistema patriarcal uma instituição social que se caracteriza principalmente por valores e significados. Ele buscar pensar a masculinidade como honra, fazendo dela uma nobreza, uma fonte de poder legítima por si só, um poder exercido nas diversas instituições sociais, políticas, econômicas e prioritariamente na família. Para as autoras, o patriarcado não se legitima pelas diferenças biológicas, mas por um sistema cultural que produz e reproduz discursos e práticas sociais que conferem as diferenças biológicas entre homens e mulheres valor e significação.²⁶

²⁵ SOIHET, Rachel. *História das Mulheres e História de Gênero: um depoimento* in BESSA, Karla Adriana Martins (org.). *Cadernos Pagu – Trajetórias do gênero, masculinidades...* n.11, 1998, p. 77-87.

²⁶ FIRESTONE, Shulamith. *The dialectic of sex*. London: The Women's Press, 1970 e MILLET, Kate. *Sexual politics*. London: Virago, 1969.

Nos anos de 1980 os estudos que versavam sobre as mulheres apresentavam variadas abordagens, de distintas correntes de interpretação, que possibilitaram diferentes análises da questão feminina no Brasil. Essas pesquisas recuperaram as lutas femininas no processo histórico como sujeitos ativos. Tais estudos desvelaram as imagens das mulheres como passivas, ociosas e confinadas ao espaço doméstico. Entretanto, com o aprofundamento das questões levantadas a partir das reflexões dos estudos feministas as historiadoras perceberam que não bastava incorporar as mulheres nas grandes narrativas históricas, mas pensar o feminino e o masculino de maneira relacional.²⁷ Como ressalta Joan Scott:

A história não é mais a respeito do que aconteceu a homens e mulheres e como eles reagiram a isso, mas sim a respeito de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidades foram construídas. Se as identidades mudam ao longo do tempo e em relação a diferentes contextos, não podemos utilizar modelos simples de socialização que vêem gênero como um produto mais ou menos estável da educação na primeira infância, na família e na escola. [...] Gênero é, de fato, um aspecto geral da organização social. E pode ser encontrado em muitos lugares, já que os significados da diferença sexual são invocados e disputados como parte de muitos tipos de lutas pelo poder. O saber social e cultural a respeito da diferença sexual é, portanto, produzido no decorrer da maior parte dos eventos e processos estudados como história.²⁸

Para uma análise relacional das interações entre homens e mulheres foi incorporada, nos anos de 1990, no Brasil, a categoria de análise de gênero que era utilizada desde os anos de 1980 nos Estados Unidos. Segundo Margareth Rago, houve muita dificuldade para as sociólogas, antropólogas e historiadoras incorporarem a categoria de gênero em seus estudos. Como ressaltou a autora: *da história das mulheres passamos repentinamente a falar na categoria do gênero, entre as décadas de 1980 e 1990.*²⁹ Segundo a autora ela ouviu falar, pela primeira vez, das discussões em torno das

²⁷ MATOS, Maria Izilda S. de. *Estudos de Gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea* in BESSA, Karla Adriana Martins (org.). *Cadernos Pagu – Trajetórias do gênero, masculinidades...* n.11, 1998.

²⁸ SCOTT, Joan. Prefácio a gender and politics of History. In: *Cadernos Pagu* (3), Campinas: UNICAMP, 1994, pp. 19 e 20

²⁹ RAGO, Margareth. *Descobrendo historicamente o gênero* in BESSA, Karla Adriana Martins (org.). *Cadernos Pagu – Trajetórias do gênero, masculinidades...* n.11, 1998, p. 91.

relações de gênero, em julho de 1990, quando participou de um encontro feminista em Nova York e relata:

o gênero, categoria que trazia muito desconforto para todas nós pelo desconhecimento que a cercava. Afinal estávamos acostumadas, principalmente as historiadoras e sociólogas, a lidar com conceitos acabados como classe, informados por todo um sistema de pensamento extremamente articulado e, nesse contexto, o gênero aparecia solto, meio que caído do Norte para nos explicar a nós mesmas.³⁰

Dessa forma, no Brasil, após os anos de 1980 os estudos focados nas mulheres foram sendo substituídos pelos estudos que utilizavam as análises de gênero e foram difundidos, lentamente, nas universidades brasileiras. Cabe destacar que o conceito de gênero é de origem norte americana e adotada pelas/os pesquisadoras/as brasileiras/as. Na França, no entanto, os estudos que tratam das desigualdades entre homens e mulheres são denominados de *rappports sociaux de sexe* (relações sociais de sexo) ao invés de *genre*. Entretanto, as feministas ortodoxas relutaram em utilizar a categoria de análise de gênero como observou Rago:

As feministas ortodoxas, que relutavam em aceitar a reviravolta epistemológica por deslocar o foco do ‘sujeito mulher’ para a análise das relações de gênero, questionavam o embaralhamento das identidades sexuais, apontando para a importância de se preservar a identidade feminina como forma de reforçar a agenda pública feminista e encaminhar as lutas políticas atuais.³¹

Sobre esse conflito Richard Miskolci relatou que:

Nos anos de 1980, falava-se de gênero como uma ‘ameaça’ despolitizadora, desagregadora, em suma, como uma invenção acadêmica impossível de ser incorporada politicamente e que relegaria o feminismo à autodestruição. O que se passou, sabemos, não foi nada disso, o feminismo avançou e sua agenda se espalhou socialmente para além da atuação direta do movimento realizando transformações culturais e econômicas

³⁰ Idem. p. 90.

³¹ Idem p. 92.

admiráveis. De certa maneira, é a consolidação do conceito de gênero que marca tanto os sucessos recentes do feminismo.³²

A categoria de gênero permitiu estudar o masculino e o feminino de maneira relacional. Os estudos de gênero elaboraram explicações mais enriquecedoras sobre as desigualdades entre os sexos. Para compreendermos a relação de dominação masculina é preciso que a entendamos como uma relação não-acabada, que não se repete identicamente, feito um bloco monolítico, onde tudo está dado. Entretanto, não podemos deslocar os estudos que propõem a análise ampla ou de um determinado campo específico, ou de interação particular, do quadro teórico global que visa entender as relações de dominação de gênero. O desconforto das intelectuais brasileiras pode ser entendido pelo estudo realizado por Lia Zanotta Machado como verificaremos posteriormente. Para Scott o conceito de gênero

Faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublimar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens. É na minha opinião, significativo que o uso da palavra “gênero” tenha emergido num momento de grande efervescência epistemológica que toma a forma, em certos casos, da mudança de um paradigma científico. [...] No espaço aberto por este debate, posicionadas ao lado da crítica da ciência desenvolvida pelas humanidades e da crítica do empirismo e do humanismo desenvolvido pelos/as pós-estruturalistas, as feministas não somente começaram a encontrar uma voz teórica própria; elas também encontraram aliados/as acadêmicos/as e políticos/as. É dentro desse espaço que nós devemos articular o gênero como uma categoria analítica.³³

Com a consolidação dos estudos de gênero nas várias universidades europeias e americanas diversas matizes teóricas eclodiram. Esses ‘novos femininos’ são resultados do complexo jogo entre as feministas intelectuais e as militantes na consolidação do campo de gênero. Desse jogo duas correntes do feminismo tendem a definir as teorias de gênero: as diferencialistas que postulam o reconhecimento de uma identidade centrada na diferença quer biológica quer cultural; e a das igualitaristas que

³² MISKOLCI, Richard. Não somos, queremos reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea. In: COLLING, Leandro. Stonewall 40 + o que no Brasil? EDUFBA, Salvador, 2001, p. 46 e 47.

³³ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n° 2, jul./dez., 1995, p. 85

entendem que qualquer diferença é signo de inferioridade. Essas vertentes nos permitem mapear as teorias de gênero para interpretação da realidade social. Segundo Lia Zanotta Machado a corrente igualitarista é desenvolvida na França e a da diferença nos países anglo-saxões, principalmente os Estados Unidos. No Brasil os estudos de gênero incorporaram e dialogaram simultaneamente com essas duas correntes teóricas. O feminismo possui, atualmente, distintas correntes, um pluralismo teórico, que instaura no seio do próprio feminismo um debate muitas vezes polêmico, outras vezes complementar.

A divisão entre as igualitaristas e as diferencialistas já era identificada no pensamento das feministas pioneiras do século XIX, como podemos verificar no estudo de Joan Scott em sua obra “A Cidadã Paradoxal” em que dedicou-se a analisar a história do pensamento feminista. Isso foi importante para dar relevo à luta das mulheres pela cidadania, bem como demonstrar o que elas escreveram sobre política. Tais escritos foram silenciados pelas Ciências Humanas, principalmente pela Ciência Política, que considera legítimo o pensamento dos filósofos do sexo masculino, alegando que as mulheres não elaboraram teses sobre política. A autora demonstrou o pensamento de quatro feministas que lutaram contra a exclusão das mulheres da cidadania: Olympe de Gouges, Jeanne Deroin, Hubertine Auclert e Madeleine Pelletier. Elas buscaram conceber a identidade social, política e individual que rompia com os padrões de feminilidade calcados na natureza e na biologia. É curioso perceber nos seus discursos as duas correntes interpretativas: a diferencialista e a igualitarista.

Olympe de Gouges ousou, em 1791, publicar a “Declaração dos Direitos das Mulheres e da Cidadã”, rompendo com os papéis considerados próprios de uma mulher. Abandonou o nome de seu pai e do seu marido, e se dedicou à carreira de escritora de peças teatrais que tratavam do abolicionismo e do movimento feminista. Exigiu durante a Revolução Francesa, que as mulheres tivessem os mesmos direitos que os homens. Contemporânea de Rousseau seus escritos não tiveram o mesmo reconhecimento posterior na história do pensamento filosófico. Ao contrário, foi condenada à morte pela guilhotina em 1793, e seus escritos foram considerados um excesso nocivo da imaginação. Podemos considerá-la uma igualitarista.

Jeanne Deroin foi uma militante socialista, era casada com um engenheiro e mãe de três filhos. Candidatou-se ao parlamento após a derrota da Comuna de Paris. Seu intuito era desmascarar o pressuposto da igualdade presente na lei, que excluía as mulheres tanto de votar, bem como da possibilidade de se candidatarem para concorrer aos cargos políticos. Seus argumentos basearam-se no socialismo romântico e

utópico para considerar que a maternidade tornava as mulheres espiritualmente puras e afetuosas, que à semelhança da Virgem Maria, traziam dentro de si a redenção do mundo. Propôs que o Estado fosse responsável pela manutenção material das crianças que ficariam sob a responsabilidade moral das mulheres. Percebeu *nas ambigüidades da noção de androginia apregoada pelos românticos um argumento a favor da complementaridade e da autonomia absoluta dos sexos*.³⁴ Sua militância não durou muito tempo na França, pois foi condenada e presa por seis meses, em 1850, por querer virar o mundo de cabeça para baixo. Quando solta foi exilada na Inglaterra onde militou até sua morte em 1894. Sua visão se acopla à corrente diferencialista.

Hubertine Auclert militou em Paris e fundou o jornal “La Citoyenne” defendendo a causa feminista por 50 anos. Seu discurso versava sobre o direito ao trabalho remunerado para as mulheres, em que defendia até mesmo o trabalho doméstico assalariado, demonstrando, assim, o valor econômico e a essencialidade do mesmo. Auclert aceitava a importância da questão social, conforme era definida pelos políticos da Terceira República: lutava pelos direitos da mulher, pugnando para que “o social” fosse o agente e não o objeto das políticas governamentais. E exigia o direito das mulheres votarem, considerando que homens e mulheres eram iguais. Isto a fez ser *comparada à Medusa e vista como afligida por loucura ou histeria, uma doença que a fazia considerar os homens como seus iguais*.³⁵

Madeleine Pelletier, feminista da virada do século XIX para o XX, abraçou o individualismo radical e suas inerentes pretensões de transcender as categorias homogeneizantes da representação social. *Ela incluía gênero como uma categoria que negava a singularidade do indivíduo e estimulava as mulheres a rejeitar a representação feminina, a fim de que a igualdade pudesse ser alcançada*.³⁶ A reprodução deveria ser pensada como uma das funções femininas e não a essencial. Era favorável ao aborto considerando-o um direito absoluto das mulheres que deveriam controlar seu próprio corpo. Condenava qualquer estratégia de luta feminina que tivesse como bandeira a maternidade. Segundo Pelletier, essa estratégia *acabava simplesmente por confirmar a inferioridade da mulher, pois centrava todo seu valor numa função fisiológica que comprometia a coerência e a autonomia do corpo. A maternidade nunca dará às*

³⁴SCOTT, Joan. A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis, Ed. Mulheres. 2002, p. 40.

³⁵SCOTT, Joan. *Op. cit.*, p. 13;41;47.

³⁶ Idem, *ibidem*, p. 41.

*mulheres um título de importância social*³⁷. Para ela a identidade masculina estava calcada na posse do falo, isso garantia a exclusão das mulheres, que eram definidas como o outro. Como alternativa a isso Madeleine Pelletier conclamava as mulheres a invocarem a posse do falo vestindo roupas masculinas. Segundo ela, travestir-se significava transgredir as normas dominantes da época, era *uma forma de afirmar sua individualidade perante a multidão que a desaprovava às claras*.³⁸ Para ela o voto feminino era a única via de emancipação da mulher. Foi acusada de incentivar a homossexualidade, ao escrever o romance “Une Vie Nouvelle”, no qual os homossexuais teriam os direitos da cidadania. No romance os líderes do futuro entendiam que a homossexualidade *não era ‘normal’ mas consideravam arbitrário e arcaico submeter carícias a regulamentações, designar o que era permitido e o que era proibido. Apesar desse gesto de tolerância, a homossexualidade era assunto secundário para ela*.³⁹ Entretanto, Madeleine Pelletier foi confinada numa instituição para doentes mentais até o fim de sua vida por seus pensamentos ousados. Para Scott a história do feminismo possui em si um paradoxo insolúvel, entre as feministas que buscam a igualdade entre homens e mulheres e as que defendem a igualdade respeitando a diferença entre os sexos. O que demonstra a divisão do movimento feminista desde o seu nascimento.

Na França os estudos igualitaristas compreendem as relações sociais de sexo como uma dominação. Buscam compreender os efeitos dessa desigualdade na realidade concreta dos sujeitos, na dominação de classe e de sexo, se aproximando da perspectiva da luta de classes. Concebem a dominação masculina como universal. É ela que dá unidade às mulheres e à sua subordinação. As disciplinas que possuem tradições nesses estudos são a Sociologia, a Antropologia e a História. A perspectiva da diferença é desenvolvida pela Psicanálise, Filosofia e Literatura. Segundo Machado

O Campo feminista francês se caracterizou no seu desenvolvimento pela fratura nítida entre a corrente diferencialista e a igualitarista e parece ter sido recoberto pela fratura do campo intelectual dos estudos sobre mulheres de um lado, a questão da diferença pelo olhar das disciplinas da Psicanálise, Filosofia e Literatura, de outro lado, a questão da dominação pelo olhar dos saberes disciplinares da Sociologia, Antropologia e História. Os desdobramentos teóricos da dominação de sexo e de uma diferença de sexo seguem caminhos separados, desenhando raras intersecções. A fala da dominação

³⁷ Idem, *ibidem*, p. 239.

³⁸ Idem, *ibidem*, p. 232.

³⁹ Idem, *ibidem*, p. 238.

está sobretudo ancorada nos saberes disciplinares da Sociologia, da Antropologia e da História. A fala da diferença e o estudo do feminino estão sobretudo ancorados na Literatura, Psicanálise e Filosofia. São poucas as literaturas psicológicas, psicanalíticas e filosóficas que trabalham com a dimensão social e histórica das suas temáticas e que dialogam com o primeiro campo referido.⁴⁰

As distinções entre esses campos de saber se deve ao fato dos diferentes percursos que as Ciências Sociais trilharam nos países anglo-saxões e nos países que seguem os cânones franceses. Nos primeiros elas são separadas das Humanidades, área que é composta pela Filosofia, a História e a Teoria Literária. Além desse fato pensadores como Marx e os teóricos críticos não foram incorporados ao corpo das disciplinas das Ciências Sociais, como no Brasil e na França. Até 1990, por exemplo, Marx não era estudado, nos Estados Unidos, como um dos autores fundadores da Sociologia.⁴¹

As correntes feministas que se pautam na diferença encontraram terreno fecundo nos Estados Unidos. Segundo Machado a imagem dominante da sociedade americana é a que se supõe constituída por comunidades e categorias que se distinguem por suas histórias e identidades diversas. Essa ideia se coaduna com a tradição americana protestante e com a sua história de país fundado por imigrantes e com a ideia de que o indivíduo é o pilar da sociedade americana. Isso se deve à sua tradição pautada no sistema jurídico da common law, em que a sociedade é pensada como sendo formada por grupos, com interesses distintos, em oposição ao ideal francês de cidadão universal republicano.

Estas distinções entre o pensamento francês e o americano acarreta diferenças importantes na produção do conhecimento como ressalta Machado:

No campo francês, mesmo o pensamento diferencialista se coloca no registro da universalidade, pois a atenção reivindicada para a alteridade feminina é visualizada para toda a categoria de mulheres em todas as culturas e nações. É como se a categoria universal da humanidade tivesse dois modelos identitários: o masculino e o feminino. As diferenças sexuais produzem a fratura na ideia de universalidade unificada, mas não as diferenças culturais. Não há um desdobramento da consideração de multiplicidade de diferenças entre mulheres como ocorre tendencialmente nos debates americanos. Nos debates americanos tudo é posto no plural não há uma categoria de mulher no singular como não há uma categoria de indivíduo no singular porque esses se diferenciam no interior da diversidade

⁴⁰ MACHADO, Lia Zanotta. Op. Cit. P 113

⁴¹ MISCOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan/jun, 2009, p. 150 182.

cultural. (...) A politização das diferenças culturais no contexto americano produziu uma reapropriação das correntes diferencialistas francesas: passaram a serem referidas não só para construir analiticamente as diferenças de sexo quanto as diferenças culturais e o conceito de universalidade tendeu a se deslocar da ideia de unificação identitária para identidades plurais.⁴²

Os estudos de gênero desenvolvidos nos Estados Unidos possibilitaram um profundo questionamento dos cânones da ciência moderna pautada nos valores iluministas. A reapropriação pelas feministas americanas de autores franceses como Derrida, Foucault, Guatarri e o alemão Heidegger priorizaram um fazer científico que busca questionar os paradigmas da ciência moderna, com a proposta de fazer uma profunda reflexão sobre a subjetividade, a experiência dos sujeitos e a epistemologia. Esses estudos são denominados de desconstrucionistas. Os estudos dessa corrente feministas se caracterizam por uma forte tradição culturalista vinculada à escola fenomenológica e uma epistemologia fundada na intersubjetividade. Nessa vertente o saber não busca acessar a verdade, mas uma tessitura de significados da realidade social. Esse feminismo é o chamado pós-moderno ou pós-estruturalista e sustenta o legado da teoria queer nos estudos sobre sexualidade. Segundo Machado esse quadro intelectual está todo inserido num contexto da politização das diferenças.

O campo dos estudos de gênero no Brasil é influenciado por essas duas correntes de pensamento. Conforme descrevemos anteriormente a substituição dos estudos da História das Mulheres causou certa celeuma entre as intelectuais brasileiras. Entretanto, o termo gênero estava associado aos estudos anglo-saxões que pretendia realizar grandes saltos intelectuais. De toda forma, o Brasil é influenciado pelas duas correntes de pensamento. Isso se legitima pelo mito de o país ser culturalmente plural e unívoco o que se coaduna com a perspectiva americana. A única cisão na sociedade brasileira era em termos de classe social. Esse cenário garantia a convivência das duas tradições a francesa e a americana no campo de gênero no Brasil. Uma vez que para explicar nossa diversidade cultural recorre-se aos estudos culturalistas e para as explicações sobre a desigualdade social utilizam-se as ferramentas teóricas do universalismo francês, o cidadão abstrato universal.

⁴² Idem, p. 120

Dessa forma, os estudos de gênero pluralizaram as diversas possibilidades de interpretações sobre a realidade social. Os matizes teóricos dos estudos de gênero fraturaram a epistemologia clássica das Ciências Humanas. A questão da dominação masculina se tornou desde o início da década de 1980, bastante evidente no campo das Ciências Sociais nos Estados Unidos e na Europa. Muitos sociólogos utilizam as análises de gênero, hoje em dia, para descrever o social de maneira mais explicativa. Como afirma Guacira Lopes Louro:⁴³

A emergência da categoria [gênero] representou, pelo menos para aquelas e aqueles que investiram na radicalidade que ela sugeria, uma virada epistemológica. Ao utilizar gênero, deixava-se de fazer uma história, uma psicologia, ou uma literatura das mulheres, sobre as mulheres e passava-se a analisar a construção social e cultural do feminino e do masculino, atentando para formas pelas quais os sujeitos se constituíam e eram constituídos, em meio a relações de poder. O impacto dessa nova categoria analítica foi tão intenso que, mais uma vez, motivou veementes discussões e mesmo algumas fraturas internas. Também as relações de gênero passaram a ser compreendidas e interpretadas de muitas e distintas formas, ajustando-se (a) ou interpelando referências marxistas, psicanalíticas, lacanianas, foucaultianas, pós-estruturalistas...

A história do movimento feminista, no Brasil, pode ser dividida em três ondas. Sabemos que tal classificação é simplista e empobrecedora, e segue a classificação internacional, mas iremos adotar como mero esquema didático. A primeira onda floresce no final do século XIX e estende-se até início do século XX. A principal reivindicação dessas feministas era por direitos políticos e a vida pública das mulheres. As sufragistas que se destacaram nesse período foram Nísia Floresta e Berta Lutz. Em 1922 foi organizada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. A conquista, das lutas das feministas dessa primeira onda, foi a aprovação do direito ao voto em 1932.⁴⁴ Podemos considerar que o movimento sufragista tinha por objetivo conseguir os chamados direitos de primeira geração, os direitos civis, que foram negados às mulheres desde a Revolução Francesa. Dessa forma, as sufragistas lutavam por direito ao voto, a educação e administração de seus próprios bens. Esse movimento foi denominado de feminismo liberal.

⁴³ LOURO, Guacira Lopes. "Epistemologias feministas e teorização social - desafios, subversões e alianças." In: ADELMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celso Brønstrup (orgs). Coletânea gênero plural. Curitiba: Editora UFPR, 2002, p. 15.

⁴⁴ Para mais informações sobre esse movimento consultar: ALVES, Branca Moreira. Ideologia e Feminismo: a luta pelo voto da mulher no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

A segunda onda do movimento feminista teve início na década de 70. O Brasil vivenciava a ditadura militar. Isso fez com que as mulheres atuassem na luta pela democracia. As reivindicações das feministas, nesse momento, eram distintas da primeira onda. Elas lutavam pela valorização do trabalho feminino, direito ao prazer, contra a violência sexual, pelo controle dos direitos reprodutivos. Os principais *slogans* dessa onda foram: “O pessoal é político” e “Meu corpo me pertence”. As discussões do movimento feminista desse período trazem ao debate questões como: público e privado, formas de opressão e violência e sua expressão nas normas, valores e instituições, sobre a igualdade e a diferença, sobre a produção de identidades e sobre a sexualidade feminina. Era um feminismo de denúncia das desigualdades entre homens e mulheres. Exigia a igualdade de gênero em todas as esferas sociais, política e econômicas. Essa onda foi influenciada pelas ideias da pensadora existencialista Simone de Beauvoir, com sua obra “O Segundo Sexo”, publicada em 1949, com a questão tão cara e debatida, ainda, nas ciências humanas: “Não se nasce mulher, torna-se mulher.” Essa obra dará suporte teórico para o desenvolvimento do movimento ativista e intelectual feminista nas próximas décadas. O pensamento de Beauvoir considera que primeiro existimos e depois se define, se constrói o que se é, ou seja, quando nascemos não sabemos o que será dela ou dele; se será valente, covarde etc. No entanto, argumenta a filósofa que para as mulheres sempre existiu uma essência fixa, que foi construída pelos homens. Dessa maneira, as mulheres não teriam existência própria, mas sim uma coletiva, que é dada pelo patriarcado, sendo o feminino idêntico para todas as mulheres. Para os homens, segundo a autora, não há uma essência masculina fixada como no caso das mulheres. Os argumentos de Simone de Beauvoir consideram que o ser mulher não é resultado de hormônios, do biológico, mas de relações sociais, do que conhecemos como gênero que é um discurso social, uma construção cultural, que se opera através da educação e condicionamento desde a tenra infância.

As conquistas feministas dessa segunda onda são inegáveis e acarretaram grandes transformações nas relações de gênero. Como atesta Bourdieu, os discursos feministas denunciaram as desigualdades de gênero que excluía as mulheres do mundo público. Para o autor os principais avanços que o movimento feminista possibilitou foi o acesso das mulheres à educação e ao mercado de trabalho e as transformações no modelo familiar. Com a autonomia econômica das mulheres, o número de divórcios aumentou significativamente e a entrada das mulheres no mercado de trabalho acarretou transformações, mesmo que pequenas, na divisão sexual do trabalho e

nos modelos tradicionais do masculino e do feminino. Segundo ele, *pode-se, assim, observar que as filhas de mães que trabalham têm aspirações de carreira mais elevadas e são menos apegadas ao modelo tradicional da condição feminina.*⁴⁵ Podemos considerar que essa segunda onda teve como objetivos principais a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres.

As feministas da terceira onda fizeram uma análise dos paradigmas estabelecidos pelas duas correntes anteriores. Podemos a grosso modo compreendê-la como uma crítica ao paradigma universal e às identidades essencializadas de sujeitos, mulheres e homens, pautadas em um modelo ontológico binário e universal. Esse feminismo é denominado de Pós-estruturalista ou Pós-moderno. No Brasil esse feminismo é ancorado nas ideias da feminista norte-americana Judith Buther, com sua obra intitulada: “Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade”, influenciada pela obra de Michel Foucault. Para Richard Miskolci esse feminismo contemporâneo é resultado do confronto do movimento da segunda onda que era formado por mulheres brancas, educadas e de classe média e que após se espalhar pelo mundo tem que lidar com “realidades locais no então chamado terceiro mundo e incorporar em seus “nós mulheres” as não-brancas, pobres e sem acesso à educação. (...) o feminismo se deparou com o desafio de des-naturalizar, des-essencializar, o sujeito “mulheres” a partir da emergência do conceito de gênero.”⁴⁶

Segundo Margareth Rago, ainda hoje, existe uma enorme resistência de frações dos estudiosos de gênero face à essa corrente teórica, principalmente àqueles (as) ligados a tradição marxista e a uma concepção de história arraigada a compreensão de estruturas formais que, pretensamente, têm caráter universal e empírico. Isso se deve ao fato desses (as) intelectuais não entenderem a dissolução do sujeito universal operada pela teoria de Foucault, que questionou a razão, o sujeito universal e a lógica da identidade. Rago argumenta que:

O deslocamento do sujeito, a dissolução e historização das identidades, a desnaturalização de inúmeras dimensões da vida social, cultural e sexual, um novo olhar se construía. Foucault preparara o terreno radicalmente, ao questionar a naturalização do sujeito e as objetivações operadas pelas práticas discursivas dominantes. O filósofo francês apontava para a maneira profundamente ahistórica com que trabalhávamos sujeitos e objetos, denunciando a imensa ilusão de que éramos vítimas ao

⁴⁵ Idem. P. 108

⁴⁶ MISKOLCI, Richard. P. 46

falamos do sujeito universal, tomado por personagens não apenas “de carne e osso”, mas de quem tudo emanava. Logo, as feministas avançaram a crítica questionando a figura do sujeito unitário, racional, masculino que se colocava como representante de toda humanidade.⁴⁷

A partir da terceira onda o feminismo se tornou plural, polissêmico, complexo e com distintas concepções teóricas e práticas. A classificação em três tipos de femininos, o liberal, o socialista e o radical, não comporta mais esses múltiplos feminismos da atualidade. Hoje podemos pensar em feminismo da igualdade versus da diferença, do pós-moderno, do pós-colonial, do cultural, do materialista, do comunitário, do multiculturalista, da ética do cuidado, do lésbico e do queer⁴⁸ são alguns adjetivos que podemos atribuir as correntes de feminismos existentes na atualidade. Os argumentos dessas correntes teóricas possuem perspectivas distintas sobre a sexualidade, a prostituição, a maternidade, a violência contra as mulheres dentre outras. Embora as distinções sejam múltiplas entre os feminismos contemporâneos, grosso modo, podemos considerar que eles estão vinculados à grande corrente das feministas radicais. De forma geral, podemos agrupar as concepções dessas diversas matizes teóricas em dois blocos: primeiro as feministas, liberais e socialistas, para elas as transformações acarretadas pelo feminismo buscam redefinir, através de políticas públicas e legislações, as relações de gênero tornando-as igualitárias. Pretendem também recriar modelos de masculino e feminino que não sejam hierárquicos mantendo a distinção entre os sexos. O segundo a corrente radical que tem como objetivo dissolver todo modelo de gênero e deixar florescer uma individualidade que não seja marcada pela genética, ou seja, pelo sexo biológico, logo não deve haver divisões de gênero entre os seres humanos.

Uma das principais representante das feministas liberais foi Bethy Friedan com sua obra, “A Mística Feminina”, obra que buscou analisar detalhadamente a engenharia midiática e publicitária que tinha por objetivo consolidar o papel social da mulher enquanto mãe e esposa zelosa, após a Segunda Guerra Mundial. Tais discursos

⁴⁷ RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. In: Cadernos Pagu Trajetórias do gênero, masculinidades.... Vol 11, UNICAMP, Campinas, SP, 1998, p.92-93.

⁴⁸ Queer, em inglês, significa estranho, marica, bicha, maricona, é um insulto contra as minorias sexuais. Elas se reapropriaram desses insultos de forma positiva e valorizaram a experiências desses sujeitos marginais em atos políticos. A principal reivindicação da teoria queer é a não fixação de uma identidade. Os queer possuem uma vasta produção acadêmica, artística e cultural que está centrada na questão da subjetividade. A primeira teórica a utilizar os termos queer foi Teresa de Lauretis em 1986; posteriormente, a publicação da obra ‘Problemas de Gênero’ de Judith Butler em 1990 travando um debate internacional em torno da questão da identidade e subjetividade do sujeito feminino e o questionamento de uma suposta essência feminina.

apregoavam o retorno das mulheres ao lar, ao mundo doméstico, como lugar reservado pela natureza às mulheres, retomando o pensamento de Rousseau no século XX. A maquinaria discursiva se fazia na divulgação em revistas, programas de rádio e televisivos e mesmo discursos científicos. Buscava consagrar o lugar da mulher como mãe e esposa. Fora desse espaço as mulheres são infelizes, pois transgridem a sua natureza.⁴⁹ Embora seja um clássico do pensamento feminista, a obra de Friedan foi criticada pela corrente do feminismo radical, pois as intelectuais pertencentes a essa última perspectiva teórica consideram que a obra da autora se restringe a tratar das mulheres brancas e de classe média. Entretanto, tais críticas não invalidam a obra da autora, uma vez que o conhecimento não pode abarcar todas as especificidades da realidade social. As feministas radicais consideram que o feminismo liberal tem por objetivo o reconhecimento de direitos formais para as mulheres, mas não pretende transformações que modifique as relações de gêneros, apenas reformá-las. O feminismo radical tem por meta uma transformação radical e não somente regular legalmente o que homens e mulheres podem fazer, mas sim, poder decidir livremente sobre nossas identidades, nossa subjetividade, nossos desejos e aspirações sem que sejamos oprimidos a decidir por um caminho binário.⁵⁰

Essas críticas acarretaram um acirrado debate entre as intelectuais no interior do movimento feminista. Como destacamos anteriormente as diversas correntes do feminismo questionaram o conceito de identidade e os sujeitos Mulher. Se nos anos sessenta e setenta a luta era pela liberdade e igualdade de direitos entre homens e mulheres, o final dos anos oitenta desponta com novas questões que vão pouco a pouco acirrando as diferenças entre as distintas percepções do feminismo. Questionamentos sobre a que mulheres o movimento feminista representava: as brancas, as de classe média, as burguesas, as heterossexuais, as casadas, as que possuíam grau de instrução? Estariam os sujeitos periféricos, como as mulheres negras, as prostitutas, as lésbicas, transexuais e as queer, abarcadas nesse grande guarda-chuva chamado de feminismo? Quem seria o sujeito mulher? Haveria uma essência feminina que cristaliza a identidade feminina? Qual a subjetividade e experiências das mulheres? Testemunhou-se no final dos anos noventa a crise do sujeito humanista e universal e do próprio sujeito Mulher. Para Silvia Gil essa

⁴⁹ FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.

⁵⁰ BARAHONA, Teresa Maldonado e GIL, Silvia L. *Perspectivas Teóricas Feministas*. In: MARTÍNEZ, Capitolina e MORENO, Sandra Dema. *Sociologia y Género*. Madrid: Editora Tecnos. 2013.

transformação no movimento e na produção do conhecimento feminista se deve ao seguinte fato:

Las formas políticas de organización han mutado de los movimientos de masas a los colectivos minoritarios, a la prácticas situadas y a grandes movilizaciones protagonizadas por personas anónimas. También cabe observar que el mundo en el vivimos se ha visto sometido a fuertes cambios socioeconómicos con el paso de la sociedad-fábrica (la sociedad organizada en torno a la producción fabril) a la empresa global (la sociedad convertida en una gran fábrica de consumo y de producción capitalista); o que el neoliberalismo ha expandido el ideal de independencia por el que la vida es desposeída de su dimensión colectiva y común, privatizándola y ofreciendo, como única salida a la organización social, la hegemonía de los mercados.⁵¹

Diante desse cenário exposto, o feminismo, após as conquistas dos anos sessenta, setenta e oitenta, vê-se diante do desafio de construir uma agenda comum a todas as mulheres, aos distintos interesses e objetivos das mulheres. Segundo Silvia Gil, o desafio contemporâneo do feminismo, se deve ao fato das mulheres possuírem uma certa liberdade e independência. O acesso ao mercado de trabalho, a entrada na universidade, uma maior desvinculação das tarefas do lar e a separação da vida sexual da maternidade. Isso pluralizou o sujeito mulher. Se até os anos oitenta a unidade feminina era a luta por direitos, pelo controle do seu corpo e contra a dominação masculina, na atualidade, essa questão dissipou-se em múltiplas experiências do sujeito mulher, traduzindo-se em formas de vida distintas para as mulheres como a sexualidade, outros esquemas de conjugalidades, dedicar-se exclusivamente a vida profissional. Soma-se a esse processo o que, Gil, considera como efeitos do modelo político neoliberal:

Los efectos del despegue del neoliberalismo y la reestructuración del mercado de trabajo sobre el conjunto de la vida. Por una parte, el mercado laboral al que acceden las mujeres es un mercado desregulado. La flexibilidad modifica los tiempos clásicos de producción: de la estabilidad a la intermitencia, de la rutina a la incertidumbre. Por otro, los mercados penetran en ámbitos de la vida que anteriormente quedaban fuera, como el ocio, la cultura, el conocimiento o los cuidados. Se asiste a un fenómeno creciente de mercantilización de la existencia, con el que se pasa de un modelo de acceso social colectivo basado en los pilares del Estado de bienestar a un modelo de acceso social individualista dependiente de las posibilidades de consumo. Esto influye en el

⁵¹ GIL, Silva L. *Feminismos Contemporáneos en la crisis del sujeto, hacia una política de lo común*. In: MARTÍNEZ, Capitolina e MORENO, Sandra Dema. *Sociología y Género*. Madrid: Editora Tecnos. 2013. P.46

cuarto fator a señalar: la fabricación contemporánea de una subjetividad que se despliega en una doble dimensión: el ideal de independencia y el estado de deuda. El ideal de independencia se articula em tres puntos clave: la negación del vínculo con los otros, que genera la ilusión de autosuficiencia, la ilusión de que una vida separada de los demás es posible; un estado de competitividad social permanente asociado a la obligación de un proceso inacabado de formación, a la interiorización de la lógica del éxito y del fracaso en la que el último responsable es el individuo, y a la visión de los otros como obstáculo en la realización del proyecto personal; y el rechazo de la vulnerabilidad de la vida, que impide pensar la dañabilidad de los cuerpos, los límites de la existência (em relación con la enfermedad, la muerte o el encuentro con lo diferente), entre los que cabe destacar los límites de nuestros actos (por ejemplo, en relación con el consumo ilimitado de recursos naturales o con el abuso y el uso de la violencia sobre los otros).⁵²

É nesse contexto, político e social, que o discurso sobre a crise do sujeito universal se consolida e se propaga. No interior do movimento feminista o debate se intensifica e os pilares do feminismo são questionados. O sujeito mulher foi questionado, nos Estados Unidos. As mulheres negras, não se sentiam representadas pelo movimento, antes de identificarem-se como mulheres sua afirmação subjetiva passava pela cor. Na Europa as lésbicas criticam as feministas heterossexuais por não as considerarem mulheres. Essa crise do feminismo colocou em debate categorias importantes para o movimento como: patriarcado, sexo, sexualidade, raça, etnia e as transexualidades. O que gerou a questão: o que é uma mulher? É um fato biológico? Uma posição social imposta? Há uma única forma de se definir o que é uma mulher ou múltiplas? Como o feminismo vai se consolidar enquanto, teoria e prática, como lutar contra a exclusão, sem construir novas exclusões? O debate amplia as questões em um feminismo polifônico interrogando: quem tem o direito a falar em nome de uma coletividade?

Dessa forma, o termo mulher, deixa de ser referido no singular para se falar de mulheres, no plural, na sua multiplicidade identitária e subjetiva, do feminismo aos feminismos e aos queers. O gênero interseccionado, a classe, sexo, sexualidade, etnia e idade, de forma a repensar os conceitos de patriarcado e dominação masculina como um bloco monolítico e totalizador da explicação da opressão das mulheres, mas pensar como a classe, etnia, a sexualidade e a idade interferem nessa dominação. Essa mudança na concepção de um sujeito único feminino nos possibilita falar de um feminismo pós-

⁵² GIL, Silva L. Op. Cit. P.48

moderno e pós-estruturalista, mas isso não significa, como ressalta, Butler uma superação do feminismo, mas uma reflexão sobre a política, a ontologia e a epistemologia que nascem no interior do próprio movimento feminista.

Para Welzer Lang o principal empecilho nos estudos de gênero, para uma reflexão conjunta de homens e mulheres, é o androcentrismo que exclui ou considera inferiores os estudos realizados por feministas e homens pró-feministas, com isso *os homens e o masculino raramente são contextualizados numa problemática de gênero*.⁵³ Outra dificuldade apontada pelo autor é, ainda, a posição marginal que os estudos de gênero ocupam na academia, pois *em nome da Objetividade da Ciência alguns homens excluem do campo científico até mesmo os estudos feministas, acusando-os de fazer má ciência, ao mesmo tempo em que incorporam, sem citá-los, uma parte de suas idéias e conceitos*.⁵⁴ Os estudos sobre relações sociais de sexo são considerados como uma especificidade do geral. Dentro e fora do campo acadêmico a dominação masculina é praticada individualmente e coletivamente na esfera pública e privada, conferindo privilégios materiais, simbólicos e culturais aos homens. Essa dominação se articula às outras relações sociais como as de classe, etnia e idade, produzindo uma assimetria entre os gêneros, em que os dominados não percebem essa relação desigual. Este fenômeno o autor expressa com clareza:

Não somente homens e mulheres não percebem da mesma maneira os fenômenos, que são no entanto designados pelas mesmas palavras, mas sobretudo não percebem que o conjunto do social está dividido segundo o mesmo simbólico que atribui aos homens e ao masculino as funções nobres e às mulheres e ao feminino as tarefas e funções afetadas de pouco valor. Esta divisão do mundo, esta cosmogonia baseada sobre o gênero, mantém-se e é regulada por violências múltiplas e variadas (...).⁵⁵

A diferença na percepção da dominação na sociedade entre dominantes e dominados/as, se deve ao fato de homens e mulheres não terem as mesmas informações e o mesmo conceito sobre o sentido e as formas de linguagens da dominação, como ressaltou Welzer-Lang:

⁵³ WELZER-LANG, Daniel. *Os homens e o masculino* in SHPUN, Mônica Raiza (org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. p. 107.

⁵⁴ Idem. p. 124.

⁵⁵ WELZER-LANG, Daniel. *A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia* in *Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, Vol. 09, nº 02, 2001, p. 461.

Nas nossas sociedades, homens e mulheres, dominantes e dominados/as não têm as mesmas informações e o mesmo conceito sobre o sentido, as formas e as linguagens da dominação. Sem nem falar aqui das diferenças de aprendizagem social ratificadoras do paradigma de pensamento naturalista que nos faz ver os homens como superiores às mulheres, que mulher sabe o que os homens vivem entre eles? Nos clubes esportivos? Quando estão entre eles nos cafés? A dominação é sempre sustentada por uma justificação naturalista das diferenças, e ao mesmo tempo por uma ocultação do que vivem os dominantes. Do mesmo modo, se os homens conhecem o modo de usar da dominação, eles têm apenas uma consciência limitada do que as dominadas vivem.⁵⁶

Esse fato acarreta dificuldades metodológicas nos estudos que buscam explicar as relações de gêneros e sexualidade. Para que os estudos nessa temática possam avançar é preciso que os homens abandonem o androcentrismo e passem a considerar as mulheres com suas experiências e os estudos que elas desenvolvem como um componente do social e da ciência. Cabe indagar quantos sociólogos leram e absorveram o sentido dos estudos desenvolvidos pelas feministas. Faz-se necessário que os homens passem a falar de si, rompendo com o tradicional hábito de considerar falar de suas experiências, como uma traição aos segredos compartilhados pelos homens. É necessário pensar o gênero masculino como uma parte das relações dos gêneros. Welzer-Lang destacou que as principais dificuldades para se pensar as relações de gênero de forma relacional, é o fato das mesmas estarem pautados no androcentrismo. Para definir tal categoria, o autor, tomou emprestada a definição de Nicole-Claude Mathieu que o considera como:

A tendência a excluir as mulheres dos estudos históricos e sociológicos e dar uma atenção indevida às relações sociais em que elas se situam (...) [a] mistificação coletiva que procura, no que toca aos homens, se concentrar nas atividades exteriores, nas lutas pelo poder, na competição, nos lugares e atividades em que eles estão em interação (real, virtual ou imaginário) com mulheres, minimizando ou ocultando os modos de construção do masculino e as relações reais entre eles.⁵⁷

Para podermos compreender as mudanças que ocorreram nas relações de gênero e sexualidade nos últimos anos é necessário considerar que os homens só existem como categoria em relação com as mulheres. Estudar as masculinidades é

⁵⁶ WELZER-LANG, Daniel. Op. Cit. 2004, p. 111.

⁵⁷ Idem. p. 112.

compreender as representações e práticas dos homens, é comparar palavra por palavra de que forma homens e mulheres, levando-se em conta a educação (ainda) diferenciada, emitem e definem certas práticas sociais. Isso nos possibilita evidenciar que homens e mulheres não possuem as mesmas visões do social. O heterocentrismo se impõe nas análises das ciências sociais, ainda hoje, mesmo após a luta do movimento gay que deu visibilidade a homossexualidade nas sociedades ocidentais, identificamos no mundo acadêmico um ‘heterossexismo diferencialista’ que ancorado no discurso liberal aceita o fato de existirem seres diferentes, os homossexuais, e que por isso é progressista, conceder-lhes alguns direitos. Dessa forma, mudar de postura científica, abandonar o androcentrismo, aceitar e acolher com humildade os estudos de gênero não é suficiente, é preciso um instrumental teórico apurado para perceber os diferentes sentidos da dominação nos atos do cotidiano.

O movimento LGBT não escapou desse debate. João Bosco Hora Góis, ressalta a falta de legitimidade que os estudos sobre as homossexualidades enfrentam nos meios acadêmicos brasileiros, permanecendo à margem do campo científico. João Bosco salienta, a incompreensão da amplitude do campo de pesquisas de gênero, que apenas abarcou até os anos 2000 os estudos relacionados às mulheres e aos homens heterossexuais. As investigações que versam sobre as outras sexualidades raramente empregam o vocábulo gênero. Os estudos que utilizam a categoria de análise de gênero, que em sua grande maioria são feitos por mulheres, limitavam-se, a dedicar notas de rodapé aos homossexuais masculinos e femininos, travestis, transexuais, dentre outros.⁵⁸ Entretanto, desde 1981, Luiz Mott, conseguiu aprovar, mediante alguns protestos, sete moções contra a discriminação dos homossexuais no meio acadêmico. Reivindicou também a legitimidade dos estudos que versavam sobre a homossexualidade em importantes associações científicas: na SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), na ABA (Associação Brasileira de Antropologia), ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais), na ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais), ABP (Associação Brasileira de Psicologia).⁵⁹

Uma outra hipótese para explicar o cenário exposto, e mais totalizante, se refere à política de formação de ‘campos científicos’ na concepção que esta assume

⁵⁸ GOIS, João Bosco Hora. *Desencontros: As relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil* in *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG*. Vol.04, n.1 (2º sem. 2003), Niterói: EDUFF, 2003.

⁵⁹ MOTT, Luiz. *Antropologia, teoria da sexualidade e direitos humanos dos homossexuais* in *Bagoas Estudos Gays, Gênero e Sexualidades*. Natal: EDUFRN, Vol. 01, n.01, jul/dez, 2007, p. 61-76.

em Pierre Bourdieu. Para esse autor a formação de campos científicos legítimos, ultrapassa o domínio intelectual. Nesta formação estão em questão interesses pessoais e coletivos que acarretam perdas e ganhos econômicos, simbólicos, políticos e de reconhecimento. O campo de pesquisa homossexual não escapa a essa caracterização. Nota-se isto, por exemplo, na *(re)denominação* do próprio campo da homocultura que se apresenta como nova, em detrimento de homossexualidade que fora a primeira nomenclatura a ser utilizada para denominar este campo de estudo. Neste sentido, identifica-se intencionalmente ou não, uma negligência com as reflexões pioneiras que se dedicaram a esta temática e seus formuladores. Deste modo, as contribuições *externas* que deram suportes as reflexões pioneiras do campo homossexual também são negligenciadas.⁶⁰

Com isso, a formação contemporânea do campo de estudos homossexuais se dá a partir da afirmação de um lugar especificamente seu, ou até mesmo com a especificidade de uma disciplina como *Sociologia da homocultura e Antropologia das homossexualidades* dentro do mundo acadêmico. Por isso, parece não haver interesse de que estes estudos pertençam a um campo mais amplo como o de gênero. Cabe apontar também que os estudos dedicados às mulheres, em sua grande maioria, focam as mulheres brancas e heterossexuais, bem como àqueles sobre a homossexualidade tem centrado suas análises nos homossexuais brancos de classe média. Estes são alguns pontos que devem ser aprofundados para uma eficaz aproximação entre os estudos sobre gênero e sobre a homossexualidade.⁶¹ Segundo, Pierre Bourdieu, o movimento gay e lésbico é visível hoje, produz discursos e teorias que dão lugar a questões e objetos de análise que estão entre os mais importantes das ciências sociais e que são completamente novos para muitos pesquisadores. Tal movimento questiona os fundamentos da ordem simbólica heterossexual vigente de maneira radical e que possuem as condições para uma mobilização bem-sucedida com o intuito de subvertê-la.

Com isso, no Brasil, os estudos que versavam sobre as ‘homossexualidades’ questionaram os estudos de gênero que abarcavam apenas homens e mulheres heterossexuais. Cabe ressaltar que os estudos acadêmicos sobre a homossexualidade no Brasil são, ainda, tímidos. Segundo, Silvia Ramos e Sérgio

⁶⁰ GOIS, João Bôsco Hora. *Op. cit.*, p. 07-16.

⁶¹ *Idem, ibidem.*

Carrara⁶², foram identificados na Plataforma Lattes do CNPQ⁶³ temas como homoerotismo, homossexualidade, gay, lésbica e queer, como temáticas de pesquisa de 1420 pesquisadores. Esses estudos, porém não possibilitam uma reflexão profunda sobre a identidade do homossexual brasileiro: quantos vivem em uniões estáveis em coabitação, e se há uma reprodução do paradigma heteronormativo (divisão em ativo e passivo) nessas relações. Quais os desafios enfrentados pelos pais e mães homoparentais? Será que nossas taxionomias acerca das identidades de gênero encontram correspondência na realidade? Como pensar em direitos para além das categorias identitárias de gênero e de sexo, como propaga a teoria queer? Qual a reivindicação política que o movimento LGBT faz: se pela igualdade ou se pela especificidade? Esses constituem os desafios que os pesquisadores que se dedicam a estudar a homossexualidade, no Brasil, estão convidados a refletir.

No Brasil a junção entre academia, Estado e movimento social caracterizou o fazer político do movimento LGBT. Para isso, se fazia necessário a construção de uma unidade que formou uma identidade homossexual. Nesse contexto, os estudos que versavam sobre a homossexualidade, buscavam pensá-la em uma perspectiva política da normalização, da assimilação para se alcançar a igualdade política e social, como a obtenção de direitos: o casamento e adoção de crianças. Essa concepção formou uma identidade gay, nos últimos anos no Brasil que, está ancorada no modelo de homossexual como sendo branco, de classe média e que cultua o corpo, como podemos verificar no estudo realizado por Marcos A. Assis Lima que analisou a revista *Sui Generis*, que foi lançada em janeiro de 1995, e direcionada ao público homossexual. Segundo, o autor, a revista tinha como ideal divulgar a diversidade da cultura homossexual brasileira, buscando em suas matérias captar comportamentos, valores, hábitos e regras apropriados e compartilhados por gays e lésbicas. O autor identificou que no plano do discurso, embora, a revista reconhecesse a diversidade da ‘cultura gay’ brasileira, na prática os artigos publicados buscavam limitar esta diversidade. O estilo gay valorizado e difundido pela *Sui Generis* traduzia um determinado modelo de homossexual que consistia em ser bem sucedido profissionalmente e afetivamente – relacionamento estável e monogâmico -, de classe média, branco, assumido sexualmente, que cultuava o

⁶² RAMOS, Sílvia; CARRARA, Sérgio. *A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas* in *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. v. 16, n. 2. Rio de Janeiro, UERJ/IMS, 2006.

⁶³ Conselho Nacional de Pesquisa e Inovação Tecnológica vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil.

físico e a beleza. Com isto, a revista buscava a normalidade da cultura gay pautada em valores heterossexuais. Cabe ressaltar, que tal estilo gay valorizado pela revista é o modelo cultuado pelos homossexuais americanos. Assim, exclui e violenta os homossexuais que não compartilham desse padrão comportamental. Destaca-se o preconceito da revista em relação ao tipo efeminado, que passa a ser uma ‘anormalidade’ em relação ao padrão cultuado. Na verdade a revista cultua um padrão de homossexualidade que contempla o homem branco e de classe média deixando de fora outras possibilidades de viver a homossexualidade.⁶⁴

Outra revista lançada em 1997, a *G Magazine* tinha como maior filão os ensaios fotográficos de homens nus geralmente atores globais, jogadores de futebol, cantores e modelos. Dessa forma, a revista conseguia atingir um público para além do homossexual. Aos poucos foram sendo incorporadas colunas de entrevistas e matérias diversas sobre a homossexualidade. As reportagens tratavam da vivência do homossexual, abordando temas como saúde, beleza, estilo de vida e anúncios de estabelecimentos voltados para o segmento homossexual, como saunas, bares, boates, clínicas de estética dentre outros. Em 2003 a revista criou colunas que abarcaram outras categorias identitárias além dos gays: uma para os ‘ursos’⁶⁵, uma para trans, e uma para lésbicas. Posteriormente foi criada uma coluna para os soropositivos. Divulgava também informações e causas do movimento homossexual.

Dessa forma, os primeiros estudos feministas e os estudos gays e lésbicos não foram capazes de mudar paradigmas disciplinares e foram relegados a subáreas como gênero, sexualidade ou desvio. Esses estudos estiveram quase sempre centrados em uma perspectiva heteronormativa como relata Miskolci:

O caso dos estudos feministas centrados em reprodução, contracepção e saúde sexual é apenas o mais conhecido, mas a eles se somam os estudos sobre minorias sexuais e os mais recentes, devotados ao estudo da formação das masculinidades ou feminilidades hegemônicas. De uma forma ou de outra, a grande maioria dessas investigações se insere na moldura da heteronormatividade, o que compromete sua objetividade científica e serve, contra seu próprio intuito, para reessencializar fenômenos sociais como parte da ‘cultura’.⁶⁶

⁶⁴ LIMA, Marcus Assis. *Em busca da normalidade: Sui Generis e o estilo de vida gay* in *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudo de Gênero – NUTEG*. Vol. 02, n. 01 (2º sem. 2000). Niterói: EDUFF, 2000, p. 109-125

⁶⁵ Homossexuais geralmente obesos e com pelos distribuídos por todo corpo.

⁶⁶ MISKOLCI, Richard. Op. Cit. P. 168

No final da década de 1990 os estudiosos das questões homossexuais brasileiros tiveram acesso a obra da teórica Judith Butler. A autora é uma das representantes das teorias queer nos Estados Unidos. O ponto fulcral dessa corrente teórica era fazer uma crítica ao movimento homossexual americano que possuía uma agenda política considerada assimilacionista, ou seja, buscavam uma inserção social nos moldes heteronormativos. Os principais representantes do movimento queer, norte-americano, considerados mais combativos e radicais, são os ACT-UP e o Queer Nation. Dessa forma, nos Estados Unidos a crítica queer foi oriunda do movimento social, que questionou duramente as agendas políticas do movimento homossexual da primeira onda. O marco do movimento queer foi em 1993 quando em um ato político tomaram a parada gay americana.

Verificamos, então, a distinção entre os Estados Unidos e o Brasil. Nos Estados Unidos os queer são oriundos do movimento social e adentram as universidades. No Brasil a teoria queer chega pelo meio universitário. Uma das primeiras publicações dessa vertente teórica foi publicada na Revista Pagu no ano de 1998 cujo título era: *Trajetórias do gênero, masculinidades...*, em que foi publicado o artigo: *Fundamentos Contingentes: O feminismo e a questão do 'Pós-Modernismo* de autoria de Judith Buther. A apresentação do texto foi feita por Karla Adriana Martins Bessa que fez a seguinte argumentação:

A tradução do artigo de Judith Butler é uma tentativa de difundir o pensamento de uma teórica bastante conhecida no exterior pela ousadia e envergadura epistemológica com a qual questiona o essencialismo da política identitária e a aversão aos embates teóricos de determinados grupos feministas. Política e teoria (feminista) são para a autora duas maneiras de exercício de poder, próximas o bastante para não serem pensadas de forma dicotômica e distinta o suficiente para que uma não subsuma a outra. Embora tenha se passado quase uma década após a primeira versão deste texto, penso não ser demais afirmar o frescor do embate ali travado. A noção de política como luta permanente entre fundamentos (sempre contingente), que se renovam no continuo ato de configuração do desejo, do corpo, etc., é reiterada nas obras posteriores da autora.⁶⁷

A principal autora, a incorporar as inovações teóricas propostas pela teoria queer, no Brasil, foi Guacira Lopes Louro que, publicou na Revista Estudos

⁶⁷ BESSA, Karla Adriana Martins, Apresentação. In Cadernos Pagu Trajetórias do gênero, masculinidades... Vol.11, 1998. P. 7 e 8.

Feministas, o artigo intitulado: *Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação*. Segundo Richard Miskolci a perspectiva queer “constitui uma proposta que se baseia na experiência subjetiva e social da abjeção como meio privilegiado para a construção de uma ética coletiva.”⁶⁸

Feito esse percurso genealógico iremos dialogar com os principais debates teóricos que ancoram o movimento feminista e o LGBT no Brasil e em âmbito internacional. Como já verificamos anteriormente a terceira onda do feminismo, bem como os estudos sobre as sexualidades dissidentes apontam para a crise da noção de sujeito universal da modernidade. No ideal Iluminista e no pensamento liberal esse sujeito é constituído como universal, livre, autônomo e racional, essas eram as características que uniam os indivíduos. A primeira crítica a essa concepção foi feita pela teoria marxista que considera que a sociedade capitalista divide os sujeitos em duas classes distintas, burguesia e proletariado, e que o indivíduo do sistema político e social do capitalismo era o burguês. As feministas aprofundaram a crise desse sujeito demonstrando que além de pertencer a classe dominante, é também masculino, portanto sua pretensa universalidade esconde, na verdade, sua especificidade.

Na perspectiva marxista o sujeito é concebido a partir de uma classe social como seu fundamento ontológico. Esse pressuposto, sustenta toda a teoria marxista e, sua concepção de sujeito, como resultado de um processo histórico e material. Para as teóricas feministas esse sujeito também possui uma pretensa universalidade que é pautada na masculinidade, portanto, o conceito de classe social também essencializa o sujeito. Assim, essas críticas acarretam um problema para a noção de sujeito da modernidade: o primeiro é o sujeito como masculino universal, que hierarquiza as relações entre homens e mulheres e o segundo é a essencialização do sujeito pela noção de classe social. Como já relatamos uma das primeiras feministas a elaborar uma profunda crítica à noção de sujeito universal foi Simone de Beauvoir em seu livro *O Segundo Sexo*. Aprofundando o debate, Joan Scott, critica o universalismo e o essencialismo da noção de sujeito e, para superar essa concepção, a autora, argumenta que é necessária “uma análise da discriminação que incluísse as próprias categorias como classe, trabalhador, cidadão - e até homem e mulher.”⁶⁹ Essa afirmação levou o feminismo a questionar suas próprias categorias dentre elas o conceito de mulher e trouxe à baila os pressupostos do feminismo

⁶⁸ MISKOLCI, Richard. Op. Cit. p. 39.

⁶⁹ SCOTT, Joan. Prefácio a *gender and politics of history*. Cadernos Pagu, n. 3 (Desacordos, desamores e diferenças), 1994, p.14.

liberal que se visibilizou nas mulheres brancas, heterossexuais e burguesas questionando a identidade feminina. As questões que foram colocadas interrogam quais experiências femininas estão sendo invisibilizadas? Em que medida a utilização da categoria mulher ignorava a realidade diversa das mulheres? Essas perguntas são feitas em um contexto mais amplo em que a própria razão ocidental é questionada. As obras de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Jacques Derrida buscaram compreender a problemática da diferença, como pensar de forma a não produzir o outro, o diferente. Nos fins dos anos de 1980 o movimento feminista passou a dialogar ativamente com essas perspectivas teóricas. Nessa proposta as categorias razão e subjetividade são debatidas. Para as feministas, a filosofia ocidental cindiu razão de subjetividade/emoção, de um lado o mundo dos logos e de outro o mundo dos sentimentos. Dessa divisão surgem outras como natureza/cultura, objeto/sujeito, ativo/passivo essas dicotomias afetam as mulheres, pois elas são constituídas como oposto ao masculino, sendo elas ligadas ao polo dos sentimentos, o que legitima a divisão sexual do trabalho. Para Derrida este sistema dualista legitima a ordem do pensamento ocidental. Essa lógica consiste na submissão do termo oposto. Assim um dos conceitos que se apresentará como autossuficiente, cobra do seu oposto a legitimidade, por exemplo, o conceito de heterossexualidade necessita do seu oposto a homossexualidade, para se afirmar como hegemônica. Dessa forma, o sistema binário se faz hierárquico e excludente. Assim, grande parte das intelectuais feministas desde a década de oitenta compartilha a preocupação em não criar teorias que reproduzam exclusões.

Outra crítica formulada pelas feministas é a ideia da preexistência dos sujeitos antes da realidade social, ou seja, a ideia de que atrás do ser existe uma essência, uma ontologia que tem sido combatida. Dessa forma, a teoria feminista pós-estruturalista desenvolve o método da desconstrução, o qual tem a função de demonstrar a lógica interna das categorias, a fim de expor suas limitações e questionar os esquemas dicotômicos como ressalta Scott:

Desconstruir significa analisar operações da diferença nos textos e as formas nas quais os significados são trabalhados. [...] Revela a interdependência de termos aparentemente dicotômicos e como seu significado se relaciona com uma história particular. Mostra-os como oposições não naturais, mas construídas; e construídas para propósitos particulares em contextos particulares.⁷⁰

⁷⁰ SCOTT, Joan. "Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista" Debate Feminista, São Paulo: Cia. Melhoramentos, Edição Especial (Cidadania e Feminismo), p.208

A teoria feminista pós-estruturalista concebe que o sujeito se constrói a partir de significados e de representações culturais, que são marcados por relações de poder. Para isso, Scott, considera que são necessárias teorias que sejam capazes de nos fazer pensar em termos de pluralidades e diversidades, ao invés de unidades e universalidades; que rompam o esquema clássico das tradicionais filosofias ocidentais, pautado nos esquemas binários que constroem hierarquias, como a existente entre homens e mulheres. De acordo com Butler a utilização da categoria identidade, como mulher, homossexual, lésbica dentre outras, reafirma e cristaliza as hierarquias sociais. A busca pela definição da identidade mulher, que sempre almeja uma unidade e coerência, acarretou uma exclusão da multiplicidade das interações culturais, sociais e políticas das experiências femininas. Ao pretender ser universal a categoria mulheres tornou-se normativa e excludente e ignora outras dimensões que marcam privilégios no interior do feminismo como de classe e de raça. Para Tereza de Lauretis é preciso ultrapassar a limitação do conceito de diferença sexual, pois:

Ele confina o pensamento crítico feminista ao arcabouço conceitual de uma oposição universal do sexo (a mulher como a diferença do homem, com ambos universalizados; ou a mulher como diferença pura e simples e, portanto, igualmente universalizada), o que torna muito difícil, se não impossível, articular as diferenças entre mulheres e Mulher, isto é, as diferenças entre as mulheres ou, talvez mais exatamente, as diferenças nas mulheres.⁷¹

Para pensar a relação entre gênero, sexo e sexualidade Judith Butler considera que a cultura ocidental elaborou uma engenharia discursiva que articulou sexo, gênero e orientação sexual. A autora questiona os pressupostos do que ela chamará de heterossexualidade compulsória. Segundo ela “o corpo é em si mesmo uma construção [...] Não se pode dizer que os corpos tenham uma existência significável anterior à marca do seu gênero.” Para Butler gênero não é uma interpretação cultural do sexo, na medida em que o próprio sexo é tomado como cultural e, portanto, construído discursivamente. Dessa forma, não há uma distinção entre sexo e gênero ambos são produzidos culturalmente. Os discursos sociais buscam normatizar as estruturas binárias sexo e gênero, ou seja, há um contínuo entre sexo, gênero e sexualidade que está normatizado

⁷¹ LAURETIS, Teresa de. “A tecnologia do gênero”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco.1994. p. 207.

pelas estruturas binárias que reafirmam a heteronormatividade como norma natural da sexualidade humana. Para Butler, essa perspectiva cristaliza as outras orientações sexuais como anormais. A pensadora radicaliza em não conceber gênero como cultural e sexo como biológico. O gênero se produz através da reiteração de atos que produzem uma ilusão de verdade do sexo, performatividade, a ideia de que existe algo anterior, uma substância pré-existente e primordial é rejeitada, uma vez que não só o gênero é construído, mas o sexo também é resultado de uma engenharia discursiva. Colocar a dualidade do sexo num domínio pré-discursivo é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas, ou seja, há uma intelegibilidade do desejo, ele deve ser sempre orientado para o sexo oposto havendo uma relação entre sexo/gênero/desejo, esse esquema é sustentado por um pressuposto filosófico que considera que esse binário é natural, pré-existente. A tarefa, então, é subverter as identidades e desestabilizar os regimes de poder existentes.⁷² Nesse sentido, se o biológico é questionado enquanto pressuposto fundante da identidade, de que forma se constituem os sujeitos? Na concepção de Butler ele (sujeito), é constituído discursivamente, é contingente, é político.

Contextualizamos nesse tópico a conjuntura teórica do feminismo e dos estudos sobre as sexualidades LGBTs. As questões apresentadas colocam desafios para as Ciências Sociais, questionam categorias pilares do pensamento sociológico como: classe social, indivíduo, sujeito, sociedade, objetividade, subjetividade, especificidade, universalidade, razão, reprodução, produção dentre tantas outras, que colocam problemas epistemológicos, metodológicos e teóricos para as Ciências Sociais. Para os intelectuais o desafio na perspectiva pós-estruturalista se faz em como abandonar os esquemas dicotômicos de pensamento, por exemplo, como compreender as relações de poder para além do binômio quem manda *versus* quem obedece, mas como se constituem franjas, fissuras e contingências nessas relações. Como não inviabilizar as diferenças culturais de cada categoria e pensar em termos plurais e diversificados; rejeitar as perspectivas essencialistas de homem e mulher, principalmente as ligadas ao sexo como primazia da identidade binária. Como conciliar as análises pós-estruturalistas e queer com o estruturalismo. Para finalizar esse tópico citarei as questões colocadas por Daniel Welzer Lang:

⁷² BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. P. 27

Como abordar o gênero por todos os ângulos em nossas pesquisas, em nossas vidas pessoais, tanto quanto em nossas lutas humanistas? Como não limitar a aceitação do conceito de gênero apenas às dimensões que nos afetam diretamente como dominado (a) s? Como articular a opressão das mulheres e discriminações dos gays das lésbicas, do bi, dos travestis e dos trans? Como articular análises feministas tradicionais e desconstruções queers, incluindo a desconstrução do “eterno feminino”? Mas também como se dirigir aos homens?⁷³

Reflexões sobre a clássica divisão sexual do trabalho

A divisão social do trabalho é um tema que foi discutido nas Ciências Sociais desde seus autores clássicos.

Um dos fundadores da Sociologia, Émile Durkheim, buscava compreender o que mantém a coesão social na sociedade moderna. Na obra do autor intitulada, “Da Divisão Social do Trabalho”, Durkheim demonstrou que a divisão social do trabalho era o fato social que mantinha a integração social. A análise do autor concebe a divisão do trabalho sob o aspecto social e moral, e não sob o aspecto econômico. Aponta que a divisão do trabalho gera entre os indivíduos um sentimento de solidariedade e que constitui a ordem/coesão social através da consciência social. A divisão do trabalho para o autor determinaria os traços fundamentais da constituição da sociedade. Os indivíduos seriam ligados uns aos outros, pois são incompletos e demonstram suas dependências mútuas, formando um mecanismo de continuidade integrante nas consciências individuais. A divisão social do trabalho mantém em equilíbrio a sociedade devido à especialização de tarefas, cuja divisão do trabalho é a fonte. Ela gera solidariedade social e garante a integração e coesão social. Para Durkheim haveria dois tipos de solidariedade: a mecânica e a orgânica. A primeira ocorria nas sociedades tradicionais e a segunda na sociedade moderna. A solidariedade mecânica é caracterizada pela semelhança entre os indivíduos. Ela expressa a fonte de consciência coletiva, existência de crenças, valores e sentimentos bem firmes e aceitos por todos; ou seja, o indivíduo faz parte de um ‘microorganismo’ no todo social. Na solidariedade orgânica cada órgão social tem uma

⁷³ WELZER-LANG, Daniel. Abordar o gênero por todos os ângulos. (Prefácio) In: SILVA, Marinete dos Santos (org). Das Areias de Ipanema à Planície Goytacá: gênero, política e poder. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2015. P. 18

função específica e sua autonomia, a sua unidade é tanto maior quanto a sua individualização. Por isso, se chama orgânica a solidariedade que resulta da divisão social do trabalho na modernidade. Para Durkheim é através da solidariedade orgânica que se mantém a coesão social na sociedade moderna. A divisão sexual do trabalho era considerada como o resultado da complementaridade dos sexos e existente nas sociedades tradicionais e moderna, uma vez que se inscreve na natureza, conforme explica o autor:

É a divisão do trabalho sexual a fonte da solidariedade conjugal, e é por isso que os psicólogos notaram apropriadamente que a separação dos sexos fora um acontecimento capital na evolução dos sentimentos, pois tornou possível aquele que talvez seja o mais forte de todos os sentimentos desinteressados.⁷⁴

O autor ressalta ainda:

Ora, é certo que, ao mesmo tempo, o trabalho sexual tornou-se cada vez mais dividido. Limitando a princípio apenas às funções sexuais, estendeu-se pouco a pouco a vários outros. Faz tempo que a mulher retirou-se da guerra e dos negócios públicos e que sua vida concentrou-se inteiramente no interior da família. Desde então, seu papel especializou-se cada vez mais. Hoje, entre os povos cultos, a mulher leva uma existência totalmente diferente da do homem. Dir-se-ia que as duas grandes funções da vida psíquica como que se dissociaram, que um dos sexos monopolizou as funções afetivas e o outro as funções intelectuais. Vendo-se em certas classes, as mulheres se dedicarem à arte e à literatura como os homens poder-se-ia crer, é verdade, que as ocupações dos dois sexos tendem a se tornar homogêneas. Mas, mesmo nessa esfera de ação, a mulher traz sua natureza própria, e seu papel permanece muito especial, bem diferente do papel do homem. Além disso, enquanto a arte e as letras começam a se tornar coisas femininas, o outro sexo parece deixá-las de lado para se dedicar especialmente à ciência. [...] com o progresso da civilização, o cérebro dos dois sexos se diferencia cada vez mais.⁷⁵

Tal perspectiva dominou o pensamento das ciências sociais durante os séculos XIX e XX.⁷⁶

Ao escrever sobre a divisão social do trabalho, Karl Marx, um autor clássico da Sociologia e crítico do capitalismo, aborda a divisão sexual do trabalho como algo inscrito na natureza. Para ele a divisão sexual é algo complementar dos sexos, não acarretando a desigualdade e a alienação como a divisão social do trabalho acarretaria no

⁷⁴ DURKHEIM, Émile. Da divisão social do trabalho. São Paulo: Martins Fontes. p.22

⁷⁵ Idem. p.26

⁷⁶ Idem. Ibidem. p. 73-102

modo de produção capitalista. Os estudos feministas demonstram os limites da teoria marxista para pensar as questões relativas ao gênero. Isso se dá pelo fato do marxismo considerar a reprodução, ou seja, o trabalho doméstico como não gerador de valor, pois estaria inscrito na natureza dos sexos. A preocupação desse modelo teórico prioriza compreender o mundo da produção capitalista. Danièle Kergoat considera que há um laço indissolúvel entre classe e sexo. Portanto, é necessário pensar o conceito de trabalho em termos de classe e sexo. A economia política clássica e a sociologia do trabalho não se debruçaram sobre as desigualdades de gênero, por isso, a oposição entre homem/mulher, trabalho/não trabalho, trabalho assalariado/trabalho doméstico. Para as estudiosas do gênero o limite da teoria marxista se deve ao fato de não considerar que há uma relação indissociável entre reprodução do capital e reprodução de seres humanos, a subordinação da reprodução à produção e a sujeição do feminino ao masculino. Pensar a divisão sexual do trabalho é considerar que ela se apoia numa base tanto política como econômica. A vinculação das mulheres à esfera da reprodução inexoravelmente as excluiu do campo sócio-político. As consequências dessa exclusão não foram pensadas pela teoria marxista, pois as relações de sexo foram tidas como complementares e inscritas na natureza.⁷⁷

Marcel Mauss, em uma palestra no Instituto Francês de Sociologia, em 1931, direcionada aos alunos das Ciências Sociais, mencionou a lacuna que a Sociologia possuía ao não estudar o papel social das mulheres nas diversas estruturas sociais. Considerou que as funções desempenhadas pelas mulheres são de extrema importância em todas as sociedades:

A divisão por sexos é uma divisão fundamental que onerou com seu peso todas as sociedades num grau que nem suspeitamos. Nossa sociologia, neste ponto, é muito inferior ao que ela deveria ser. Pode-se dizer a nossos estudantes, sobretudo àqueles que um dia poderiam efetuar observações neste terreno, que só fizemos a sociologia dos homens e não a sociologia das mulheres, ou dos dois sexos. [...] As mulheres são um elemento capital da ordem.

⁷⁸

Embora Mauss, um clássico do pensamento sociológico, tenha advertido sobre a importância de se pensar o papel das mulheres nas diversas sociedades

⁷⁷ NICHOLSON, Linda. Feminismo e Marx: integrando o parentesco com o econômico. In: BENHABV, Seyla e CORNELL, Drucilla (orgs). *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro. Ed. Rosa dos Tempos. 1987, COMBES, Danièle e HAICAULT, Monique. *Produção e reprodução: relações sociais de sexos e de classes*. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, André. *O sexo do Trabalho*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1986. Pp 23-43. HIRATA, Helena. *Divisão – Relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho*. In: *Em Aberto*, Brasília, ano 15, n. 65, jan. / Mar. 1995. Pp. 39-49

⁷⁸ MAUS, Marcel. *A coesão social nas sociedades polissegmentares (1931)*. São Paulo: Ática. P.342.

a Sociologia do trabalho e os estudos antropológicos, nas diversas correntes de pensamento, não buscaram compreender a relação entre homens e mulheres no mercado de trabalho e nas relações sociais. O paradigma teórico que dominou as Ciências Humanas foi o modelo masculino do trabalhador apresentado como universal.

O estudo de, Elisabeth Souza-Lobo, apontou o quanto esse pensamento limita uma análise da possibilidade de se pensar a atuação das mulheres nas representações da classe operária e a situação de opressão vivenciada por elas no mercado de trabalho. Os argumentos para explicar a não participação das mulheres nos sindicatos eram pautados em discursos sobre a ‘natureza feminina’, em que as mulheres são consideradas dóceis e submissas. A percepção de uma classe trabalhadora homogênea, masculina, não possibilitou pensar que as operárias possuíam uma dupla jornada pois, além da jornada de trabalho, eram responsáveis pelo trabalho da reprodução.⁷⁹

Estudos antropológicos e históricos buscaram compreender de que forma a divisão sexual do trabalho foi desenvolvida ao longo da história da humanidade. Certamente muitos desses estudos são permeados por uma concepção científica pautada no evolucionismo e no positivismo, sejam eles, vinculados ao ramo das ciências biológicas ou mesmo das ciências humanas. Mesmo correndo o risco de reproduzir as distorções desses estudos, tentaremos mapear o desenvolvimento da divisão sexual do trabalho entre as sociedades humanas. Ter pistas de como tal processo se desencadeou é importante para entendermos a hierarquia de gênero existente em nossa sociedade. No período da pré-história, cabia às mulheres cuidar das crianças e aos homens, a caça e a guerra. Essa divisão sexual de tarefas desenvolveu em cada um dos sexos características distintas, próprias ao homem e à mulher. Isso teve forte reflexo sobre a construção das identidades do feminino e do masculino. Buscaremos descrever de forma breve o desenvolvimento dessas relações de gênero.

Uma pergunta instigante feita por Badinter pode ser o fio condutor do nosso quadro teórico: *Na época da fecundação in vitro e das possíveis manipulações genéticas, o que restará de inalterável que nos mantenha indissoluvelmente ligados a nossos ancestrais mais longínquos?*⁸⁰ Acreditamos que a divisão sexual do trabalho é um desses elos que nos mantém ligados a esse passado longínquo.

⁷⁹SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense.

⁸⁰BADINTER, Elisabeth. Um é o outro; relações entre homens e mulheres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. P. 13.

A divisão sexual do trabalho desde a pré-história foi concebida como algo inscrito na natureza. Essa ideia sustenta o pressuposto da complementaridade entre os sexos. Ela está inscrita nos corpos, nos órgãos genitais, ou seja, é evidente e dada pela ordem considerada natural. Logo essa ordem determina as funções sociais próprias de cada um dos sexos. Tal argumentação sustenta a ideia de que o modelo de divisão sexual do trabalho é uma constante em qualquer sociedade e pode ser identificado até mesmo no mundo animal. É pensada como algo universal, próprio da natureza humana. Essa suposição ocupa o mesmo status dado por Levi-Straus à proibição do incesto. Essa explicação, entretanto inviabiliza a possibilidade de se pensar em transformações no modelo clássico da divisão sexual do trabalho e a legitimidade de outras sexualidades porque considera que há uma lei universal em toda organização social.⁸¹

Desde a pré-história a divisão sexual do trabalho esteve associada à ideia de complementaridade. Para Badinter a origem dela se deve ao fato de

O regime alimentar humano implica a divisão de tarefas e de recursos. Em todos os grupos primitivos conhecidos, a caça cabe normalmente ao homem, a colheita à mulher. A aliança da carne com os legumes é essencial para o equilíbrio alimentar de cada um dos sexos. Portanto um e outro trocam suas provisões: proteínas animais por proteínas vegetais. Provavelmente nessa troca primitiva reside a primeira diferença entre o humano e o primata, ao mesmo tempo fonte de complementaridade dos sexos e de um fenômeno social totalmente humano.⁸²

Podemos pensar a divisão de tarefas como um fenômeno social por ser resultado de um contrato estabelecido entre homens e mulheres. Embora ele queira no parecer natural, legitimando a ideia de complementaridade dos papéis sexuais, sua origem se deve ao fato das mulheres ficarem responsáveis por todo o processo de gestação e aleitamento dos filhos. Isso dificultava a capacidade de caçar das fêmeas, restava a elas a coleta de vegetais. A proteína animal era garantida pelos machos que ficavam responsáveis pela caça. Assim, esse processo resultou em que:

Doravante, a mãe pode se ocupar de vários filhotes ao mesmo tempo. Ela se ausenta menos e passa a vida num território

⁸¹ Pensamento compartilhado por LEIBOWITZ, Lila. Aux commencements...: origines de la division sexual du travail et développement des premières sociétés humaines. In: CHEVILLARD et LECONTE. Travail des Femmes Pouvoir des homme, Montreuil, La Brèche – PEC, 1987, BADINTER, Elisabeth. Um é o outro; relações entre homens e mulheres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986 e BORRILLO, Daniel. Homofobia história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica. 2010.

⁸² BADINTER, Elisabeth. *Op Cit*, p. 28

restrito, que conhece a fundo. Enquanto ela colhe os vegetais, os machos vão procurar a carne que, em seguida, dividirão com ela e os filhotes, que sobrevivem mais facilmente, graças a essa repartição das tarefas.⁸³

A hipótese defendida por Badinter é que mesmo com a divisão das tarefas, (caça para o homem e a agricultura para mulher), havia uma certa equidade entre os sexos, pois ambos dependiam um do outro. No entanto, com o desenvolvimento tecnológico a divisão sexual do trabalho se intensificou e impôs definições de espaços e papéis sociais para cada um dos sexos. A utilização do arado de metal e a inserção de animais na atividade agrícola excluiu completamente as mulheres dessa atividade. Tal processo interferiu até mesmo nas explicações míticas sobre a fertilidade da terra que estavam até então associadas à mulher. Com os novos instrumentos produtivos as mulheres deixaram de ser responsáveis pela fertilidade. O sêmen viril passou a ser o fertilizante da terra. *A charrua-falo concedeu ao homem um papel cada vez mais importante, transformando-o em fertilizador da terra.*⁸⁴

O domínio da tecnologia pelos homens fortalece a divisão sexual do trabalho, impondo uma diferença social, política e econômica entre homens e mulheres. Se o que tornava a relação entre os sexos mais equânime antes do aprimoramento tecnológico era a fertilidade da mulher, essa perderá completamente seu poder.

Os filósofos gregos já argumentavam que o papel masculino era extremamente importante na geração, pois o princípio da humanidade era advindo do homem, portanto, do esperma. Ficava entendido que o homem era responsável pela transmissão da alma e a mulher apenas da matéria corpórea desprovida de razão. Dessa forma Badinter observa:

O papel da mãe é duplamente desvalorizado. Aristóteles, como os homens de seu tempo, teimará constantemente em provar que a 'mulher não engendra por si mesma', em outras palavras, teimará em pôr fim às antigas crenças na partenogênese. Além do mais, se a fêmea possui a mesma alma que o macho, por que ela não engendraria sozinha? A resposta é simples: a fêmea não possui a mesma alma que o macho. A alma cognitiva só se transmite através do macho.⁸⁵

⁸³ *Idem, ibidem.* p. 30

⁸⁴ *Ibidem.* p 74

⁸⁵ *Idem, Ibidem* p. 110

Esse pressuposto pode ser identificado em sociedades como os baruya, na Nova Guiné. Maurice Godelier verificou que o mito sobre a fecundidade naquela sociedade explica que um filho nada mais é do que o produto do esperma. Quando encerrado na mulher ele se mistura aos líquidos femininos. Se o esperma vencer tais líquidos a criança será do sexo masculino, caso contrário, será uma menina. Consideram, ainda, que o alimento do feto se dá pelos repetidos coitos que o fazem crescer no ventre da mãe.⁸⁶

Com o desenvolvimento tecnológico, político e econômico da sociedade ocidental os homens se apropriaram cada vez mais do mundo público, delegando às mulheres o mundo privado. Constituiu-se então uma rígida divisão sexual do trabalho que terá consequências sociais, políticas e econômicas para as mulheres até a contemporaneidade.

Para Bandinter, Foucault, Bourdieu, Perrot, Duby e Lévi Strauss o casamento, comandado pela lei da exogamia e pela proibição do incesto, institucionalizaram a divisão sexual do trabalho e a ideia da heterossexualidade como natural e universal. Para Georges Duby:

Os ritos de casamento são instituídos para assegurar, em ordem, a repartição das mulheres entre os homens, para disciplinar em torno delas a competição masculina, para socializar a procriação. Designando quem são os pais, eles acrescentam uma outra filiação à filiação materna, a única evidente. O casamento funda relações de parentesco [...] é ele que dá à mulher um duplo *status* de objeto. Ela é objeto para o pai que a troca. Ela continua sendo um objeto para o marido que a obtém.⁸⁷

A interpretação de Badinter, sobre a lei do incesto defendida por Lévi-Strauss, considera que o próprio vocábulo utilizado pelo antropólogo para referir-se às mulheres as equiparam a objetos. Os termos usados são ‘objetos de troca’, ‘prestações’ e ‘bens’. A autora identifica ainda que:

As mulheres não têm somente um valor econômico para os homens que as trocam. Têm inicialmente o valor de paz e de alianças. Se o incesto é proibido em todo lugar, se as mulheres são ‘congeladas’ no seio da família, é menos por razões morais ou biológicas do que sociais. Cada um renuncia à filha ou à irmã, com a condição de que seu vizinho faça o mesmo e de que se possa trocá-las mutuamente. Assim, a hostilidade natural entre os grupos transforma-se em relações de aliança. Cada um sabe que, trocando suas irmãs, os irmãos ganham cunhados para ir caçar;

⁸⁶ GODELIER, Maurice. La production des grands hommes. Fayard, 1982.

⁸⁷ DUBY, Georges. Le chevalier, la femme et le prêtre, Hachette. 1981, p.23 (tradução livre)

suas amizades se alargam, e por esses dons recíprocos, eles passam “da angústia à confiança”.⁸⁸

Com o casamento os homens têm a segurança da filiação legítima e a garantia da sua sucessão. Associado à proibição do incesto consolida-se a submissão das mulheres aos homens e a naturalização da heterossexualidade como norma universal da sexualidade humana.⁸⁹ Essas premissas sustentam o modelo patriarcal e heterossexual por duas condições como explica Badinter:

a primeira é que o casamento guarde o significado de uma troca de mulheres; a segunda, ela própria condição da primeira que a assimetria entre os sexos seja mantida, em outras palavras, que as mulheres continuem assimiladas à categoria de objetos. A história e a etnologia mostram claramente que todas as sociedades patriarcais gastaram tesouros de energia e de astúcias para impor, por bem ou por mal, essa assimetria. Algumas, inclusive, não hesitaram em radicalizar ao extremo, a ponto de fazer do um o inverso do outro.⁹⁰

Para Foucault foi no século XVIII que novos discursos sobre a sexualidade foram criados. A primazia da sexualidade vinculada à reprodução foi construída, bem como o modelo de família considerada ideal. O casal legítimo é o que procria. Os discursos que legitimavam e legitimam esse modelo de família, considerado ideal, têm como intuito manter uma estrutura social, econômica e política. Os discursos sobre a sexualidade buscaram adequá-la a uma norma política, econômica e social do nascente modelo burguês de produção. Toda uma engenharia discursiva sobre as distinções entre homens e mulheres foi criada. O autor denomina esses argumentos de política do sexo em que há uma necessidade de regular a sexualidade dentro dos padrões da nascente sociedade burguesa. A sofisticação desses discursos é descrita pelo autor com clareza na sua obra, de três volumes, intitulada História da Sexualidade. Em síntese, podemos considerar que a nova política sexual do século XVIII tinha como principal objetivo assegurar o povoamento, a reprodução da força de trabalho, reproduzir o modelo de relações sociais, ou seja, produzir um modelo de sexualidade que atendesse ao sistema econômico nascente.

Essa engenharia discursiva sobre a sexualidade teve por objetivo legitimar a suposta desigualdade entre homens e mulheres. Até o século XVIII as

⁸⁸ BADINTER, Elisabeth. *Op. Cit.* P. 122 e 123.

⁸⁹ Pensamento corroborado por BUTLER, Judith. Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Pp.52 a 74.

⁹⁰ BADINTER, Elisabeth. *Op. Cit.* p130.

explicações sobre o sexo e sobre a sexualidade estiveram vinculadas aos discursos teológicos, estes reformularam a explicação metafísica construído pela filosofia da antiguidade clássica. Com as revoluções burguesas era necessário dar uma explicação racional para todos os fenômenos sejam naturais ou sociais. Foucault argumenta que no referido século:

Nascia uma tecnologia do sexo inteiramente nova; nova porque sem ser realmente independente da temática do pecado escapava, basicamente, à instituição eclesiástica. Através da pedagogia, da medicina e da economia, fazia do sexo não somente uma questão leiga, mas negócio de Estado; ainda melhor, uma questão em que, todo o corpo social e quase cada um de seus indivíduos eram convocados a porem-se em vigilância. Nova, também, porque se desenvolvia ao longo de três eixos: o da pedagogia, tendo como objetivo a sexualidade específica da criança, o da medicina, com a fisiologia sexual própria das mulheres como objetivo; e, enfim, o da demografia, como objetivo da regulação espontânea ou planejada dos nascimentos.⁹¹

Durante os séculos XVIII e XIX foram elaboradas explicações da diferença entre os sexos, pautadas na ciência e não mais na metafísica. Durante a Antiguidade e a Idade Média nos revela Thomas Laqueur, o modelo de sexo único (*model one-sex*)⁹² explicava a diferença entre os sexos. Considerava que a mulher era um homem invertido. Os padrões deste modelo eram os órgãos sexuais masculinos, nesta concepção o útero equivalia ao escroto masculino, os ovários eram os testículos, a vulva o prepúcio e a vagina era o pênis. Este modelo baseou-se na concepção metafísica, e tinha como ideal de perfeição humana o sexo masculino, sendo o feminino um homem invertido e logo inferior. Essa inferioridade era explicada pela teoria do *calor vital*, que afirmava que faltava à mulher a força ou a intensidade de *calor vital* para que seu corpo evoluísse até o estágio do macho. Desta forma, o modelo de sexo único considerava que apenas o sexo masculino havia atingido a culminância na escala evolutiva, sendo a mulher um representante inferior do mesmo. Segundo Laqueur, esse paradigma da diferença foi construído em torno dos impasses da igualdade imposta pela Revolução Francesa.⁹³

⁹¹ FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I. A vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal, 1988. P.127 e 128

⁹² Expressão utilizada pelo autor.

⁹³ LAQUEUR, Thomas. *Inventado o sexo: corpo e gênero dos Gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001, p. 35.

Foi a ciência do século XIX que elaborou um novo paradigma de explicação para as diferenças entre homem e mulher em oposição ao descrito anteriormente. O novo paradigma denominado modelo de dois sexos (*two-sex model*) parte do pressuposto bipolar, ou seja, da diferença biológica entre homem e mulher, (esta diferenciação foi possível a partir da dissecação de cadáveres). Para os médicos ou naturalistas da época havia uma série de oposições e contrastes entre o masculino e o feminino. Estas diferenças biológicas interferiam no comportamento social de homens e mulheres. A partir dessa concepção, a mulher foi considerada biologicamente inferior ao homem. No plano social significou que a mulher por sua natureza inferior era propícia ao mundo do privado e estava impedida de participar do mundo público, devido à sua inferioridade intelectual e moral. No século XIX o modelo de explicação de diferenças entre homens e mulheres estava definido.

A partir do paradigma teórico do século XIX a mulher passou de inverso à complementaridade natural do masculino, estabelecendo a norma dos sexos. Os indivíduos que não se adequavam a esse modelo eram considerados invertidos, o inverso do homem. Com isso, a homossexualidade masculina passou de pecado, na Idade Média, a doença moral e perversão e posteriormente em crime/delito, legitimado pela ciência moderna. A utilização dessa nova concepção sobre a sodomia se consolidou como forma de demonstrar o poder explicativo da ciência em relação ao poder da Igreja. O homossexual se nivelava ao feminino, pois mesmo tendo um corpo masculino, desejava sexualmente um outro corpo masculino. Segundo Laqueur o invertido apresentava um duplo desvio: sua sensibilidade nervosa e seu prazer sensual eram femininos. Seu sexo foi, por isso mesmo, definido como contrário aos interesses da reprodução biológica. Para os naturalistas do século XIX, era imprescindível que o homossexual apresentasse características femininas, caso contrário, não poderia ser considerado um invertido, essa associação ainda pode ser verificada hoje em nossa sociedade.

A explicação científica sobre os sexos possibilitou que os papéis sociais fossem definidos a partir dos órgãos sexuais. A divisão sexual do trabalho estava assim legitimada por uma ordem natural e social que a considerava como algo próprio da complementaridade dos sexos. Não se pensava tal divisão como hierárquica ou desigual.

Durante a Revolução Francesa podemos identificar os argumentos de pensadores para legitimar essa ordem. Em “Palavras de Homens”, Elisabeth Badinter, relatou o debate travado sobre os direitos das mulheres, entre os revolucionários franceses nos anos de 1790 a 1793, demonstrando que a exclusão da mulher da cidadania foi o

resultado de decisão política e não de esquecimento. O conflito que dividia os protagonistas da revolução era: *a Declaração dos Direitos do Homem aplica-se a todos os seres humanos, seja qual for o seu sexo, religião ou raça, ou antes diz respeito apenas aos homens, machos?*⁹⁴ Condorcet, Pierre Guyomar e Lequinio argumentavam que homens e mulheres possuíam direitos iguais, e que a metade da humanidade não poderia excluir a outra de seus direitos cívicos. Condorcet era favorável a uma educação igual para os dois sexos e de profissões semelhantes para ambos, seu pensamento foi ousado para época e por isso quase não teve adeptos. Embora, Lequinio fosse defensor da aplicação dos direitos civis das mulheres, ele admitia que elas eram diferentes dos homens: *Sua constituição mais débil... a textura mais frouxa e a irritabilidade de suas fibras lhes proíbem o duro exercício das armas, o perigo dos combates e as fadigas morais do governo político.*⁹⁵

Os filósofos, Amar, Prudhomme, Chaumette e outros se apoiaram nas teses de Rousseau para zombar dos argumentos de Condorcet. O pensamento de Rousseau foi triunfante no fim do século XVIII. Com a publicação de *O Emílio*, em 1762, o papel da mulher na sociedade estava definido, pois dela dependia a felicidade conjugal e da família, *tudo dependia da mulher e de sua aptidão para bem representar os papéis que lhe eram destinados: esposa virtuosa e fiel, mãe até o sacrifício de si mesma, dona de casa consumada*⁹⁶. O papel da mulher na sociedade, afirmava Rousseau, estava dado pela complementaridade dos sexos. Isso fica evidente ao definir as atribuições de Emílio e de Sofia, sua companheira. A ele cabe a força, a audácia e a conquista do mundo exterior; a ela, a doçura, a modéstia, as atividades caseiras e o poder sobre o pessoal da casa.

Com veemência afirmou Rousseau: *Só a mulher deve mandar na casa... Mas ela deve limitar-se ao governo doméstico, não se meter com as coisas de fora, e se manter encerrada em casa*⁹⁷. As analogias feitas, por ele, entre a casa e o convento, revelam o ideal feminino em Rousseau. Dessa forma, o sacrifício e a reclusão caracterizavam o destino das mulheres. Aquelas que ousassem trilhar outro caminho pagariam com sua virtude e sua vida, pois seriam comparadas a monstros. Uma mulher deveria saber silenciar seus sofrimentos e dedicar sua vida inteiramente aos seus familiares, pois isto, é a função que a natureza lhe destinou, sendo sua única chance de

⁹⁴ BADINTER, Elizabeth (org. e apres.). *Palavras de Homens*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p. 12.

⁹⁵ BADINTER, Elizabeth (org. e apres.). *Idem*, p. 16.

⁹⁶ *Idem*. *Ibidem* p. 19.

⁹⁷ *Idem*, *ibidem*, p. 20.

felicidade. Esse discurso se tornou dominante durante e depois da Revolução Francesa mesmo entre os mais fervorosos republicanos. A conclusão do debate foi que as mulheres não exerceriam os direitos cívicos e políticos, uma vez que a natureza já havia definido que sua felicidade se encontrava no lar, no cuidar de sua família. Às mulheres que transgredissem as normas sociais estabelecidas Chaumette advertia:

Assim como veneraremos a mãe de família que encontra sua felicidade e sua glória cuidando de seus filhos e educando-os, tecendo os trajes de seu marido e aliviando as fadigas deste com o cumprimento dos deveres domésticos, também devemos desprezar e rejeitar a mulher sem-vergonha, que enverga túnica viril.⁹⁸

Essas teses consolidaram o lugar da mulher na sociedade. Os valores da nascente burguesia exaltavam o papel da mulher como mãe e esposa. O ideário burguês afirmava que a riqueza de uma nação dependia em primeiro lugar de uma população numerosa. Eram necessários trabalhadores em tempo de paz e homens que empunhassem o fuzil na guerra. Fazia-se necessário erradicar a mortalidade infantil, que ceifava a vida das crianças antes dos dez anos de idade, por falta de cuidados maternos. As mulheres foram convocadas a cuidar da nação, o que as tornou prisioneiras do lar e lhes proibia qualquer ação no espaço público. Àquelas que ousassem transgredir o modelo, estariam traindo a natureza e sendo comparadas a monstros. Percebemos que os homens se empenharam em definir os papéis e as funções de cada sexo. A insistência nos signos e nos limites da feminilidade foi para os homens uma forma de demarcar seu território, de manter uma rígida e intransponível fronteira entre o masculino e o feminino e da divisão sexual do trabalho. Com isso, as mulheres foram consideradas incapazes intelectual e moralmente de exercerem seus direitos cívicos e políticos, elas foram comparadas às crianças e aos loucos.

Foi no final do século XX que a divisão sexual do trabalho passou a ser estudada fora da concepção de complementaridade. Com o movimento feminista no fim dos anos de 1970 as mulheres questionaram a ordem imposta pela divisão sexual do trabalho. Demonstraram as desigualdades sociais, políticas e econômicas que essa divisão acarretava para elas. Elas analisaram concretamente as diversas relações sociais que

⁹⁸ Idem, *ibidem*, p. 23-24.

estruturam a divisão sexual do trabalho.⁹⁹ Para Teresa Torns, Carolina R. Cáceres e María-Ángeles Durán:

Según explican las ciencias sociales, la especie humana há dividido las actividades necesarias para su supervivencia de modo que las tareas de reproducción y cuidado de la vida han sido atribuídas a las mujeres y las de producción de bienes a los hombres. Esa división há supuesto que las sociedades humanas a lo largo de la História han convertido y organizado las diferencias biológica de tipo sexual em actividades humanas diferenciadas y que, hoy em día, tal división de tareas sea visible en la organización socioeconómica capitalista que rige en la mayor parte de las sociedades contemporâneas. En esta sociedade existe uma división social del trabajo que preside la producción de bienes, y se ignora o subestima la división sexual del trabajo que caracteriza las tareas de reproducción y cuidado de la vida.¹⁰⁰

As críticas feministas e os estudos gays e lésbicos atacavam o arcabouço teórico que legitimava a divisão sexual do trabalho. Principalmente o argumento da complementaridade natural entre os sexos seu pressuposto fundamental. Autores como Pierre Bourdieu, Daniel Welzer-Lang, Daniel Borrilo, Elizabeth Badinter, Helena Hirata, Danièle Kergoat consideram que a divisão sexual do trabalho é a base da dominação masculina. Essa dominação hierarquiza as relações entre homens e mulheres, bem como as relações homens/homens. Tal dominação é produto de um duplo paradigma naturalista e estabelece uma hierarquia entre os sexos.¹⁰¹ Para entendermos como funciona a divisão sexual do trabalho Bourdieu considera que:

O fato de que o trabalho doméstico da mulher não tenha uma retribuição em dinheiro contribui realmente para desvalorizá-lo, inclusive a seus próprios olhos, como se este tempo, não tendo valor de mercado, fosse sem importância e pudesse ser dado sem contrapartida, e sem limites, primeiro aos membros da família, e sobretudo às crianças (já foi comentado que o tempo materno pode mais facilmente ser interrompido), mas também externamente, em tarefas de beneficência, sobretudo para a Igreja, em instituições de caridade ou, cada vez mais, em associações ou partidos.¹⁰²

⁹⁹HIRATA, Helena e KERGOAT, Daneele. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret e HIRATA, Helena. (Orgs). As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo. Senac.2003. Pp.111-123

¹⁰⁰ TORNOS, Teresa, CÁCERES, Carolina Recio e DURÁN, Maria-Ángeles. Gênero, Trabalho y Vida Económica. In: MARTÍNEZ, Capitolina Dias e MORENO, Sandra Dema (orgs). Sociología y Género. Madrid: Tecnos, 2013, p.154.

¹⁰¹ WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. In: Estudos Feministas. Florianópolis: UFSC, Vol. 09, nº 02, 2001, p. 460.

¹⁰² BOURDIEU, Pierre. Op. Cit. P. 117

Welzer-Lang e Bourdieu sugerem que devemos pensar a relação entre os sexos a partir de uma análise objetiva. Para esses autores a dominação masculina é praticada individualmente e coletivamente na esfera pública e privada, conferindo privilégios materiais, simbólicos e culturais aos homens. Essa dominação se articula às outras relações sociais como as de classe, etnia e idade, produzindo uma assimetria entre os gêneros, em que os dominados não percebem essa relação desigual.¹⁰³ Para as autoras, Teresa Torns, Carolina R. Cáceres e Mária-Ángeles Durán:

Las razones que explican la persistencia de la división sexual del trabajo deben rastrearse en la alianza de poderes entre el capitalismo y el patriarcado que configura la organización socioeconómica, política y cultural de tales sociedades. Deben buscarse en el pacto o contrato entre hombres y mujeres subyace en esa división sexual del trabajo. Contrato sexual (PATEMAN, 1995) que encuentra su expresión en el lema ‘hombre cabeza de familia/mujer ama de casa’ y todavía mantiene un fuerte peso simbólico. Por último, deben reconocerse como fruto de la separación de espacios generada por el capitalismo industrial al establecer que la producción ocupase el centro del espacio público (la fábrica o la empresa) y de la vida personal, conformando el lugar propio de lo masculino, y que la reproducción fuese relegada al espacio privado, asumido también como ámbito doméstico-familiar y, como tal, lugar natural de lo femenino y de menor importancia o irrelevante tanto para la vida personal como para la sociedad.¹⁰⁴

Perrot demonstra como a divisão sexual do trabalho acarreta danos às mulheres. O trabalho desempenhado por elas mesmo no mundo público é uma extensão do trabalho doméstico, ou seja, funções que sejam adequadas à “natureza” feminina. Dessa forma, as mulheres não possuem carreiras, mas trabalhos que não fujam das qualidades consideradas ‘inatas’ e físicas das mulheres. Elas são secretárias, empregadas domésticas, costureiras, enfermeiras dentre outras. Mesmo quando desempenham profissões masculinas como por exemplo na montagem eletrônica em que se exige precisão aguçada, as mulheres ocupam postos em que são valorizados seus atributos considerados femininos como delicadeza, sensibilidade e doçura. Os trabalhos desempenhados tradicionalmente por mulheres eram sempre temporários ou de meio expediente. Elas deviam achar um equilíbrio entre os serviços domésticos e o emprego, que não romperia com a clássica divisão sexual do trabalho. Sobre o que é um trabalho de mulher Perrot nos diz:

¹⁰³ WELZER-LANG, Daniel. Op. Cit. P.461.

¹⁰⁴ TORNS, Teresa, CÁ CERES, Carolina Recio e DURÁN, Maria-Ángeles. Op. Cit. P. 154 e 155

Qualificações reais fantasiadas como “qualidades” naturais e submetidas a um atributo supremo, a feminilidade: tais são os ingredientes da “profissão de mulher”, construção e produto da relação entre os sexos. De certa maneira, estas qualidades, empregadas inicialmente na esfera doméstica, geradora de serviços mais do que de mercadorias, são valores de uso mais do que valores de troca. Elas não têm preço, em suma. Os empregadores serviram-se delas por muito tempo, mas de maneiras diferentes, segundo a organização do mercado de trabalho.¹⁰⁵

A legitimação da dominação masculina se faz através de discursos que procuram naturalizá-la. É a divisão sexual do trabalho que divide os espaços: o público para os homens, já que seu órgão sexual é externo, conferindo a eles funções consideradas nobres e o privado para as mulheres, pois seu órgão sexual é interno, impondo a estas funções ditas inferiores. Essa percepção é incorporada ao todo social e ao próprio corpo sendo justificada pela diferença anatômica entre os órgãos sexuais, em que o princípio masculino se impõe como medida de todas as coisas. Segundo Welzer-Lang a reprodução humana e a paternidade são fenômenos construídos e manipulados socialmente para reforçar a dominação masculina e a reprodução humana.¹⁰⁶

A divisão sexual do trabalho, bem como as distinções entre os sexos se pautam em uma explicação biológica:

As aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugaram-se para inverter a relação entre causas e os efeitos e fazer ver uma construção social naturalizada (os ‘gêneros’ como *habitus* sexuais), como o fundamento *in natura* da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade e que se impõe por vezes à própria pesquisa.¹⁰⁷

O discurso biológico busca explicar toda a desigualdade de gênero. Com isso, a divisão sexual do trabalho é vista como legítima e difícil de ser questionada devido a força dos argumentos que a constroem e a reproduzem como explica Bourdieu:

¹⁰⁵ PERROT, Michele. O que é um trabalho de mulher. *In*: As mulheres ou os silêncios da história. São Paulo: EDUSC. 1998 P.253

¹⁰⁶ WELZER-LANG. *Op. Cit.* P.461

¹⁰⁷ BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.* P. 9 - 10

Longe de as necessidades da reprodução biológica determinarem a organização simbólica da divisão social do trabalho e, progressivamente, de toda a ordem natural e social, é uma construção arbitrária do biológico, e particularmente do corpo, masculino e feminino, de seus usos e de suas funções, sobretudo na reprodução biológica, que dá um fundamento aparentemente natural à visão androcêntrica da divisão de trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho e, a partir daí, de todo o cosmos. A força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada.¹⁰⁸

O próprio ato sexual, pensado sociologicamente, é uma relação de dominação. Os termos, (comer, meter), que os homens utilizam para descrever as suas práticas sexuais demonstram essa dominação. Por isso, o sexo para homens e mulheres tem sentidos diferentes, para os rapazes o ato é pragmático tem como fim o prazer e para elas essa prática é perpassada por sentimentos. A relação amorosa entre homens e mulheres possui sentidos distintos para ambos. Os homens pensam a relação pautada na lógica da conquista, do poder, do gozo. As mulheres vivem sua experiência amorosa carregada de afetividade. *Assim o gozo masculino é, por um lado, gozo do gozo feminino, do poder de fazer gozar.*¹⁰⁹

As explicações para a desigualdade entre os sexos e para divisão sexual do trabalho se inscrevem na ordem das coisas, nos corpos, nas instituições, no estado. Nessa ordem as mulheres ficam com as tarefas de menor prestígio social. Ultrapassar as barreiras impostas pela dominação masculina requer delas uma luta contra uma ordem que é simbólica, política, econômica e social. Tal dificuldade se apresenta porque:

A dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus* moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais. Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso

¹⁰⁸ Idem. P. 33

¹⁰⁹ Idem. P. 30

prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidos em esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. Por conseguinte, seus atos de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que faz, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre.¹¹⁰

A divisão sexual do trabalho em sua objetividade produz uma forma de dominação. A dificuldade de ruptura com a dominação masculina se deve ao fato dos dominados serem vítimas da violência simbólica. Essa explicação dada por Bourdieu nos permite compreender de que forma a dominação masculina se reproduz e se reformula, por isso, o autor considera que não basta uma tomada de consciência da desigualdade de gênero pelas mulheres, pois a eficácia dessa dominação é pautada em discursos incorporados e reconhecidos pelas próprias vítimas. Ele considera que *os efeitos e as condições de sua eficácia estão duradouramente inscritas no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições (aptidões, inclinações)*.¹¹¹ Para Bourdieu uma forma de superação dessa dominação é o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, entretanto, mesmo com o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e todos os avanços na legislação contra a desigualdade de gênero as mulheres continuam em uma situação de subalternidade, uma vez que as relações entre homens e mulheres no trabalho são sempre crivadas pelos valores de gênero. As mulheres são constantemente convocadas a serem gentis, sedutoras, carinhosas e maternais. As funções desempenhadas por elas são sempre desqualificadas. O mundo profissional é organizado por uma ordem de gênero em que:

o homem não pode, sem derrogação, rebaixar-se a realizar certas tarefas socialmente designadas como inferiores (entre outras razões porque está excluída a ideia de que ele possa realizá-las), as mesmas tarefas podem ser nobres e difíceis quando são realizadas por homens, ou insignificantes e imperceptíveis, fáceis e fúteis, quando são realizadas por mulheres, como nos faz lembrar a diferença entre um cozinheiro e uma cozinheira, entre o costureiro e a costureira; basta que os homens assumam tarefas reputadas femininas e as realizem fora da esfera privada para que elas se vejam com isso enobrecidas e transfiguradas.¹¹²

¹¹⁰ Idem. Ibidem. P. 45

¹¹¹ Idem. P.51

¹¹² Idem. P. 75

Ao pensarmos nas mudanças nas relações entre homens e mulheres devemos destacar a importante luta travada pelo movimento feminista, no final do século XX, contra a dominação masculina. Os discursos feministas denunciaram as desigualdades de gênero que excluía as mulheres do mundo público. Para Bourdieu os principais avanços que o movimento feminista possibilitou foi o acesso das mulheres à educação e ao mercado de trabalho e as transformações no modelo familiar. Com a autonomia econômica das mulheres o número de divórcios aumentou significativamente e a entrada delas no mercado de trabalho acarretou transformações, mesmo que pequenas, na divisão sexual do trabalho e nos modelos tradicionais do masculino e do feminino. Segundo ele, *pode-se, assim, observar que as filhas de mães que trabalham têm aspirações de carreira mais elevadas e são menos apegadas ao modelo tradicional da condição feminina.*¹¹³ Somado ao movimento feminista o movimento gay teve papel importante na transformação dos modelos de família e o questionamento do pressuposto da heterossexualidade como norma natural da sexualidade. Segundo Bourdieu esses movimentos e suas ações contribuíram para questionar a estrutura da dominação e ampliar o espaço de atuação das mulheres e para as possibilidades do exercício de outras sexualidades.

Mesmo com as mudanças apresentadas anteriormente, Bourdieu, atenta para as permanências nas relações de gênero, como o não acesso das mulheres aos postos mais altos e bem remunerados do mercado de trabalho, bem como às profissões consideradas de maior prestígio social. E quando as mulheres se inserem em campos considerados nobres, por exemplo, da medicina, a presença delas decresce nas especialidades mais valorizadas. Essas permanências se devem às estruturas que são objetivadas no todo social e na estrutura de pensamento de homens e mulheres. Para o autor embora tenha havido significativas mudanças na condição feminina, as estruturas tradicionais permanecem invisíveis sendo necessário uma análise objetiva dessas transformações:

A verdade das relações estruturais de dominação sexual se deixa realmente entrever a partir do momento em que observamos, por exemplo, que as mulheres que atingiram os mais altos cargos (chefe, diretora em um ministério etc.) têm que ‘pagar’, de certo modo, por este sucesso profissional com um menor ‘sucesso’ na ordem doméstica (divórcio, casamento tardio, celibato, dificuldades ou fracassos com os filhos etc.) e na economia de

¹¹³ Idem. P. 108

bens simbólicos; ou, ao contrário, que o sucesso na empresa doméstica tem muitas vezes por contrapartida uma renúncia parcial ou total a maior sucesso profissional (através, sobretudo, da aceitação de 'vantagens' que não são muito facilmente dadas às mulheres, a não ser quando as põem fora da corrida pelo poder: meio expediente ou 'quatro quintos').¹¹⁴

Podemos verificar exemplos empíricos dessa questão com estudos realizados por algumas pesquisadoras. O trabalho de Londa Schienbinger intitulado, "O feminismo mudou a ciência?", relata a dificuldade das cientistas que são casadas em progredirem na carreira, principalmente, quando casam-se com homens que também possuem carreiras. Elas assumem os encargos de executarem todas as tarefas domésticas. A autora identifica, ainda, o quanto é vantajoso para um homem se casar, pois os solteiros que moram sozinhos progredem menos em suas carreiras que os casados. Isso demonstra o peso que a atividade doméstica acarreta na vida profissional. Com isso, ser cientista, esposa e mãe é um encargo que obriga as mulheres a fazerem uma escolha entre suas carreiras e o mundo doméstico. Schienbinger destaca que em média as mulheres com vida profissional trabalham quinze horas por semana em casa a mais que os homens. Assim a autora considera que o campo da ciência não será equalizado enquanto as tarefas domésticas e os cuidados com as crianças forem de responsabilidade unicamente das mulheres.¹¹⁵

Badinter e Susan Faludi analisam algumas correntes de pensamento contemporâneo, (até mesmo dentro do próprio feminismo), que reformulam o discurso da divisão sexual do trabalho, através da exaltação da maternidade e da felicidade das mulheres que abandonam sua vida profissional para se dedicarem à família. Essas autoras advertem para os riscos desses discursos, pois eles reformulam o pressuposto da natureza complementar dos sexos que é a base da divisão sexual do trabalho e da dominação masculina.¹¹⁶

Podemos definir a divisão sexual do trabalho de acordo com Helena Hirata e Danièle Kergoat como sendo a imputação do trabalho produtivo aos homens e o

¹¹⁴ Idem. P. 126

¹¹⁵ SCHIENBINGER, Londa. O feminismo mudou a ciência? Bauru, SP: EDUSC. 2001. P.181-2001, esse pensamento é compartilhado por LYPOVETSKY, Gilles. A terceira mulher: permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia das letras, 2000. O autor demonstra a complexa relação das mulheres em conciliar carreira, em pensar sua vida amorosa e o trabalho doméstico.

¹¹⁶ FALUDI, Susan. Backlash: O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres. Rio de Janeiro Rocco, 2001 e BADINTER, Elizabeth. Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

trabalho reprodutivo às mulheres. Embora atualmente as mulheres ocupem postos de trabalho em diversas áreas da produção, ainda é um desafio a repartição do trabalho doméstico. Para essas autoras a divisão sexual do trabalho é a base do poder que os homens exercem sobre as mulheres. Entretanto, as autoras atentam para o fato de que é complexa essa divisão, pois ela é permeada por valores como amizade, amor e solidariedade. Dessa forma, embora exista uma vertente materialista/estruturalista para compreender essa problemática, se faz necessário pensar nas subjetividades dessa relação entre homens e mulheres. Para as autoras a divisão do trabalho entre os sexos é reinventada a cada dia. Por isso, Hirata e Kergoat, atentam para a dificuldade de se pensar a divisão sexual do trabalho na contemporaneidade, questionam se podemos falar de significativas transformações nessa divisão ou de pequenos rearranjos entre o mundo da produção e o da reprodução. Para responder a essa questão consideram ser necessário a elaboração de teorias mais sofisticadas para a compreensão da divisão sexual do trabalho nos dias atuais. Por isso, refletir sobre esse tema na contemporaneidade é desafiador, mesmo após todas as transformações nas relações de gênero essa divisão persiste seja de forma clássica ou com suas nuances. A maior dificuldade enfrentada pelas mulheres hoje nos parece a conciliação entre vida profissional e as tarefas domésticas. Estas últimas mesmo com as denúncias do movimento feminista são, ainda, consideradas invisíveis e desqualificadas socialmente, politicamente e economicamente, sendo atribuídas às mulheres devido à sua especificidade reprodutiva, ou seja, as supostas características biológicas. Isso faz com que o tempo despendido pelas mulheres em relação à vida profissional seja sempre inferior ao dos homens, acarretando para elas uma dupla jornada. O que leva as mulheres a terem ocupações precárias, de curta duração, parcial e em horários não convencionais e com baixos salários. Torns, Cáceres e Durán indicam que:

Análisis sobre el mercado de trabajo femenino han destacado la incidencia de la cultura patriarcal en las organizaciones empresariales, cultura que también comparten en buena medida las organizaciones sindicales. Otros estudios han señalado como esa misma cultura patriarcal impregna también los sectores emergentes derivados de la innovación tecnológica.¹¹⁷

Por ser considerado invisível e desvalorizado o trabalho doméstico é difícil de ser quantificado, ou seja, medi-lo e atribuir valor econômico quando feito no seio

¹¹⁷ TORNOS, Teresa, CÁCERES, Carolina Recio e DURÁN, Maria-Ángeles. Op. Cit. P. 158

da família. É inegável o bem estar que esse trabalho acarreta para a família. Entretanto, por ser contínuo e desempenhado ao longo de todo ciclo de vida das mulheres é difícil analisar o volume de tarefas e o tempo que essas mulheres despendem nas tarefas domésticas. É preciso frisar a importância desse trabalho para os membros de uma família.

Para compreender de que forma essa desigualdade se revela objetivamente utilizaremos os resultados da análise realizada por Cristiane Soares sobre os dados da pesquisa PNAD do ano de 2006 referentes a divisão dos afazeres domésticos entre homens e mulheres. De forma geral esses dados revelam que embora haja uma maior presença feminina no mercado de trabalho, ainda, há uma forte presença de mulheres responsáveis pelo cuidado dos afazeres domésticos. Elas gastam um número de horas muito mais elevado do que os homens na realização das tarefas domésticas. Segundo Cristiane Soares os dados da pesquisa demonstram que as jovens de idade entre 10 a 17 e 18 a 24 anos a quantidade de horas semanais gastas com afazeres domésticos é de 13,7 e 21,6 horas respectivamente. Na fase adulta (25 anos ou mais) essa jornada aumenta, chegando a 29,8 horas por semana. A autora verifica que a escolaridade influencia significativamente na distribuição das atividades domésticas. Quanto menos escolaridade tiver o homem menor será a participação nas tarefas do lar. Entre os homens e mulheres com atividade laboral a divisão das tarefas domésticas possui uma uniformidade: há um aumento das horas dedicadas a atividade doméstica quanto maior a idade e uma diminuição quanto maior for a escolarização. De forma geral as mulheres gastam cerca de 56 horas por semana com o trabalho dentro e fora de casa, enquanto para os homens a jornada é de 51,2 horas.

Analisar a divisão sexual do trabalho entre os casais heterossexuais é um desafio que os pesquisadores dos estudos de gênero devem enfrentar, pois como demonstrado, essa divisão é o cerne da dominação masculina. Nosso intuito neste trabalho é refletir sobre a divisão do trabalho entre casais homossexuais. Os estudos sobre a temática da homossexualidade nos revelam a dificuldade em romper com o modelo heteronormativo, mesmo entre os casais homoafetivos. É importante questionar se tal percepção modela a maneira como as uniões de gays e das lésbicas são estruturadas, ou seja, os casais homossexuais reproduzem a clássica divisão sexual do trabalho? Se isso ocorrer seria produto da homofobia que busca tornar-se a guardiã das fronteiras tanto sexuais (heterossexual/homossexual), quanto de gênero (masculino/feminino) e da divisão sexual do trabalho. Ou essas uniões fraturam, criam rupturas e rearranjos nesse modelo clássico de divisão? Que novos rearranjos seriam esses? Para compreendermos essas

questões buscaremos verificar, através de entrevistas com casais, se os modelos de uniões homoafetivas reformulam a divisão sexual do trabalho.

Capítulo II: O movimento homossexual e a conquista de direitos: aderindo à norma?

A homossexualidade até final do século XX foi pensada como desvio, anormalidade e doença. Analisar e descrever os processos sociais e políticos que possibilitaram a desconstrução é importante para pensarmos os desafios e os avanços na luta por direitos de cidadania. Dessa forma, traçaremos os caminhos e os descaminhos que o movimento homossexual trilhou ao longo da história, principalmente no Brasil. Buscaremos também refletir sobre as conquistas desse movimento interrogando: tais direitos alcançados como, o reconhecimento das uniões legais entre pessoas do mesmo sexo, permitem que o Estado regule e controle as homossexualidades dentro dos padrões heteronormativos? Não podemos falar de movimento homossexual durante o século XIX, mas certamente, alguma forma de resistência foi pensada. A primeira estratégia foi pensada no momento histórico em que o termo homossexualidade foi concebido. Como sabemos no século XVIII, com a laicização da sociedade, o termo sodomia foi deixando de ser utilizado. A homossexualidade perdeu o status de pecado e passou a ser controlada por um discurso científico que a considerou como uma anormalidade. Tal discurso foi elaborado por médicos e biólogos. Eles afirmavam que a diferença, equacionada como inferioridade, entre heterossexuais e homossexuais era biológica e, portanto, natural. Entretanto, na Hungria, o doutor Benkert, criou em 1896, o termo homossexualidade e reivindicou a especificidade dos *gays* como sendo natural. Benkert acreditou que ao considerar a homossexualidade como natural teria criado uma arma usada na defesa dos direitos dos homossexuais, pois era algo inato, o estado, então, não poderia puní-los como criminosos. Com esse argumento, Benkert solicitou ao ministro da justiça a retirada da homossexualidade da lista de crimes da velha lei prussiana.

Nesse mesmo período, o sexólogo e antigo juiz Karl Heinrich Ulrichs, destacou-se como pioneiro do movimento gay, sendo ele próprio homossexual. Ulrichs realizou estudos sobre a homossexualidade a partir de um triplo ponto de vista: do historiador, do médico e do filósofo. Nessa análise ele fez uma distinção entre pederastas e aqueles a que chamou de uranistas, definidos como homens com alma feminina. Com isso, Ulrichs reivindicou que a homossexualidade fosse considerada uma terceira categoria sexual. Por isso, eles deveriam ser qualificados dentro de uma nova categoria de gênero, intermediária entre o masculino e o feminino. Com esse argumento Ulrichs

reivindicou que o parágrafo 171, da constituição alemã, que tipificava a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo como crime, fosse retirado e fundou a primeira associação para defesa dos direitos das pessoas homossexuais. No entanto, o que parecia ser uma estratégia para reivindicar direitos para os *gays*, colocou a homossexualidade no escorregadio caminho da doença mental. Tal percepção está presente no senso comum e científico até hoje. De tal forma que a heterossexualidade passou a ser considerada *normal*, ao passo que a homossexualidade, um desvio da *norma*, logo foi considerada inferior e doentia como ressalta Badinter:

Por ironia da história, os próprios homossexuais e os sexólogos que se apresentam como reformistas são, em grande parte, os responsáveis pelo confinamento dos *desviantes* no terreno da anormalidade. O melhor exemplo desta derrapagem vem do sexólogo Havelock Ellis. Acreditando estar reforçando a tolerância da sociedade burguesa à homossexualidade, ele desenvolveu o argumento de caráter inato e irresponsável desta última: não se pode fazer nada, ela é de nascença. Como resultado, a hipótese de uma homossexualidade determinada biologicamente se impôs na literatura médica do século XX, acarretando todo tipo de tentativas hormonais e cirúrgicas para mudar lésbicas e homossexuais masculinos em heterossexuais.¹¹⁸

Dessa forma, verificamos que a estratégia de reivindicar a naturalidade da homossexualidade teve consequências graves. Sendo considerada uma anomalia genética, abriu-se o caminho para os médicos e psiquiatras encontrarem a sua cura. Observamos que a primeira estratégia do incipiente movimento homossexual, em ambiente inóspito, no fim do século XIX, só fez legitimar os discursos biologizantes que consideravam a homossexualidade como doença, crime, perversão e desvio de conduta. Um outro debate se iniciava dentro do modesto movimento homossexual: os que defendiam o caráter específico da homossexualidade e os que afirmavam a sua universalidade. Dentre os defensores da especificidade se destacaram Robert Stoller e Richard Friedman. Ambos não consideravam a homossexualidade uma doença, mas afirmavam que ela é uma preferência sexual, e não um conjunto de sinais e comportamentos universais, que só pertencem aos homossexuais e que, portanto são diferentes dos outros e formam uma minoria com desejos sexuais e comportamentos

¹¹⁸ Elisabeth. *XY Sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. p 104-105.

particulares distintos dos heterossexuais. Entre os defensores da universalidade da homossexualidade se destacavam o sociólogo Frederick Whitam, Freud e Alfred Kinsey. O sociólogo Whitam realizou um estudo em comunidades homossexuais de países tão diferentes como os Estados Unidos, a Guatemala, o Brasil e as Filipinas e concluiu que a homossexualidade se exprime em todas as culturas. Freud elaborou a teoria da bissexualidade originária: todos os seres podem ter desejos sexuais tanto por pessoas do mesmo sexo quanto do outro sexo. E não considerou a homossexualidade um crime como os seus pares psicanalistas. Após a Segunda Guerra Mundial, em 1948, o relatório Kinsey trouxe importante contribuição à tese da bissexualidade humana, assinalando que tendências homossexuais e heterossexuais existem na maioria dos seres humanos.

No final dos anos de 1960, ocorreram significativas transformações sociais e políticas para as chamadas minorias. Elas se organizaram em movimentos sociais para lutar pela efetivação da plena cidadania. O movimento feminista questionou a dominação masculina, a divisão sexual do trabalho. Os negros nos Estados Unidos contestaram a segregação étnica que limitava seus direitos. O movimento gay teve como marco a *Rebelião de Stonewall* ocorrida na noite de 28 de junho, de 1969. Tal rebelião resultou da ação policial que tinha como objetivo interditar o bar chamado Stonewall Inn, localizado em Christopher Street, Nova York, alegando que o estabelecimento havia descumprido a lei seca que proibia a venda de bebidas alcoólicas. Os frequentadores do bar reagiram à ação da polícia e iniciaram um protesto que durou todo o fim de semana. Protestaram com palavras de ordem como “*Poder Gay*”, “*Sou bicha e me orgulho disso*”, “*Eu gosto de rapazes.*”¹¹⁹ A partir dessa manifestação o movimento gay americano decretou o dia 28 de junho como o Dia do Orgulho Gay. Após esse fato, os homossexuais de vários lugares se organizaram em movimentos e lutaram pela descriminalização da homossexualidade, pela retirada da mesma da lista de doenças da Organização Mundial de Saúde e pela efetivação da cidadania homossexual. O movimento homossexual questionou os privilégios dos heterossexuais, como o casamento e a definição jurídica e social de família que considerava apenas relações afetivas entre homens e mulheres. Solicitaram políticas públicas para combater a violência física e simbólica de que são vítimas os homossexuais. Sobre o movimento gay Badinter relatou:

Nos Estados Unidos e em outras partes do mundo, assistiu-se ao surgimento de uma nova minoria, dotada de cultura própria, um estilo de vida, uma expressão política e reivindicações

¹¹⁹ FRY, Peter e MACRAE. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985. p. 96-97.

quanto à sua legitimidade. Esta minoria que se tornou visível teve impacto sobre toda a sociedade.¹²⁰

Nesse período, uma nova percepção da homossexualidade começou a ser construída. Uma primeira mudança foi a utilização da palavra *gay*, nos Estados Unidos, em detrimento do termo homossexualidade que remete a patologia e aos discursos médicos do século XIX. A denominação *gay* é mais neutra e passou a designar uma cultura específica e positiva, principalmente com os *gay's studies* que são estudos sobre a homossexualidade que buscam demonstrar que a heterossexualidade é uma norma imposta e questionando os seus privilégios sociais, culturais, econômicos e políticos.

Nesse contexto, formaram-se frentes de lutas, nos EUA, como: a Mattachine Action Committee, a Gay Liberation Front e a Gay Activist Alliance, que deram origem aos movimentos mais organizados nos anos de 1990, como o Act-Up e a Queer Nation. Tais grupos, em parcerias com outros, organizaram as primeiras paradas americanas denominadas de Gay Pride, que são responsáveis por reunir milhares de integrantes da comunidade LGBT em diversas cidades dos Estados Unidos, com o intuito de afirmar o orgulho gay. Essa forma de luta política foi adotada por países europeus e por outros países, como o Brasil.¹²¹

No Brasil as primeiras formas de associações de homossexuais ocorreram a partir da segunda metade do século XX. Em 1963, Agildo Guimarães editou e publicou, na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro jornal dirigido à comunidade homossexual, *O Snob*. O conteúdo do jornal era formado por colunas de fofocas, concursos de contos e entrevistas com os travestis mais famosos da época. O jornal teve 99 números e foi publicado de julho de 1963 a junho de 1969, ano que marcou o endurecimento da ditadura militar no Brasil. O jornal era distribuído gratuitamente ou mediante alguma contribuição. Os principais locais de distribuição eram a Cinelândia e Copacabana, embora tenha alcançado veiculação nacional. Segundo Green e Fry a identidade homossexual adotada pelo jornal era pautada no modelo boneca ou bicha e bofes. Tal modelo era uma reprodução da norma heterossexual. As bichas desempenhavam sempre o papel passivo na relação sexual e o bofe era considerado o verdadeiro homem, não sendo considerado um homossexual. Em 1966 foram realizadas

¹²⁰ BADINTER, Elisabeth. Op. Cit. p.114.

¹²¹ OLIVEIRA, Pedro Paulo. *A construção social da masculinidade*. São Paulo : Tese de Doutorado (USP), 2002. P. 94

severas críticas, interna e externa, ao modelo de homossexual difundido pelo jornal. Este fato levou os editores do jornal a inovarem o editorial, ao invés de fofocas e desenhos femininos, se optou por artigos mais políticos que refletiam sobre a discriminação de que eram vítimas os homossexuais. O jornal informava sobre os acontecimentos recentes nos EUA como a revolta de Stonewall e a Revolução de 68 em Paris. No ano de 1968 os editores do jornal decidiram criar a Associação Brasileira da Imprensa Gay (ABIG) para reunir as diferentes publicações produzidas por grupos homossexuais de todo o país. No início de 1969 foi organizado o primeiro encontro da associação que foi nomeado de Congresso da ABIG, onde foi eleito um presidente. Entretanto, nesse mesmo ano, o jornal O Snob, e a ABIG encerraram suas atividades devido a forte repressão da ditadura militar.¹²²

Com a abertura política, lenta e gradual, no fim dos anos de 1970 os movimentos feminista e homossexual ganharam força. No ano de 1976 o jornal Última Hora, de São Paulo, criou a coluna jornalística específica para homossexuais com o título de duplo sentido: *Coluna do Meio*, organizada por Celso Cury. Eram divulgadas, nessa coluna, matérias sobre os homossexuais famosos do Brasil e do exterior, bem como anúncios de bares e casas noturnas, em São Paulo e no Rio de Janeiro, voltadas para o público gay. Isso provocou um aumento no número de exemplares vendidos, demonstrando o interesse do público pela coluna. Tal fato levou outros jornais, a criarem colunas semelhantes. Entretanto, tal coluna não durou muito. Em outubro de 1976 o Ministério Público apresentou uma denúncia contra Celso Cury por atentado à moral, aos bons costumes e por promover encontro entre pessoas *anormais*. Foi despedido da redação do jornal sob alegação de que o Última Hora estava em crise financeira e precisava reduzir seu quadro de funcionários.

No entanto, no ano seguinte a temática da homossexualidade ganhou o espaço público. Ela foi pauta de diversas matérias em revistas e jornais de circulação nacional. A revista Veja na edição de agosto de 1977 divulgou uma matéria intitulada *Um gay power à brasileira*. Em setembro de 1977, a revista Manchete editou uma extensa matéria intitulada: *São Paulo: os acordes da liberação gay*. O jornal Folha de São Paulo, no dia 3 de outubro, publicou uma reportagem denominada *A identidade de uma minoria*. A edição da revista Isto É, de 28 de dezembro de 1977 trouxe na capa a manchete: *O*

¹²² GREEN, James N. *Op. cit.*, p. 296-304; GREEN, James *et al. Op. cit.*, p. 155-158.

poder homossexual. Todas essas matérias tratavam do cotidiano e da identidade dos homossexuais.¹²³

Com a abertura do regime militar uma nova atmosfera política e social possibilitou que fosse fundado em 1978 o Jornal Lampião da Esquina e o Grupo Somos, ambos com uma proposta de politização da questão da homossexualidade. O primeiro número do jornal foi divulgado em abril de 1978 com tiragem de dez mil exemplares. Foi organizado por um grupo de jornalistas e intelectuais. A coordenação editorial era feita por Aguinaldo Silva e o jornal contava no início com sete editores: Darcy Penteado, João Silvério Trevisan, Francisco Bittencourt, Clóvis Marques, Adão Costa, João Antônio Mascarenhas e Gasparino Damata. O conselho editorial contava com a coordenação do antropólogo Peter Fry e o cineasta Jean-Claude Bernardet. As edições do jornal eram compostas de contos, ensaios, notícias do movimento homossexual internacional de gays e lésbicas, informações sobre bares e pontos de interação e notas de interesse da comunidade homossexual. O jornal teve circulação até junho de 1981 e contou com a publicação de 38 números. Nesse período de existência os organizadores do jornal tiveram que enfrentar a truculência do Estado, como, por exemplo, a acusação em 1979 de que o jornal ofendia a moral e os bons costumes. Tal acusação foi retirada mediante a ampla mobilização dos homossexuais, artistas, intelectuais e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). O jornal tinha uma conotação política com reivindicação de direitos para os homossexuais, e tornou visível outras identidades, para além do modelo popular bicha\bofe. Isto se deu principalmente após a influência do movimento gay norte americano no Brasil, uma vez que João Silvério Trevisan e João Antônio Mascarenhas auto-exilaram-se nos EUA, o que possibilitou aos mesmos, um estreito contato com o movimento homossexual norte americano.¹²⁴

O Grupo Somos adquiriu uma importância nacional pela sua visibilidade e notoriedade na luta pela efetivação da cidadania homossexual. Uma das ações do grupo foi a realização no dia 6 de fevereiro de 1979, de um debate público, na Universidade de São Paulo, com o intuito de organizar as minorias brasileiras, mulheres, negros, índios e homossexuais. O evento contou com mesas de palestrantes que incluía os editores do Lampião e membros do Grupo Somos e contou com a participação de 300 pessoas. A importância desse ato deveu-se ao fato de representar a consolidação do debate público em torno da homossexualidade. As discussões travadas pelos palestrantes foram

¹²³ GREEN, James GREEN, James *et al.* *Op. cit.*, p. 169

¹²⁴ *Idem, ibidem*, p. 178-184.

acaloradas. Havia uma clara discordância do movimento estudantil ligado aos partidos da esquerda brasileira, bem como dos integrantes do Partido Comunista Brasileiro PCB. Ambos questionavam a criação de um movimento que lutasse por temas específicos como a homofobia, o racismo e o sexismo. Seus argumentos eram de que a luta, em torno dessas questões, provocaria um enfraquecimento da luta maior, contra a ditadura militar e o sistema capitalista. Essa questão provocou fissuras no interior do Grupo Somos, pois um segmento do grupo defendia os argumentos da esquerda brasileira, e o outro a proposta de que o movimento homossexual deveria ser autônomo e independente das forças sociais mobilizadas na luta contra a ditadura militar. Todavia, o resultado desse encontro foi a proposta de defesa da homossexualidade como uma orientação sexual possível, desvinculando-a da ideia de anormalidade e doença tão cultivada pelas teorias médicas do final do século XIX e início do XX no Brasil. Nesse encontro foram formados dois novos grupos: o Eros e o Libertos. MacRae fez uma análise da ideologia compartilhada pelo Grupo Somos e destacou:

O grupo deveria ser exclusivamente formado por homossexuais; as palavras *bichas* e *lésbicas* deveriam ser esvaziadas de seus conteúdos pejorativos; na análise das relações de gênero, as assimetrias entre homens e mulheres deveriam ser combatidas, bem como a polarização ativo/passivo e os estereótipos efeminado/masculinizada; a bissexualidade, como identidade ou subterfúgio para não assumir a homossexualidade, era criticada, embora, em alguns momentos, a prática bissexual fosse até mesmo glorificada como subversão de todas as regras; a monogamia e a possessividade nos relacionamentos eram questionados; o prazer era visto como bem supremo, e o autoritarismo devia ser combatido em todas as suas manifestações tanto fora quanto dentro do grupo.¹²⁵

No dia 16 de dezembro de 1979, foi realizado o I Encontro de Homossexuais Militantes, na Associação Nacional de Imprensa (ABI), na cidade do Rio de Janeiro. Nesse encontro marcaram presença 61 pessoas sendo 11 lésbicas e 50 gays e nove grupos gays: Somos/RJ, Auê/RJ, Somos/SP, Eros/SP, Somos/Sorocaba, Beijo Livre/Brasília, Grupo Lésbico Feminista/SP, Libertos/Guarulhos, Grupo de Afirmação Gay/Caxias. As principais resoluções desse encontro foram: reivindicação de incluir na Constituição Federal o respeito à orientação sexual, bem como lutar pela retirada da homossexualidade da lista de doenças mentais e convocar todos os militantes gays e

¹²⁵ FACCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro : Garamond, 2005, p. 96.

lésbicos para um próximo encontro na semana santa próxima, em São Paulo. Entre os dias 4 e 6 de abril de 1980, ocorreu o I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados – Eggho. Esse encontro foi restrito aos grupos homossexuais e seus convidados que contou com a participação de duzentas pessoas integrantes dos grupos Auê/RJ, Somos/SP, Eros, Libertos, Somos/Sorocaba, Beijo Livre/Brasília, além de representantes da cidade de Belo Horizonte, Vitória, Goiânia, Curitiba e uma comissão de representantes do jornal o Lampião. Concomitante a esse evento ocorreu, também, o I Encontro Brasileiro de Homossexuais – Ebho que contou com a participação de seiscentas pessoas. Cabe ressaltar, que os grupos citados anteriormente (os que participaram dos dois referidos eventos) foram os primeiros grupos existentes no Brasil e constituíram a chamada primeira onda do movimento homossexual brasileiro. Posteriormente, houve a extinção de alguns grupos devido à vinculação da homossexualidade com a epidemia da AIDS durante a década de 1980. Houve também a fragmentação do Grupo Somos, em maio de 1980, em três grupos: o Somos, o Grupo Lésbico-Feminista, posteriormente rebatizado de Galf (Grupo de Ação Lésbico-Feminista) e o Grupo de Ação Homossexualista que posteriormente passou a se chamar Outra Coisa. O desmembramento, do Grupo Somos se deveu aos acalorados debates internos acerca da autonomia e independência do movimento homossexual em relação à esquerda brasileira. Vale destacar, que novas fragmentações e fusões entre os grupos ocorreram. Isso acarretou a deterioração do movimento homossexual, aprofundada com o encerramento das atividades do jornal o Lampião em junho de 1981. Tal jornal desempenhava um importante papel na mobilização do movimento homossexual brasileiro, além de fazer circular ideias e divulgar suas atividades por todo o país. Dessa forma, houve no Brasil um declínio na quantidade de grupos homossexuais. Com isso, o II Encontro Brasileiro de Homossexuais, previsto para acontecer em abril de 1981, não ocorreu. Regina Facchini, não interpreta a diminuição no número de grupos de homossexuais como um declínio do movimento homossexual, mas como uma transformação na forma de organização e militância desses grupos.¹²⁶

As reflexões de Badinter sobre o movimento gay ressaltam as vantagens e os inconvenientes da afirmação, da homossexualidade, no espaço público. Entre as primeiras, a autora destacou o desenvolvimento da auto-estima dos gays e a aceitação da sua sexualidade enquanto orientação e não mais como doença/desvio. Entre as segundas,

¹²⁶ FACCHINI, Regina. *Op. cit.*, p. 93-118

ressaltou que a visibilidade dos homossexuais significou para a sociedade uma afronta aos padrões considerados normais de sexualidade o que aumentou a hostilidade face a essa minoria. Nos Estados Unidos, a mídia juntamente com outras instituições, contribuiu para a associação da AIDS à homossexualidade, através da divulgação da subcultura *gay*. Uma das ligações próprias a este contexto nos remete ao período que se inicia em 1980, onde houve uma relevância particular, com a descoberta de novas endemias e epidemias. Ocorreu então um reforço dos discursos homofóbicos e de arcaicos paradigmas sobre antigas causas de contração de determinadas doenças, algumas coletivas, como a AIDS que foi inicialmente identificada com a subcultura *gay*. Uma vez descoberta a forma de transmissão da AIDS, no ano de 1985, a conexão entre a doença e a forma de transmissão da mesma – sexo, preponderantemente -, trouxe como conseqüência um reforço da discriminação contra os homossexuais.¹²⁷

Entretanto, em 1986 dois grupos ganharam relevância no contexto nacional, o Grupo Gay da Bahia, fundado por Luiz Mott e o Triângulo Rosa no Rio de Janeiro organizado por João Antônio Mascarenhas. A atuação política dessas duas entidades significou uma nova forma de luta, pois elas *demonstram um menor envolvimento com projetos de transformação social, num sentido mais amplo, e uma ação mais pragmática, voltada para a garantia dos direitos civis e contra a discriminação e violência dirigida aos homossexuais.*¹²⁸ Com essa nova forma de luta política e a associação entre homossexualidade e AIDS ocorreu um reflorescimento do movimento gay no Brasil denominado de segunda onda. Nesse período, surgiu o Grupo Atobá na cidade do Rio de Janeiro. O Grupo Gay da Bahia e o Grupo Atobá desempenharam forte papel na articulação política na, segunda onda, do movimento homossexual brasileiro. Diversos encontros homossexuais foram organizados com intuito de debater e elaborar estratégias políticas de luta em prol dos direitos dos homossexuais e contra a discriminação e violência de que eles são vítimas.

No ano de 1984 foi realizado em Salvador o II Encontro Brasileiro de Homossexuais coordenado pelo Grupo Gay da Bahia. Nesse encontro estiveram presentes quarenta participantes representando os grupos: Dilogay/Sergipe, o Gathó, o Grupo Libertário Homossexual, o GGB e o Adé-Dudu de Salvador, além de representantes de

¹²⁷ GÓIS, João Bosco Hora. *Olhos e ouvidos públicos para atos (quase) privados: a formação de uma percepção pública da homossexualidade como doença* in PUPIN, Andréa Brandão et al. *Mulher, Gênero e sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2001, p. 40.

¹²⁸ FACCHINI, Regina. *Op. cit.*, p. 111.

Maceió. Em janeiro de 1989 aconteceu no Rio de Janeiro, o III Encontro Brasileiro de Homossexuais convocado pelo Grupo Atobá onde estiveram presentes o Grupo Resistência Asa Branca (Grab/CE), Dialogay (SE), GGB (BA), Comunidade Pacifista Tunker (GO), Movimento Antônio Peixoto (PE). No ano de 1990, em Aracaju (SE) ocorreu o IV Encontro Brasileiro de Homossexuais sob a organização do Grupo Dialogay (fundado em 1981). Participaram do evento os grupos: GGB (BA), o Atobá (RJ), o Grab (CE), o grupo Free (PI), e o Nies (Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Sexualidade).

Em Recife, no ano de 1991, foi organizado o V Encontro Brasileiro de Homossexuais organizado pelo Movimento Antônio Peixoto (MAP/PE). Participaram desse encontro os grupos GGB (BA), o MAP, o Atobá, Rede de Informação Um Outro Olhar (organização formada a partir do Galf/SP) e os futuros fundadores do Grupo Dignidade/PR que foi fundado em 1992. O VI Encontro Brasileiro de Homossexuais aconteceu no Rio de Janeiro, no ano de 1993 e contou com a participação de onze grupos homossexuais.

Na cidade de Cajamar no Estado de São Paulo ocorreu o VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais, no ano de 1993 e dele participaram vinte e um grupos. Esse encontro foi singular, pois demonstrou o aumento da participação dos grupos gays e lésbicos. Isso pode ser explicado pelo fato de que a partir desse ano o encontro passou a receber financiamento do programa estatal de prevenção as DSTS/AIDS. Com isso, o encontro nacional de homossexuais passou a ocorrer paralelamente ao Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que Trabalham com AIDS. Com a participação de novos grupos de lésbicas, possibilitou-se a inclusão da letra L na sigla do movimento homossexual. Houve também a presença de entidades de estados que nunca haviam participado antes como o Nuances (RS) e o Movimento Homossexual Diretrizes e Emancipação (MG) demonstrando a existência de outros grupos atuantes no país, para além, daqueles que participavam dos eventos nacionais. Tal participação pode ser entendida, pelo fato, desses outros grupos não disporem anteriormente de recursos para viajar para outro estado. Foi identificada, nesse encontro, a existência de 43 grupos homossexuais no Brasil.¹²⁹

O VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas ocorreu concomitantemente ao I Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que Trabalham com AIDS, entre os dias 28 e 31 de janeiro de 1995, na cidade de Curitiba. Nesse evento,

¹²⁹ FACCHINI, Regina. *Op. cit.*, p. 182.

estavam presentes 84 entidades, entre elas 43 grupos gays ou mistos, três grupos exclusivamente lésbicos e três grupos de travestis. Nesse encontro foi fundada, em uma assembleia geral, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis – ABGLT. A proposta de organização de uma entidade nacional era debatida desde o IV encontro, entretanto, somente no ano de 1995 a associação pode ser criada. Houve, contudo o questionamento do Grupo Nuances (RS) sobre o processo pelo qual havia sido criada a associação. Nesse encontro, foi aprovada a inclusão do termo travestis no nome dos próximos encontros do movimento.

No ano de 1995, ocorreu no Rio de Janeiro, a 17ª Conferência Internacional da Internacional Lesbian and Gay Association, ONG de origem européia criada em 1978 e registrada sob as leis da Bélgica, que conta com 450 grupos associados de mais de sessenta países. Estiveram presentes na conferência 1200 participantes. A organização do encontro contou com a participação de diversos grupos homossexuais brasileiros, do Ministério da Saúde, da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, de funcionários da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Sindicato dos Bancários e dos Previdenciários, ambos do Rio de Janeiro.

O IX Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis e o II Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que Trabalham com AIDS ocorreu em São Paulo durante os dias 20 e 26 de fevereiro de 1997. A realização ficou sob a responsabilidade de uma comissão de grupos homossexuais constituída após muitos conflitos internos. Formaram a comissão a Rede de Informação Um Outro Olhar, o grupo Corsa e ativistas independentes. Participaram 52 grupos GLTs, estando presentes 338 pessoas, dentre estas 53% homens, 42% mulheres, 4% travestis e 1% transexuais. Desse total de participantes do evento 52 receberam bolsas de auxílio para custear o transporte, alimentação e a estadia para participar das atividades. O financiamento do encontro foi obtido, mediante a apresentação de projeto ao Ministério da Saúde, pela Rede de Informação Um Outro Olhar, um dos poucos grupos que possuía estrutura de ONG e que já havia conseguido financiamentos anteriores o que deixou o grupo em uma situação delicada frente aos demais grupos. O encontro foi marcado por confrontos e agressões entre militantes e grupos como relata Regina Facchini:

As acusações apontavam discriminações, preconceitos, luta por poder, violência, autoritarismo, falta de ética, falta de trabalho, falta de respeito pelo trabalho do outro, mau uso dos recursos destinados ao combate e prevenção da AIDS, falta de

compromisso efetivo com a causa, subordinação de finalidades públicas a interesses privados. Sem dúvida, essas acusações refletem a democracia, o respeito e a ética como valores norteadores gerais no movimento. Refletem a existência, ainda, de uma visão comunitarista por parte de alguns grupos e/ou a manipulação simbólica em torno da igualdade e da ausência de hierarquias – valores com raízes históricas no movimento – em momentos de conflitos. Sinalizam, também, a existência de conflitos entre as diversas identidades coletivas que compunham o movimento: gays, lésbicas e travestis. (...) durante o encontro houve momentos em que, por exemplo, lésbicas se posicionaram como mulheres e questionaram a legitimidade da reivindicação de atendimento de travestis em enfermarias femininas, argumentando que travestis, em última instância, são homens, gerando uma discussão bastante acalorada.¹³⁰

O encontro foi encerrado com uma passeata pelas ruas do centro da cidade de São Paulo, como ocorrera nos encontros anteriores. Foi nessa passeata que surgiu a idéia da organização de eventos de rua, a parada gay, para comemorar o Dia Internacional do Orgulho Gay.

Os conflitos ocorridos no IX Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis demonstram as disputas e a fragmentação identitária dentro do movimento homossexual. Tal segmentação se agravou com a interferência dos agentes estatais e do mercado. Houve disputas entre os grupos pela aprovação de projetos. Com isso, verificamos que há fraturas internas na base do movimento. Tal fato, como já apontado por Facchini, foi ressaltado por Pedro Paulo de Oliveira:

Seria, no entanto, ingênuo pensar que os gays possam ser tomados como um grupo homogêneo e sem diferenças dentro de suas hostes. Não bastasse as diversas pertencas sociais que incidem sobre os diferentes agentes homo-orientados, suficientes para justificar posicionamentos díspares diante de questões fundamentais, os gays encontram dissensões mesmo em relação à própria imagem que fazem de si enquanto grupo e também quanto ao tipo de comportamento e de estratégias a serem adotadas para um enfraquecimento do preconceito de gênero do qual são vítimas contumazes. A história de suas dimensões pode ser verificada ainda quando eles nem tinham a dimensão que ganharam nas últimas décadas.¹³¹

A primeira dissensão do movimento homossexual, no fim do século XIX que, ainda, se faz presente diz respeito à divisão entre aqueles homossexuais que

¹³⁰ FACCHINI, Regina. *Op. cit.*, p. 132.

¹³¹ OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *Op. cit.*, p. 95.

consideravam importante adotar um comportamento feminilizado como forma de afirmação pública da identidade homossexual que é conhecido hoje nos Estados Unidos como cultura *camp*. Outro segmento de homossexuais pregava valores comportamentais masculinos. Nesse debate, Jurandir Freire Costa se posicionou alegando que o comportamento *camp* não significa um confronto aos padrões hegemônicos de gêneros. Tal cultura contribui, apenas, para reproduzir a percepção dominante da homossexualidade como uma aberração.

Há grupos homossexuais que reivindicam uma especificidade gay, uma marca distintiva para a cultura tipicamente homossexual. Esses grupos defendem uma espiritualidade gay, pregam a vida coletiva gay em espaços comunitários sem estruturas sociais hierárquicas, onde mulheres e heterossexuais não poderiam participar. Para outros grupos gays os homossexuais masculinos seriam homens comuns se diferenciando apenas em suas práticas sexuais. As feministas desconfiam desses grupos e argumentam que esses gays buscam ampliar o espectro da dominação masculina para nele também incluam os homens que fazem sexo com homens, (expressão utilizada pelo Ministério da Saúde), em detrimento de lutar pelo desmantelamento dos privilégios materiais, culturais e simbólicos, bem como a cultura androcêntrica. Pedro Paulo de Oliveira adverte que a desconfiança feminista em alguns casos é legítima, pois há, sem dúvidas, gays que manifestam indiferença ou mesmo até hostilidade em relação aos gays femininos e às mulheres.¹³²

Em relação à forma de parceria sexual há militantes que defendem a monogamia, principalmente os grupos que lutam pelo direito ao matrimônio, e outros que pregam a *libertação de quaisquer constrangimentos que impeçam o exercício livre da sexualidade, incluindo a restrição de contato sexual com apenas um(a) parceiro(a)*.¹³³

Embora a história do movimento homossexual tenha demonstrado que afirmar a origem da homossexualidade no aspecto biológico constitui uma armadilha, como verificado no século XIX, alguns grupos, na atualidade, como o National Gay and Lesbian Task Force, nos EUA, consideram positivas as pesquisas que buscam vincular a homossexualidade a causas genéticas e biológicas. Para esse grupo, assim, tal como acontece com a cor da pele, os homossexuais poderiam reivindicar proteção contra a discriminação social, o que não ocorre, quando defendemos que a homossexualidade é resultado de experiências e vivências sociais. Isso possibilita que pesquisas científicas de

¹³² OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *Op. cit.*, p. 96

¹³³ Idem, *ibidem*, p. 97.

valor duvidoso corroborem as explicações sustentadas durante o século XIX, que consideravam a homossexualidade como desvio, doença e anormalidade. Contra essas teorias o movimento homossexual luta até os dias atuais.

Todavia na década de 1990 o movimento homossexual se consolidou. Alcançou visibilidade no espaço público. Tal visibilidade se deveu luta dos grupos homossexuais, no Brasil e nos países ocidentais, contra a vinculação da epidemia de Aids aos homossexuais. Nesse período o mercado voltado para o segmento homossexual se pluralizou. Além das casas noturnas foi possível vislumbrar o surgimento de diversos segmentos da mídia que realizam festivais de cinema com a temática homossexual. Foram criados, também, agências de turismo, livrarias, programas e até mesmo um canal de televisão a cabo, lojas de roupas, cruzeiros marítimos e diversos sites na Internet voltados para o segmento homossexual. Na Europa e nos EUA há seriados gays como o *Queer as Folker* ou *The L Word*, que têm significativa influência na cultura homossexual brasileira como destaca Isadora França Lins: *A parcela de homossexuais brasileiros ‘anteados’ à última moda pauta-se, em muitos aspectos, pelos mesmos referenciais que compõem o estilo de vida dos personagens de regiões mais ao norte do globo.*¹³⁴

Foi criada nessa época a sigla GLS o ‘S’ significa simpatizantes que tem por objetivo expandir o gueto incluindo os que não se identificam como homossexuais, mas que de alguma forma participam dessa comunidade. A sigla foi utilizada no primeiro festival de cinema MixBrasil. Um desfile de moda, em meados da década, produziu camisas com as letras G, L ou S, que foram usadas por gays, lésbicas e simpatizantes famosos, com objetivo de dar visibilidade à luta dos homossexuais. A sigla GLS foi associada a um público homossexual moderno, interessado em arte, música, conectado à última moda e frequentador da noite.

Dessa forma, a mídia e o mercado voltados para o público homossexual foram capazes de possibilitar um canal de comunicação entre os homossexuais, *através do qual foi possível difundir tantos discursos políticos e demandas do movimento, quanto informações a respeito do circuito GLS e dos diversos estilos de vida que o acompanham.*¹³⁵ Entretanto, essa sigla, foi rejeitada pelo movimento que alegou que a mesma não nomeia os sujeitos que passaram a ganhar visibilidade no movimento a partir da década de 1990: as travestis e transexuais e os bissexuais. Os integrantes do movimento

¹³⁴ FRANÇA, Isadora Lins. *Cercas e Pontes: O Movimento GLBT e o Mercado GLS na Cidade de São Paulo*. São Paulo : Dissertação de Mestrado da Universidade de São Paulo, 2006, p. 49.

¹³⁵ FRANÇA, Isadora Lins. *Op. cit.*, p. 98.

alegavam, ainda, não existir movimento de negros e simpatizantes, movimento feminista e simpatizantes, movimento dos sem terra e simpatizantes. Dessa forma, afirmavam que a não incorporação da letra S não exclui, mas apenas nomeia o foco do movimento.

A visibilidade do movimento homossexual fez com que outros sujeitos do movimento se fortalecessem e se tornassem visíveis: as travestis e transexuais e os bissexuais. Em fins da década de 1990 foram criadas a ANTRA (Articulação Nacional de Transgêneros) e o CNT (Coletivo Nacional de Transexuais). A inserção da letra B ao nome do movimento causou acalorados debates no XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis. Os argumentos contrários à inserção dos bissexuais como sujeitos políticos iam no sentido de que eles são uma espécie de traidores do movimento, aparecendo como os que nunca sofrem o preconceito, eles mantêm práticas homossexuais e participam do ‘mundo do heterossexual’ com tranquilidade, ao passo que os homossexuais são vítimas de toda forma de preconceitos. A incorporação dos bissexuais também provocou uma desestabilização entre heterossexuais e homossexuais e entre homens e mulheres. Segundo França esses segmentos têm produzido um questionamento no interior do movimento pelo fato de que:

Não se encaixam exatamente em nenhuma das duas pontas dos pares culturalmente estabelecidos e de certa forma incorporados pelo movimento, que por vezes pareceu atuar sob a implícita perspectiva de que existem mundos que não se cruzam em momento algum: o mundo dos ‘heterossexuais’ e o mundo dos ‘homossexuais’, e o mundo dos ‘homens’ e das ‘mulheres’. Nesse sentido, a atuação crescente de bissexuais e travestis e transexuais no movimento brasileiro tem trazido uma variedade de questionamentos que ainda não encontraram uma resolução definitiva no seu interior, apesar dos esforços realizados nesse sentido.¹³⁶

A organização desses grupos acarretou uma multiplicação de categorias que compõe o movimento GLBT, levando o mesmo a uma complexa atuação, pois aqueles que têm especificidades decorrentes do fato de serem negros, jovens e deficientes físicos passaram também a reivindicar uma atenção especial dos militantes.¹³⁷

Em meados da década de 1990 foram realizadas as primeiras paradas gays, no Rio de Janeiro e em São Paulo, (a 1ª Parada Gay do Rio de Janeiro, aconteceu

¹³⁶ FRANÇA, Isadora Lins. *Op. cit.*, p. 98.

¹³⁷ A partir desta conferência há uma disputa identitária pela sigla do movimento homossexual. A partir do ano de 2007, na Primeira Conferência Nacional ficou definido que a sigla passaria a ser LGBT.

no ano de 1995). Em São Paulo, no ano de 1997, ocorreu a I Parada do Orgulho GLBT com o formato atual inspirado em eventos semelhantes de outros países. As paradas têm uma periodicidade anual e o objetivo de celebrar o orgulho gay dando visibilidade às reivindicações do movimento especificado. Esse tipo de manifestação inaugurou uma nova forma de atuação política que reúne celebração, combate à discriminação e reivindicação da cidadania. Desse período em diante as paradas espalharam-se para a maioria das capitais brasileiras e para muitas cidades do interior. A *Interpride*, (rede internacional de entidades organizadoras de paradas), divulgou que em 2008 foram realizadas 127 paradas no país e 23 eventos culturais voltados para temática GLBT. O Brasil é hoje, o segundo país, com o maior número de paradas do mundo. A parada de São Paulo é considerada a maior do mundo em número de participantes. No Brasil, Minas Gerais liderou o ranking nacional, com 21 paradas, e São Paulo contou com 12. O Governo Federal apoiou, através do Ministério da Cultura, 21 eventos. Outros 92 receberam o apoio do Programa Nacional de DST e AIDS do Ministério da Saúde. As paradas nas diversas cidades brasileiras atraem um público diversificado formada por pessoas dos bairros considerados nobres e das periferias incluindo crianças, jovens e idosos. Isadora Lins França fez uma minuciosa descrição da multidão que frequenta a parada de São Paulo, mas que pode ser considerado um retrato dos vários eventos que acontecem em outras cidades brasileiras. Ela destaca a heterogeneidade do público:

Há casais andando de mãos dadas – nas mais variadas combinações possíveis, travestis exibindo seus seios, rapazes (pouco) vestidos de diabo, mulheres com bebês, famílias inteiras (de novos ou velhos arranjos), *drag-queens* caprichando no visual e disputando os flashes dos fotógrafos profissionais e de pessoas que querem posar ao seu lado para fotos pessoais, grupinhos de amigos com roupas coloridas, cabelos espalhafatosos e *piercings* inusitados, grupinhos de amigos trajando preto dos pés a cabeça, jovens rapazes de saia, mulheres de calça social e suspensório, homens encenando os mais diferentes personagens relacionados a imagens iconográficas da homossexualidade (marinheiros, bombeiros, policiais), ursos caminhando sob sua bandeira, pessoas com faixas remetendo aos seus estados de origem, homossexuais evangélicos com as faixas de suas igrejas, punks e góticos, pessoas que se beijam aos trios, travestis trajando plumas de escola de samba, pessoas solitárias observando atentamente o movimento, trios que se beijam simultaneamente, rapazes de músculos trabalhados e mais uma infinidade de tipos e pessoas que nenhuma descrição conseguirá abarcar. Acompanhando tudo isso, uma grande fila de pessoas na calçada.¹³⁸

¹³⁸ FRANÇA, Isadora Lins. *Op. cit.*, p. 81.

A parada é constituída por trios elétricos que se organizam da seguinte forma: o primeiro trio é o da comissão organizadora da parada, em seguida o das ONGs e depois os trios de casas noturnas. Geralmente, entre um trio e outro, é estendida a bandeira do arco-íris símbolo mais conhecido do movimento homossexual.

Na atualidade há um debate acalorado dentro e fora do movimento LGBT, sobre a Parada, que versa sobre a questão dos limites entre a ‘festa’ e a ‘política’. Embora seja distinta dos movimentos políticos tradicionais, as paradas têm conseguido atrair um número de pessoas que nenhum movimento social no Brasil consegue reunir. Os críticos ferozes insistem em associar a parada a uma festa, e afirmam não ser um ato político. Por isso é frequente a associação entre o Carnaval e a Parada. Isso irrita os militantes e nos parece ser uma forma de desqualificar a luta do movimento LGBT. É importante frisar que a parada gay é uma estratégia política diferente das adotadas dos outros movimentos sociais principalmente aqueles ligados à esquerda. Isadora Lins França apresentou os resultados de uma pesquisa realizada para saber os motivos que levam tantas pessoas às ruas. Esse trabalho revelou que 57,6% das pessoas entrevistadas foram à parada porque queriam que os homossexuais tivessem mais direitos, 8,9% foram por solidariedade a parentes e amigos (as) homossexuais, 26,7% foram por curiosidade e 4,1% para paquerar.¹³⁹

Essa forma de luta política, singular, do movimento LGBT possibilitou o fortalecimento e a visibilidade da comunidade e das suas reivindicações. A cada ano as paradas trazem como tema as questões pelas quais os LGBTs lutam. Dessa forma, elas possibilitaram avanços importantes, como o fato do estado brasileiro ter criado um programa específico para atender às demandas homossexuais. Em 2004 foi criado, no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva o ‘Programa Brasil Sem Homofobia’, vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Uma das ações desse programa foi o financiamento de Centros de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia em todos os estados, além de financiar núcleos de pesquisas e promoção da cidadania LGBT e projetos de capacitação em Direitos Humanos para o combate à homofobia. No ano de 2005 o Ministério da Cultura abriu edital aceitando projetos para apoio às Paradas LGBT. Foi concedido financiamento para 28 paradas no Brasil, valores

¹³⁹ FRANÇA, Isadora Lins. *Op. cit.*, p. 137.

que iam de R\$ 10.000 a R\$ 90.000 para cada organização. Isso representou um marco para o movimento que até então recebia financiamento, apenas, do Ministério da Saúde, para o trabalho de prevenção da AIDS.

Outra importante conquista do movimento LGBT foi a realização da Primeira Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais convocada por meio do Decreto Presidencial de 28 de novembro de 2007. A organização da conferência ficou sob a responsabilidade da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Segundo o regimento, a conferência foi dividida em duas etapas, uma em âmbito nacional e outra em âmbito estadual. O regimento sugeria, ainda, a realização de pré-conferências municipais ou regionais e as decisões destas poderiam ser encaminhadas à conferência Estadual. Dessa forma, após a realização das pré-conferências regionais no Estado do Rio de Janeiro, ocorreu entre os dias 16 a 18 de maio de 2008, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, a conferência Estadual que teve como tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais” que tinha como objetivo, propor diretrizes para a implementação de políticas públicas para garantir a plena cidadania dessa minoria. Ela pretendeu também propor diretrizes e estratégias para o Programa Brasil sem Homofobia. Participaram da conferência os delegados da sociedade civil e do poder público que foram eleitos nas pré-conferências municipais que tinham poder de voz e voto, além destes, participaram os observadores e os convidados.

Entre os dias 05 e 08 de junho 2008 aconteceu em Brasília a Conferência Nacional LGBT. O evento reuniu cerca de mil pessoas, entre delegados, observadores, convidados, imprensa e organizadores. Durante quatro dias, foram discutidas propostas de políticas públicas para o segmento em mesas-redondas, grupos de trabalho e plenárias. Depois da histórica abertura, que contou com a presença do Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, e do presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Toni Reis, o encontro teve seu ponto alto no anúncio do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, de que o Sistema Único de Saúde passaria a realizar cirurgias de transgenitalização. Diversas propostas foram aprovadas nas áreas de Direitos Humanos, Saúde, Justiça e Segurança Pública, Turismo, Previdência Social, Comunicação, Educação, Trabalho e Emprego, Cultura e Cidades. Todas as propostas tiveram por objetivo lutar pela efetivação da cidadania dos LGBTs. Foi também decidido que a letra L que representa as lésbicas

passaria a ser a primeira letra da sigla do movimento que passaria a se denominar LGBT. As lésbicas argumentaram que elas tinham menor visibilidade do que os outros sujeitos políticos do movimento e que também tinham menos poder de decisão no interior do movimento. Travestis reivindicaram que, se adotado o critério de exclusão, o T deveria encabeçar a sigla. Venceu a justificativa de que internacionalmente o L vem na frente. A votação durou mais de uma hora e, no final, 190 delegados votaram a favor do LGBT e 160 contra. Também ficou reiterada a alocação de recursos e a institucionalização das políticas dos Ministérios (âmbito federal) e Secretarias (nos âmbitos estadual e municipal) ao Programa Federal *Brasil Sem Homofobia*, bem como a urgência da aprovação do Projeto-lei que se encontra no Senado sob o número PLC 122/06, que tipifica a homofobia como crime, e as demais que versam sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo, a mudança de nome para travestis e transexuais e a adequação de sexo para os transexuais.

No ano de 2011, foi realizada a Segunda Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada em Brasília entre os dias 15 a 18 de dezembro, convocada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Segundo os organizadores, a realização desse evento buscou efetivar a consolidação das políticas públicas para o segmento LGBT e teve como tema “Por um país livre da pobreza e da discriminação, promovendo a cidadania de lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, sendo precedida de 27 conferências estaduais e inúmeras conferências regionais e municipais. Este segundo evento ocorreu no primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff e teve como objetivo consolidar, avaliar e traçar novas estratégias políticas definidas na primeira conferência.

Segundo as palavras da Ministra de Estado Chefe da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário Nunes, a segunda conferência traduziu:

As discussões e debates realizados nos estados e municípios foram fundamentais para embasar as discussões da 2ª Conferência Nacional LGBT em Brasília. As mesas reproduziram toda a pluralidade de opiniões a respeito dos Direitos Humanos da população LGBT. As/os palestrantes instigaram e promoveram a reflexão para as delegadas e delegados presentes, o que permitiu que os temas elencados como prioridade pela sociedade civil e construídos pela

Comissão Organizadora do Conselho Nacional LGBT fossem aprofundados e se tornassem propostas e diretrizes para a área.¹⁴⁰

A organização dessa segunda conferência teve a mesma estrutura da primeira, tanto para escolha de delegados, bem como as realizações de pré-conferências em âmbito municipal e estadual. Segundo os coordenadores, essa forma de elaboração possibilitava uma maior democratização. A programação se deu da seguinte forma: o primeiro dia na parte da manhã houve o credenciamento e a parte da tarde uma mesa redonda cujo título foi; “Diálogos Sociais Rumo a Rio+20” Coordenada por - Guilherme Alves – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Lúcia Stumpf do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, Adroaldo Quintela - Secretaria Geral da Presidência da República e Nadine Monteiro Borges – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Em seguida, a essa mesa foram realizadas as seguintes apresentações culturais: talk show – Renata Peron e Sapabonde; show - Sapabonde e Renata Peron; o talk show - Leo Moreira Sá e Valérie O'Hara e o Show - Valérie O'Hara e Dj. Após as apresentações culturais houve a solenidade de abertura que contou com as seguintes presenças: Maria do Rosário Nunes Ministra de Estado Chefe de Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Gilberto Carvalho Ministro de Estado Chefe de Secretaria-Geral da Presidência da República; Luiza Helena Bairros Ministra do Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Deborah Duprat Vice-Procuradora-Geral da República; Jean Willys Deputado Federal e Coordenador da Câmara dos Deputados da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT, Ramaís de Castro Silveira Secretário Executivo da secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e presidente do Conselho Nacional LGBT; Irina Bacci Vice-Presidenta do Conselho Nacional LGBT; Maria Berenice Dias Desembargadora-presidente da Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil; Nadine Monteiro Borges Diretora de Promoção dos Direitos Humanos, Jovanna Baby Representante dos segmentos de travestis e transexuais; Marinalva Santana Representante do segmento de lésbicas e mulheres bissexuais; Janaina Oliveira Representante do segmento de negras e negros LGBT e Toni Reis Representante do segmento de gays e bissexuais. Após as falas foi executado o Hino Nacional com

¹⁴⁰ Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT – Acesso: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/conferencias/anais-2a-conferencia-nacional-lgbt-1> em 17/11/2015 às 14:00 horas.

Interpretação da cantora Valéria Houston. Para concluir a abertura do evento o Ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Brito proferiu a palestra intitulada: “Reconhecimento de LGBT como sujeitos de direitos”.

O segundo dia da conferência, 16 de dezembro de 2011, na parte da manhã foi lido o regulamento da conferência, em seguida a mesa redonda intitulada: “Poder Legislativo e Direitos da População LGBT”, que teve como participantes: Érika Kokay – Deputada Federal; Jean Wyllys – Deputado Federal; debatedor: Julian Rodrigues – Associação Brasileira de Lésbicas Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, a mesa foi coordenada por: Léo Ribas - Liga Brasileira de Lésbicas - LBL. No período vespertino outras duas mesas redondas foram realizadas a primeira intitulada: Políticas Públicas e Direitos da População LGBT Kátia Souto - Ministério da Saúde; Cláudia Dutra - Ministério da Educação; Rogério Sottili - Secretaria Geral da Presidência da República; Nadine Monteiro Borges – Diretora de Promoção dos Direitos Humanos e o debatedor: Luiz Mello - Universidade Federal de Goiás, a mesa foi coordenada por Zezinho Prado – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação. A segunda mesa dessa tarde foi intitulada: “Políticas de Inclusão Social e Cidadania da população LGBT” e os participantes foram: Eduardo Dias - Ministério da Justiça, Rosa Oliveira – Núcleo de Gênero PAGU – Unicamp; Marcia Rollemberg - Ministério da Cultura; Renato de Paula - Ministério do Desenvolvimento Social; Nadine Monteiro Borges – Diretora de Promoção dos Direitos Humanos e a debatedora foi Bruna Irineu – Universidade Federal de Tocantins; como coordenadora: Keila Simpson - Associação Brasileira de Lésbicas.

O terceiro dia foram apresentados nove grupos de trabalhos que versavam sobre temas diversos: educação, cultura, trabalho, justiça, direitos humanos, combate à pobreza, elaboração de políticas para combater as desigualdades e discriminações, participação social e política dentre outros. A coordenação desses GTs era composta sempre por um representante do Governo Federal vinculado a ministérios e um representante do movimento LGBT. No dia 18 de dezembro de 2011 foi realizada a plenária final para traçar o plano de políticas.

Uma das distinções que podemos considerar emblemática entre as duas conferências é que na primeira esteve presente o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a segunda não contou com a presença da presidenta Dilma Rousseff. Diversas reflexões podem ser feitas. Não faremos conjecturas sobre esse fato, mas atentamos ser importante registrar, como fez o sociólogo Luiz Mello que proferiu a palestra a “Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar”:

Estive ontem na abertura desta Conferência e também estive na abertura da de 2008. Confesso que lamentei profundamente algumas ausências e quero registrá-las. Eu lamento a ausência da

Presidenta Dilma Rousseff. Lamento que ela não tenha nos enviado uma carta de saudação, ou um vídeo, qualquer coisa. Eu lamento que o Ministro da Saúde não tenha vindo, após ter lançado um documento tão bacana, como é a Portaria da Política Nacional de Saúde Integral para a População LGBT. Lamento o Ministro da Educação não ter vindo para nos dar explicações pessoalmente de por que o kit anti-homofobia não foi aprovado. E lamento, profundamente, o Ministro Gilberto Carvalho não ter usado a palavra para nos explicar por que ele negociou com setores religiosos fundamentalistas o veto do kit. Por fim, lamento que o representante do Ministério do Trabalho não esteja na Mesa hoje.¹⁴¹

Outra fala bastante instigante foi a do Deputado Federal Jean Willyss com o seguinte pronunciamento:

Toda vez que eu falo publicamente, faço uma distinção entre a comunidade LGBT e o movimento LGBT. A comunidade LGBT é aquela que existe na sua dispersão, constituída pela injúria coletiva ou individual e que compõe oficialmente, segundo dados do IBGE, 19 milhões de brasileiros. Essa comunidade conseguiu produzir uma cultura que tem uma inscrição na topografia das cidades, nas boates, nas saunas dos lugares de pegação. Ela conseguiu produzir uma cultura através da arte do transformismo, das drag queens, ela tem uma identidade coletiva. Mas não fez o salto da comunidade que existe na sua dispersão para um grupo político com um projeto comum; ainda não fez esse salto. [...]

Eu enfrento todo debate em torno do PLC 122, não sendo propositor, não sendo relator. Eu faço isso porque eu tenho o compromisso ético com a comunidade que eu represento. Mas o meu mandato propõe a pauta do casamento civil igualitário. Porque é uma pauta afirmativa, que não incide nessas questões de restrição de liberdade, que o PLC 122 quer queira, quer não, acaba incidindo, embora ele seja importante. A pauta do casamento é a que vai estender um conjunto de direitos que nos é negado e que estão em volta dos direitos da família. O casamento civil tem um efeito ordenador, institui a entidade familiar. A gente precisa aprovar como lei. Não podemos nos contentar com a decisão do STF, porque a gente sabe que a ampla maioria da população não tem acesso à justiça. Não tem Defensoria Pública na maioria dos estados e municípios desse país. Os pobres não têm acesso à justiça. A gente vê pela maneira como eles são tratados. Portanto, não vamos nos contentar com uma decisão do judiciário. Precisamos de uma lei. E a maneira de fazer essa lei, de estender esse direito à comunidade LGBT é através da PEC do casamento civil. Essa pauta do matrimônio igualitário, ou do casamento civil igualitário é que vai, a médio

¹⁴¹ Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT –Acesso: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/conferencias/anais-2a-conferencia-nacional-lgbt-1> em 17/11/2015 às 14:00 horas.

prazo, promover uma transformação cultural da sociedade. Porque uma coisa é certa: esse é o momento. Como eu estou falando para iguais, para nós, é preciso que a gente coloque no nosso discurso o seguinte: a gente não está pedindo o amor das pessoas. A gente não quer que as pessoas nos amem e gostem, ou passem a dizer amanhã que homossexualidade é bacana. O que a gente quer é que as pessoas não neguem direitos por serem homossexuais.¹⁴²

Fiz questão de descrever minuciosamente a programação e os participantes da conferência para, primeiro dar visibilidade aos sujeitos que compõem o movimento LGBT brasileiro e demonstrar a articulação política entre movimento e o Estado através de seus representantes como podemos observar. Para Maria da Glória Gohn as ações dos novos movimentos sociais se caracterizam por uma estreita relação com o estado. A agência desses movimentos fica vinculada ao poder estatal o que acarreta benefícios e desafios para o próprio movimento, Gohn destaca que o suporte governamental por meio de políticas públicas acarreta:

resultados contraditórios. De um lado, as demandas sociais são postas como direitos (ainda que limitados), abrindo espaço à participação cidadã via ações cidadãs. De outro, há perdas, principalmente de autonomia dos movimentos e o estabelecimento de estruturas de controle social de cima para baixo, nas políticas governamentais para os movimentos sociais. O controle social instaura-se, mas com sentido dado pelas políticas públicas, ainda que haja a participação cidadã no estabelecimento das normativas. As grandes conferências nacionais temáticas são uma das estratégias básicas desse controle. Nesse cenário de redes movimentalistas com apoio institucional, deve-se acrescentar as inúmeras ações e redes cidadãs que se apresentam como movimentos sociais de fiscalização e controle das políticas públicas, atuando em fóruns, conselhos, câmaras, consórcios etc., em escala local, regional e nacional, principalmente no Brasil e na Colômbia.¹⁴³

Embora tenha havido tais conferências, politicamente o movimento LGBT sofreu algumas derrotas. O Ministério da Educação elaborou um material didático que buscava problematizar a temática da homossexualidade e combater a homofobia. Entretanto, a bancada religiosa reagiu fortemente contra essa política do MEC,

¹⁴² Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT –Acesso: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/conferencias/anais-2a-conferencia-nacional-lgbt-1> em 17/11/2015 às 14:00 horas.

¹⁴³ GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: Revista Brasileira de Educação. V.16, n 47, maio ago, 2011, p.340.

denominando o material didático de Kit Gay e alegou que esse material incentivaria a homossexualidade entre os alunos. Para impedir que esse material fosse distribuído nas escolas a bancada religiosa da Câmara de Deputados e do Senado arquitetou uma manobra política com setores religiosos dessas instituições que impediu a distribuição do material prevista para o ano de 2011.

A terceira conferência LGBT foi convocada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, intitulada: “Por um Brasil que criminalize a violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, e ocorreu nos dias 25 a 27 de abril de 2016. As conferências municipais e estaduais aconteceram no ano de 2015.

Buscamos até aqui demonstrar as estratégias políticas que os homossexuais utilizaram para desconstruir o estigma de que são vítimas desde a Idade Média quando a Igreja os considerava como pecadores. Verifica-se que a organização em movimentos sociais foi de suma importância nesse processo. Como estratégia política as paradas LGBT foram e são um meio eficaz de visibilidade e de inserção de propostas dessa minoria no espaço público e na agenda governamental. Além disso, ficaram claras as dificuldades para a aprovação e discussão das políticas públicas voltadas para a comunidade LGBT, e identificou-se que o movimento possui alguns desafios internos semelhantes a outros movimentos sociais no que se refere à participação política dos seus membros. No entanto, o movimento tem desempenhado seu papel na luta pela efetivação da cidadania homossexual, embora no Brasil os obstáculos para efetivação da cidadania sejam muitos. Não temos em nosso país leis que assegurem esses direitos, mas apenas portarias e jurisprudência. Isso debilita as conquistas do movimento LGBT.

Casamento Gay: o arco íris na norma?

Há quatro projetos de lei prontos para votação em plenário e mais 22 projetos de lei e outras proposições em tramitação que tratam especificamente de questões voltadas para efetivação da cidadania LGBT.¹⁴⁴ Algumas delas existem há mais de 10 anos. Os quatro projetos de lei prontos para votação são: o projeto lei 70/95 (Dep. José

¹⁴⁴ Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. A sigla não possui um segundo T, pois ficou acordado que no primeiro estaria representado as transexualidades.

Coimbra - PTB-SP) dispõe sobre intervenções cirúrgicas que visem à alteração de sexo e dá outras providências; projeto lei 1151/95 (Dep. Marta Suplicy - PT-SP) disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo e dá outras providências; projeto lei 287/03 (Dep. Laura Carneiro - PFL-RJ) dispõe sobre o crime de rejeição de doadores de sangue resultante de preconceito por orientação sexual; projeto lei 5003/01 (Dep. Iara Bernardi - PT-SP) determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas. Entretanto por barbanhas políticas, principalmente aquelas acordadas com os representantes da denominada bancada religiosa, do Senado e do Congresso Nacional nenhum dos projetos citados sequer entrou na pauta de votação dessas instituições.

Os projetos de união civil entre pessoas do mesmo sexo, que não foram votados pelos legisladores, apenas reconhecidos pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, têm por objetivo proporcionar aos homossexuais uma cidadania mais plena, garantindo o direito de herança, de migração, benefícios como os de usufruir de um plano de saúde e ainda outros ligados à previdência social. Entretanto, a união estável entre pessoas do mesmo sexo pode ser interpretada como uma tentativa de incorporar as reivindicações dos militantes dentro de uma tradição democrática liberal. Ou seja, a união civil entre pessoas do mesmo sexo cria uma nova categoria de 'estado civil' para os homossexuais, e conseqüentemente uma concepção de família paralela à família nuclear heterossexual que passaria a ter seu privilégio pautado no status simbólico e religioso. É preciso estar atento às implicações dos projetos de lei de união estável entre pessoas do mesmo sexo existentes hoje no Brasil. Tais projetos restringem esse direito apenas àqueles homossexuais que desejam ter uma união civil duradoura, pautada no modelo de família heterossexual nuclear e monogâmica. Para Ana Paula Uziel, Márcia Arán e Patrick Larvie a proposta atual de união civil não significa uma ruptura com a heteronormatividade. Para Larvie isto se explica pelo fato do projeto de lei de união estável:

promover um sistema em que o acesso a certos direitos e privilégios é mediado pela participação em uma das uniões definidas e reguladas pelo Estado, a proposta de parceria civil não representa uma ameaça grave à heteronormatividade. Pelo contrário, o projeto abre caminho para a criação de duas novas tipologias de não-heterossexuais. A primeira é a do homossexual-cidadão, que acredita e participa na instituição da família tal como continua a ser definida pelo Estado. A segunda é uma tipologia residual de 'outros sexuais', incluindo todos os

não-aderentes ao modelo de união estável, claramente inspirado na família nuclear heterossexual.¹⁴⁵

Entretanto, podemos considerar que a proposta de união civil entre pessoas do mesmo sexo tem implicações sobre a norma heterossexista, pois a parceria civil entre homossexuais reconhecida pelo Estado significaria estabelecer que qualquer tipo de discriminação contra homossexuais é ilegítima. Para, Ana Paula Uziel, a polêmica em torno da aprovação, do projeto de lei 1.151 denominado parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo, se dá pelo fato do Estado reconhecer legalmente tais uniões, isto porque a homossexualidade, ainda, é considerada uma aberração pelos setores conservadores da sociedade brasileira. Uziel demonstra a ambigüidade deste projeto ao questionar sobre o que ele legislaria, pois não se *trata de casamento, tampouco se refere simplesmente a um contrato de sociedade. Talvez por esse motivo seja possível encontrar, na forma como ele está disposto, uma ambigüidade quanto ao caráter da parceria.*¹⁴⁶ A autora, ainda, faz pertinentes indagações sobre a possível aprovação do projeto de lei:

Se o projeto vier a ser aprovado, a que tipo de pessoas e circunstâncias ele finalmente atenderia? Os benefícios da legislação são claros: direito a bens, à previdência e à permanência no país, no caso de estrangeiros. E quando as situações não são essas, seria interessante legalizar a união? O estatuto legal pode significar menos preconceito? Quando a união de fato já existe, com o ônus e bônus a que está sujeita, por que registrar? (...) O fato de haver união civil entre pessoas do mesmo sexo implicaria a polêmica questão de maior controle do Estado?¹⁴⁷

O referido projeto de lei entrou e saiu de votação cinco vezes até dezembro de 1997, desde a sua criação em 1995, tendo sido retirado, estrategicamente, da pauta de votação pela Comissão Especial, após tomar conhecimento das manobras políticas dos setores conservadores religiosos que levariam à derrota do projeto.

Em 2008 foi aprovado o projeto de lei 547/08 que regulamenta o processo de adoção, no Brasil, impossibilitando a adoção de crianças por casais homossexuais. Utilizou-se como argumento o fato da Constituição Brasileira de 1988

¹⁴⁵ LARVIE, Patrick. Sexualidade e direitos de cidadania in *Sexualidade Gênero e Sociedade*. Ano IV, n. 11, julho de 1999.

¹⁴⁶ UZIEL, Ana Paula. *Reflexões sobre a parceria civil registrada no Brasil* in *Sexualidade Gênero e Sociedade*. Ano IV, n. 11, julho de 1999, p. 09.

¹⁴⁷ Idem. p. 11.

considerar família apenas a união civil entre um homem e uma mulher, não havendo, portanto como criar normas para adoção de crianças por casais homossexuais. O relatório para regulamentar o estatuto da família, que tramita no Congresso, na Comissão Especial do Estatuto da Família (PL 6583/13) e que foi aprovado sem alterações, o texto reconhece família como “a entidade familiar formada a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou de união estável, e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus filhos”. Fica excluída a possibilidade de reconhecimento das uniões homoafetivas, mesmo sendo reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, como família.

Dessa forma, intensos debates têm sido travados pelos estudiosos da temática das homossexualidades. Utilizarei o termo homossexualidades para me referir aos LGBTs, embora saiba da multiplicidade de questões políticas, sociais e econômicas singulares que envolvem essa minoria. Podemos considerar que vivenciamos uma transição da terceira onda do movimento homossexual para uma quarta, que se constrói em um cenário político nacional e internacional, de ascensão de setores denominados de direita, representa um rumo obscuro para as minorias sociais e políticas. Na terceira onda um intenso debate se fez entre intelectuais e os militantes do movimento LGBT. Essa polêmica entre movimento social e intelectuais se deve a distintas análises que os pesquisadores e militantes têm feito sobre os rumos das questões políticas que cada um desses segmentos têm adotado. O centro desse debate é pautado na questão da identidade. Para os acadêmicos adeptos da teoria queer a discussão sobre identidade versa sobre a perspectiva de que a subjetivação da homossexualidade levaria a uma identidade fixa, ou seja, estabeleceria um modelo de gay que se aproxima ao padrão burguês de sujeito e que os direitos reivindicados e conquistados pelo movimento LGBTs são pensados como assimilação à norma heterossexual. Para o movimento pensar em uma perspectiva queer seria um deslocamento das identidades, ou seja, um movimento denominado pós-indentitário que fragmentaria o movimento e a luta política.

Pode parecer paradoxal, mas como pensar garantias de direitos sociais, políticos e econômicos para os LGBTs sem que haja uma normatização das sexualidades pelo Estado? Para o movimento homossexual brasileiro a garantia jurídica da união estável entre pessoas do mesmo sexo obtida, no dia cinco de maio de 2011, significou a maior conquista desse movimento até os dias atuais. Mas como pensar essas uniões fora do modelo heterossexual? Como não permitir que o Estado regule essas uniões dentro da heteronormatividade? Essas questões colocam em polos opostos intelectuais e militantes.

Os intelectuais, embora considerem um direito, advertem para o processo de normatização e regulação das sexualidades. Os militantes consideram ser o reconhecimento jurídico dessas uniões uma conquista de direitos, vinculado à cidadania burguesa. Nesse sentido, nosso desafio é: como pensar em modelos de conjugalidades homoafetivas que não sejam heteronormativas? Tentaremos problematizar algumas questões que nos possibilitem pensar esse desafio em termos políticos, sociais e teóricos.

O chamado “casamento gay”, que passou a ser legitimado pelo estado, levaria a uma normatização das sexualidades/conjugalidades que eram consideradas marginais? Para Michel Bousson, George Chancey e Michel Pollak a cultura e a sexualidade homossexual é caracterizada pela inovação, pela liberdade, com a criação de códigos de linguagem próprios, os gays são responsáveis por ditar tendências de moda. Isso se deve ao fato da homossexualidade estar fora da obrigatoriedade da reprodução biológica. É uma forma de exercer a sexualidade que não está implicada na lógica inteligível dos discursos modernos da sexualidade que visa a reprodução.¹⁴⁸

A reivindicação do casamento/uniões entre pessoas do mesmo sexo, no Brasil e demais países ocidentais, têm por objetivo o reconhecimento do Estado. Até, então, essas uniões eram consideradas marginais. Ao reivindicar legitimidade o movimento LGBT e os homossexuais configuram o estado como sendo o detentor do poder que foi conferido aos heterossexuais e negado aos sujeitos de outras sexualidades, embora essa prerrogativa em princípio devesse ser garantida a todos os cidadãos independente de orientação sexual. Essa demanda é uma das principais pautas do movimento LGBT. Mas quais as consequências desse pleito? Para Butler essa concessão do estado gera uma normatização que não é percebida pelo movimento lésbico e gay. Esse processo pode ser verificado, por exemplo, quando o Estado concede o direito a essas uniões ou mesmo casamento e redefine a família como sendo o modelo clássico burguês de um homem e uma mulher, ou seja, o padrão heterossexual. E reafirma que o casamento é a instituição guardiã desse modelo. Como relata a autora:

Os poderes de normalização do Estado se tornam, porém, especialmente claros, quando se considera o quanto a contínua

¹⁴⁸ CHAUNCEY, George. *Gay New York in Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, décembre, 1998, POLLACK, Michaël. *Les homosexuels et le SIDA, sociologie d'une épidémie*. Paris : Métailié, 1988
_____. *L'homosexualité masculine, ou: le bonheur dans le ghetto?* in ARIÉS, Philippe et BÉJIN, André (orgs) *Sexualités Occidentales, Communications*. Vol. 35, Paris : Éditions du Seuil, 1982.

perplexidade sobre o parentesco condiciona e limita os debates sobre casamento. Em alguns contextos, a alocação simbólica do casamento, ou arranjos similares, é preferível à alteração dos requisitos para que o parentesco proteja direitos individuais ou plurais de se ter ou de adotar crianças ou de assumir uma coparentalidade legal. Variações no parentesco que se afastem de formas diádicas de família heterossexual garantidas pelo juramento do casamento, além de serem consideradas perigosas para as crianças, colocam em risco as leis consideradas naturais e culturais que supostamente amparam a inteligibilidade humana.¹⁴⁹

Para a autora parentesco pode ser definido como sendo um conjunto de relações que os indivíduos negociam para a reprodução da vida e as demandas de morte, ou seja, a esfera da reprodução, onde se negocia o gestar, o nascer, a criação, o cuidado, a doença, o morrer e os vínculos entre gerações, que foram definidos como sendo obrigação das mulheres. Embora essa relação nos pareça como sendo resultado de acordos entre os familiares, o parentesco não é uma esfera completamente autônoma das regulações do estado.

Os debates em torno do casamento *gay* nos possibilita refletir sobre questões centrais da sexualidade e da democracia. Como pensar em modelos de uniões entre pessoas do mesmo sexo não adeptas da monogamia? O casamento *gay* representaria o fim de uma cultura sexual radical, libertária, ou seja, que extrapola o modelo heterossexual? Os discursos sobre a homossexualidade buscariam cada vez mais enquadrá-la nos desejos do estado? Os homossexuais que não desejam esse modelo de união, ou preferem viver solteiros, seriam considerados marginais, por não aderirem ao casamento e se desvincularem de todo o estigma da promiscuidade atrelada historicamente aos homossexuais? Problematizar essas questões se faz importante. Entretanto, em nosso trabalho analisaremos como é gerenciada a divisão sexual do trabalho entre casais homossexuais masculinos, se há uma reprodução ou rearranjo do modelo heteronormativo e tentaremos fazer algumas considerações das implicações para os estudos de gênero.

O casamento *gay* significa ter o reconhecimento do estado, é ter seu estado civil publicamente reconhecido, de forma que desejo e a sexualidade tornam-se legítimos. Ganha-se conhecimento e a declaração pública como casal. A união passa a ser

¹⁴⁹ BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? In: Cad Pagu, nº 21/2003. p. 224

imaginada como permanente e duradoura. Com isso, passa a ser exigida uma série de obrigações que definem socialmente o que é um casal. Os casais homossexuais saem da invisibilidade, da marginalidade, ou seja, aceitam as definições dada pela doxa e o que é considerado legítimo pela sociedade e pelo estado. Há uma exclusão de um certo tipo de comportamento considerado ilegítimo, do que não está posto pela norma. Podemos travar um debate sobre o que é legítimo e ilegítimo, uma vez que ao se tornar legítimo automaticamente exclui o que era ilegítimo. Para Butler caberia pensar nos intervalos híbridos entre esses opostos, o que pode haver nessas junções, nesses hiatos entre o legítimo e o ilegítimo, naquilo que consideramos não lugar. Esse processo nos permite vislumbrar como a engenharia discursiva produz hierarquias sexuais. O debate sobre o casamento homossexual faz a opinião pública se manifestar e emitir os dissonantes discursos sobre o tema. Nesse processo são pensados modelos de uniões homoafetivas legítimas e ilegítimas, comportamentos homossexuais que são aceitáveis e não aceitáveis, ou seja, a máquina discursiva entra em operação. Processo semelhante ocorreu no século XIX para definir o papel social legítimo da mulher. Esse debate tem por objetivo definir quem e como pode se aderir à norma, o que se espera desses sujeitos, que comportamentos devem adotar, pois a norma de gênero não pode ser desestabilizada, mas reafirmada. Refletir sobre o casamento gay vai muito além de considerar ser a favor ou contra. Faz-se necessário pensar nas questões políticas e críticas que o tema pressupõe. A postura política é importante, mas não deve ser exclusiva, cabe-nos a crítica acadêmica. Nesse sentido, devemos atentar para o peso histórico que o casamento enquanto instituição estatal possui nas sociedades ocidentais. Aderir ao casamento é vincular-se a uma norma que pressupõe garantia de propriedade, hereditariedade legítima, herdeiros legítimos o que engessa e produz modelos de sexualidade. Entretanto, isso não significa que o casamento homossexual não seja um direito dos homossexuais. Mas qual modelo de contrato? É necessário que uma gama de discursos polissêmicos faça parte desse debate. O que é perigoso é cairmos em um único discurso que considera que o casamento homossexual deve ser um caminho para “limpar” a homossexualidade de seus estigmas construídos historicamente. Isso seria aderir a um conservadorismo que limitaria a sexualidade e construiria hierarquia nos modelos de homossexualidade.

Os contratos, sejam casamentos ou uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo, são na atualidade a única porta de acesso aos diversos benefícios do estado, o que devemos frisar é que esses instrumentos jurídicos de união são pautados em um

modelo heteronormativo o que exclui formas outras de conjugalidades como questiona Butler:

por que o casamento ou os contratos legais se tornariam a base segundo a qual os benefícios de atenção à saúde seriam concedidos? Por que não existiriam maneiras de se organizar os direitos de atenção à saúde de modo que todos, independente do estado civil, tenham acesso a eles? Se defendermos que o casamento é uma maneira de assegurar esses direitos, não estaríamos afirmando também que um direito tão importante quanto a atenção à saúde deve continuar sendo alocado com base no estado civil? Como isso afeta a comunidade dos não-casados, dos solteiros, dos divorciados, dos não interessados em casamento, dos não-monogâmicos – e como o campo sexual torna-se assim reduzido, em sua própria legibilidade, se o casamento se torna a norma?¹⁵⁰

Os contrários ao casamento *gay* para além dos discursos homofóbicos estão preocupados em garantir o modelo clássico de família, uma vez que esse modelo assegura a clássica divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, a monogamia, a hereditariedade legítima. Esses discursos são pautados na preocupação com a reprodução. Em um primeiro momento se critica os métodos artificiais de reprodução, pois esses métodos permitem que casais homossexuais possam ter filhos biológicos e em caso de adoção os discursos conservadores colocam os dilemas de um filho de casais do mesmo sexo não terem a garantia de uma referência materna e paterna. No âmbito acadêmico essas críticas se pautam na clássica teoria de Levi Straus sobre a exogamia e o tabu do incesto em que a criança precisa de uma referência masculina e feminina, sem isso corre-se o risco da mesma ter vários traumas, como atesta as clássicas teorias psicanalíticas do complexo de Édipo. Com isso, questiona-se como serão transmitidos os valores da cultura para a criança? Na França uma das ferrenhas defensoras desse tipo de argumento é a filósofa Sylviane Agacinski que afirma que o Estado francês não deveria reconhecer essa forma de união, pois estaria indo contra uma ordem simbólica. O que está no âmago desse debate é o poder regulador do estado como bem ressalta Butler:

Os debates se centram não somente nas questões do que é a cultura? Quem deve ser admitido? Como devem ser reproduzidas as questões de cultura? mas também no status do Estado, e, em particular, no poder de conferir ou negar reconhecimento a formas de alianças sexuais. De fato, os argumentos contra o casamento *gay* são sempre, implícita ou explicitamente, argumentos sobre o que o Estado deve fazer, o que deve prover,

¹⁵⁰ BUTLER, Judith. Op. Cit. P. 232

mas também sobre que tipos de relações íntimas devem ser elegíveis à legitimação pelo Estado. O que é esse desejo de impedir o Estado de dar reconhecimento a parceiros não heterossexuais, e o que é esse desejo de forçar o Estado a dar tal reconhecimento? Para ambos os lados do debate, o problema não é só a questão de quais relações de desejo devem ser legitimadas pelo Estado, mas de quem pode desejar o Estado, quem pode desejar o desejo do Estado.¹⁵¹

O reconhecimento jurídico permite ao casal homossexual a legitimidade do cidadão universal. Como um passe de mágica se têm acesso a uma série de direitos de cidadania, dentre eles o de decidir legitimamente o melhor tratamento para seu companheiro, de ter direito “natural” a filhos, de ter sua relação eternizada, ou seja, o acesso ao Estado produz uma fantasia de ter sua sexualidade santificada como esclarece Butler:

Dessa maneira, o desejo por reconhecimento universal é um desejo de se tornar universal, de se tornar intercambiável na própria universalidade, de esvaziar a particularidade solitária da relação não-ratificada e, talvez, acima de tudo, de ganhar tanto o lugar como a santificação naquela relação imaginada com o Estado. Lugar e santificação: essas, com certeza, são fantasias poderosas e assumem formas fantasmáticas particulares quando consideramos a proposta de casamento gay. O Estado pode se tornar o lugar da recirculação de desejos religiosos, da redenção, do pertencimento, da eternidade, e podemos indagar o que acontece à sexualidade quando percorre esse circuito particular de fantasia: ela se livra de sua culpa, de seus desvios, de sua descontinuidade, de seu caráter a-social, de sua espectralidade? E se livra de tudo isso, para onde vão exatamente essas negatividades? Elas não tendem a ser projetadas sobre aqueles que não terão ou não entrarão nesse domínio santificado? E a projeção tomará a forma de julgar os outros moralmente, de representar uma abjeção social e daí tornar-se a ocasião de instituir uma nova hierarquia de arranjos sexuais legítimos e ilegítimos.

É instigante pensar sobre esse desafio. Se politicamente a não legitimação do casamento homossexual nos relega a uma não existência, seja de direito, afeto, relegando os homossexuais à invisibilidade, ou seja, não terem o direito a decidir o melhor tratamento caso seu companheiro entre em coma, não poder receber o corpo em caso de falecimento e decidir sobre o ritual fúnebre, não poder ter a garantia da guarda do filho, o direito de herança. A negação desses direitos é um apagamento social. Como manter

¹⁵¹ Idem. P. 233.

um vínculo que não é real socialmente? Como construir projetos comuns em uma relação que é pensada socialmente para não existir? Butler faz um questionamento que versa sobre a ontologia dessas relações:

o sentido de deslegitimação pode tornar ainda mais difícil manter um vínculo, um vínculo que, afinal, não é real, um vínculo que não “existe”, que nunca se pretendeu que existisse. Aqui é onde a ausência da legitimação do Estado pode emergir dentro da psyche com um sentido permeável, se não fatal, de dúvida própria. E se por acaso você perdeu o parceiro que nunca foi reconhecido como seu amante, então você realmente perdeu aquela pessoa? Isso é uma perda, e pode ser publicamente lamentada? Certamente isso é algo que se tornou um problema agudo na comunidade gay, devido às perdas provocadas pela AIDS, a perda de vidas e de amores que estão sempre em luta para serem reconhecidos enquanto tais.¹⁵²

Refletir sobre as consequências da legitimidade das relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo nos faz pensar qual o poder que o Estado exerce sobre a vida íntima desses sujeitos. Como reivindicar reconhecimento sem que essas relações sejam controladas pelo poder estatal, uma vez que ele monopoliza os recursos para esse reconhecimento? Como pensar em formas alternativas de legitimidade sem permitir que o Estado seja o regulador? Pode parecer sofisma, mas intelectualmente podemos e devemos fazer essas indagações. Como o movimento LGBT pode criar essas alternativas? Compreendemos que o caminho para o reconhecimento através do estado é o mais coerente, mesmo que seja para recriar os discursos sobre a homossexualidade em que ela não esteja vinculada à promiscuidade e ao HIV/AIDS. Uma forma de demonstrar que os gays e lésbicas podem viver em união com relacionamentos duradouros e monogâmicos, ou seja, na normalidade. Como a comunidade homossexual vai se referir aos que não assimilarem esse modelo? Isso reproduzirá hierarquia? Como exigir do estado reconhecimento se foi ele quem relegou essas formas de união à ilegitimidade? Esses são os desafios que temos que enfrentar e sobre o qual o movimento LGBT deve refletir. Para melhor nos situarmos nesse contexto usarei as palavras de Butler para resumir a questão:

Podemos ver aqui o campo do dilema: de um lado, viver sem normas de reconhecimento provoca sofrimento significativo e formas de “desempoderamento” que frustram as próprias distinções entre as consequências psíquicas, culturais e materiais. De outro, a demanda por reconhecimento, que é uma demanda política muito poderosa, pode levar a novas e odiosas formas de

¹⁵² Idem; ibidem. P. 238.

hierarquia social, a uma renúncia apressada do campo sexual, e a novas maneiras de apoiar e ampliar o poder do Estado, se não se institui um desafio crítico às próprias normas de reconhecimento fornecidas e exigidas pela legitimação do Estado. De fato, ao apostar no Estado por reconhecimento, nos restringimos efetivamente ao domínio do que será reconhecível como legítimos arranjos sexuais, fortalecendo, assim, o Estado como a fonte para as normas de reconhecimento e eclipsando outras possibilidades na sociedade civil e na vida cultural. Exigir e receber reconhecimento, segundo normas que legitimam o casamento e deslegitimam formas de alianças sexuais fora do casamento, ou normas que são articuladas em uma relação crítica ao casamento, é deslocar o espaço de deslegitimação de uma parte da comunidade gay para outra, ou, mais ainda, é transformar uma deslegitimação coletiva em uma deslegitimação seletiva. É difícil, senão impossível, reconciliar uma tal prática com um movimento sexualmente progressista e radicalmente democrático. O que significaria excluir do campo de legitimação possível aqueles que estão fora do casamento, aqueles que vivem não monogamicamente, aqueles que vivem sós, ou aqueles que vivem em quaisquer arranjos que não sejam formas de casamento?¹⁵³

Essas indagações são pertinentes e são objeto de reflexão de Bourdieu. No seu livro ‘A Dominação Masculina’ o autor escreveu um anexo onde faz algumas considerações sobre o movimento gay. Segundo ele, as lutas que os homossexuais travam coletivamente contra o Estado tem por objetivo questionar e subverter os fundamentos de uma ordem simbólica vigente e garantida por instituições sociais ao longo da história. A produção e reprodução dessa ordem, como adverte o autor, é realizada por instituições como o Estado, Igreja e Família que são responsáveis por produzir o *habitus*, que de forma simplória, podemos definir como um conjunto de valores, crenças e comportamentos que constituem a capacidade cognitiva objetiva dos sujeitos e que está inscrita em seus corpos. Dessa forma, Bourdieu alerta para o fato de que os homossexuais reproduzem os valores heteronormativos, a doxa da sexualidade, e não conseguem romper com esses valores que constituem a norma da sexualidade legitimada pelo Estado. O autor interroga como a ação do movimento LGBT pode exigir do *Estado que confira ao grupo estigmatizado o reconhecimento duradouro e comum de um estatuto público e publicado, por meio de um ato solene de estado civil?*¹⁵⁴ Não distante das preocupações de Butler o autor alerta para

¹⁵³ Idem; Ibidem. P. 239 ; 240

¹⁵⁴ BOURDIEU, Pierre. Op. Cit. P. 146

o fato do movimento não conseguir realizar as rupturas pelas quais tem lutado como adverte:

Tudo se passa, de fato, como se os homossexuais, que tiveram que lutar para passar da invisibilidade para a visibilidade, para deixarem de ser excluídos e invisibilizados, visassem a voltar a ser invisíveis, e de certo modo neutros e neutralizados, pela submissão à norma dominante. Basta pensar em todas as contradições que a noção de ‘arrimo de família’ implica quando aplicada a um dos membros de um casal homossexual para compreender que o realismo que leva a ver no contrato de união civil o preço a ser pago para ‘retornar à ordem’ e obter o direito à *visibilidade invisível* do bom soldado, do bom cidadão ou do bom cônjuge, e, no mesmo ato, de uma parte mínima dos direitos normalmente concedidos a todos os membros da parte inteira, que é a comunidade (tais como os direitos de sucessão), dificilmente possam justificar totalmente, para inúmeros homossexuais, as concessões à ordem simbólica que um tal contrato implica, como por exemplo, a condição de dependente de um dos membros do casal.¹⁵⁵

Essas indagações orientarão a análise das entrevistas que realizaremos com casais homossexuais. Nossa reflexão tentará apontar alguns caminhos que possam responder a essas indagações. Refletir sobre como os casais homossexuais, que aceitaram contribuir com nossa pesquisa, estruturam suas vidas conjugais será de suma importância para pensar os desafios teóricos e políticos da temática da homossexualidade, bem como pensar conceitos como norma e heteronormatividade.

¹⁵⁵ Idem. P. 146 e 147

Capítulo III: Entre tons e sobretons: conjugalidade homoafetiva e a vida no arco-íris.

O objetivo desse capítulo é apresentar os casais que contribuíram com o trabalho. As biografias revelam histórias de sujeitos que construíram suas vidas afetivas à margem do reconhecimento jurídico do estado e das análises sociológicas. Conhecer essas narrativas pode descortinar um cotidiano que foi considerado ilegítimo e insólito para aqueles que vislumbram um único padrão de conjugalidade, o heterossexual. Dessa forma, descreveremos as vivências e experiências dos casais homoafetivos a partir das falas sutilmente concedidas por eles que constituem suas subjetividades. Cabe destacar que as temáticas que enfocamos com os sujeitos da pesquisa, extrapolaram os objetivos do presente trabalho, entretanto, acreditamos ser importante compartilhar essas histórias.

Os casais entrevistados: perfil

Casal 1- APOLO e HENRIQUE

Apolo tem 40 anos e Henrique 36, vivem juntos há oito anos, possuem certidão de união estável, moram na cidade do Rio de Janeiro, possuem ensino superior, se consideram brancos, são professores, se declaram agnósticos e possuem a mesma renda mensal, quatro mil reais cada. O pai de Apolo é agricultor e sua mãe 'do lar', a mãe de Henrique também é dona-de-casa e o pai repositores de estoque. A entrevista foi realizada no dia vinte de junho de 2015, no apartamento que declaram ser alugado. Destacamos, que essa foi nossa primeira entrevista e nos encontrávamos apreensivos. Quando chegamos à residência do casal, percebemos que eles haviam acabado de almoçar e estavam organizando a cozinha. O apartamento do casal é pequeno, típico das grandes cidades, é composto de um grande cômodo que funciona como sala de estar e quarto e em separado da cozinha e banheiro. Há plantas que compõem a decoração do ambiente que se caracteriza por ser arejado e organizado. Como relatamos anteriormente, a decisão de fazer a entrevista em conjunto se definiu com esse casal, primeiro pelos olhares quando sugerimos realizarmos a entrevista em separado. Destaca-se que o início do relacionamento, se deu por um site de relacionamento.

Casal 2: MICHEL e MAGNO

Michel e Magno estão juntos há cinco anos e meio e moram na cidade do Rio de Janeiro. O primeiro tem 27 anos, filho de caminhoneiro e comerciária, possui ensino superior completo, trabalha como designer de informação e se considera pardo. Magno tem 38 anos, filho de comerciante e mãe dona-de-casa, possui ensino superior, é nutricionista, se considera branco. Ambos afirmaram possuir uma renda equivalente a seis mil reais cada um. Relataram possuir religião. Magno se declarou cristão adventista do sétimo dia. Michel diz ser espírita Kardecista. Informaram terem se conhecido efetivamente após conversarem pela internet no sítio de bate-papo da UOL. Riram, pois estudavam na mesma faculdade e cursaram até disciplinas na mesma turma e moravam na mesma rua, entretanto, nunca conversaram pessoalmente, somente depois de trocarem mensagem pela internet, resolveram se encontrar. Após alguns meses de namoro,

resolveram morar juntos. O casal, ainda, não possui documento legal da união, mas relataram que desejam fazê-lo o mais breve possível. A entrevista foi realizada no dia 27 de junho de 2015, no apartamento comprado pelo casal, que embora seja pequeno, é muito bem decorado e aconchegante. Ao chegar à casa do casal, somente Magno se encontrava, pois Michel estava retornando do trabalho. Bom anfitrião, Magno nos ofereceu um café, enquanto, aguardávamos a chegada do seu companheiro que não tardou.

Casal 3: ALEXANDRE e CÉSAR

No dia quatro de junho de 2015 fui recebido por Alexandre e César, no apartamento do casal, na cidade do Rio de Janeiro, para realizar a entrevista. A residência é aconchegante e ampla. O apartamento é próprio e está em nome de Alexandre. No aparador da sala havia um porta-retratos com a foto do casal, em destaque. Alexandre tem 27 anos, faz curso superior em administração e trabalha em uma empresa de administração de condomínios, se considera moreno/pardo, filho de engenheiro e advogada, diz não possuir religião. César possui 23 anos, cursa o ensino superior em administração de empresa, trabalha em uma administradora de condomínios, se considera branco, filho de agricultor e dona-de-casa, diz não possuir religião. Se conheceram através de um aplicativo de celular chamado *grindr*. A princípio buscavam, como expressaram, apenas ‘pegação’, (termo utilizado para definir paquera, relação sexual sem compromisso afetivo). Entretanto, foram se encontrando outras vezes e resolveram morar juntos. O relacionamento já dura dois anos e não possuem documento de união estável.

Casal 4: HUMBERTO e THIAGO

Moram na cidade do Rio de Janeiro. Nossa conversa ocorreu na residência do casal, no dia dezanove de setembro de 2016. O apartamento alugado, fica em uma vila, que podemos considerar como uma residência simples. É decorado com o básico e necessário a uma residência. Humberto tem 64 anos e Thiago 29 anos. Estão juntos há dez anos. O primeiro é engenheiro civil, se declarou branco, possui renda mensal

de mil e quinhentos reais e os lucros advindos do investimento em ações na bolsa de valores. O pai é engenheiro civil e a mãe professora. O segundo é psicólogo, declarou não possuir renda, se identificou como negro. A mãe era caixa de supermercado e o pai é desconhecido. Não possuem religião e se consideram agnósticos. Narraram que se conheceram em um sítio da internet direcionado a homossexuais que buscam relacionamento chamado “disponível”. Durante um mês conversaram por meios eletrônicos e estreitaram a relação. Humberto convidou Thiago para ir até sua casa e tiveram o primeiro encontro. Logo se identificaram com as características um do outro. Após um mês Thiago foi morar na casa de Humberto a convite deste. O casal não possui documento de união estável.

Casal 5: RENATO e RAFAEL

A entrevista ocorreu no dia 23 de setembro de 2015, na cidade do Rio de Janeiro. Renato tem 36 anos, possui nível superior é professor de história, se considera pardo e tem renda mensal de doze mil reais, se considera agnóstico. É filho de carpinteiro e de mãe dona-de-casa. Rafael tem 40 anos, é veterinário, se considera branco e tem renda mensal de cinco mil reais. Se declarou espírita Kardecista. É filho de técnico em eletrônica e de mãe professora. O casal se conheceu pelo aplicativo de celular chamado *Grindr*, direcionado para relacionamento gay. Estão juntos há dois anos. Não possuem documento de união estável. A entrevista foi realizada no apartamento do casal, que é bem decorado e amplo. Ambos possuem casa própria, mas por decisão de ambos, atualmente, moram na residência de Rafael.

Casal 6: PAULO e GERMANO

Paulo e Germano moram na cidade do Rio de Janeiro. Nosso encontro ocorreu no dia 10 de outubro de 2015, na residência adquirida conjuntamente pelo casal. Paulo tem 44 anos, se considera moreno claro, possui ensino superior, trabalha como contador e tem renda mensal de três mil reais. Relatou ser católico, filho de garçom e dona-de-casa. Germano tem 46 anos, ensino médio, se declarou moreno claro, exerce a profissão de motorista particular, possui renda mensal de dois mil reais, se diz católico. É filho de motorista e de mãe auxiliar de serviços gerais. Relataram que se conheceram em um cinema pornô, na definição do casal, no cinemão de pegação. Germano contou que o encontro ocorreu da seguinte forma:

Foi amor à primeira vista. Eu havia acabado de me separar da minha esposa e não tinha conhecimento dos ambientes direcionados para gays. Só ouvia dizer que os ambientes gays eram lugares de pegação. Mas eu queria encontrar alguém para namorar, mesmo assim eu fui ao cinemão e aconteceu de nos conhecermos. Nesse dia não transamos, apenas conversamos e trocamos número de telefones para irmos nos falando. Fomos nos encontrando e poucos meses depois resolvemos morar juntos. (Germano, 46 anos, motorista)

Estão juntos há quinze anos, possuem certidão de união estável, e pretendem se casar.

Casal 7: ANDRÉ e AMARO

André e Amaro moram na cidade do Rio de Janeiro. Nossa conversa ocorreu, no apartamento, alugado pelo casal, na manhã do dia doze de outubro de 2015. Uma residência que podemos considerar simples, que fica em uma vila. Quando chegamos o casal estava realizando atividades domésticas. Um deles estava colocando a roupa na máquina de lavar e o outro lavando a louça do jantar e do café da manhã. André tem 31 anos, ensino superior, exerce a profissão de analista de sistema, se considera branco, possui renda mensal de cinco mil reais e é filho de secretária e tesoureiro. Amaro tem 37 anos, possui ensino médio é radiologista, se considera branco, sua renda mensal é de mil e trezentos reais, é filho de auxiliar de dentista e pai não declarado. Ambos são adeptos do candomblé. O casal se conheceu em uma estação de trem. André retornava de uma festa e Amaro estava indo trabalhar quando se encontraram. Relataram que se

olharam, conversaram um pouco e trocaram os números de celular. No dia seguinte marcaram um encontro para se conhecerem melhor. Depois desse primeiro encontro diversos outros ocorreram. Namoraram durante seis meses e decidiram morar juntos. O casal convive há sete anos e não legalizaram a união.

Casal 8: SÉRGIO e SALVADOR

No dia vinte de novembro de 2016 conversamos com Sérgio e Salvador na residência do casal, que é própria em nome dos dois, na cidade do Rio de Janeiro. Um apartamento amplo e bem decorado. Na sala avistamos uma estante com diversos livros. Sérgio tem 37 anos, é professor, possui pós-graduação e se considera branco. Tem renda mensal de quatro mil reais é filho de empresários donos de escola. Salvador também tem 37 anos, se considera branco, é farmacêutico, possui mestrado e renda mensal de sete mil reais. É filho de técnico em eletrônica e de dona-de-casa. Ambos se consideram agnósticos. O casal vive junto há sete anos. Se conheceram em um sítio da internet voltado para homossexuais que buscam relacionamento e, após alguns encontros, decidiram morar juntos com três meses de namoro. Em março de 2015 se casaram e realizaram uma festa para a família e poucos amigos.

Casal 9: HÉLIO e ELIAS

Hélio e Elias moram na cidade Campos dos Goytacazes, nossa conversa correu, na casa alugada por eles, uma residência que consideramos modesta, no dia 22 de novembro de 2015. Hélio é estudante de nutrição, possui 21 anos se declarou negro, filho de comerciante e dona-de-casa. Elias tem 39 anos, possui o ensino médio, se considera negro, renda mensal média de dois mil reais. É taxista, filho de comerciante e de dona-de-casa. Ambos são adeptos do candomblé. Narraram que se conheceram em uma festa de aniversário na casa de uma amiga em comum. Estão juntos há quatro anos, após três meses de namoro decidiram morar juntos e não possuem documento jurídico da união.

Casal 10: RICARDO e AUGUSTO

Ricardo e Augusto estão juntos há quatro anos e legalizaram a união estável quando completaram três anos de relacionamento. Moram na cidade de Campos dos Goytacazes. A residência do casal é própria em nome de ambos. O apartamento é pequeno, embora seja muito organizado e decorado. Ricardo é formado em Comunicação Social, tem 36 anos, se considera negro, agnóstico, filho de comerciários, possui uma renda estimada em quatro mil reais. Augusto tem 30 anos, cursa Direito, é servidor público, se considera negro, kardecista, com renda estimada em cinco mil reais, filho de servidores públicos. O encontro entre os dois foi descrito por Augusto:

Esquina da academia. Ele estava indo para sua prática matinal de exercício físico, e eu estava indo para o centro da cidade fazer alguns pagamentos. Entretanto o ponto de ônibus fica em frente a academia onde ele malhava. Enquanto eu esperava o ônibus ele estava entrando na academia e nesse período ficamos trocando olhares, ele veio até mim e conversamos, trocamos contato de telefone e, então, ele me ligou e me convidou para ir à casa dele. Eu aceitei vim conheci a casa dele, ele me tratava super bem todas as vezes, e fazia diversos pratos de comida, só para me comprar, então, toda noite eu vinha e assistíamos filmes, documentários, jantávamos e conversávamos. Ele olhou para mim e deve ter pensado vou pegar pela boca. Foi muito engraçado, pois desde o primeiro momento nos entediamos muito bem, conversávamos, comíamos, mas eu sempre reticente, sentia as coisas entre nós dois caminhando, mas não era isso que eu queria racionalmente, mas como a razão não manda no coração, eu acabei me entregando e foi.

Casal 11: GABRIEL e ARMANDO

Armando e Gabriel moram em Campos dos Goytacazes, município do interior do estado do Rio de Janeiro, vivem juntos há seis anos. São casados legalmente. Nossa conversa foi no dia 16 de maio de 2015, no apartamento de propriedade do casal. A residência é bem decorada e organizada. Armando é professor universitário, se considera branco, tem 35 anos, com uma faixa de renda mensal em torno dos cinco mil reais, filho de contador e controladora de tráfego aéreo, se declarou vinculado ao kardecismo. Gabriel é técnico de enfermagem em hospital público, cursa o ensino superior em enfermagem, se considera pardo, tem 33 anos, e possui uma renda mensal de

mil e oitocentos reais é filho de pedreiro e dona-de-casa, é evangélico da Assembleia de Deus. O primeiro encontro deles foi narrado por Gabriel:

Em 2009, nove de março, em uma noite, por volta das 23 horas, e nós morávamos no mesmo condomínio em blocos diferente, eu costumava passear com o cachorro, e aí o Armando passou demos aquela troca de olhares, e eu fiquei naquela de ir e não ir, então, continuamos caminhando ele sempre olhando para trás e aí nós paramos e começamos a conversar. Ele pediu meu telefone, eu passei o número, quando cheguei em casa ele me ligou, e passou o número do telefone fixo dele. Então eu pedi que ele me ligasse no outro dia, pois naquela noite eu teria que sair. No dia seguinte, ele me ligou, marcamos de ir ao shopping, e marcamos de ir à praia, e aí por diante passamos a nos ver todos os dias e estamos aqui até hoje.

Casal 12: EROS e ZEUS

No dia vinte e quatro de agosto de 2015, na cidade de Campos dos Goytacazes, fui recebido por Eros e Zeus na residência alugada pelo casal. Localizada em bairro considerado nobre da referida cidade, o apartamento é amplo e bem decorado. Eros tem 34 anos, se considera branco, é proprietário de um salão de beleza onde exerce sua atividade profissional, possui o ensino médio, uma renda mensal em torno de cinco mil reais é filho de servente de pedreiro e dona-de-casa. Zeus tem 34 anos, é funcionário público municipal, possui curso superior, se considera branco, filho de funcionário público e mãe dona-de-casa. Ambos relataram ser umbandistas. Estão juntos há quatro anos e disseram que se conheceram em um jantar na casa de um amigo em comum. Decidiram namorar e com seis meses foram morar juntos. Relataram que desejam realizar a legalização da união.

Casal 13: FLÁVIO e OTÁVIO

Dialogamos no dia primeiro, de agosto, de 2015, com o casal Flávio e Otávio. A conversa foi na residência alugada por eles, um apartamento amplo, localizado em bairro considerado nobre da cidade de Campos dos Goytacazes. O primeiro possui 52 anos, possui ensino superior completo, funcionário público, se declarou pardo, possui renda média de cinco mil reais, filho de militar e de dona-de-casa. Otávio tem 44 anos, possui título acadêmico de mestrado, professor de história, se considera pardo, renda mensal de sete mil reais, filho de comerciante e de dona-de-casa. Ambos professam o espiritismo kardecista. O casal convive há vinte e um anos. Se conheceram através de um amigo em comum. Narraram que o referido colega convidou Flávio para ir à praia e o buscaria em sua residência. O convite foi aceito e o amigo foi até a sua residência para buscá-lo acompanhado de Otávio. Ao chegarem à casa de Flávio, que acabara de sair do banho e estava coberto com uma toalha, ele foi surpreendido pela presença de Otávio. No relato o casal disse que houve um olhar profundo entre eles, nas palavras de Flávio foi amor à primeira vista. Após esse encontro diversos outros ocorreram. E seis meses depois decidiram morar juntos por considerarem haver um amor muito forte entre eles, entretanto, lamentam não terem oficializado legalmente a união.

Casal 14: JORGE E ANTÔNIO

No dia 30 de agosto de 2015, Jorge e Antônio, nos receberam em sua residência que é própria e em nome de Jorge, para realizarmos nossa conversa. Jorge tem 38 anos é assistente administrativo em um restaurante, possui ensino médio, se considera branco, possui renda mensal de mil e quinhentos reais, filho de comerciante e auxiliar de enfermagem. Antônio 30 anos, possui ensino médio, trabalha como auxiliar administrativo em uma escola particular, percebe mensalmente oitocentos e oitenta reais, se declarou pardo, filho de vendedor e de trabalhadora rural. Ambos professam a religião umbandista. Estão juntos há cinco anos. Se conheceram em uma festa de aniversário de uma amiga em comum. No final da festa Jorge ofereceu uma carona a Antônio até a casa do mesmo. Durante o trajeto ambos declararam o desejo de namorarem. Após seis meses decidiram morar juntos. Há dois anos legalizaram a relação.

Casal 15: JOÃO e PAULO

Estão juntos há quatro anos. Eles se conheceram em uma peça de teatro, e desde, então, foram se encontrando e com seis meses de namoro decidiram morar juntos. Paulo tem 41 anos é professor, possui ensino superior, se considera branco, se declarou evangélico, possui uma renda mensal em torno de três mil reais, filho de funcionário público e de dona-de-casa. João tem 37 anos é produtor artístico, declarou ser pardo, cursa a faculdade de arte cênica, ganha em média dois mil reais mensal, se diz agnóstico, filho de agricultor e dona-de-casa. Moram em Campos dos Goytacazes. A residência do casal é pequena e aconchegante, é própria e em nome de João por ter sido herdada por ele. O casal não legalizou a união, entretanto, relataram que é um desejo deles.

Apresentamos o perfil dos casais entrevistados, a partir das informações fornecidas por eles, podemos tecer algumas considerações: a faixa etária dos entrevistados varia de 23 anos a 64 anos. Destacamos que o casal 4, denominado de Humberto e Thiago, possui 35 anos de diferença de idade. Nos demais casais, a diferença de idade é de no máximo de 18 anos.

A variável de escolaridade não apresentou disparidade, 18 dos entrevistados possuem ensino superior, 4 cursam o ensino superior e 8 possuem o ensino médio. Quatro casais possuem diferença no nível educacional. Em relação a cor, 15 dos entrevistados se definiram como brancos, 10 se declaram pardos/morenos e 5 se declararam negros. O par 4 é formado por um parceiro negro e um branco, 4 casais compostos por pares brancos, 2 casais negros, 6 casais formados de parceiros brancos e pardos e 2 casais de pardos.

No indicativo referente à renda, identificamos que há um relativo equilíbrio entre os pares conforme as suas remunerações dentre as profissões exercidas. A flutuação observada entre os casais variou entre mil e quinhentos reais ao teto de vinte e dois mil reais. Nos casais Hélio e Elías e Humberto e Thiago apenas um dos pares possui renda. No geral podemos definir que os casais são de segmentos de classe média e são originários de pais de camada sociais média e popular. Ressaltamos que a definição de classe social que utilizamos foi conceituada no início do trabalho na página 17.

O tempo de conjugalidade variou entre 21 a 2 anos de convivência. O casal unido há mais tempo é o formado por Paulo e Germano e legalizados em sua união. Flávio e Otávio ambos com 21 anos de relacionamento porém, não legalizaram a sua união. Humberto e Thiago tem 10 anos de conjugalidade sem possuírem certidão da união. Apolo e Henrique 8 anos de união e legalizados com certidão. Sérgio e Salvador juntos há 7 anos e oficializaram a união se casando. André e Amaro unidos há 7 anos sem oficialização. Gabriel e Armando juntos há 6 anos e oficializaram a relação se casando. Michel e Magno juntos há 5 anos sem oficializar. Jorge e Antônio juntos há 5 anos legalizados. Ricardo e Augusto juntos há 4 anos legalizados. Hélio e Elías juntos há 4 anos sem oficialização. João e Paulo juntos há 4 anos sem reconhecimento legal da união. Alexandre e César juntos há 2 anos sem o devido reconhecimento oficial. Renato e Rafael juntos há 2 anos sem reconhecimento legal.

Em relação a religião verificamos que existem casais que comungam de um mesmo credo, assim como há casais que digervem. Dentre as destacadas encontramos agnósticos, kardecistas, católicos, candomblecistas, umbandistas e evangélicos; onde se dividem em 11 agnósticos, 6 kardecistas, 2 católicos, 4 candomblecistas, 4 umbandistas e 3 evangélicos.

As Vozes dos Casais

Na abordagem inicial aos casais, após a identificação conforme demonstramos em seus perfis, pedimos que nos contassem as suas histórias e definissem, o significado de amor, a importância do relacionamento atual, fidelidade, representação de família, como equacionam religião *versus* relacionamento, percepção de igualdade de direitos entre casais heterossexuais e homossexuais, a importância do reconhecimento jurídico das uniões entre pessoas do mesmo sexo, a relevância de sua vida profissional, a intenção de ter filhos na atual relação e como gerenciam os conflitos do relacionamento. As narrativas variaram amplamente entre todos os entrevistados, que buscaram detalhar as suas histórias, como uma espécie de afirmação e legitimação.

As definições emitidas entre os casais sobre o significado de amor podem ser ilustradas em palavras como: companheirismo, liberdade, complementariedade, equilíbrio, cuidado, superação, paciência, respeito, admiração, reciprocidade, felicidade, saudade, cumplicidade, compreensão, divisão e harmonia. Esses foram os termos mais utilizados pelos nossos interlocutores para descreverem o sentido de amor, que segundo eles, são as virtudes de um relacionamento. Descrevemos algumas falas para ilustrar:

A gente necessita de amor para poder viver nesse mundo. Eu, pessoalmente, não sou uma pessoa que não consegue viver muito sozinha não! Não tenho essa prática. Eu gosto de viver com outra pessoa, sempre gostei, só que assim, antes do Apolo eu não conheci uma pessoa que eu tivesse tanta afinidade e que a gente pudesse construir tanta coisa juntos. Eu mudei muito, ele mudou bastante também. Para a gente ir se aproximando no decorrer dos anos, mas eu não sei definir o significado do amor. É fazer coisas juntos como, por exemplo, assistirmos seriado japonês juntos todo os dias. (Henrique, 36 anos, professor)

Acho que é ter a certeza de que você sempre vai poder contar com aquela pessoa que você está em qualquer situação. Acho que isso é amor. A pessoa não te julga, não se importa com os defeitos que você tem, ela te compreende e te entende. Ela sabe que você é assim e gosta de você do jeito que é. Ela está ali do seu lado para qualquer coisa, dificuldade, alegria, enfim, companhia para a vida, digamos assim. Isso para mim é amor. O amor não sufoca, o amor na verdade te complementa, ele preenche aquilo que está faltando na sua caminhada da vida e alguém pode completar isso que está faltando. E essa pessoa é como uma gangorra, em que temos que ir nos equilibrando. (Magno, 38 anos, nutricionista)

Amor é companheirismo é você estar com a pessoa em qualquer circunstância, em qualquer desafio você vai estar ali com ela. (Cesar, 23 anos, administrador de empresa)

Um pouco de tudo, companheirismo, cumplicidade, compreensão. Há dias em que eu estou muito estressado e ele consegue me acalmar, ou o contrário acontece também. Então, amor é esse equilíbrio, a capacidade de compreender as dificuldades um do outro. É a capacidade de superar as adversidades do dia a dia e se desdobrar para estar ao lado do outro, de poder apoiar. Nessa construção é que o amor se fortalece e a outra pessoa passa a ser extremamente importante em nossas vidas. (Amaro, 37 anos, radiologista)

As falas dos casais, para caracterizarem o que compreendem como amor, estão pautadas no que podemos chamar de engenharia discursiva do conceito de amor moderno, conforme compreendemos nas discursões desenvolvidas por Michel Foucault¹⁵⁶, Pierre Bourdieu¹⁵⁷ e Elisabeth Badinter¹⁵⁸, como desmonstramos no primeiro capítulo deste trabalho. Recapitulando, Badinter menciona em suas reflexões os desafios a serem enfrentados pelo casal moderno. Segundo ela, no medievo os matrimônios eram predestinados. Na modernidade é exclusivamente o coração, a aposta na duração de um relacionamento, o responsável pela sustentação da vida a dois. Nesse novo modelo, a autora, identifica três dificuldades a serem enfrentadas pelos casais que são: gerenciar o amor por si próprio e o amor pelo outro, conciliar os desejos de liberdade e os interesses individuais, ou seja, gerenciar os interesses individuais em um relacionamento.

Corroborando as reflexões da autora, Bourdieu ressalta que o amor moderno pode ser definido com um ‘milagre’, uma vez que torna possível as relações amorosas desinstrumentalizadas, que se autorealizam na reciprocidade dos parceiros que é fazer um ao outro feliz. De identificar constantemente, no outro, o encantamento cotidiano. Isso possibilitaria a suspensão do cálculo egoísta da satisfação do ego. Como relata o autor seria a possibilidade de uma entrega livre de si e de sua liberdade a um companheiro/a que lhe entrega também a sua, esse acordo é constantemente reafirmado através da repetição do ‘eu te amo’. Assim o amor moderno é sustentado pelo reconhecimento mútuo, pela legitimidade de existência e de razão de ser que ambos os pares atribuem ao relacionamento, ou seja, a confiança que sustenta a díade amorosa moderna.¹⁵⁹ Ao longo das falas dos casais verificaremos como eles processam essa dinâmica em suas conjugalidades.

Após relatarem o que consideram ser o amor, os casais continuaram suas falas para expressarem a importância de seu relacionamento atual, destacamos que nesse momento os casais choravam. Eles ecoaram as seguintes definições: apoio mútuo, família, complementariedade, segurança, disciplina, projetos futuros, solidez, amparo, satisfação pessoal, intimidade, amizade, reconhecimento social,

¹⁵⁶ FOUCAULT, Michel. Op. Cit. p. 9-83

¹⁵⁷ BOURDIEU, Pierre. Op. Cit. p. 129-133

¹⁵⁸ BADINTER, Elisabeth. Um é o outro; relações entre homens e mulheres. Op. Cit. 265-299

¹⁵⁹ BOURDIEU, Pierre. Op. Cit. p 129 - 133

divisão, equacionar diferenças, gerenciar conflitos, superação, amadurecimento e equilíbrio. E assim, destacamos alguns desses depoimentos:

Superação! A possibilidade de autodescoberta de vivenciar realmente o que sou e me realizar enquanto ser humano. Essa relação me fez quebrar muitos tabus, pois eu venho de uma família católica, então, tive que lutar contra muitos valores incutidos em mim mesmo. Então, a relação atual me possibilitou me assumir publicamente e conquistar o respeito da minha família e amigos. De forma geral eu aprendi a me respeitar mais e ao meu companheiro. Para mim o meu relacionamento se define em superação e respeito. (Amaro, 37 anos, radiologista)

Para mim meu relacionamento é importante por termos projetos comuns. A importância de uma relação é medida quando você deixa de comprar algo para satisfazer a vontade individual para comprar um objeto para a casa. (Sérgio, 37 anos, professor)

É uma base na vida, uma troca constante com outra pessoa. É compartilhar um projeto de vida em comum. (Elias, 39 anos, taxista)

A nossa relação criou um grau de intimidade, amizade e cumplicidade que não consigo me imaginar sem ele. Eu não me vejo viver com outra pessoa, não tenho interesse algum de acabar com meu casamento. Devido ao fato de termos alcançado um grau de afinidade que nos mantém unidos. Eu me considero uma pessoa muito bem humorada, então, quando ele chega com aquela carranca eu consigo quebrar com uma piada, com bom humor. Ele me completa e por isso não partiria para outra relação. (Flávio, 52 anos, funcionário público)

Para mim a importância dessa relação é o reconhecimento de ter uma família, de ter conseguido casar, mesmo sem reconhecimento jurídico, nós construímos um núcleo familiar e isso para mim é importante. Então, quando eu penso que desde pequeno somos educados para casar e constituir uma família, acredito que eu consegui isso, mesmo não tendo um documento judicial, a nossa relação homoafetiva é aquilo que eu constituo como família, então, essa é a importância da minha relação com ele. (Otávio, 44 anos, professor)

Percebemos nos relatos que os sujeitos atribuem importância a suas relações por estas estarem supostamente ancoradas em valores que nos remetem a reciprocidade. Ao refletir sobre o casal moderno, Badinter, pondera que sem alguma medida de equidade conjugal, o que prevalece na relação é o individualismo de um para com o outro, o que leva a ruína do relacionamento. Isso supõe que os sujeitos reflitam sobre suas relações afetivas. Na esfera amorosa o que leva os sujeitos ao se unirem a outro é num primeiro momento a possibilidade de se protegerem da solidão. Entretanto, esse relacionamento deve estar ancorado no imperativo da reciprocidade, nas palavras da autora, o casal moderno procede a “uma estrita avaliação das perdas e lucros do ego. Dar para receber, esta é a condição da sobrevivência do casal.”¹⁶⁰ De certa feita, podemos interpretar as expressões emitidas pelos nossos interlocutores, embasando-nos nas reflexões da autora, uma vez que verificamos nas argumentações dos casais a percepção da necessidade de uma reciprocidade constante em suas relações.

Solicitamos aos casais, que relatassem o que pensam sobre fidelidade/relação aberta e liberdade no relacionamento. Em relação a liberdade todos os casais responderam que não consideram que a união afetiva atual restrinja a liberdade individual. Entretanto, argumentaram que ao decidirem conviver conjugalmente, se faz necessário uma disciplina entre os pares. No quesito fidelidade, onze casais, responderam que são monogâmicos. Segundo eles é difícil gerenciar uma relação e se fosse aberta os problemas aumentariam. Os quatro casais¹⁶¹ que afirmaram possuir relação aberta são moradores da cidade do Rio de Janeiro. O casal 1, considera a abertura da relação um ato político, ou seja, uma estratégia de contestação à heteronormatividade,¹⁶² a relação do casal é legalizada, têm renda equânime, são brancos e possuem ensino superior. Os casais 4, 6 e 8 possuem características socioeconômicas distintas conforme demonstrado. Entretanto a explicação para abertura da relação é semelhante. Eles argumentaram que não adotaram a monogamia pelo fato de terem sido socializados nos valores tradicionais de masculinidade, que pressupõe uma sexualidade livre.

Vejamos alguns dos relatos de casais declarados monogâmicos:

Eu acho que as pessoas só mudam o problema, um casal que tem relacionamento aberto, vai ter outros problemas que um casal

¹⁶⁰ Idem. p. 272

¹⁶¹ São eles os casais identificados no perfil como: casal 1, casal 4, casal 6 e casal 8.

¹⁶² Conceito definido e discutido nos capítulos anteriores.

monogâmico. Eu particularmente, acho uma coisa complicada de administrar, uma pessoa já é difícil, imagina tendo que administrar mais de uma, eu acho difícil, mas não critico essas formas de relacionamento, assim, como há casais que acreditam no poliamor, eu não os critico, mas na minha cabeça esse nível de elevação não cabe, eu daria uma pirada. Mas se a pessoa está feliz na forma como ela está agindo porque vamos ser contra, é um contrato se as duas pessoas acordaram uma coisa e estão felizes, então, está bom. (Michel, 27 anos, designer de informação)

Eu acho complicado, pois casal são dois, se quer a putaria melhor estar solteiro, porque aí você entra na putaria de vez, por exemplo, eu sou ciumento se eu vejo meu namorado transando com outro na minha frente iria ficar meio puto. Então, não julgo os casais que têm, mas para nosso modo de vida não acho legal. (Alexandre, 27 anos, administrador)

Os que possuem relacionamento aberto disseram:

A gente acha que a relação aberta é um caminho, eu não vou dizer que é o único caminho para ter um bom relacionamento, não é por aí, esse tipo de decisão é uma coisa que o relacionamento tem que se definir. Cada um vai ter o seu caminho, eu não acho que haja uma regra, que o nosso modelo é o melhor, o único que deu certo. Tem um sentido político nisso, uma transgressão ao modelo heteronormativo. (Apolo, 40 anos, professor)

Quando a gente começou a namorar, na verdade isso foi uma proposta do Apolo, não partiu de mim. O que ele me disse, na época, que não entendia um relacionamento como questão de propriedade. E para mim que estava naquela coisa de estar se apaixonando, de querer que a pessoa seja só sua foi complicado, no começo, e a gente, no início, tinha uma relação em que só ficávamos com os outros caras juntos, isso durou uns dois anos. Só que eu não gostava muito. Num determinado momento já partiu de mim a decisão de fazer tudo separado mesmo se fosse o caso. A gente tem a prática de ir à sauna, se formos a boate e quiser ficar com alguém a gente fica, não tem ciúmes. A gente conversa sobre o que aconteceu, de boa, não temos problemas com isso, mas é um processo, não é uma coisa fácil. (Henrique, 36 anos, professor)

Ter uma relação é querer estar juntos e que dure pela vida inteira. E nós passamos pela maior dificuldade que é negociar a liberdade. O que eu vislumbro como causa do término de muitas

relações é a traição e trair é uma questão de vontade e oportunidade, então, é preciso conversar sobre esse desejo. Entre os homens é comum ocorrer de querer relações sexuais fora do relacionamento e isso é motivo de crise na relação quando um propõe conversar sobre essa questão. O que eu percebo é que ou se faz escondido ou se entra em um acordo com o companheiro. Nós temos um acordo que quando viajamos cada um pode ter relações sexuais com outras pessoas. Depois conversamos sobre como foi, se havia gostado enfim, temos um diálogo franco e aberto sobre essas questões. Eu sei que o amor é o que nos mantém unidos e aquele fato foi esporádico fez parte da viagem dele. O importante é a nossa relação, pois sabemos dos defeitos um do outro e dos gostos. (Salvador, 37 anos, farmacêutico)

A minha cabeça é de homem, o Paulo, diz que eu sou o gay homofóbico, não sou muito chegado a esses gayzinhos de porta de boate, chacrinhas esses tipinhos. Os heterossexuais não fazem isso, fica essas bichinhas de trinta quarenta anos dando showzinho em boate, já passou a época da juventude. Então eu não sou muito chegado a esse tipo de postura, na minha cabeça, eu fui criado para ser homem. Eu não tenho demagogia, quando você anda na rua e vê um homem bonito você vai olhar. Então na relação aberta tem de haver um acordo do que se define como aberto, pois eu tenho uma sogra, filhos, sobrinhos, netos. Entre nós dois não existe a ilusão da monogamia, sabemos que temos relações sexuais fortuitas por aí. Na nossa regra não é permitido criar relacionamentos paralelos ao nosso. A abertura funciona como uma necessidade aconteceu de ficar com outra pessoa, mas acaba ali mesmo. Esse é o acordo, não permito que nessas escapadas seja pronunciada a palavra amor, pois acaba na mesma hora. Para chegar ao acordo da abertura houve muitos conflitos por ciúmes, pois só um de nós se achava no direito de ter relações com outras pessoas. Essa abertura ocorreu após dois anos de relação. Eu falei para o Paulo vamos ao cinemão para ver como vai ser. Quando eu vi o Paulo beijando outro homem foi uma briga só. Depois tentamos a segunda vez eu beijei outro homem quando ele viu foi outra briga. Então com o tempo nós fomos lapidando isso. Passamos a convidar um terceiro para o sexo. E depois decidimos que cada um poderia sair sozinho para sua aventura que chamamos de fichinha. A regra é que só podemos fazer isso, após cumprir nossos compromissos em casa e nunca trazer ninguém para dentro de casa e tirar dinheiro dos compromissos domésticos para isso. Achamos mais honesto acordar essa forma de relação ao invés de fazer escondido do outro. Mas hoje nem temos mais desejo em fazer isso, preferimos ficar em casa nos curtindo, investindo nosso dinheiro em viagens e na decoração da casa. (Germano, 46 anos, motorista)

As falas dos entrevistados nos possibilitam elucidar questões que são desafiadoras nos estudos de gênero e sexualidade. Os estudiosos da teoria queer criticam os modelos de conjugalidades homossexuais que reproduzem o padrão heteronormativo,

como relações homossexuais monogâmicas, o que acarretaria uma normatização da homossexualidade dentro dos valores burgueses, ou seja, a legitimação de um padrão de homossexual assimilado pela sociedade burguesa. Debater em que medida essa análise encontra sustentação empírica demanda uma ampla pesquisa e uma profunda discussão teórica, como ilustramos nos capítulos anteriores principalmente o segundo. De forma concisa o que podemos ponderar pautando nas falas coligidas é: em que medida os casais que não aderem ao modelo monogâmico estão efetivamente rompendo com o modelo tradicional de gestão da sexualidade e masculinidade? Os argumentos deles corroboram em alguma medida a ordem tradicional de gênero. Percebemos que as falas de Salvador e Germano evidenciam que os seus valores de gênero são pautados no modelo tradicional de masculinidade. A afirmação do masculino para eles está ancorada na virilidade, o que pressupõe que os homens tenham sucessivas práticas sexuais com parceiros diversos. Mesmo Apolo e Henrique ao justificarem a não adesão à monogamia como prática política de transgressão ao modelo heteronormativo, requereram do Estado o reconhecimento jurídico da relação, para usufruírem dos direitos que tal documento garante, bem como Salvador. Podemos considerar que o padrão tradicional de masculinidade está incutido nas falas dos casais que declararam ser monogâmicos, como também naqueles que não se definiram como adeptos da monogamia.

Segundo Bourdieu e Welzer Lang os gays foram educados dentro das normas heterossexuais o que os fazem interiorizarem os valores da heteronormatividade e os reproduzirem. Dessa forma, uma possibilidade de compreender as falas de nossos entrevistados e suas contradições é a incorporação e reprodução de valores tradicionais de gênero. Para Badinter a definição de gênero implica que a identidade masculina seja associada ao fato de possuir, tomar, penetrar, dominar e se afirmar, se necessário pela força. As reflexões feitas por Daniel Welzer-Lang, Daniel Borrilo e Pierre Bourdieu, discutidas no primeiro capítulo do trabalho e as questões levantadas por Butler sobre essa questão que expomos no segundo capítulo, sustentam nossa argumentação. Dessa forma, nosso desafio sociológico é pensar o que definimos como novo em termos de política de sexualidade. O que definir como novos arranjos afetivos-sexuais?

Buscamos argumentos para solidificar nossa análise e solicitamos aos nossos interlocutores que expressassem como eles definem família. Nas respostas dos entrevistados muitos proferiram as frases: “Família é tudo! É a minha base e os meus valores na vida. ” Entretanto, na mesma proporção, os termos afeto e amor, também,

foram utilizados para definir o que é uma família, conforme observamos nas falas selecionadas:

É amor, ela pode ser de relação sanguínea ou não. Eu entendo família assim, um grupamento de humanos com relação sanguínea ou não. Não necessariamente sexual, mas que constituem aquele grupo, para mim já é uma família, por exemplo, um grupo que resolveu viver numa casa seja como amigos, mas que querem compartilhar a vida, os planos e os projetos, já compõe uma família na minha concepção, é por aí. (Apolo, 40 anos, professor)

Família para mim é alicerce, é a base de tudo. Eu não tenho o que reclamar da minha, lógico que tem problemas como todas têm e sempre vai ter, mas a minha me aceitou e aceita, nunca me discriminou, me rejeitou, sempre me defendeu e me apoiou em tudo que me prestei a fazer. Aceita meu companheiro, como se fosse mesmo da família também. Família é a base de tudo, se você tem uma família que te apoia, que te ampara, desculpa a expressão foda-se o mundo. Você não tem que ficar se preocupando com mais nada, acho que a maior preocupação que eu já vi amigos meus passarem é quando a família não te apoia, porque foi ali que você surgiu, foi ali que você aprendeu, que você cresceu, que você se tornou alguém e se você perde isso, você perde cinquenta por cento do que você tem, eu acredito nisso. (Magno, 38 anos, nutricionista)

Para mim família tem sim, a ver com a relação de sangue, acho que isso conta, mesmo eu sendo gay eu tenho noção disso, eu digo assim não é que o gay não tenha relação de sangue, tem, ele tem mãe, irmã e isso tudo para mim é família. (Alexandre, 27 anos, administrador)

Família são duas pessoas, ou mais, que se amam e vivem juntas, independente do sexo de cada um. Para mim é uma escolha, como são os amigos. Ela não deve ser imposta pelos laços biológicos. Família é a compreensão do outro, distintamente do padrão estabelecido, em que as pessoas vivem juntas, mas estão sozinhas. (Humberto, 64 anos, engenheiro)

Família para mim está desvinculada dos laços sanguíneos, são as relações que construímos por afeto. Para os gays, em muitas ocasiões, há a rejeição da família consanguínea, então, há a necessidade de reconstruímos os laços familiares pautados no afeto. Por isso, considero que o meu relacionamento é uma

família, pois um núcleo familiar independe de filhos, mas do afeto existente em uma relação. Entretanto, nós temos uma ótima relação com nossa família biológica, que também define muito do que somos e é um pilar na vida. (Salvador, 37 anos, farmacêutico)

Indagamos aos nossos entrevistados se eles consideram o relacionamento atual como uma família. Seleccionamos algumas falas que resumem a percepção dos casais:

Sim, porque eu acho que a gente faz tudo que um casal heterossexual faz. A gente tem a vida que um casal heterossexual tem, para mim é importante, eu me preocupo com ele; se já comeu, que horas ele vai dormir, já tomou os remédios dele, as vitaminas, os suplementos, se foi para academia, enfim... a gente tem duas crianças, dentro de casa (cães), que dão um trabalho enorme, então, considero uma família sim. A gente se apoia em tudo financeiramente, no lazer, no cuidado das crianças (cães) e da casa, dividindo as tarefas. A gente tem uma rotina normal, vida de um casal normal. (Magno, 38 anos, nutricionista)

Sim, família é apoio e a gente apoia um ao outro. Ele mudou de carreira a pouco e eu o apoiei nessa mudança e ele me apoia no percurso da minha própria carreira. A gente se apoia em tudo; se um precisar fazer um curso, fazer alguma coisa um para outro, a gente planeja a vida juntos. Dividimos o cuidado com os cachorros, um leva para passear pela manhã outro leva no final da tarde. A diferença de um casal heterossexual é que nossas crianças não crescem. (Michel, 27 anos, designer de informação)

Para corroborar o sentido de família expressado pelos nossos colaboradores, anteriormente demonstrado, solicitamos que eles relatassem se possuíam ou desejam ter filhos. Dos relacionamentos atuais não identificamos casais que possuíssem filhos. Em relação ao desejo de ter filhos verificamos que 10 casais¹⁶³ não possuem essa intenção. Cinco casais relataram esse desejo. Seleccionamos algumas justificativas que resumem as falas dos casais que não desejam ter filhos:

¹⁶³ Os casais que não desejam ter filhos são: casal 1, casal 4, casal 5, casal 6, casal 8, casal 10, casal 11, casal 13, casal 14 e casal 15. Os casais que desejam ter filhos: casal 2, casal 3, casal 7, casal 9 e casal 12.

É um investimento sem retorno. Primeiro que nunca me despertou o interesse pela paternidade. Segundo eu vou investir em um ser que hoje é dependente e amanhã independente. Não acredito que eu tenha que ter alguém para cuidar de mim na velhice como muitos argumentam. (Jorge, 38 anos, auxiliar administrativo)

Eu não tenho esse desejo, em parte por estar trabalhando com educação, e já estar ajudando na educação de uma criança que já passou pela gente. Então em termos de espécie já contribuimos bem, e por não ser afim mesmo. Filho é uma escolha. E se hipoteticamente quisermos ter filhos essa coisa de ter a nossa genética é bobagem, não teria importância nenhuma. Jamais recorreríamos a método biotecnológicos, barriga de aluguel. Isso é bobagem é até pecado. Tem tanta criança no mundo merecendo uma atenção. E filho hoje em dia dependendo do contexto da família é uma ostentação é complicado essa questão. (Apolo, 40 anos, professor)

A gente, de certa forma, tem uma vida de solteiro, somos casados, mas temos uma vida de solteiro. Tem uma liberdade de fazer o que quer, o tempo todo, não sei se eu estou disposto a abrir mão. Eu penso muito nisso, eu vejo meus amigos e parentes, meus irmãos, quando tem filho, principalmente, quando é a primeira vez, e o comprometimento que é ter um filho. Eu acho, que isso é importante, pois você tem de pensar que toda sua vida vai se organizar a partir de um outro ser que está ali. E se tivéssemos filho faríamos isso, o melhor possível, nós somos professores sabemos a importância disso. Quando eu era, mais novo, eu pensava bastante em ter filhos, mas conforme eu fui vendo fui desistindo. Acho que ter filho não é uma essencialidade da vida. A gente cresce achando que não vai ser uma pessoa completa se não tiver um filho, mas não é assim, isso é uma ilusão, uma bobagem, acho que dificilmente vamos ter filho. Essa questão da obrigatoriedade de ter filho é construída sabemos muito bem que tem pessoas que tem filho, e não dão a mínima para aquele ser, que está ali, não estou dizendo que não ama, mas como saber o que é amor ou não, mas que não faz o básico, de dar carinho e cuidado. Só tem, porque que tem, para mostrar para sociedade e para passar o patrimônio. (Henrique, 36 anos, professor)

Eu já pensei em adoção uma época, mas refleti que um filho iria exigir um comportamento diferente. Nós gostamos de sair, tomar cerveja, assistir um show de música, teatro e viajar. Então teria que haver uma mudança em nossa rotina para se dedicar a uma criança. Seria uma transformação grande em nossa rotina e eu

não me senti preparado para isso. (Flávio, 52 anos, funcionário público)

As falas dos casais que desejam ter filhos estão representadas pelos depoimentos que se seguem. Em todos o fator biológico é mencionado:

Então eu quero ter uma criança que eu possa oferecer estudo, carinho e oportunidades. E como não podemos ter filhos biologicamente, pensamos em adotar, queremos uma menina. Embora eu gostaria de ter um filho meu, biológico, mas o Eros não aceita, embora eu considero isso importante. (Zeus, 34 anos, funcionário público)

Eu planejo ter filhos, dois, e penso em inseminação artificial, hoje as técnicas são bem desenvolvidas, não pensamos adotar, quero ter um filho meu, biológico, e quero vivenciar todo o processo, desde bebê. (Hélio, 21 anos, estudante de nutrição)

Pensamos em ter, eu imagino isso desde criança. Eu acho que a vida sem filho, a partir de uma certa faixa etária, vai ficando desinteressante e os filhos dão um sentido, você vai passando seus valores e eu acho que criança sempre enche a casa, traz novas perspectivas. Eu acho que o filho é uma boa distração para o casal, pois você não tem tempo para pensar no problema do outro, então, a gente pensa em ter sim, a forma a gente pensa muito, adoção ou barriga de aluguel, meu único problema com adoção não é vir uma criança negra, azul ou branca, não é isso, até porque acho que pai é quem cria, mas eu não gostaria de criar uma criança com defeitos como síndrome de dawn, isso é um defeito meu, eu sou pequeno nesse lado, tem pessoas mais humanitárias que dizem que adotaria até com síndrome de dawn, HIV, eu hoje não cederia a esse ponto, mas entre ser uma criança, loura, baixa, gorda, negra eu adotaria sem essas exigências. O problema da barriga de aluguel é que envolve uma terceira pessoa, então, é complicado e no Brasil não é legal. Para as sapatonas é muito mais fácil quero ter filho, ela vai ao banco de semêm e ela tem, o casal gay é mais complicado, pois precisa da mulher, mas de qualquer forma eu quero ter um filho. (Alexandre, 27 anos, administrador)

Temos o desejo de ter filhos. Gostaríamos de adotar uma criança, embora exista nosso íntimo a questão do filho biológico. Entretanto, é mais racional adotar uma criança. E mesmo porque não sei se saberíamos cuidar de um recém-nascido, por conta dos

cuidados que demanda. Ainda não buscamos a adoção por não nos sentirmos plenamente seguros dessa decisão e se nesse momento não há estrutura financeira e mesmo capacidade de cuidar de uma criança, por isso não efetivamos a adoção. (André, 31 anos, analista de sistema)

Então eu quero ter uma criança que eu possa oferecer estudo, carinho e oportunidades. E como não podemos ter filhos biologicamente, pensamos em adotar, queremos uma menina. Embora gostaríamos de ter um filho, biológico, consideramos isso importante. (Zeus, 34 anos, funcionário público)

Em nossa amostra, há três entrevistados, que possuem filhos biológicos, de relacionamentos anteriores. Germano e Amaro tiveram filhos biológicos fruto de relacionamentos heterossexuais, antes, deles terem assumido suas identidades de homossexuais. Elias teve filho em uma relação homoafetiva em que recorreu a inseminação artificial conforme relatou:

Eu tive uma filha em outra relação homossexual, na época fizemos a inseminação artificial, uma amiga em comum se propôs a gerar. Foi uma confusão só. Uma briga por definições de papéis. E só com o tempo percebi que esses papéis são resultado de um processo de convivência. E o meu companheiro, anterior, era desequilibrado, então, ele achava que só se sentiria seguro se tivesse um filho. Eu embarquei na dele, e depois que tivemos o filho piorou o desequilíbrio dele. Vivemos juntos por seis anos, na casa da mãe dele, quando nossa filha fez quatro anos ele sumiu no mundo e eu fiquei com toda a responsabilidade pela criança, cuidávamos eu, a mãe dele e a nossa amiga, a mãe biológica. Foi loucura, pois no registro da minha filha ele é o pai e nossa amiga a mãe. Depois de dois anos ele voltou e reatamos a relação. Entretanto, quatro anos depois terminamos a relação e ele ficou com a guarda juntamente com a nossa amiga. Como naquele período a legislação era insipiente, preferi não buscar a justiça e mantinha um convívio com a minha filha nos fins de semana. Hoje ele tem outro relacionamento e a minha filha vive com eles, mas vem passar as férias comigo. Hoje eu penso em ter filhos com o Hélio, planejamos dois. Eu não faço questão de ser biológico, mas ele quer (Elias, 39 anos, taxista)

Germano e Amaro que tiveram filhos em uma relação heterossexual assim se expressaram:

Eu sou pai de um casal e já tenho netos. Acredito que minha paternidade já foi realizada. Paulo não teve filhos, eu não sei na cabeça dele como ele lida com isso, pois penso que ele é o padrasto dos meus filhos. Meu filho quando começamos a morar juntos estava com cinco anos e minha filha com oito anos é uma vida, então, não quero mais filhos. Ele acompanhou os gastos que tive com meus filhos esses anos todos e como minha filha gasta com meu neto. Socialmente seria muito bonito para eu e o Paulo termos um filho, mas nós estamos numa idade que temos que aproveitar a vida um com o outro e um filho desestruturaria toda nossa rotina. E sou contra esses viados que querem ter filhos biologicamente. De usar essas técnicas de reprodução assistidas, tanta criança para adotar ficam esses viados querendo filhos biológicos. Os gays têm de entender que eles não têm útero. Acho que tem gays que se perdem nisso, por isso, dizem que sou homofóbico. Na minha experiência de ser pai, morei com meus filhos até quando o mais velho tinha sete anos. Quando eu e o Paulo começamos a morar juntos dizíamos para meus filhos que era meu amigo. Mas a minha ex esposa contou que eu era gay e que o Paulo era meu namorado. Então eu fui buscar uma psicóloga para poder saber como administrar essa situação. O que aconteceu foi que dos quinze aos dezoito anos meus filhos me desprezaram, por influência da mãe, mas hoje eles me adoram, pois nunca deixei de cumprir meu papel de pai. Eles hoje me consultam para tudo, ficam muito aqui em casa. Então hoje eu sou muito feliz e convivem muito bem com nosso relacionamento. Quando eu me assumi gay tive problemas com minha irmã, e ela mandou eu tomar veneno para me matar. Embora eu vejo (sic) que exista muito preconceito na sociedade e até dentro da família, em relação aos meus filhos eu não vivencio, eles têm o prazer de dizer para os amigos que o Paulo é meu companheiro. (Germano, 46 anos, motorista)

Eu já tenho uma filha de dezenove anos. Fui pai com dezesseis, então, participei de toda essa construção do gerar, do nascer, dos primeiros cuidados todo esse ideal. Como eu morava junto com a mãe da minha filha tive a oportunidade de vivenciar toda essa rotina do que é ser pai. Eu gostaria de ter um filho com o André, mas adotaria uma criança de dois anos no mínimo e no máximo quatro anos, mais que essa idade já seria uma criança com um caráter definido e com um ritmo de disciplina. Em relação a minha filha hoje tenho uma relação harmoniosa, mas assim que me assumi e vim morar com André tivemos conflitos por conta da mãe dela, que me impedia de ver e passar os finais de semana com minha filha. Quando consegui esse direito ao pegar minha filha para passar um final de semana comigo ela (mãe) ligava para fazer chantagem emocional, falava para minha filha você deixou sua mãe sozinha para ficar com seu pai, estou aqui chorando, então, muitas vezes eu cedia e a levava de volta para casa para não deixar minha filha nesse cabo de guerra. Por isso, durante a adolescência da minha filha não tive muito contato com ela, mas depois quando fez dezesseis anos passamos a nos ver e conversar muito e para desespero da mãe dela, minha filha é lésbica e tem uma namorada. Mesmo com todas as empecilhos

que a mãe colocou na minha relação com minha filha, hoje temos uma convivência respeitosa. Ela me apresentou a namorada, dou muitos conselhos e conversamos muito. E o processo de educação da minha filha ficou sobre a responsabilidade da avó materna, pois a mãe bebia demais e ficava grande parte do tempo na casa do namorado. Então as referências da minha filha sou eu e a avó, hoje a mãe não conseguiu destruir a minha relação e da minha filha. Então sobre filhos eu de certa forma me realizei, mas o André não, mas eu compartilharia com ele. (Amaro, 37 anos, radiologista)

As falas dos casais nos remetem a pensarmos de que forma as estruturas incutidas durante o processo de socialização dos indivíduos são reproduzidas e em qual medida resignificadas/reapropriadas pelos sujeitos como discute Bourdieu. Uma análise breve do conceito de família demonstra que ele não é unívoco. É uma construção historicamente recente como demonstrou Ariès. Ao analisar a definição histórica de família, o autor, identificou que durante a Idade Média, o sentido contemporâneo de família era desconhecido. Os discursos sobre a noção de família que atualmente é socialmente legitimado foi construído nos séculos XV-XVI, tendo sua institucionalização moral, social e afetiva nos séculos XVIII e XIX.¹⁶⁴ Após importantes transformações no âmbito de revoluções sociais, econômicas e políticas se constituiu a estrutura familiar pautada no modelo nuclear burguês, nos pressupostos da consanguinidade, do amor romântico e do afeto tornando o lar o refúgio da vida social. O que verificamos nas falas de nossos entrevistados é que em certa medida há uma resignificação do que é uma família, entretanto, em seus inconscientes cognitivos retratam as estruturas objetivas e as estruturas subjetivas do que definem como instituição familiar. Esse fato é explicado por Bourdieu, que ao definir o conceito de habitus como um sistema de predisposições que conduz as ações sociais dos indivíduos, as dos entrevistados podemos considerar que reflexo das estruturas sociais que foram incorporadas por eles desde a tenra infância.¹⁶⁵ Os entrevistados reproduzem as percepções do conceito tradicional família isso é resultado do processo de socialização no qual foi incutido o modelo hegemônico de família como definido por Ariès. Como conceituou, Bourdieu, a família é definida como um grupo real, uma forma de vida, na qual seus agentes são educados por laços de

¹⁶⁴ ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

¹⁶⁵ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A, 1989.

sentimentos, obrigações, trocas, gostos parecidos, por sua vez, produtos de condições sociais semelhantes. São sujeitos que produzem e reproduzem, socialmente, opções, objetivos, escolhas, decisões, que lhes conservam em determinadas posições ou situações na vida cotidiana e geracional.¹⁶⁶ É importante observar que há falas proferidas pelos entrevistados, ao relatarem a intenção de terem filhos, em que o fator biológico é considerado importante por eles. O depoimento de Alexandre, (casal 3), é pertinente para refletirmos sobre a interseccionalidade de classe, gênero e etnia, ou seja, essa fala nos permite pensar na dificuldade de ruptura dos indivíduos com os valores tradicionais de gênero. No depoimento verificamos que o entrevistado não adotaria uma criança com síndrome de dawn ou portadora do vírus HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana), ressalta a sua preferência por um filho biológico. Na fala de Germano (casal 6), observamos a hierarquia masculina, o entrevistado condena os homossexuais que desejam utilizar as técnicas de reprodução assistida para terem filhos, em suas palavras, esses homossexuais seriam ‘viados’ que não possuem consciência do sistema de reprodução humana, pois em sua argumentação disse ‘viado não têm útero’ eles têm de entender isso. Entretanto, o referido entrevistado possui dois filhos biológicos de um casamento heterossexual. Podemos identificar nesses relatos que os valores dos nossos entrevistados estão eivados de uma percepção sexista e homofóbica. No decorrer da nossa análise buscaremos explicar como essas representações de gênero foram incutidas e reproduzidas por nossos entrevistados ao longo dos seus processos de socialização.

Pedimos aos casais que professam uma religião que explicassem como essa questão influi em seus relacionamentos. Nosso objetivo era demonstrar de que forma os casais homossexuais elaboram discursos que permitem legitimar suas experiências religiosas e seus relacionamentos. Selecionamos as falas mais elucidativas, ou seja, as dos entrevistados que professam religiões em que a homossexualidade é considerada pecado:

Saí da igreja por conta disso, eu era líder na igreja, falava para centenas de pessoas, eu tinha esse nível de relação. Mas quando eu me dei conta que eu era gay, que eu me aceitei e falei eu sou gay, e eu ouvia dentro da igreja que eu iria queimar no inferno, não iria para o céu, essas coisas; isso me causou um problema enorme porque eu sempre aprendi que Deus é amor, logo se ele é amor, aceita as pessoas do jeito que elas são, bom então eu sai, isso aqui não está mais de acordo comigo e não vou ficar fingindo

¹⁶⁶ BOURDIEU, Pierre. Op. Cit. p. 99 -128

nada, não vou ser o que as pessoas querem e sai. Também não vou continuar na igreja porque não concordo com a doutrina que eles estão pregando e não vou entrar em conflito. Então para mim que, fui sempre religioso, estudei muito todas as religiões, nunca discriminei nenhuma religião, mesmo quando era da igreja, se me convidassem para ir ao terreiro de Candomblé eu ia, então eu fui adquirindo novas crenças e hoje eu acredito que Deus me aceita do jeito que eu sou e vivo tranquilo com isso, para mim essa questão é resolvida. (Magno, 38 anos, nutricionista)

Eu fui católico desde novinho. Fui me assumir gay aos vinte oito anos de idade. Eu sempre fui muito atuante na Igreja Católica, fiz curso de formação de professores em religião. Depois que eu me assumi homossexual fiquei com padres, pastores, pai-de-santo. Então tudo que um padre ou pastor falar sobre a vida sexual das pessoas é como se fosse um peido, não vale nada, pois um padre se não transa com outro homem, transa com mulher. O celibato é uma farsa. Então eu não considero nada que a religião diz sobre sexualidade. Para mim religião deve se preocupar com um mundo melhor, então, fica nessa demagogia. Minha religião é Deus, que me ama de qualquer forma. A igreja não tem que me aceitar, eu que tenho que aceitá-la. (Germano, 46 anos, motorista)

O primeiro ponto que conversamos, quando decidimos ficar juntos, foi o da religião, combinamos que um não iria interferir na do outro, aqui temos um ponto neutro, a gente comenta alguns assuntos de religião, mas não deixa isso entrar no nosso relacionamento, não queremos que ideologias atrapalhem, eu não posso dizer que a minha é errada nem que a dele é errada. Então, esse é um ponto que equacionamos muito bem; religião e o nosso relacionamento, independente da nossa fé, o deus é o mesmo. A minha história com a religião vem lá de trás, o que aconteceu; eu venho de um berço evangélico, desde sete anos de idade, e a partir do momento que eu parei de me martirizar internamente, fechei os olhos para o que os outros falavam, e foquei que eu ia me assumir e viver em paz, pedi a Deus para me confortar, não é fácil, eu enfrentei muita barra por conta da minha família e amigos, que se afastaram de mim, e isso aí não me abalou, me entristeceu, mas pela minha insistência eu consegui me impor, foi difícil, mas consegui e fazer com que eu me aceitasse, e consequentemente os outros. Digo para você se me perguntarem se a minha sexualidade é errada eu só tenho uma coisa a falar, da minha vida e do meu pecado quem vai dar conta sou eu, então, você pode deixar que quando chegar a hora eu presto a minha conta. (Gabriel, 33 anos, técnico de enfermagem)

Nas falas de Magno e Gabriel verificamos uma busca para resignificar a experiência religiosa. Ambos são vinculados a correntes religiosas denominadas evangélicas que consideram a homossexualidade uma “aberração” e um grave pecado contra as leis de Deus e da natureza. Nos discursos ideológicos dessas religiões os sujeitos que vivem uma sexualidade fora da heteronormatividade serão castigados com o fogo do inferno. Na fala de Magno evidenciamos que ele faz uma ruptura com a sua religião, embora não negue que, ainda, professe valores vinculados aos dogmas desse credo religioso. Entretanto não a pratica devido ao conflito entre a sua vivencia gay e o dogma religioso que, considera seu relacionamento uma perversão e um pecado contra as leis de Deus. No relato de Gabriel vislumbramos o descontentamento com os dogmas da sua religião em relação a sua sexualidade. Mesmo com esse conflito ele não rompe com a sua religiosidade e permanece. Entretanto, em seu discurso identificamos uma reelaboração da experiência religiosa. Há um conflito subjetivo de Gabriel com o dogma da sua religião e com os frequentadores da mesma. Percebemos que ao assumir ser homossexual os sujeitos que comungam alguma religiosidade vivenciam um conflito subjetivo. Em seu relato Gabriel descreve os constrangimentos que enfrentou ao assumir uma sexualidade dissonante em meio ao seu credo religioso. Fica evidente a hostilidade que enfrentou dos congregados de sua igreja, seu relato nos possibilita considerar que sua experiência é marcada por constrangimentos e violência simbólica.

Perguntamos aos entrevistados o que significava a união legal entre pessoas do mesmo sexo. Os relatos que se seguem resumem as narrativas dos casais:

A gente fez sim em cartório. A principal razão foi o benefício do plano de saúde. O documento de união estável nos assegura alguns direitos como pensão em caso de morte, possibilidade de tirar licença caso um dos dois fique doente, essas questões estão asseguradas. (Apolo, 40 anos professor)

Eu não sei se acho se isso realmente é uma coisa necessária, a gente discute muito isso. Não que a gente não tenha a nossa. A gente tem sim a nossa há muito tempo. Em 2008, um ano depois que nós conhecemos. Na época foi porque o Estado já reconhecia a união estável entre pessoas do mesmo sexo e nos dois éramos professores do estado. As nossas famílias projetam muitas coisas em cima disso. Eles dizem; vocês têm que casar e vamos fazer uma festa, essas coisas assim, que eu não sei, fico meio assim... Não só pelo fato do casamento estar ligado a uma coisa heterossexual, mas por isso também. A gente acha que isso é

muito heterossexual. Nada mudou entre nos dois depois do documento, a gente nem comemorou. A gente nem foi junto ao cartório, um foi assinou, depois o outro foi e depois as testemunhas foram e assinaram o documento. Eu achei o documento bem frio, a gente teve que, inclusive, colocar o carro que tínhamos junto, a placa, isso é horrível, eu acho que isso não tem nada a ver com a nossa relação, com afeto de verdade, isso é só uma questão de patrimônio mesmo. E por causa dessa questão de patrimônio a gente resolve se casar mesmo. Ou para ganhar benefícios como a licença de recém casado para poder viajar. (Henrique, 36 anos, professor)

A gente não tem documento de legalização da nossa união, mas eu acho importante para fins de estabilidade financeira, por exemplo, para você pegar um financiamento para comprar uma casa então o comprovante de união é importante para comprovar renda do casal, para fins de pensão caso um venha a falecer ou para a legalização para adotar uma criança e nisso eu acho que cabe, para adotar uma criança a assistente social pede que se tenha um núcleo familiar então com esse comprovante eu acho que facilita, como também para herança, pois no momento que você ama o outro você tem de pensar no conforto do outro, uma coisa acontece com você e não vai querer que o outro fique na mão da sua família ou dos seus herdeiros não necessários. Então são nessas questões que eu acho importante, não na questão da sociedade, pois não é o papel que vai te fazer ser mais bem visto, eu acho que o papel é uma segurança para o casal, até mesmo na questão de transferência tem empresas que você tem o direito de acompanhar o marido, mas se você não é casado no papel como você vai provar, então, eu acho que por isso é interessante, mas acho que também não pode ter a febre do casamento, se não daqui a pouco vai ter o divórcio gay. (Alexandre, 27 anos, administrador)

Eu acho que é uma afirmação política, como se a gente de uma certa forma passasse a existir socialmente, partindo do princípio do sentimento nosso, a gente não precisaria disso, tendo como princípio o amor, mas são direitos reconhecidos validados, não são dados para a gente como se fosse um favor, nada mais é, que um direito nosso enquanto cidadão eu acredito nisso. A legalização agiliza muitas questões burocráticas, seja no futuro, seja no presente, como plano de saúde dentre outras coisas, a gente vive em um país que esse direito é muito recente, vimos casais que viveram juntos durante muito tempo e não é só uma questão de falecer, não só a questão de bens, mas tem pessoas que não tem uma relação muito boa com a família, mas na hora que a pessoas falta a família vem com tudo para se apoderar de tudo, como se tivesse vivido o tempo todo ali, que fosse o filho querido, e muitos são abandonados pela família por questão de homofobia, mas nesse momento a família vem disposta a deixar o companheiro de uma vida toda na rua, ainda, existe muito isso, mas cada vez mais que esses direitos forem reconhecido e são

uma condição política eu acho que diminui esse tipo de coisa.
(Ricardo, 36 anos, jornalista)

Foi uma conquista e saber que cada dia estamos mais amparados pela legislação, ocupando cada vez mais nosso espaço, mostrando para a sociedade que somos capazes de ser uma família decente, de ser uma família que se opõe ao que eles pensam que nós somos. Estamos conquistando nosso espaço e mostrando que somos uma família e somos iguais aos heterossexuais. (Gabriel, 33 anos, técnico de enfermagem)

Hoje, no Brasil, significa um pequeno passo em busca da igualdade entre heterossexuais e homossexuais. Ainda não fizeram o reconhecimento da nossa união estável, pois há questões pessoais que envolvem esse reconhecimento, como a busca pela casa própria, que é um sonho nosso, após isso faremos o reconhecimento da união estável e depois quem sabe adoção de uma criança. (Zeus, 34 anos, funcionário público)

É um direito que está para além da questão religiosa, as pessoas fazem essa confusão, eu não quero benção de religião alguma, pois o estado brasileiro é laico. Quero que o Estado reconheça nossos direitos e nossa relação enquanto família. Que se eu morrer ele possa ficar com minha pensão e a nossa casa. Pois há muitos casos em que as famílias dos casais querem todo o patrimônio que o casal gay construiu junto, mesmo nunca tendo apoiado a relação que foi construída durante anos. Nós estamos querendo casar, fizemos contato com o programa Rio Sem Homofobia, mas o custo financeiro cobrado pelo programa para realização do casamento coletivo, é alto, então, vamos fazer sozinhos, pois os custos são os mesmos. Pensávamos que houvesse algum benefício, mas não há, então, para que fazer? Para sair na imprensa? (Germano, 46 anos, motorista)

Percebemos, a partir das falas dos nossos depoentes, que eles ressaltam a importância da legalização das uniões entre pessoas do mesmo sexo. Observamos que a questão patrimonial e o direito de herança é uma argumentação recorrente, bem como o acesso a direitos civis como pensão em caso de morte de um dos cônjuges, compra da casa própria e plano de saúde dentre outros direitos. Podemos aludir que a assimilação de direitos é a tônica dos discursos dos casais entrevistados. Identificamos que a legalização dessas uniões significa para eles a possibilidade de reconhecimento social como família e casal. Podemos refletir sobre esse paradoxo. Se por uma perspectiva os casais consideram que a legalização é a inclusão na normatividade, por outra significa a ruptura ou reformulação do modelo heteronormativo, uma vez que as conjugalidades homossexuais fraturam o discurso político da heterossexualidade.

Segundo Michel Foucault, foi no século XVIII que foram criados novos discursos sobre a sexualidade. A primazia da sexualidade vinculada à reprodução foi construída, bem como o modelo de família considerada ideal. O casal legítimo é o que procria. Os discursos que legitimavam e legitimam esse modelo de família considerado ideal têm como intuito manter uma estrutura social, econômica e política. As uniões homoafetivas desestabilizam o discurso biológico que considera como natural a heterossexualidade. Os casais relataram, ainda, que embora, suas famílias aceitem as suas uniões, não as consideram legítimas. Segundo Daniel Borrilo, esse fato se deve à homofobia que faz com que os homossexuais vivam sob a suspeita de que ameaçam a coesão cultural e moral da sociedade. O discurso homofóbico serve-se desse fantasma como principal arma de seu combate. Com isso, legitima-se um discurso paternalista, pois tenta-se submeter os/as homossexuais a uma espécie de vigilância protetora, reservando-lhes um tratamento destinado a uma classe inferior: incapazes de empreender um projeto conjugal ou parental, de transmitir seu patrimônio livremente. Esse tratamento desigual de que os/as homossexuais são vítimas consiste em ocultar as práticas discriminatórias impostas pelo grupo dominante e em enfatizar a ideia de uma deficiência estrutural dos dominados como vislumbramos nos discursos dos nossos interlocutores.¹⁶⁷

Entetanto, para os teóricos denominados de queer os depoimentos dos nossos entrevistados sobre a importância do reconhecimento jurídicos de suas uniões, significaria apenas uma assimilação a norma burguesa de sexualidade e família. Não haveria significativas rupturas com o modelo heteronormativo, pois para que essas relações sejam reconhecidas é necessário aderir a norma heterossexual e não possibilitaria uma revolução das normas de gênero e sexualidade. Ao requerer do estado as garantias que os casais heterossexuais possuem os casais homossexuais normatizam sua sexualidade aderindo ao padrão heteronormativo.

Em relação à uma das esferas da cidadania homossexual perguntamos aos entrevistados se eles consideram haver igualdade de direitos entre casais homossexuais e heterossexuais. Onze casais¹⁶⁸ consideram não haver igualdade de direitos. Os casais que consideram haver igualdade de direito foram quatro.

Os casais que responderam que não há igualdade argumentaram:

¹⁶⁷ BORRILLO, Daniel. *Op. Cit.*, p. 38.

¹⁶⁸ Os casais que consideram não haver igualdade são: casal 1, casal 3, casal 5, casal 6, casal 7, casal 8, casal 9, casal 12, casal 14 e casal 15. Os que afirmaram haver igualdade são: casal 2, casal 4, casal 10 e casal 11.

Não, só o dia que for totalmente legal o casamento gay, pois faltam várias coisas para a igualdade. Sem o papel você não é aceito como casado, quando um dos parceiros morre, a família quer tirar o imóvel do outro, e se fosse heterossexual a justiça não daria ganho para essas famílias, então, os casais homossexuais não são bem vistos por não terem suas uniões legalizadas. E eu acho que quando um dos parceiros morre o outro tem de ter o direito a continuar naquele espaço, pois moraram juntos ali dez, quinze anos, então, havia um núcleo familiar que tem de continuar ali, até para lembrar do outro, quando isso ocorre com o casal heterossexual as famílias entendem, no caso dos gays não entendem. Por isso eu acho que não possuem os mesmos direitos. (Alexandre, 27 anos, administrador)

Não, a começar pela própria família, pois quando morre um dos parceiros, a própria família tem preconceito, pois considera que a união entre dois homens é só uma brincadeira, uma amizade, nada sério, embora a família aceite, mas quando há questões de direitos eles não legitimam, pois acham que é um favor, pois houve apenas uma amizade. (Cesar, 23 anos, administrador)

Não, e acredito que isso não vai mudar nunca. (Eros, 35 anos, cabeleireiro)

Não, de forma alguma, a sociedade é machista, hipócrita a sociedade brasileira ainda é muito atrasada em relações a direitos dos homossexuais. (Zeus, 35 anos, funcionário público)

Não, pois a gente sempre tem de mostrar que a relação existe e um casal heterossexual não, para eles as coisas já estão subentendidas. Então não é igual. (Enrique, 36 anos, professor)

Os entrevistados que afirmaram haver igualdade expressam que:

Sim, pelo simples fato de eu pagar imposto igual a eles. A gente nasceu e somos cidadãos da mesma nação e contribuo da mesma forma que eles e as vezes até mais, porque pesquisas já demonstraram que a comunidade gay ganha muito mais que a heterossexual e gasta muito mais que eles. Assim, se você nasceu

em um país você tem direito pátrio ou você adquire porque você paga ponto. Se eu faço como eles tenho que ter os mesmos direitos ponto e acabou. Bem simples não tem muita filosofia nesse sentido. (Magno, 40 anos, nutricionista)

Sim, nós vivemos no mesmo país sobre as mesmas leis, então não tem diferenças. Eu concordo com o magno plenamente. (Michel, 27 anos, designer de informações)

Sim porque são duas pessoas que decidiram viver juntos e tem direito independente de, ser homossexual ou heterossexual, acho que é uma coisa que não diferencia tanto, quando se fala no direito a ficar junto a constituir uma família acho que isso é uma condição humana, não uma condição sexual, que não tenha que ser mais perfeito ou mais imperfeito. E tem um discurso que diz que as relações entre os homossexuais são cercadas de promiscuidade ou que não são, para mim todo ser humano tem imperfeições e deveres de respeito seja numa relação heterossexual ou homoafetiva. (Ricardo, 36 anos, jornalista)

Eu comungo da mesma opinião, primeiro nascem os direitos humanos, qualquer outro direito advém dessa perspectiva, eu como estudante de direito, vejo que a ciência, pensa numa perspectiva homogênea, não é garantia de direitos a A,B,C, mas ao alfabeto, então eu não vejo diferença alguma entre as relações nem do ponto de vista afetivo, nem político e nem acho que o estado deva retroceder sobre o seu dever achando que sejam diferentes, na prática todas essas relações cumprem o mesmo papel tanto no estado como nessa relação entre eles, então não há diferença alguma. (Augusto, 30 anos, funcionário público)

Tem de ser igual, independentemente de ser do mesmo sexo, nós temos as mesmas coisas que eles têm, pois para se formar um casal tem de haver amor, respeito, compreensão, companheirismo, e nós temos tudo então eu acho que somos totalmente iguais como casal e em família, temos condições plenas de mostrar e dizer que somos uma família. (Gabriel, 33 anos, técnico de enfermagem)

Consideramos que o fato da maior parte dos entrevistados perceberem a desigualdade de direitos entre casais homossexuais e heterossexuais na sociedade brasileira, se deve, em parte, ao elevado grau de escolaridade dos casais. Dezoito entrevistados possuem ensino superior. Outro fator preponderante é o papel que o movimento feminista e o movimento gay desempenharam nas últimas décadas do século XX. Bourdieu, Welzer-Lang e Badinter afirmaram que esses movimentos desempenharam importante papel na ampliação da esfera política e do politizável,

colocando na agenda política questões que sempre foram relegadas ao mundo privado, como violência doméstica, homofobia, dentre outros. Esses movimentos têm o mérito e o dever de lembrar que o universalismo do princípio valorativo, garantido pelo Direito Constitucional, não é tão universal quanto nos quer parecer. Essa politização possibilitou que a dominação masculina fosse percebida e discutida em todas as esferas da sociedade. Entretanto, observamos que nas falas dos entrevistados mesmo os que afirmaram serem iguais aos casais heterossexuais, como os que disseram não haver igualdade utilizam em seus argumentos acesso ou não aos direitos patrimoniais e hereditários.

Perguntamos aos entrevistados qual importância da vida profissional para eles. Essa questão é pertinente em nossa análise para compreendermos de que forma nossos interlocutores estruturam a dimensão privada e pública de suas vidas. Selecionamos algumas falas para ilustrar a opinião deles sobre esse tema:

Ah! A gente tem que ganhar dinheiro. Tem de se ocupar com coisas que não sejam só a gente também. Nós somos professores e a gente gosta de ser professor, não é por obrigação ou algum tipo de fracasso, de tragédia, nós gostamos. Mas é uma esfera de nossas vidas, então, a gente tem de ter e fazer com que ele seja o melhor para a gente, não temos a pretensão de ganhar muito dinheiro, mas a gente gosta de ter uma vida legal, mas que tenha um equilíbrio entre o trabalho e nossa vida afetiva. (Henrique, 36 anos, professor)

Eu gosto do que faço. Eu acabo me distraíndo com meu trabalho, que é criar soluções para facilitar o dia-a-dia das pessoas, então, eu faço tudo com muito carinho e acabo me distraíndo. Passa a ser um *hobby*, mas eu tento fazer outras coisas que não tem nada a ver com minha área, como por exemplo, cozinhar eu gosto, fazer pequenos reparos na casa. (Michel, 27 anos, designer de informações)

Eu penso em dois momentos quando você é solteiro pensa mais na vida profissional e financeira. Quando nosso relacionamento começou nós falávamos muito em questão financeira e profissional, mas temos chegado à conclusão de que é mais importante ter o laço do relacionamento do que a questão financeira. A questão de dar mais atenção a família se torna mais importante. Acho que tem de se equilibrar a vida profissional e a pessoal. (César, 23 anos, administrador)

Na vida dos gays num primeiro momento o trabalho passa a ser o principal objetivo de suas vidas, por receio de serem rejeitados

pela família, então, a vida profissional se torna o porto seguro para sua independência. Mas com o amadurecimento fui percebendo que essa concepção vai tomando outros contornos. No meu caso eu vivi muito para o trabalho dos vinte aos trinta anos, trabalhei em diversas empresas de grande porte e você vai percebendo que a realização profissional não é o único pilar da vida. Na esfera profissional há decepções, principalmente nesses grandes conglomerados industriais, pois elas possuem uma estrutura piramidal em que só há um cargo de presidente, cinco diretores e assim por diante, então, todo mundo acredita que possui mérito para ocupar um desses postos e não há espaço para todos e com isso vêm as decepções. Você fica estagnado em um cargo e perde o prazer pelo trabalho. Eu utilizo um ditado popular que há pessoas que nasceram para empurrar a roda e outras para criarem a roda, os que tem a vocação para empurrar tudo bem vão se satisfazer nessa função, já os criadores da roda estão sempre em busca do novo. Então hoje faço o que eu gosto, sou realizado, mas não é o pilar da minha vida. (Salvador, 37 anos, farmacêutico)

Sustento, e faço o que eu gosto, gosto muito, me sinto bem no trabalho e também em casa com meu companheiro. O trabalho é muito importante, para você se sentir digno. (Armando, 35 anos, professor)

É importante para sentir a liberdade, um ambiente profissional e as relações profissionais colaboram até mesmo nos alto e baixo do relacionamento afetivo, as vezes você está triste ou chateado com algo que aconteceu em casa, você vai para o trabalho e se desanuvia, consegue se abstrair, consegue ficar melhor. (Gabriel, 33 anos, técnico de enfermagem)

Para mim é base de tudo, sem uma profissão nada anda. (Eros, 34 anos, cabelereiro)

Para mim é fundamental economicamente é parte de nosso sustento, e me apoia em outras questões da minha vida, como estar com o Eros, minha vida religiosa, então, minha profissão me possibilita esse equilíbrio. (Zeus, 34 anos, funcionário público)

Como eu sou motorista de empresários, toda minha vida profissional está vinculada ao meu salário. Diferente por exemplo, da minha filha que se formou em pedagogia, ela se realiza no trabalho, tem uma paixão. Profissões como médico, professor, advogado há uma realização pessoal. No meu caso, eu

só sirvo a um empresário, não sinto realização pessoal nisso, só trabalho por dinheiro. (Germano, 46 anos, motorista)

Para corroborarmos as respostas anteriores, indagamos aos casais sobre a possibilidade de um dos pares abdicar da vida profissional para se dedicar ao relacionamento e / ou companheiro. Obtivemos as seguintes respostas dos casais: cinco deles afirmaram que sim, quatro não abandonariam suas profissões e seis casais discordaram entre si na resposta.¹⁶⁹ Vejamos os argumentos dos nossos interlocutores que abdicariam de sua vida profissional:

Eu deixaria. Eu fiz. Eu deixei meu emprego em que eu era concursado, para ter mais tempo para o relacionamento. Decidimos isso, quando ele passou primeiro no concurso público, para o Colégio Pedro Segundo, só depois eu passei. (Apolo, 40 anos, professor)

Sim. Eu já fiz isso, já mudei tudo. Eu trabalhava com teatro quando a gente se conheceu. A situação não estava fácil, mas para mim trabalhar com teatro era minha vida, eu não me via fazendo outra coisa. Só que as coisas foram se complicando muito, não entre mim e ele, pelo fato do teatro exigir muito tempo e eu queria ficar perto dele. E trabalhando com teatro eu trabalhava de domingo a domingo e o Apolo trabalhava de segunda a sexta. Então, para a gente poder ficar junto, o único jeito foi mudar tudo e foi o que aconteceu. Não foi fácil no começo, foi bem difícil. Parar de trabalhar com teatro para me tornar professor foi bem difícil, terrível, mas você vai e a vida vai andando e você até esquece que aquilo aconteceu. (Henrique, 36 anos, professor)

A gente já falou sobre isso já, ele me disse que se eu pudesse deixava você em casa para cuidar das coisas, porque assim, eu gosto de cozinhar, mas hoje não é possível todos os dias, mas se eu tivesse tempo cozinhar. Eu sou chato com comida, se eu ficasse em casa mais tempo eu cuidaria melhor da nossa alimentação, cuidar da casa, eu gosto de arrumar casa, de consertar as coisas. (Magno, 38 anos, nutricionista)

Alexandre: Sim. (Alexandre, 27 anos, administrador)

¹⁶⁹ Os casais que abdicariam da vida profissional são: casal 1, casal 3, casal 4, casal 9 e casal 14. Os casais que responderam não deixarem o trabalho foram: casal 5, casal 7, casal 11, casal 13. Os pares que discordaram entre si na resposta: casal 2, casal 6, casal 8, casal 10, casal 12 e casal 15.

Sim. Nós já conversamos várias vezes sobre isso, ele sempre fala, se eu quiser ir trabalhar em São Paulo, ele larga a vida dele aqui e vai comigo, para qualquer lugar onde eu receber uma proposta de trabalho vantajosa, a gente vai na mesma hora. (Cesar, 23 anos, administrador)

Eu acho que quando vale a pena as pessoas têm que encarar mesmo e se dedicar a relação. (Eros, 34 anos, cabeleireiro)

Isso já aconteceu quando decidimos nos unir, ambos largamos nossos empregos, eu era militar e Eros trabalhava com recreação de festas. Então deixamos nossas vidas profissionais para viver juntos. (Zeus, 34 anos, funcionário público)

Os que não abdicariam justificaram:

Eu sou muito ligado ao meu trabalho, nem vejo o tempo passar. Eu não gosto de fazer as coisas de casa tipo arrumar e limpar, eu gosto de cozinhar, mas fazer as tarefas de casa acho muito chato, nunca gostei, nem quando eu morava com minha mãe, ela pedia para limpar estante, então, eu acho que fiquei revoltado, pois a estante era enorme e tinha vários bibelôs, lembranças de festinhas e ela me fazia tirar tudo para limpar um por um, limpar a estante e depois por tudo de volta, aquilo me traumatizou e eu detesto tirar pó das coisas. (Michel, 27 anos, designer de informações)

Nossa pesada essa pergunta, pausa longa, eu vou responder pela conjuntura política e econômica do país nesse momento, as coisas estão absurdamente caras, não dá para viver sem um plano de saúde, sem uma alimentação orientada, então, o custo de vida hoje é muito mais caro, então, eu acho que largar minha vida profissional seria contribuir para a falta de cuidar do outro, não seria uma atitude de amor, não vejo que amor vai exigir de mim ou dele que nós larguemos as nossas vidas profissionais, isso já foi um romance de outros tempos, ocorria na relação heterossexual onde a mulher detinha o dever de cuidar da casa e o marido saía para ganhar o dinheiro e sustentar a família. (Augusto, 30 anos, funcionário público)

Acho que dá para conciliar, não é necessário abandonar a vida profissional. O trabalho é necessário. (Armando, 35 anos, professor)

É difícil responder essa questão, pois dá para conciliar as duas coisas. Trabalho é um complemento, não só financeiramente, se os dois fossem milionários, até seria possível pensar. (Gabriel, 33 anos, técnico de enfermagem)

Cogitamos com os casais sobre uma possível transferência profissional do seu companheiro para outra cidade. Dos entrevistados treze responderam que acompanhariam seu parceiro e dois casais responderam que não se mudariam por esse motivo.¹⁷⁰ Os que acompanhariam o consorte disseram:

Iria dar um jeito de ir junto. (Apolo, 40 anos, professor)

Iria junto. A gente sabe que professor não fica desempregado. (Enrique, 36 anos, professor)

Iria, ele estava querendo ir para o Canadá eu falei vamos se você me bancar lá vamos. Eu sou nutricionista e lá eu teria que estudar mais dois anos para depois poder trabalhar. (Magno, 40 anos, nutricionista)

A gente iria mudar. (Michel, 27 anos, designer de informações)

Eu iria junto. Mas seria complicado quando um tem vínculo público, aí eu acho que eu iria tentar ficar indo e voltando, ou tiraria uma licença, algo do tipo, mas se fosse só um emprego, mesmo ganhando bem, eu deixaria, pois empregos vão e vem, e a pessoa da sua vida não vai e vem, então eu iria junto. (Alexandre, 27 anos, administrador)

Risos, ele trabalha no Rio e eu aqui em Campos. Se não desse para conciliar eu mudaria. (Armando, 35 anos, professor)

Se ele for transferido para outro estado eu vou com ele, vamos chegar a um senso comum, eu jamais vou abandonar o meu

¹⁷⁰ Os casais que se mudariam foram: casal 1, casal 2, casal 3, casal 4, casal 6, casal 7, casal 8, casal 9, casal 10, casal 11, casal 13, casal 14 e casal 15. Os que responderam que não acompanhariam: casal 12 e casal 5.

relacionamento de seis anos, que foi construído e estabelecido, por conta de vida profissional, vida profissional você faz onde estiver, você consegue resolver isso. (Gabriel, 33 anos, técnico de enfermagem)

Os que não acompanhariam expuseram:

Eu não aceitaria, já temos uma vivencia de eu morar em outra cidade, embora próximos, já há muitos problemas, se for longe, não aceitaria. (Paulo, 36 anos, produtor artístico)

Não (João, 41 anos, professor)

Hoje eu não faço mais isso de jeito algum, por dinheiro nenhum, se ele for para outra cidade eu fico. (Eros, 34 anos, cabeleireiro)

Isso já aconteceu, nós morávamos no Rio de Janeiro e eu aceitei uma proposta de trabalho aqui (Campos), eu vim e ele ficou um mês sozinho no Rio e depois ele veio, muito a contragosto, mas veio. Mas se ele receber uma proposta de trabalho em outro lugar pensaria se me mudaria. (Zeus, 34 anos, funcionário público)

Refletir sobre as respostas emitidas pelos casais às indagações feitas, nos permite identificar que há contradições nas falas. No geral, todos os entrevistados atribuem significativa importância à vida profissional. Entretanto, as respostas em relação à deixarem a esfera profissional para se dedicarem ao relacionamento fraturou essas informações. A análise das respostas dos sujeitos que acompanhariam seus pares em caso de uma possível transferência profissional para outra cidade é significativa e nos possibilita ponderar que há um tensionamento dos valores tradicionais de gênero. De forma geral, podemos denotar que, essas informações, nos possibilitam deduzir que esses sujeitos, em alguma medida, fissuram os valores tradicionais da masculinidade. Esse fato pode ser explicado pelos estudos, contemporâneos, dedicados a compreender a identidade masculina. Observamos, hoje, o que muitos autores denominam de crise da masculinidade. Tal crise coloca em xeque o papel tradicional dos homens e possibilita repensar a masculinidade. Badinter faz uma análise histórica da crise do discurso

tradicional de masculinidade. Segundo a autora, na França do século XVIII houve um processo de feminização dos costumes e dos homens:

O Século das Luzes representa um primeiro corte na história da virilidade. É o período mais feminista da história francesa, antes da época contemporânea. Por um lado os valores viris se esmaecem, ou pelo menos não são mais ostentados. A guerra na tem mais a importância e o *status* de outrora. A caça tornou-se uma distração. Os jovens fidalgos passam mais tempo no salão ou na alcova das mulheres do que exercitando-se nos quartéis. Por outro lado, os valores femininos se impõem no mundo da aristocracia e da alta burguesia. A delicadeza das palavras e das atitudes suplanta as marcas tradicionais da virilidade. Pode-se dizer que, nas classes dominantes, o unissexismo derrota o dualismo oposicional que habitualmente caracteriza o patriarcado.¹⁷¹

Na Inglaterra, no período da Restauração inglesa, entre os anos de 1688 e 1714, pode-se também identificar, segundo Badinter, uma crise da masculinidade. As mulheres inglesas solicitaram naquela época liberdade e igualdade sexual, ou seja, o direito ao orgasmo. Criticaram também os casamentos realizados por acordos familiares, reivindicando o direito ao amor.¹⁷²

Durante a Revolução Francesa, em 1789, as mulheres reivindicaram a igualdade entre os sexos, denunciaram a exclusão das mulheres da cidadania moderna. Entretanto, os filósofos do Iluminismo restabeleceram a ordem dos papéis tradicionais de gênero. Através de discursos ideológicos, como o do pensador Rousseau, buscavam relegar as mulheres ao mundo doméstico, alegavam que fora dele as mulheres eram perigosas para a ordem pública. Tais discursos se consolidaram com a promulgação do Código Napoleônico e foi ratificado pela ideologia biomédica do século XIX, que consolidou o lugar social da mulher no âmbito doméstico. Tal ideologia só seria questionada, profundamente, na segunda metade do século XX.¹⁷³

Pedro Paulo de Oliveira observa que a partir do incremento do movimento feminista e do movimento *gay* um outro ponto de vista ganhou importância

¹⁷¹ BADINTER, Elisabeth. XY Sobre a identidade masculina. *Op. cit.*, p. 14.

¹⁷² Idem, p. 13.

¹⁷³ Idem, *ibidem*, p. 14-15

nas discussões sobre masculinidades. Uma nova visão procurou mostrar que os próprios homens não eram apenas algozes, mas também vítimas de sua própria dominação. O autor acredita que as transformações ocorridas nas relações de gênero foram, em grande parte, resultados da reestruturação do modo de produção capitalista e do mercado.¹⁷⁴

Neste sentido, Nolasco buscou refletir acerca da masculinidade contemporânea, a partir de entrevistas realizadas com um Grupo de Homens de classe média, com idade entre 25 e 35 anos, no período de 1984-86, no Rio de Janeiro. Os homens eram convidados a falar sobre suas vidas, sua maneira de perceber e sentir o mundo. O que se identificou, com destaque, nas reuniões, foi a tensão, a angústia, a solidão e o sofrimento dos homens ao falar do significado de ser homem, de sua relação com o pai, o desprezo pelas suas emoções nas escolhas profissionais e afetivas, a competição em todas as esferas da vida, o trabalho como base de sua identidade e a dificuldade de se relacionarem com outros homens. Ao relatarem suas vidas, esses indivíduos se depararam com o modelo de masculinidade viril – o machão –, embora não se identificassem com tal modelo enfatizavam que recebiam estímulos da família, da escola e das relações sociais, que os faziam adotar os modelos viris e agressivos na vida cotidiana. Neste sentido, evidencia-se uma intensa preocupação dos homens em não fugir do estereótipo do machão. As entrevistas, realizadas com o Grupo de Homens, apontaram que a delimitação e a dinâmica da masculinidade estão representadas no estereótipo do macho viril. Entretanto, verificou-se, também nessas entrevistas, que há um esforço desses homens em encontrar um modelo diferente do viril, em que eles estejam autorizados a experimentar novos sentimentos e novos valores e projetos para suas vidas. O autor buscou analisar e problematizar de que maneira a sociabilidade dos homens molda suas sensibilidades, seus desejos, suas experiências e seus valores para se enquadrar no modelo viril, e com isso apontar as bases para um modelo de masculinidade alternativo ao estereótipo do machão. Assim, a discussão feita pelo autor dá legitimidade ao *novo homem*, aquele que rompe, gradativamente, com as amarras do estereótipo do machão, da solidão afetiva e sentimental.¹⁷⁵

¹⁷⁴ OLIVEIRA, Pedro Paulo. OLIVEIRA, Pedro Paulo. *A construção social da masculinidade*. São Paulo : Tese de Doutorado (USP), 2002 p. 81.

¹⁷⁵ NOLASCO, Sócrates. *O mito da Masculinidade*. Rio de Janeiro : Rocco, 1993.

Dessa forma, o discurso da masculinidade tradicional, em que aos homens cabiam as certezas, a inscrição no espaço público como lugar de fala e reconhecimento e às mulheres, o privado, tem sofrido ranhuras o que indica que todas as identidades de gênero são construídas socialmente e portanto flexíveis. As identidades masculinas devem ser constantemente reafirmados devido às expectativas sociais sobre o que é ser um homem: independente, vencedor, provedor familiar, inexpugnável e indestrutível.

Ao afirmarem que há uma crise do masculino, os autores dedicados ao estudo dessa temática, apontam para as mudanças sofridas na construção de identidades de gênero. Segundo suas análises há uma ruptura com os valores tradicionais de gênero, tidos como estáveis, fixos e bem delimitados sobre o masculino, buscando-se evidenciar suas contradições e paradoxos. O conceito de crise do masculino nos possibilitou pensar as mudanças nos antigos referenciais que serviram de normatizadores do gênero, que definia os lugares que cada um deveria ocupar como homens e mulheres. Cabe ressaltar, que a expressão crise do masculino não significa que sua a posição gênero hegemônico esteja em declínio, nem uma definitiva ruptura com o masculino tradicional, mas a possibilidade de identificar outras formas de vivenciar o masculino e novos arranjos de gênero. As falas de nossos interlocutores demonstram que as suas experiências de construção da identidade homossexual masculina apontam para outros modelos do masculino. Os estudos acerca da masculinidade devem atentar para as múltiplas masculinidades, para os modelos alternativos à masculinidade tradicional. Essas masculinidades alternativas ganham legitimidade, dentro das possibilidades singulares de cada cultura. Dessa forma, os discursos de nossos entrevistados apontam para as nuances entre o masculino tradicional e o novo que se desenha.

Perguntamos aos casais como costumam resolver os conflitos do relacionamento e quais os desacordos mais comuns entre eles. Nesse tópico as respostas mais comuns foram os desacordos por conta da divisão das tarefas domésticas, ciúmes, discordância de opinião sobre determinado tema, ou seja, os desafios mencionados por Badinter e que segundo ela, os casais modernos enfrentariam. Vejamos algumas respostas:

No início sim, e nos conflitos, sempre tinha muito álcool envolvido. Hoje é mais debate sobre coisas gerais, algumas discordâncias de coisas gerais. De manutenção do apartamento,

por exemplo, não somos neuróticos em nada, com limpeza e tal. Eu acabo pegando algumas empreitadas mais pesadas, eu conserto coisas ele não. (Apolo, 40 anos, professor)

No começo nós tínhamos mais conflitos, bastante. A própria abertura do relacionamento não era uma questão que eu aceitava, não achava normal e não estava muito afim. A resolução era muitas vezes eu dar uns 'bafos', caíamos na porrada mesmo. Nas primeiras brigas você fica deprimido, mas quer ficar junto ver as qualidades do parceiro, então, deixa o tempo passar e conversa. Atualmente não temos muitos conflitos. Até porque não acreditamos que uma relação tem de ser conflituosa. Tem gente que acha que isso é normal, mas não achamos que tem de ter conflitos, queremos viver em paz. No começo nós não conseguíamos. Mas hoje conseguimos e preferimos assim, resolvemos a questão doméstica, buscamos fazer as tarefas que cada um se sente mais apto a fazer, pois se isso fosse um conflito a relação não duraria. O diálogo é muito importante na nossa relação. (Enrique, 36 anos, professor)

Conversando. A gente já teve brigas homéricas e superamos todas elas conversando. É aquilo se você gosta, como a definição de amor, o que é amor? Não é uma coisa docinha, um mar de rosas, não é isso. Pelo contrário você amar alguém também tem os problemas. São duas pessoas diferentes e pensam diferente, e que tem conflitos. A gente tem conflitos, as vezes um grita com o outro, fica de bico, não se fala, fica dois dias sem se falar direito, depois senta, quando está mais calmo e pergunta vamos conversar? (Magno, 40 anos, nutricionista)

Com paciência, depois de alguns dias ou de dormir. Hoje não temos tido muitos conflitos, quando tem é em relação à casa, a conta que atrasou, orçamento que não fechou, coisas sujas na pia, roupa em cima do sofá. Hoje brigamos por coisas corriqueiras, que nem são brigas, a gente discute na verdade. A gente já brigou muito por questão de outras pessoas, ciúmes já foi motivo de muita briga, recadinho no celular já foi motivo de briga. (Michel, 27 anos, designer de informações)

A gente briga bastante, num casal, um sempre tem a personalidade mais forte e o outro mais fraca, independentemente de ser heterossexual ou homossexual, e não é que seja mais fraco, mais acaba se curvando mais, e aqui os dois tem personalidade muito forte, então, a gente acaba se bicando muito, mas eu sempre tento fazer as pazes, ele é mais turrão demora mais, quando você briga, depois do turbilhão você tem que voltar e pensar no porquê você está com essa pessoa, desde o início, o amor a ela, e aí você vai e fala: têm defeitos, mas as qualidades superam. Os motivos das brigas aqui não são por ciúmes, são mais devido ao cotidiano da casa, convívio, a

gente briga por roupa largada na casa, quem não fechou alguma coisa, deixou porta aberta, um não quer dirigir, e quando o outro dirige diz que jogou o carro no buraco, essas são nossas brigas mais comuns, e eu que tenho que fazer as pazes, se depender dele ficamos seis dias sem se falar. (Alexandre, 27 anos, administrador)

Dialogando muito, exaustivamente, e é chato isso, ai quando eu estou cansado de dialogar eu tenho assumido uma estratégia; eu fico quieto na minha e espero o tempo passar, ai chega uma hora o tempo passa e as coisas voltam ao normal. O que nos causam mais conflito são os pontos de vista; eu tenho um ponto de vista 'x' sobre determinada situação ele tem um ponto de vista 'y', e ambos acreditam ferrenhamente que só o seu ponto de vista, está adequado para aquela mesma situação, isso é um ponto de conflito constante. (Augusto, 30 anos, funcionário público)

Eu perdoo sempre, o Zeus nunca pede perdão. Eu estou sempre ali pedindo desculpa, pelo meu erro, mesmo estando certo eu peço desculpa, porque senão ele não aceita. Em geral nossas brigas são por ponto de vista diferente, como a opinião sobre uma pessoa. E em grande parte eu estou sempre certo e ele sempre errado. (Eros, 34 anos, cabeleireiro)

As respostas à pergunta sobre como gerenciam os conflitos do cotidiano e os motivos dos conflitos nas relações parecem nos fornecerem subsídios para apontar para relações mais igualitárias entre os companheiros. A historiadora Badinter, ao analisar as relações amorosas entre homens e mulheres considera que na contemporaneidade elas passam por mudanças e tendem à equidade. Segundo a autora: “o amor só se exprime por provas, e sua sobrevivência se alimenta de reciprocidade. Se não queremos vê-lo perecer, é preciso portanto negociar constantemente entre suas pulsões egoístas e o seu desejo de manter a união viva”.¹⁷⁶ A autora atenta para os novos arranjos nas relações entre homens e mulheres, como a redistribuição da divisão sexual do trabalho e a redefinição do modelo de masculinidade. Nesse sentido, a autora considera que relações igualitárias são pautadas no diálogo e no respeito mútuo dos parceiros. Nos baseando nos argumentos de Badinter e nas falas de nossos entrevistados percebemos que o diálogo é a forma hegemônica para resolução dos seus conflitos. Mesmo que haja barganha de

¹⁷⁶ BADINTER, Elizabeth. Um é o outro; relações entre homens e mulheres. Op. Cit. P 273

interesses entre os parceiros é significativa uma certa igualdade entre os cônjuges. No capítulo seguinte verificaremos como os casais dividem as tarefas domésticas.

TABELA 1: PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CASAIS

IDADE	COR (AUTODECLARAÇÃO)	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	RENDA	PROFISSÃO DO PAI E DA MÃE	TEMPO DE UNIÃO	RESIDÊNCIA
CASAL 1							
40	BRANCO	SUPERIOR	PROFESSOR	R\$ 4.000	AGRICULTOR / DO LAR	8	ALUGADA
36	BRANCO	SUPERIOR	PROFESSOR	R\$ 4.000	REPOSITOR ESTOQUE / DO LAR		
CASAL 2							
27	PARDO	SUPERIOR	DESIGNER	R\$ 7.000	CAMINHONEIRO / COMERCIÁRIA	5	PRÓPRIA (EM NOME DOS DOIS)
38	BRANCO	SUPERIOR	NUTRICIONISTA	R\$ 7.000	COMERCIANTE / DO LAR		
CASAL 3							
27	PARDO	SUPERIOR INCOMPLETO	ADMINISTRADOR	R\$ 4.000	ENGENHEIRO / ADVOGADA	2	PRÓPRIA EM NOME DE UM
23	BRANCO	SUPERIOR INCOMPLETO	ADMINISTRADOR	R\$ 4.000	AGRICULTOR / DO LAR		
CASAL 4							
64	BRANCO	SUPERIOR	ENGENHEIRO	R\$ 1.500 + INVESTIMENTOS	ENGENHEIRO / PROFESSORA	10	ALUGADA
29	NEGRO	SUPERIOR	PSICÓLOGO		DESCONHECIDO / CAIXA DE SUPERMERCADO		

CASAL 5	40	BRANCO	SUPERIOR	VETERINÁRIO	R\$ 5.000	TÉCNICO ELETRÔNICA / PROFESSORA		PRÓPRIA
	36	PARDO	SUPERIOR	PROFESSOR	R\$ 12.000	CARPINTEIRO / DO LAR	2	PRÓPRIA
CASAL 6	44	MORENO CLARO	SUPERIOR	CONTADOR	R\$ 3.000	GARÇON / DO LAR		PRÓPRIA EM NOME DOS DOIS
	46	MORENO CLARO	ENSINO MÉDIO	MOTORISTA PARTICULAR	R\$ 2.000	MOTORISTA / AUX. SERV. GERAIS	15	
CASAL 7	31	BRANCO	SUPERIOR	ANALISTA DE SISTEMA	R\$5.000	TESOUREIRO / SECRETÁRIA		ALUGADA
	37	BRANCO	MÉDIO	RADIOLOGISTA	R\$1.300	DESCONHECIDO / AUX. DE DENTISTA	7	

TABELA 1: PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CASAIS

	IDADE	COR (AUTODECLARAÇÃO)	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	RENDA	PROFISSÃO DO PAI E DA MÃE	TEMPO DE UNIÃO	RESIDÊNCIA
CASAL 8	37	BRANCO	MESTRADO	FARMACÊUTICO	R\$7,000	TÉC. ELET. / DO LAR	7	PRÓPRIA EM NOME DOS DOIS
	37	BRANCO	PÓS GRADUADO	PROFESSOR	R\$4,000	DIRETORES DE ESCOLA		
CASAL 9	21	NEGRO	SUPERIOR INCOMPLETO	ESTUDANTE DE NUTRIÇÃO	SEM	COMERCIANTE / DO LAR	4	ALUGADA
	39	NEGRO	MÉDIO	TAXISTA	R\$2,000	COMERCIANTE / DO LAR		
CASAL 10	36	NEGRO	SUPERIOR	JORNALISTA	R\$4,000	COMERCIANTES	4	PRÓPRIA EM NOME DOS DOIS
	30	NEGRO	SUPERIOR INCOMPLETO	FUNC. PÚB. TÉC. ADMINISTRATIVO	R\$5,000	SERVIDORES PÚBLICOS		
CASAL 11	35	BRANCO	SUPERIOR	PROFESSOR	R\$5,000	CONTADOR / CONTROLADORA DE VOO	6	PRÓPRIA EM NOME DOS DOIS
	33	PARDO	SUPERIOR INCOMPLETO	TÉC. DE ENFERMAGEM	R\$1,800	PEDREIRO / DO LAR		
CASAL 12	34	BRANCO	MÉDIO	CABELEREIRO	R\$5,000	SERVENTE DE PEDREIRO / DO LAR	4	ALUGADA
	34	BRANCO	SUPERIOR	FUNC. PÚB. TÉC. ADMINISTRATIVO	R\$5,000	FUNC. PÚB. AUX. ADMINISTRATIVO / DO LAR		

CASAL 13	52	PARDO	SUPERIOR	FUNC. PÚB. TÉC.	R\$5,000	MILITAR / DO LAR	21	ALUGADA
	44	PARDO	MESTRADO	ADMINISTRATIVO PROFESSOR	R\$7,000	COMERCIÁRIO / DO LAR		
CASAL 14	38	BRANCO	MÉDIO	ASSIS. ADMIN.	R\$1,500	COMERCIANTE / AUX. DE ENFERM.	5	PRÓPRIA EM NOME DE UM
	30	PARDO	MÉDIO	AUX. ADMIN.	R\$800,00	VENDEDOR / TRAB RURAL		
CASAL 15	41	BRANCO	SUPERIOR	PROFESSOR	R\$3,000	FUNC. PÚB. AUX.. ADMINISTRATIVO/ DO LAR	4	PRÓPRIA EM NOME DE UM
	37	PARDO	SUPERIOR INCOMPLETO	PRODUTOR ARTÍSTICO	R\$2,000	AGRICULTOR / DO LAR		

CAPÍTULO IV: Entrando no arco-íris: conhecendo a divisão sexual do trabalho entre casais homossexuais.

A divisão sexual do trabalho sustenta a ordem tradicional de gênero como vimos no primeiro capítulo do nosso trabalho. Para conhecer como os casais homossexuais dividem as tarefas domésticas, indagamos como é elaborada a divisão das atividades do lar e como gerenciam o orçamento doméstico. Verificaremos como cada casal organiza essas questões:

Casal 1: Apolo e Enrique explicaram como organizam a vida financeira do casal:

Funciona assim: deu o mês, caiu nossos salários, a gente vai programando as contas, vamos fazendo manobras financeiras com as duas contas para ir fechando as contas. Não deu para pagar um cartão inteiro, a gente vê qual vai pagar menos juros e não paga inteiro. (Apolo, 40 anos, professor)

Atualmente não há diferença de renda entre a gente. Mas Apolo já ganhou mais do que eu durante muito tempo e num futuro próximo eu vou ganhar mais do que ele. E nós não pensamos nisso. Nós não dividimos dinheiro e não temos crise com isso. A gente pensa que dinheiro existe para nos fazer viver bem, então, se estamos com vontade de fazer alguma coisa a gente faz, é claro que tem coisas que não dá para fazer, tipo viajar para Europa. Mas se o orçamento apertou, e tem de fazer um empréstimo, que é uma coisa que a gente já fez muito e queremos deixar de fazer, fazemos assim, se está mais fácil fazer na conta dele faz, se na minha, faz na minha. A gente não fica contando o que é dele ou o que é meu, não tem essa divisão. (Henrique, 36 anos, professor)

Sobre o cotidiano da casa e a divisão das tarefas domésticas diárias indagamos: Quem cozinha? Quem lava a louça, limpa a casa e retira o lixo (cozinha e banheiro); quem faz o supermercado? Quem passa roupas? Quem organiza o guarda-roupa? Quem limpa a geladeira e o fogão? Quem verifica se há necessidade de comprar

novos eletrodomésticos, utensílios domésticos, roupa de banho, cama e mesa? Quem decora a casa? Vocês compram roupas juntos ou separados?

Agora eu tenho cozinheiro mais, por causa do mestrado dele, e por conta de eu cozinhar, acabo lavando mais louça. Deus passa roupa, eu organizo o guarda-roupa, limpo geladeira e fogão, eu cuido da reposição dos utensílios domésticos, quando ele faz erra. Decoração da casa eu faço. Roupa, saímos juntos para comprar. As vezes um prova uma roupa o outro nem prova porque sabe que vai ficar bem nos dois. (Apolo, 40 anos, professor)

Eu cozinho mais, mas o Apolo cozinha melhor. Louça eu lavo mais... Eu retiro o lixo, eu faço o supermercado, passar roupas Deus, coisas para casa eu compro tudo errado, compramos roupa juntos. Ou quando a gente viaja para ter coisas diferentes do que se teria aqui é assim que costumamos fazer. (Henrique, 36 anos, professor)

Casal 2: Magno e Michel relataram que dividem as contas que consideram comum ao casal, mas há aquelas que são individuais, que ficam sobre a responsabilidade de quem as contraiu. Os investimentos são feitos de forma individual, só fazem em conjunto quando for algo que os beneficiem. O apartamento do casal é próprio e em nome deles. Possuem conta bancária em conjunto. Sobre uma desigualdade de renda entre os parceiros afirmaram que ela interferiria na relação e argumentaram:

Eu gosto de viajar e isso não é barato, viagens são caras, a gente nem liga muito para conforto e roupas caras, mas gosto de viagem, se a pessoa ganhasse pouco, iria ser difícil bancar duas pessoas em uma viagem. Então, a diferença salarial impacta sim, no relacionamento. Mas, assim, se eu ganhasse o suficiente para bancar os dois, não teria problema não, mas eu acho importante que os dois estejam equiparados em salário, para não ter conflito. Quando a gente se conheceu, eu ganhava mais que ele, então, eu pagava a maioria das coisas e não me importava, porque ele fazia por onde, melhorar o conhecimento dele, a educação dele, para conseguir ganhar mais, portanto, hoje está equiparado. (Magno, 38 anos, nutricionista)

Se for uma situação temporária não é um problema, se for uma situação permanente eu vejo como problema. Mesmo que você conheça uma pessoa que tenha renda menor, mas que você veja que ela tem capacidade e busque melhorar de renda, melhorar de vida, pois senão fica complicado, por mais que você tenha dinheiro, não se importe em pagar, em algum momento isso vai gerar algum atrito, porque a gente tem uma relação muito forte com o dinheiro, porque ele representa uma questão de liberdade e poder, então, se você depende muito de uma pessoa, você acaba se tornando omissa, tipo eu não vou falar nada porque dependo de fulano, então, isso pode acabar sendo um problema. (Michel, 27 anos, designer de informação)

O casal explicou como dividem as tarefas domésticas. Eles não possuem empregada. Michel afirmou que cozinha. A louça é lavada na máquina e as que não são apropriadas ficarão esperando até que um deles se incomode e lave. Magno disse limpar o fogão e a geladeira. A limpeza da casa e a retirada do lixo relataram ser feita quando a lixeira está cheia e não se pode colocar mais nada, e quem verificar recolhe o lixo. Eles relataram que não passam as roupas e também não costumam organizar o guarda-roupa. Disseram que cada um possui um lado no armário onde amontoam seus pertences. Alertaram que ao abrir uma das portas do guarda-roupa há o risco de cair tudo por cima. Supermercado fazem juntos. Magno é quem verifica se há necessidade de comprar novos eletrodomésticos, utensílios, roupa de banho, cama e mesa. É ele quem decora a casa. Compram roupas juntos. Após essa explicação pedimos para que dissessem quantas horas gastavam com a feitura das atividades domésticas. Eles contabilizaram que gastavam cada um uma média de três horas por semana.

Casal 3: Alexandre e César o casal afirmou que dividem as contas, que somavam os rendimentos auferidos por eles. Não possuíam contas bancárias em conjunto. Entretanto, o casal riu ao comentar essas questões. Alexandre disse gastar sem se limitar ao orçamento, o que para César era um problema, pois desequilibraria tudo o que se havia planejado. O apartamento do casal é próprio e está em nome de Alexandre, que disse não haver problemas para eles em relação a isso. Enquanto César permaneceu em silêncio seu parceiro comentou:

Própria, é minha. Quando ele veio morar aqui, eu já possuía o apartamento, mas eu acho que ele julga que a casa também é dele, ele sabe que não está apenas morando aqui, ele sabe que a casa é dele também, ele sabe que minha família o aceita muito bem e se houvesse algum problema tenho certeza que ninguém o tiraria daqui, até porque ninguém tem avidez por esse apartamento, ninguém precisa desse imóvel, meus familiares nem vem aqui, não porque não nos aceitam, mas porque cada um já tem sua casa. Eu acho que se qualquer coisa acontecer comigo eles não tirariam o César daqui, eles lidam bem com isso, a casa hoje é dos dois, eu já viajei e ele ficou aqui, ele responde pela casa também, há várias contas no nome dele, então, assim, a casa está só no meu nome, mas há vários casais que a casa está só no nome de um, mas para isso hoje há o reconhecimento da união estável, então, ele sabe que se correr atrás ele vai ter o direito, ele não vai precisar chegar a esse ponto, mas ele sabe que a casa também é dele. (Alexandre, 27 anos, administrador)

Seguindo as falas sobre orçamento e renda, os dois consideram que a desigualdade de renda interfere na vida de um casal:

Acho que interfere bastante, pois se um ganha muito mais que o outro, quem ganha menos vai se sentir subestimado, desprezado, ou então, você naturaliza essa desigualdade, por exemplo, o marido ganha quarenta mil e a esposa é dona-de-casa, agora quando os dois trabalham e um ganha trinta mil e o outro mil, vai dar problema. E para além de quem tem mais ou menos dinheiro você tem de ver o impacto disso. Por exemplo, você tem três filhos e possui uma empresa quem criou esses filhos? Mesmo possuindo empregada, alguém tem que fazer determinados cuidados como levar, ao médico, ir à escola, dar banho e cuidar, então os dois construíram aquilo juntos. Entre nós dois, isso não teria problemas, pois nós dividimos tudo, quem controla o dinheiro é o César. (Alexandre, 27 anos, administrador)

Acredito que haverá problemas, dependendo de que forma e se porta dentro do relacionamento. Quando o que tem mais renda, joga na cara do outro que tudo que foi construído é dele? Quando não existe isso, o relacionamento é tranquilo. (César, 23 anos, administrador)

No cotidiano do lar, Alexandre afirmou cozinhar e cuidar da decoração da casa e César lavar a louça, limpar o fogão e a geladeira. Afirmaram que fazem supermercado juntos e organizam juntos o guarda-roupa. Entretanto, na hora de recolher o lixo há conflito como expressaram:

A gente briga muito, por exemplo, temos uma lixeira grande na área de serviço para jogar lixos secos, como garrafa de suco, ele vai lá quando há duas caixas de suco e recolhe todo o lixo. (César, 23 anos, administrador)

Eu tenho horror a lixo dentro de casa, então, quando eu vejo jogo tudo fora. (Alexandre, 27 anos, administrador)

O casal relatou que na hora das compras de utensílios domésticos, eletrodomésticos e roupas há conflito entre eles. Alexandre afirmou que seu companheiro é pão-duro, que não acha necessário comprar nada, vejamos os argumentos do casal:

O César é pão-duro, eu digo que tem de comprar panela, ele não quer, não acha necessário. Eu gosto de comprar coisas para casa, tanto ornamentação, como coisas para cozinha, roupa de cama, mesa, banho e ele diz ser desnecessário. (Alexandre, 27 anos, administrador)

Porque ele é assim, ele vai num lugar, ele quer comprar tudo que tem, ele vai comprar panela, ele não compra a panela para uma finalidade, ele quer o jogo inteiro, com oito panelas, e eu sei que ele não vai usar, mas ele quer o jogo. Ele vai numa loja sai comprando coisas que não precisa, por exemplo, sungas, ele tem umas 30, então, eu não vou comprar. (César, 23 anos, administrador)

O casal possui uma diarista que vai uma vez por semana e executa as tarefas mais pesadas do apartamento. Nos demais dias, eles são responsáveis pela manutenção da limpeza e organização da casa. A diarista passa a roupa e a fiscalização do trabalho é de responsabilidade de César, que também repassa as reclamações feitas, por Alexandre, sobre o trabalho da empregada. Perguntamos se em caso de crise orçamentária, não sendo possível manter a faxineira o que fariam? Disseram que refariam a divisão das tarefas, e teriam que ter mais zelo na manutenção do apartamento, mas que isso não acarretaria grandes problemas para eles. Relataram que gastam por semana uma média de doze horas com atividades domésticas. Questionamos se algum deles já havia se sentido explorado ou diminuído na relação. Alexandre disse que se sentia, em alguns

casos, pois o César fala alto demais e é grosseiro, diz palavras ofensivas, por isso se sentia humilhado.

Casal 4: Thiago e Humberto relataram que Humberto administra as questões orçamentárias. Ele se diz equilibrado em questões diversas do relacionamento e pondera as atitudes do companheiro. Afirmaram que a desigualdade de renda só interferiria na relação se ambos permitissem. Sobre o pagamento das contas Humberto relatou:

No início eu era responsável por todo o pagamento e verificação de datas e toda essa organização, mas para que ele adquirisse experiência e maturidade, passei a dividir essa questão, mas não houve algo estabelecido, não existe você tem que fazer isso é de sua responsabilidade, essa divisão é flexível. (Humberto, 64 anos, engenheiro)

Thiago lava a louça, cozinha e limpa o fogão e a geladeira. A limpeza da casa e o supermercado é feito em conjunto. A retirada do lixo do banheiro e da cozinha não é estipulada. O casal não passa a roupa e tampouco organiza o guarda-roupa. A verificação da necessidade de comprar novos eletrodomésticos, utensílios, roupa de banho, cama e mesa, bem como a decoração da casa é feita em conjunto. Thiago relatou que tem de insistir muito para Humberto comprar novas vestimentas para ambos. Consideram que há igualdade na relação. Humberto ressaltou que há muita harmonia entre eles. Relataram que cada um gasta em média cinco horas por semana com a execução das atividades domésticas. Thiago declarou que a organização e limpeza da casa não é preponderante para ele, se não houver tempo para fazer, não gera transtorno. Diferentemente para Humberto que relatou se sentir extremamente incomodado com a desorganização. Esse fato talvez remeta ao seu estilo de vida pretérito em que sempre teve empregadas, desde a infância. Atualmente se sente desconfortável na casa em que vive.

Casal 5: Renato e Rafael organizam as tarefas domésticas da seguinte forma: o orçamento é gerenciado por Renato, bem como os pagamentos das contas, mas, ressaltaram que dialogam acerca dos investimentos e o gerenciamento do orçamento. A diferença de renda entre eles não interfere na relação e ambos acreditam que isso não afeta a vida de um casal. No cotidiano dividem equanimemente as tarefas da casa. Ambos lavam a louça, a roupa, limpam a geladeira e o fogão. Fazem conjuntamente a limpeza da casa e organizam o guarda-roupa. Rafael é quem frequentemente retira o lixo da cozinha. O casal compartilha todos afazeres domésticos como a decoração da casa, supermercado e a compra de roupa de cama, mesa e banho. A compra de utensílios e eletrodomésticos decidem e compram juntos, bem como roupas. Informaram que não passam as roupas. Após essas respostas, perguntamos se eles consideram que há igualdade na divisão dessas tarefas acordada por eles. Responderam que há uma equidade entre ambos nessa divisão. Informaram que gastam em média doze horas por semana para efetuar as tarefas do lar. Indagamos se um deles já se sentiu inferiorizado na relação. Eles responderam que nunca tiveram essa sensação, que tudo é acordado e decidido conjuntamente. Que essa divisão não interfere na vida profissional de ambos. Para o casal a limpeza e a organização da casa são importantes. Rafael ressaltou que limpa o banheiro todos os dias.

Casal 6: Germano e Paulo acordaram que toda parte financeira é de responsabilidade de Paulo. Mas os pagamentos das contas e investimentos são divididos de forma igualitária. O casal possui uma conta conjunta para qual o salário dos dois é transferido e com ela são feitos todos os pagamentos. O excedente e como será utilizado é decidido conjuntamente. Germano, jocosamente, relatou que no final do mês os dois devem de ter a mesma quantia na carteira. Indagamos se uma possível diferença de renda entre o casal interferiria na relação. Germano prontamente respondeu que sim, que não há relação sem recursos financeiros. Mas ressaltou, que houve períodos, em que um deles ficou desempregado e o outro supriu o orçamento. Paulo ponderou que o importante não é a distinção de renda em si, mas o comprometimento do casal com o projeto de vida que estabeleceram juntos. Germano informou que cozinha, limpa a geladeira e o fogão e Paulo lava a louça. Tarefas como retirar o lixo, fazer supermercado, limpar a casa são feitas pelos dois, ou por quem tiver mais folga no trabalho. A organização do guarda-roupa é de responsabilidade de cada um, pois se um mexer na parte do outro gera conflito, por haver uma lógica própria na forma como cada um dispõe as roupas e acessórios. Germano

verifica se há necessidade de comprar novos eletrodomésticos, utensílios domésticos, roupa de banho, cama e mesa. A decoração da casa é feita por Paulo, que segundo, Germano, presta atenção a detalhes, como combinar tapete com o sofá, com a cortina. Esses detalhes são coisa de ‘viadinho’ segundo ele. A compra de roupa é feita em conjunto, pois ambos vestem e calçam o mesmo número. Ao refletirem sobre a divisão dos afazeres domésticos consideraram haver igualdade na divisão das mesmas. Calculam que cada um gasta em média, oito horas por semana, para executar as atividades domésticas. A organização e limpeza da casa são muito importantes para ambos, por isso, organizam o tempo entre o trabalho e a execução das atividades do lar.

Casal 7: André e Amaro: relataram que a residência em que moram é alugada. A organização do orçamento e planejamento de investimentos é feita por André. Amaro justificou que se os dois fossem gerenciar iria gerar conflitos, então, a administração dos gastos, pagamentos de contas e investimentos fica sob a responsabilidade de André. O casal possui conta bancária em conjunto onde são depositados os salários de ambos para pagamentos de contas. Amaro narrou que quando ele utiliza o cartão para compras, em geral itens de alimentação ou limpeza, a compra é informada no celular de André que imediatamente liga para saber o que foi comprado. Amaro alega que são compras necessárias para repor a dispensa. Indagamos se eles consideram que a desigualdade de renda interfere na vida do casal. Ambos responderam que não, mas André, fez uma ressalva que dependendo do casal pode haver um desequilíbrio na relação. A divisão das tarefas do lar segundo o casal, não tem uma definição fixa. Ela é gerenciada da seguinte forma: Amaro é responsável pela limpeza da casa, da geladeira e do fogão e pela lavagem da roupa. André cozinha e passa roupa. As demais funções como lavar louça, retirar o lixo, organizar o guarda-roupa e fazer supermercado são realizadas de acordo com a disponibilidade de tempo de cada um deles. A verificação da necessidade de compra de novos utensílios domésticos, roupa de cama, mesa e banho são feitas em conjunto pelo casal. A decoração da casa é feita por André. Durante a fala do casal ambos justificavam o desempenho das respectivas funções. Amaro relatou que é neurótico com limpeza. Não pode ver poeira em qualquer objeto que já quer limpar. Quando faxina o apartamento retira todos os móveis dos lugares para limpar debaixo dos mesmos. Em relação à compra de utensílios domésticos, objetos de decoração e demais itens para a casa, às vezes é necessário muito diálogo para definir a

real necessidade de comprar e o que vai ser comprado. Amaro relatou que em várias ocasiões a decisão foi tomada por André. Perguntamos ao casal se eles consideravam haver igualdade na divisão das tarefas domésticas entre eles. André respondeu que não, e justificou que é necessária uma redistribuição desses afazeres ficando mais responsabilidades para Amaro. Declararam que em média cada um gasta seis horas por semana para executar as atividades domésticas. Para o casal essas atividades interferem na vida profissional, por não haver tempo para o lazer. Consideram que a limpeza e a organização da casa são muito importantes, delas depende a vida profissional e o bem estar no relacionamento.

Casal 8: Salvador e Sérgio relataram que no cotidiano Salvador organiza os pagamentos das contas. Entretanto, afirmaram que Sérgio é quem controla os gastos e os investimentos. A residência do casal é própria e a escritura está no nome dos dois. O pagamento das contas é dividido. Possuem uma conta conjunta para onde os salários são transferidos e então são feitos os pagamentos e investimentos. Quando sobra alguma coisa dividem em conjunto. Propusemos que o casal refletisse sobre se uma possível diferença de renda interferiria no relacionamento. Sérgio explicou que iria depender do acordo que eles tivessem estabelecido. Se essa desigualdade fosse muito grande possivelmente haveria interferência. Salvador considerou que o desequilíbrio de renda afeta o relacionamento. Segundo ele, aquele que ganha menos seria inferiorizado, não teria a mesma autonomia, como ocorre com as mulheres nos casamentos heterossexuais. Na relação atual não considera que haja uma desigualdade extrema de renda entre eles. Isso possibilita um equilíbrio nas finanças permitindo a construção de projetos em conjunto. Perguntamos ao casal: quem lava a louça, limpa a casa e retira o lixo (cozinha e banheiro); quem faz o supermercado? Quem passa roupas? Quem organiza o guarda-roupa? Quem limpa a geladeira e o fogão? Segundo o casal eles só executam essas tarefas no caso da empregada ficar doente ou se ela necessitar faltar. No cotidiano todas essas funções são de atribuição dela. A fiscalização e definição dessas tarefas é de responsabilidade de Salvador. A empregada atual foi sua babá. Presta serviços para a família há bastante tempo. Indagamos sobre quem verifica se há necessidade de comprar novos eletrodomésticos, utensílios domésticos, roupa de banho, cama, mesa e quem decora a casa. Sérgio respondeu que Salvador se responsabiliza por essas questões. Ele apenas emite opinião na escolha do que vai ser comprado. Para o casal a organização e

limpeza da casa é muito importante. Para ambos quaisquer objetos fora do lugar gera desconforto e sentido de desorganização. Compram roupas separadamente. Sérgio argumentou que não se preocupa com o vestuário, pois não é ligado em moda. Só compra roupas quando observa algo que lhe desperta interesse. Salvador afirmou ser mais vaidoso e gostar de comprar roupas, de estar sempre arrumado, e que sempre ocorre de Sérgio utilizar as roupas dele. O casal considera que há igualdade na divisão das tarefas do lar entre eles. Gastam por semana uma hora com alguma atividade relacionada as questões domésticas. Trocam a areia da caixa de urina do gato que possuem, ou cozinham para receber amigos. Geralmente Sérgio faz a sobremesa e Salvador faz o prato que será servido. Costumam receber amigos para confraternizações.

Casal 9: Hélio e Elias residem em uma casa alugada. O orçamento é gerenciado por Elias, bem como os pagamentos das contas. Mas ressaltaram que dialogam sobre os investimentos e o gerenciamento do orçamento. Elias ressaltou, que quando Hélio trabalhava, as contas eram divididas igualmente, mas que decidiram em comum acordo que o mesmo se dedicaria aos estudos, pois ponderaram que no futuro ambos serão beneficiados com a formação superior. E que essa diferença de renda não interfere na relação. Elias citou que Hélio tem um cofrinho para viagens, então, todo troco de supermercado ou moedas é depositado ali. Que no cotidiano dividem as tarefas da casa. Hélio lava a louça, a roupa, limpa a geladeira e o fogão, faz a limpeza da casa e organiza o guarda-roupa. Elias retira o lixo e cozinha. O casal compartilha alguns afazeres domésticos como a decoração da casa, fazer o supermercado, a compra de roupa de cama, mesa e banho. A compra de utensílios e eletrodomésticos decidem e compram juntos, bem como roupas pessoais. Informaram que não passam as roupas. Após essas respostas perguntei se eles consideram que há igualdade na divisão dessas tarefas acordada por eles. Elias respondeu que não, que tem de ser justo. Hélio retrucou que não se sente assoberbado com essa divisão, pois em muitas noites o companheiro trabalha. Mas quando os dois trabalhavam a divisão era mais igualitária. Ambos informaram que gastam em média oito horas por semana para efetuar as tarefas do lar. Indaguei se um deles já se sentiu inferiorizado na relação. Eles responderam que nunca tiveram essa sensação. Tudo é acordado e decido conjuntamente. Que essa divisão não interfere na vida profissional de ambos. Para o casal a limpeza e organização da casa é importante. Hélio ressaltou que limpa o banheiro todos os dias. Elias considera que uma casa pode ser simples, mas se

for limpa é um palácio. Hélio relatou que as vezes se irrita com alguns desleixos por parte de Elias, exemplificou, o fato dele (Elias) não secar o banheiro após o banho. Dialogam, constantemente, sobre todas as questões do relacionamento como a privacidade de ambos por exemplo.

Casal 10: Augusto e Ricardo Relataram que organizam o orçamento juntos. Ricardo é o responsável pelos investimentos financeiros, o pagamento, das despesas do lar é dividido, segundo eles, de forma igualitária e quando há gastos extras quem está com mais possibilidade no momento assume o pagamento. Eles, ainda, não possuem conta bancária em conjunto, mas pensam em tê-la. Indaguei se uma desigualdade de renda entre um casal interfere no relacionamento. Segundo Ricardo, há uma interferência sim, independentemente de ser um casal homossexual ou heterossexual, Augusto afirmou que não considera que possa interferir. Relataram que planejam muitas viagens juntos, mas realizam poucas devido ao orçamento apertado. Os dois gostam de cozinhar. Augusto sempre lava a louça, Ricardo retira o lixo fazem e supermercado juntos. Como grande parte dos casais, ninguém passa roupa. Augusto é responsável por organizar o guarda-roupa. A limpeza do fogão e da geladeira é feita diariamente e quem cozinha fica responsável por ela. Ricardo se diz responsável por comprar os aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos para a casa. Augusto gosta de comprar utensílios e roupa de cama mesa, banho e faz a lista de supermercado, desde alimentos a produtos de limpeza. A decoração da casa é feita por Ricardo que diz ter uma veia artística. Costumam comprar roupas juntos e não possuem empregada nem diarista, sendo todas as tarefas domésticas reponsabilidade dos dois.

Casal 11: Armando e Gabriel possuem apartamento próprio. São casados legalmente. No cotidiano do casal as tarefas são divididas, segundo eles, da seguinte forma: a organização do orçamento é de responsabilidade de Armando, mas que conversam e decidem juntos sobre qualquer investimento a ser feito, mas a execução é feita por Armando. O pagamento das despesas é feito juntando-se os salários sem estabelecimento de cotas entre eles. Declararam que não possuem conta bancária em conjunto. Interessante foi Gabriel relatar que o cartão da conta bancária dele fica com Armando. O casal afirmou que a distinção de renda não causa qualquer problema entre

eles. Sobre a execução das tarefas do lar como cozinhar, lavar, limpar a casa, passar roupas, limpeza de fogão, geladeira, fiscalização de reposição ou necessidade de compra de utensílios domésticos, bem como roupa de cama, mesa e banho é responsabilidade de Gabriel. Armando retira o lixo do banheiro e da cozinha, divide a lavagem da louça e organiza o guarda-roupa. A compra de roupa e supermercado fazem juntos. Em resumo Armando disse: essas coisas domésticas são todas de responsabilidade de Gabriel. A decoração do apartamento, é decidida entre eles que conversam sobre os itens a serem comprados e o local em que ficam melhor dispostos na casa. Sobre o tempo semanal gasto na execução das tarefas domésticas, Armando contabilizou que gasta em média uma hora por semana, já Gabriel relatou, que um dia da semana é dedicado a cumprir as tarefas do lar. Questionamos se um deles já se sentiu ou se sente explorado ou diminuído na relação, os dois afirmaram que isso nunca ocorreu. Sobre as atividades domésticas afirmaram que não interferem na vida profissional de ambos. E relataram que a limpeza e organização do apartamento é muito importante para eles. Segundo Armando, o seu companheiro é muito chato com limpeza e por isso, ele fica com a parte de organização do orçamento e do guarda-roupa.

Casal 12: Zeus e Eros residem em um apartamento alugado, mas planejam comprar uma casa própria, e como toda administração financeira está sob a responsabilidade de Zeus é ele que gerencia esse investimento. Os pagamentos das contas da casa são divididas entre eles. Em caso de imprevistos financeiros, Zeus indica ao Eros a melhor forma de sanar a questão. Informaram que não possuem conta bancária em conjunto, mas pensam em fazer, após legalizarem a relação afetiva. Segundo eles uma desigualdade econômica interfere no cotidiano da relação afetiva, pois aquele que possui um menor recurso financeiro teria suas vontades e opiniões limitadas no relacionamento. O casal possui uma empregada doméstica. A seleção e definição do perfil da profissional foi realizado por Zeus. É ele quem fiscaliza a execução das tarefas da mesma. Eros fica responsável por conversar com a empregada sobre as tarefas que eles consideram terem sido mal executadas. Relataram que os dois cozinham e todas as outras tarefas são de responsabilidade da empregada. Em caso de necessidade dela faltar, ou no período de férias, as funções que ela executa passam a serem feitas por Eros. Fizemos uma conjectura, para o casal, se em caso de uma crise orçamentaria, eles tiverem que dispensar a empregada, como eles reorganizariam a execução das tarefas da casa? Responderam

que não causaria transtornos no cotidiano, pois a contratação da funcionaria é recente e antes eram eles que dividiam essas tarefas. O casal faz o supermercado juntos, bem como verificam em conjunto a necessidade de reposição de roupa de cama, mesa, banho e a compra ou troca de eletrodomésticos e utensílios domésticos. Os dois se responsabilizam pela decoração da casa e consideram ser bem criteriosos com essa questão. Em relação à vestimenta, dizem comprar roupas separadamente por possuírem estilos distintos. Sugerimos que eles ponderassem se havia equidade na divisão dos afazeres do lar. Zeus respondeu que não e afirmou que seu companheiro executava mais tarefas em casa. Eros corrobora a resposta do companheiro. Relatou que ele faz todos os serviços do lar. E que isso é de suma importância para ambos, que não conseguem conviver com qualquer tipo de desorganização. Então, pedimos que eles contabilizassem o número de horas que gastam semanalmente com a execução das tarefas domésticas. Eles relataram que no momento muito pouco. Eros, supôs que seja em torno de 5 horas semanais. Disseram que os afazeres do lar não interferiam em suas atividades profissionais. Sobre a limpeza e organização o casal relata que é muito importante, pois a desordem na casa atrai ‘energias ruins’ para a vida de forma geral. Eros relatou que já se sentiu explorado na relação, mas que não permite que isso ocorra atualmente e justificou:

No início da relação eu me sentia como uma mulher que possuía um marido, e que o marido possuía um monte de mulheres na rua. E eu em casa lavando, passando, cozinhando. Mas hoje, graças a Deus, isso não ocorre mais. Tudo mudou, tudo mudou! E mudou porque quando a gente começa a namorar uma pessoa, ficamos cego, louco e achamos que essa pessoa é tudo na nossa vida, mas o tempo passa e mostra para a gente que não é nada disso, que há outras coisas que preenchem a nossa vida e, então, passamos a mudar nossa postura em casa. (Eros, 34 anos, cabeleireiro)

Casal 13: Otavio e Flávio residem em apartamento alugado. Possuem conta bancária em conjunto e o pagamento das despesas é dividido entre eles, bem como os investimentos. Planejam fazer uma viagem ao exterior e a compra da casa própria. Para eles uma possível diferença de renda interfere na vida de um casal. Conjecturaram que aquele que tivesse menor ganho teria uma posição inferior, mesmo que isso não fosse intencional.

Flávio ressaltou que ele cozinha bem e mantém tudo organizado e limpo. Considera as atividades domésticas de suma importância. Entretanto, relatou que há afazeres, enfadonhos, como lavar e passar roupa. E mesmo quem não é profissional deveria receber um salário mensal, como por exemplo, as mulheres que se dedicam ao lar. Para Otávio o trabalho doméstico é uma importante profissão que demorou para ser regulamentada em nosso país, devido ao nosso passado escravocrata.

A divisão das tarefas do lar é configurada, segundo informou o casal, da seguinte maneira. Destacaram que possuem uma diarista que faz ‘o trabalho pesado’ como limpar geladeira, fogão e que também organiza o guarda-roupa. No cotidiano é Flávio quem cozinha, faz supermercado, quem verifica se há necessidade de comprar novos eletrodomésticos, utensílios domésticos, roupa de banho, cama e mesa. Cabe a ele definir e fiscalizar as tarefas da diarista. Otávio lava a louça, retira o lixo da cozinha e do banheiro. Não passam roupa. A decoração da casa é feita em conjunto assim como a compra de roupas pessoais. Cada um gasta doze horas em média por semana para realizar essas tarefas domésticas. Após essas informações indagamos se consideravam que no relacionamento deles havia igualdade na divisão das tarefas domésticas. Ambos disseram haver equilíbrio nessa repartição. Para Otávio:

Essa divisão não foi intencional, você faz isso e você faz aquilo. Cada um foi desempenhando aquilo que gosta. (Otávio, 44 anos, professor)

Depois disso, perguntamos se já haviam se sentido explorados ou diminuídos na relação. Flávio respondeu que não, mas que em determinadas situações considera o companheiro muito prepotente, atrelou essa observação ao fato do parceiro ser professor de história que tendia a considerar tudo que pensa como verdade. Otávio relatou que nunca se sentiu inferiorizado na relação, mas que as vezes considerava que Flávio era preguiçoso. Ao indagar se eles sentem que as atividades domésticas interferem em suas vidas profissionais, Flávio respondeu que, após a adoção de três cadelas, o cotidiano ficou mais complicado de gerenciar. Ele julga haver mais dispêndio de energia para administrar essas duas esferas da vida a doméstica e a profissional. Para Otávio não há interferência de uma na outra. Para o casal a limpeza e organização da casa é de suma importância para o gerenciamento doméstico e profissional.

Casal 14: Jorge e Antônio relataram que a divisão dos afazeres domésticos é feita da seguinte forma:

Quem manda é o Antônio, eu só determino. Ele executa as questões domésticas, então, ele é quem manda, eu só determino, agora se essas determinações serão cumpridas cabe a ele decidir. Não temos conflitos nisso, pois é bem determinado, como eu trabalho mais tempo fora e com horários irregulares, não posso exigir nada. Me estresso no trabalho, em casa quero sossego, então, o que ele faz está ótimo. Essa definição ela se auto constrói de acordo com a personalidade dos pares, seja numa relação heterossexual ou homossexual, um sempre vai ter mais atitude que o outro, como minha personalidade é mais forte que a dele eu tomo a frente das coisas, então, é natural. (Jorge, 38 anos, auxiliar administrativo).

A residência do casal é própria e está em nome de Jorge, por ter sido adquirida antes da atual relação, mas ponderou que o companheiro tem os mesmos direitos de moradia. Ressaltaram que buscam adquirir uma outra residência para ser mais equânime, em caso de separação. O orçamento é gerenciado de forma conjunta, somam as duas rendas, pagam as contas e o excedente é depositado na conta poupança de Antônio. Para eles uma possível desigualdade de renda não interfere na relação. Cabe ao casal, gerenciar essa distinção para haver equidade. A divisão das atividades domésticas se configura, segundo o casal, pela disponibilidade de tempo de cada um. Quem estiver de folga ou chegar mais cedo do trabalho executa as tarefas. Entretanto é mais frequente Antônio obter mais folgas e chegar primeiro em casa, dessa forma, cabe a Antônio realizar a faxina da casa. A roupa não é passada. Jorge observou que “a luz está muito cara para isso e dá muita trabalhadeira.” Supermercado eles fazem juntos, a compra de utensílios, aparelhos eletrodomésticos, decoração da casa e roupas de cama, mesa e banho é sugerida por Antônio, mas a decisão é de Jorge que, relatou que necessita ser convencido pelo companheiro. Perguntei se o casal considerava haver equidade na divisão dessas tarefas. Jorge respondeu que não, se houvesse seu companheiro não ficaria responsável por tantas atividades. O casal não pensa ser essa uma questão que gere conflito. Jorge relatou que a limpeza e organização da casa são importantes. Ponderou que o lazer do casal deve vir em primeiro lugar. Dessa forma, se não houver disponibilidade de tempo para executar todas as atividades da casa fazem as que elegem como essenciais. Jorge afirmou que não perde seu domingo com limpeza.

Casal 15: João e Paulo possuem residência própria. João herdou o terreno e, juntos, construíram a casa em que moram, por isso ela está em nome dele. O casal organiza o orçamento da seguinte forma:

Não há um responsável, a gente conversa sobre, e vamos dando os passos de acordo com nossas possibilidades, com os ganhos. (Paulo, 41 anos, professor)

O casal não possui conta bancária em conjunto. Sobre a desigualdade de renda entre eles possuem alegações distintas:

Não há interferência na relação e quando viajamos juntos dividimos todas as despesas da viagem. (Paulo, 41 anos, professor)

Eu acredito que interfere sim a diferença de renda, principalmente, nós que temos nossas contas individualizadas. Eu acho que a partir do momento que um casal possui diferença de renda, mas se juntar as duas como uma só, não vejo essa diferença, não há problemas. Mas eu acho que quando um ganha mais e o outro menos e um passa a comer e gastar com outras coisas e o outro não pode arcar com aquele gasto, então, acredito que isso pode gerar um conflito sim. (João, 37 anos, produtor artístico)

A divisão das tarefas do lar é assim organizada: Paulo é o responsável por cozinhar, lavar a louça, retirar o lixo da casa, organizar o guarda-roupa, limpar a geladeira, o fogão e verificar se há necessidade de comprar novos eletrodomésticos, utensílios domésticos, roupa de banho, cama e mesa. As atividades que fazem de forma compartilhada segundo eles é passar roupa e ir ao supermercado, bem como comprar roupas e decorar a casa. Paulo relatou gastar em média dez horas semanais com execução dessas atividades e João cinco horas por semana. Ambos consideram que a organização e limpeza da casa é de fundamental importância para a vida profissional e mesmo afetiva. Não possuem diarista ou empregada doméstica. Perguntamos se eles consideram que há equidade nessa divisão:

Não considero haver, pois eu fico com a maior parte das atividades domésticas, atividades como trocar lâmpada e torneira, se tiver de fazer eu faço, mas no geral essas tarefas serão executadas por quem tomar a iniciativa primeiro. (Paulo, 41 anos, professor)

Depende, quando tem que fazer coisas como consertar torneira, limpar caixa da água, essas coisas sou eu que faço sempre. Se tiver de fazer outras coisas eu faço depende do momento. (João, 33 anos, produtor artístico)

Um certo clima de olhares ocorreu quando fiz a indagação se um deles, em algum momento do relacionamento, se sentiu explorado ou diminuído por alguma questão, eles responderam que:

Eu me senti! No início quando eu ganhava menos e em alguns momentos me senti explorado mesmo. (Paulo, 41 anos, professor)

Diminuído já sim, explorado não, diminuído sim, porque, não lembro da situação, mas foi quando ele decidiu ir morar e trabalhar em Macaé e construiu uma casa lá, sem a minha participação, ele foi vendo a vida dele lá, sem eu poder participar daquilo, e eu fui me sentindo diminuído mesmo, traído, me sentindo estranho naquela relação, por conta disso, parecia que eu estava sendo abandonado e ele vendo a casa dele, como se eu fosse ficar para trás, me senti confuso. (João, 33 anos, produtor artístico)

Discorreremos sobre as explicações fornecidas pelos casais, de como eles dividem as cotidianas tarefas domésticas. Pautados nessas descrições, faremos algumas considerações sobre essas falas. A partir das explicações dos entrevistados podemos considerar que essas distribuições podem ser classificadas em dois grupos os que relataram uma suposta equidade nas divisões dos afazeres domésticos e os que alegam não dividirem equanimemente essas tarefas. Nas explicações podemos identificar semelhanças que nos possibilitam tecer algumas intercessões nesses relatos para fundamentar nossa análise. Verificamos que a tarefa de passar roupa não é executada pelos casais que não possuem empregadas domésticas. O gerenciamento do orçamento doméstico é motivo de conflito entre os pares como depreendemos nos relatos de

Alexandre (casal 3), que considera seu companheiro pão-duro. Entre Humberto e Thiago, (casal 4), esse dilema também é narrado. Thiago alegou ter de convencer o companheiro sobre a necessidade de comprar algum item doméstico. Esse problema também foi observado entre os casais: André e Amaro (casal 7), que possuem uma conta bancária em conjunto e todos os gastos realizados por Amaro são questionados por André que gerencia o orçamento doméstico. As compras feitas por Amaro são informadas ao seu companheiro através do celular. Ao receber a mensagem eletrônica do débito, André liga imediatamente para o parceiro para comunicar a compra realizada. Gabriel, (casal 11), informou que seu cartão da conta do banco fica com o seu companheiro. Essa fala é demonstrativa de como a divisão sexual do trabalho entre os casais é demarcada. Antonio (casal14), relatou que a decisão de realizar alguma compra é chancelada pelo companheiro Jorge. Ao responderem ao quesito se uma suposta desigualdade de renda entre os pares acarretaria conflitos na relação verificamos que os casais Miguel e Magno, Alexandre e César, Germano e Paulo, Eros e Zeus, Otávio e Flávio e Paulo e João consideraram que o desequilíbrio de renda entre eles causaria conflitos no relacionamento. Nos calçando nas explicações sobre os pilares da divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, demonstrada no capítulo primeiro, uma apurada análise dos relatos dos casais entrevistados apontam uma possível reprodução do modelo heterossexual relacionada a gerencia do orçamento doméstico, que é um dos pilares da dominação masculina. As falas retratadas demonstram como alguns dos entrevistados ocupam uma situação de inferioridade na relação ao ter que convencer o companheiro da necessidade de realizar uma compra, o que os coloca no mesmo patamar das mulheres.

Na sequencia desses relatos, solicitamos que eles respondessem se consideravam haver igualdade na divisão desses afazeres domésticos. Identificamos que 9 casais afirmaram que há equidade e 6 pares responderam que não há paridade na divisão do trabalho doméstico.¹⁷⁷ Os argumentos dos entrevistados que concordaram haver igualdade podem ser ilustrados nas falas selecionadas:

Há igualdade porque dividimos bem essas tarefas para não pesar para ninguém, eu só entenderia essa questão na perspectiva de que trabalhei demais em casa e, ainda assim, não deixando meu trabalho profissional, ou então, chegar cansado do trabalho e ter de dar conta de todas as tarefas domésticas, como fazer um jantar,

¹⁷⁷ Os casais que concordaram haver igualdade na divisão do trabalho doméstico foram: casal 1, casal 2, casal 4, casal 5, casal 6, casal 8, casal 10, casal 12 e casal 13. Os pares que consideram não haver equidade na referida questão foram: casal 3, casal 7, casal 9, casal 11, casal 14, casal 15.

mas como revezamos sempre, não pesa para ninguém, então, não interfere. (Ricardo, 36 anos, jornalista)

Essa divisão não foi intencional, você faz isso e você faz aquilo. Cada um foi desempenhando aquilo que gosta. (Otávio, 44 anos, professor)

Há igualdade Sim! Por exemplo, está vendo esse monte de planta aqui se o Apolo não pedir para por água elas morrem. A comida do gato acabou, se eu não verificar e comprar o gato morre de fome. Entende, mas isso não foi dividido, estabelecendo regra; você faz isso e eu aquilo, não vamos por essa ideia. (Henrique, 36 anos, professor)

As falas dos interlocutores que responderam não haver igualdade foram:

Não há igualdade na divisão das tarefas domésticas, o Gabriel cuida da casa sozinho. (Armando, 35 anos, professor universitário)

Não há igualdade, mas eu gosto de fazer essas tarefas, o Armando é filho único criado por avó, então, ele não sabe fritar um ovo, eu sempre ajudei minha mãe desde criança, minha mãe fez uma cirurgia e eu tive que assumir a casa inteira, e cuidar dos meus dois irmãos, eu fazia tudo cozinhava e lavava. Éramos uma família muito humilde, não tínhamos como ter empregada, então, meu pai lavava a roupa e eu cuidava da casa, da minha mãe e dos meus dois irmãos. Mas isso não gera conflito entre nós, eu o entendo. (Gabriel, 33 anos, Técnico de Enfermagem)

Não considero haver igualdade, pois eu fico com a maior parte das atividades domésticas. Atividades como trocar lâmpada e torneira, se tiver de fazer eu faço, mas no geral essas tarefas serão executadas por quem tomar a iniciativa primeiro. (Paulo, 41 anos, professor)

Não, todos os serviços do lar foram feitos por mim. Se você está vendo tudo limpo e organizado é porque eu fiz. (Eros, 34 anos, cabelereiro)

Não há igualdade! Já, brigamos várias vezes por isso, foi motivo de muitas brigas, tipo eu estou trabalhando demais, limpo

demais, só eu lavo a louça, lavo a roupa e ele não está fazendo nada. (Michel, 27 anos, designer de informações)

Com o intuito de refinar e objetivar nossa análise sobre a divisão sexual do trabalho nas conjugalidades homossexuais, solicitamos aos casais que ponderassem se em suas relações haveriam papéis definidos. Identificamos que 10 casais afirmaram não haver definições e 5 consideram haver definição de papéis no relacionamento.¹⁷⁸ Seleccionamos algumas falas dos casais que consideram não haver definição de papéis na relação:

Não, não tem um papel definido, nós somos diferentes nas habilidades, nada a ver com gênero, tipo eu odeio ir ao mercado ele vai, coisas assim. Por exemplo, no momento Henrique faz mestrado eu não, então, eu acabo cozinhando mais limpando mais, mas isso para a gente é natural, quem tem mais tempo livre vai ter mais responsabilidade na casa é divisão mais justa nesse momento. (Apolo, 40 anos, professor)

Não, embora eu tenha mais energia, mais pique e acabo resolvendo muito mais coisa num dia do que ele. Mas tem determinadas coisas aqui em casa que eu não sou capaz de fazer. Mas quanto a essa coisa tipo papel de homem e mulher isso não tem não. Até mesmo porque a gente não gosta dessas divisões, nunca gostamos, não que a gente tenha lutado para não fazer isso as coisas foram acontecendo. A gente não gosta de ficar dividindo as coisas você faz isso eu faço isso, porque tem muitas contingências na vida. Por exemplo, ele ficou doente durante um ano e meio com problema na coluna e nós tivemos que mudar tudo, tudo que a gente gostava de fazer, todas as coisas que a gente fazia combinando ou não dentro de casa mudaram. Eu passei a ter de dar conta de tudo, tinha que fazer tudo. E se você pensa em relacionamento a longo prazo é o tipo de coisa que acontece. Eu acho que o tempo que Apolo ficou doente ensinou bastante coisa para a gente. Eu também fiquei doente um tempo uns quatro meses com uma tosse e muito fraco e ai mudou de outro jeito. E no sexo ser ativo e passivo isso tem fases, fases que um é mais ativo o outro mais passivo, tem fases outra em que é mais versátil, isso muda muito e a gente não fica pensando porque isso acontece, isso varia bastante. (Henrique, 36 anos, professor)

¹⁷⁸ Os casais que afirmaram não haver papéis definidos na relação foram: casal 1, casal 2, casal 3, casal 4, casal 5, casal 7, casal 10, casal 11, casal 13 e casal 15. Os casais que consideram haver papéis definidos no relacionamento foram: casal 6, casal 8, casal 9, casal 12 e casal 14.

Não, eu tenho a característica de liderança, mas é minha em qualquer lugar, dentro de casa fora de casa, eu tenho essa característica de tomar a frente das coisas, mas aqui não, ninguém faz nada assim, do tipo, falar quer assim e acabou. Tudo só acontece quando os dois têm concordância. (Magno, 40 anos, nutricionista)

Bom, quando a gente percebe que um de nós não está muito afim de uma coisa, a gente nem toca para frente. Geralmente, quando um propõe uma coisa e os dois aceitam o que foi proposto nos dedicamos a desempenhar. (Michel, 27 anos, designer de informações)

Tipo homem e mulher? Acho que é tudo mesclado, a parte de limpeza eu não sei fazer e faço mal, então, o César assume a parte da limpeza, cuidar dos cachorros, dar banho, catar fezes do cachorro pela casa, ele quem faz, agora a parte de dinheiro, não tem como, dizer que um ganha mais do que o outro, não tem, porque trabalhamos juntos. A questão de cozinhar, quem cozinha sou eu, pois ele não sabe fazer nada, mas não há nada muito dividido, fazemos as coisas juntos e cada um faz o que sabe fazer de melhor, por exemplo, queremos pintar a parede da sala eu não sei pintar, ele sabe pintar, eu escolho a cor da tinta, então, e ele é bom na execução, acho que aqui não tem isso de ter o provedor do tipo eu sou macho, o provedor, então, não tem isso de que eu sou o ativo e você passivo, então, um ficar em casa de avental esperando o outro. Cada um faz a quilo que se sente melhor. (Alexandre, 27 anos, administrador)

Aqui é tudo dividido, para dirigir só ele dirige, porque ele é controlador demais, então, para não brigar eu não coloco mais a mão no carro quando estou com ele, para não gerar briga. E dentro de casa também, na questão de limpeza ele não sabe fazer e não põe a mão, na questão de cozinhar, ele faz e eu não ponho a mão. Mas fazemos as coisas juntos, como, por exemplo, mercado fazemos juntos. (César, 23 anos, administrador)

Eu não vejo papéis definidos, mas considero que há uma questão de característica de cada um. Ele é mais pragmático, eu mais filosófico, então, para algumas posturas, mais de praticidade ele toma a frente e quando precisa de coisa mais subjetiva eu assumo, então, nos entendemos bem. (Ricardo, 36 anos, jornalista)

Na minha visão não há papéis definidos não, há uma mistura de responsabilidades, não definidas, a responsabilidade que um momento é de fulano de tal, no outro não é mais, essas responsabilidades são mutantes, a mesma coisa vai para um depois vai para o outro, ninguém tem posturas padrão no

relacionamento, vivemos como dois seres humanos e não como homem e mulher. (Augusto, 30 anos, funcionário público)

Não, nos dividimos bem, ele toma conta da casa, das coisas da casa, eu tomo conta dos papéis, das finanças. Mas a gente conversa bem, decide tudo junto. (Armando, 35 anos, professor)

Um papel definido não seria bem o termo, por conta de tomarmos decisões em conjunto, mas no dia-a-dia temos nossos papéis distintos, eu organizo a casa, a limpeza porque eu sempre gostei de fazer e ele de organizar as contas e os papéis, ele tem mais jeito. (Gabriel, 33 anos, técnico de enfermagem)

Não existe, não vemos essa obrigação, essa necessidade, nós buscamos dividir, compartilhar as coisas, não curtimos definições, o que ele não fizer eu faço, até na cama não temos papéis fixos. (Paulo, 36 anos, produtor artístico)

Olha não há, isso varia muito, depende da ocasião e do assunto. Quando o André está muito agitado eu assumo as questões a serem resolvidas. Outras vezes ele assume as tarefas. Eu acho que não há nada definido. (André, 37 anos, radiologista)

Alguns entrevistados emitiram respostas contraditórias, por exemplo, a fala do casal Armando e Gabriel, (casal 11), que afirmam não haver papel definido entre eles. As suas falas mostram que na realidade há papéis bem definidos na relação. Armando gerencia o orçamento e Gabriel realiza as tarefas domésticas. Isso nos remete ao clássico modelo da divisão sexual do trabalho, o público com os homens e o privado sob a responsabilidade das mulheres. Ambos consideram que essa divisão é justa, pois foi definida de acordo com as habilidades de cada um. Ao verificarmos o perfil socioeconômico do par identificamos que há uma distinção de renda, de escolaridade, de origem social e étnica. A interseccionalidade dessas variáveis revela a multidimensionalidade das identidades dos parceiros. Armando é originário de uma família de classe média, possui ensino superior, é branco e ganha mais que o seu companheiro. Gabriel é procedente de família de classe popular, cursa o ensino superior, é pardo e possui rendimento menor. Essas informações nos fornecem subsídios para uma possível explicação da desigualdade na divisão das tarefas doméstica entre o casal. As distinções demonstradas estabelecem uma hierarquia social, como demonstramos no capítulo primeiro. O perfil social de Armando se aproxima ao modelo hegemônico de

masculinidade o que lhe dá poder na relação. O exercício desse poder fica evidente no relato feito por Gabriel de que seu cartão de banco fica em posse de Armando. Essa divisão nos parece bem tradicional.

Os casais que afirmaram haver definições argumentaram:

Quando nos conhecemos ele tinha dezessete anos, então, pensei poxa é uma pessoa cheia de esperanças e sonhos. Eu já estava bastante desiludido com relacionamento, mas como ele era jovem decidi me dar uma chance. Por conta da nossa diferença de idade há algumas atribuições que são minhas, sou o provedor. (Elias, 39 anos, taxista)

Ele tem mais idade, então, mais responsabilidade. Mas não há conflitos na nossa relação por essa questão. Há muito diálogo entre nós dois. (Hélio, 21 anos, estudante de nutrição)

Zeus! Ele é o manda chuva aqui. (Eros, 34 anos, cabelereiro)

Eu acredito que não, mas como sou mais velho, acredito ter um pouco mais de experiência de vida um pouco a mais que ele. Isso penso em termos de aconselhar, mas nada que vincule a legítimar decisões sozinho. (Flávio, 52 anos, funcionário público)

Quem manda é o Antônio, eu só determino. Ele executa as questões domésticas, então, ele é quem manda, eu só determino, agora se essas determinações serão cumpridas cabe a ele decidir. Não temos conflitos nisso, pois é bem determinado, como eu trabalho mais tempo fora e com horários irregulares, não posso exigir nada. Me estresso no trabalho, em casa quero sossego, então, o que ele faz está ótimo. Essa definição ela se auto constrói de acordo com a personalidade dos pares, seja numa relação heterossexual ou homossexual, um sempre vai ter mais atitude que o outro, como minha personalidade é mais forte que a dele eu tomo a frente das coisas, então, é natural. (Jorge, 38 anos, auxiliar administrativo).

Uma variável utilizada pelos entrevistados que afirmaram haver papéis definidos na relação foi a diferença etária. Nas falas de Elias (casal 9), Hélio (casal 9) e

Flávio (casal 13), a diferença de idade foi colocada para justificar a concentração de responsabilidades por aquele que possui mais idade. Um dos pilares da dominação masculina está ancorado na diferença etária que estabelece uma hierarquia entre os homens. Os mais velhos, em geral, são considerados homens de verdade. Daniel Welzer-Lang e Maurice Godelier descreveram os rituais de iniciação dos meninos em sociedades não industriais. Nesses ritos de iniciação cabem aos homens mais velhos transmitir os valores masculinos aos meninos para que eles se tornem homens de verdade. As falas dos entrevistados de certa feita reproduzem essa hierarquia, por serem mais velhos, Elias e Flávio reivindicam maior poder na relação.

A fala de Jorge (casal 14) reproduz o clássico argumento que legitima a tradicional divisão sexual do trabalho. Para o entrevistado, o fato de possuir um emprego sem horários definidos, o isenta de preocupações com os afazeres domésticos. A feitura das tarefas do lar é de responsabilidade de Antonio. Essa divisão na percepção de Jorge é a mais adequada, pois o companheiro tem horários mais regulares, então, cabe a Antonio executar o trabalho doméstico.

Para solidificar nossos argumentos perguntamos aos casais se consideram haver profissões masculinas e femininas. As explicações fornecidas por três dos entrevistados e pelo casal dois (Michel e Magno) corroboram a clássica divisão sexual do trabalho. Vejamos os discursos deles:

A nutrição é uma profissão muito feminina, muitas mulheres poucos homens, mas elas mesmas afirmam que deveria ter mais homens, até porque muitas mulheres juntas dão problemas, tem a TPM (Tensão pré-mestrual), e os homens são mais objetivos tomam mais à frente das coisas. (Magno, 38 anos, nutricionista)

Acredito que existam profissões mais fáceis para um homem fazer e mais fáceis para uma mulher fazer. Embora diga que as mulheres são melhores em coisas detalhistas. (Michel, 27 anos, designer de informações)

Eu acho que há sim, devo ser um gay meio machista, se eu entro no avião e a comandante se apresenta: eu sou a comandante Rebeca eu vou falar: que porra é essa! Essa mulher vai derrubar o avião. Não é que a mulher faz pior, mas há profissões que são dominadas por homens e outras por mulheres. Por exemplo é raro você ver uma motorista de ônibus mulher, piloto de avião é

homem, outras profissões no geral são feitas por mulheres. Embora hoje cada um possa exercer a profissão que quiser há a questão física que os homens estão mais aptos, outras profissões exigem o manuseio, delicadeza em que a mulher vai fazer melhor. Por exemplo se eu for fazer a sobancelha e tiver um marmanjo de um metro e noventa de altura eu vou ficar assustado, eu acho que a mulher é mais delicada para isso, acho que tem coisa que tem a ver com o porte em que se encaixa melhor para um do que para outro, nada a ver com machismo ou feminismo. Como por exemplo, você tem um filho e contrata uma babá homem, isso causa uma estranheza. (Alexandre, 27 anos, administrador)

Existir existe, eu acredito que a mulher é mais minuciosa e detalhista para algumas coisas e o homem tende a ser mais, na maioria das vezes, direto. Nas indústrias que utilizam a mulher como mão-de-obra é para verificar etiqueta de produtos, para detectar falhas, detalhes, pois o homem não tem essa minúcia para detectar, quem investiga as falhas, detalhes é a mulher. (Augusto, 30 anos, funcionário público)

Se consideramos as características físicas algumas profissões não são apropriadas para as mulheres, como por exemplo, trabalhar com máquina no campo, carregar sacos de cimento, não cabem às mulheres, pois há a exigência de força física e o corpo do homem está mais propício para essas funções. (Flávio, 52 anos, funcionário público)

Buscando aprofundar o entendimento dos valores de gêneros dos referidos casais, solicitamos que definissem o que o trabalho doméstico significa para eles. Podemos considerar que os pares, embora, atribuam uma importância a essa atividade, a definiram como sendo enfadonha. Conforme evidenciamos em algumas falas:

O mal necessário. (Apolo, professor)

Eu acho um saco o trabalho de casa! (Alexandre, 27 anos, administrador)

Trabalho doméstico é uma obrigação! É necessário! É difícil você trabalhar o dia inteiro e chegar em casa e ter de cozinhar, lavar, passar e arrumar é muito cansativo. Se tivesse empregada doméstica 24 horas por dia seria ótimo. Mas na vida tudo tem um

preço e você tem que bancar esse preço. (Magno, 38 anos, nutricionista)

Trabalho doméstico é um trabalho que nunca acaba sempre que você observar tem coisa para fazer. (Gabriel, 33 anos, técnico de enfermagem)

É pensar nas questões do lar, no desenvolvimento da casa, no desenrolar das atividades, na organização, na limpeza e essas questões interferem no relacionamento, é sinal de que ele está indo bem, as pessoas estão bem, é lidar com limpeza, comida, contas. Hoje mesmo estávamos pensando em sair para fazer compras, é lidar com essa dinâmica do lar. (Paulo, 37 anos, produtor artístico)

Para entender os processos que estruturam a dominação masculina e as falas dos entrevistados transcritas é preciso refletir sobre as formas de socialização masculinas e femininas, ou seja, os processos sociais que constroem as identidades de gênero, ou, na linguagem bourdiesiana o habitus dos agentes, que funciona como um esquema de percepção, de pensamento e de ação social.¹⁷⁹ Desta forma, o processo de sociabilização dos casais homoafetivos os levam a reproduzir discursos pautados na diferença biológica entre homens e mulheres. A divisão sexual do trabalho se legitima a partir da socialização do biológico e a biologização do social, que naturaliza as relações desiguais entre os sexos.

Através das falas de nossos interlocutores, podemos refletir sobre como eles significam ou resignificam a divisão sexual do trabalho em suas conjugalidades. Isso nos permite pensar nas frestas de seus depoimentos o que poderia nos apontar alguma cisão com as ponderações dos/as autores/as citados/as, no primeiro capítulo, sobre a clássica divisão sexual do trabalho. Consideramos que os valores de gênero são reproduzidos por instituições sociais como família, escola e o estado. Bourdieu ao refletir sobre as relações homossexuais e a possibilidade de ruptura com o modelo clássico da divisão sexual do trabalho afirmou que: *No caso em que, como se dá nas relações homossexuais, a reciprocidade é possível, os laços entre a sexualidade e o poder se desvelam de maneira particularmente clara, e as posições e os papéis assumidos nas*

¹⁷⁹ De forma resumida podemos definir habitus como uma possibilidade, segundo o autor, de pôr fim à antinomia indivíduo/sociedade dentro da corrente sociológica denominada de estruturalista. A reflexão do autor nos possibilita interpretar o conceito como a capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições objetivas para sentir, pensar e agir.

*relações sexuais, ativos ou passivos principalmente.*¹⁸⁰ As falas dos casais embasam a especulação feita pelo autor. Os depoimentos dos entrevistados sobre a possível existência de profissões masculinas e femininas demonstram a misoginia e a homofobia dos casais homossexuais entrevistados, como percebemos nas falas de Magno (casal 2), Michel (casal 2), Alexandre (casal 3), Augusto (casal 10) e Flávio (13), descritas anteriormente, para afirmarem haver especificidade nas profissões masculinas e femininas atribuídas a cada sexo. Ancorados na reflexão de Bourdieu percebemos que mesmo num relacionamento entre homens existe uma relação de poder clara, pois, aquele que é penetrado sofre a dominação. O ato sexual de penetrar é uma das afirmações da ‘libido dominante’, é portanto um ato de poder. Ou seja a relação sexual é um ato simbólico de poder. A ruptura com a estrutura da dominação masculina e com o modelo clássico da divisão sexual do trabalho mesmo entre os casais homossexuais é um desafio como demonstrado nas falas dos nossos entrevistados.

As reflexões de Bourdieu são aportes para compreendermos o argumento de Magno ao afirmar que o fato de haver muitas mulheres reunidas em um mesmo setor profissional acarreta falta de objetividade na execução das atividades laborais. Segundo ele, isso ocorre devido ao que considera, (TPM), tensão pré-mestrual causada pelos hormônios femininos. Quando desempenhada por homens essas mesmas tarefas são eficientemente efetivadas, pois os homens são objetivos e ativos. A fala do entrevistado corrobora o discurso misógino que fundamenta a divisão sexual do trabalho justificada pelas diferenças biológicas presente nos corpos masculinos e femininos. Na explicação de Michel e Augusto sobre a questão mencionada anteriormente, verificamos que eles corroboram o fato de existirem profissões que requerem detalhes, minúcias e delicadeza para serem executadas. Na concepção deles tais aptidões são próprias das mulheres como se fossem uma essência do feminino. As contundentes falas de Alexandre e Flávio nos remetem ao discurso misógino que é reproduzido desde a antiguidade clássica; vejamos seus argumentos: “... se eu entro no avião e a comandante se apresenta: eu sou a comandante Rebeca; Eu vou falar: que porra é essa! Essa mulher vai derrubar o avião.” (Alexandre, 27 anos, Administrador), Flávio relatou: “Se consideramos as características físicas, algumas profissões não são apropriadas para as mulheres, como por exemplo, trabalhar com máquina no campo, carregar sacos de cimento, (...), pois há

¹⁸⁰ BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.*, p. 31.

a exigência de força física e o corpo do homem está mais propício para essas funções.” (Flávio, 55 anos, funcionário público). Como explicar essas falas? Segundo Bourdieu

O trabalho de construção simbólica não se reduz a uma operação estritamente *performativa* de nominação que oriente e estruture as representações, a começar pelas representações do corpo (o que ainda não é nada); ele se completa e se realiza em uma transformação profunda e duradoura dos corpos (e dos cérebros), isto é, em um trabalho e por um trabalho de construção prática, que impõe uma *definição diferencial* dos usos legítimos do corpo, sobretudo os sexuais, e tende a excluir do universo do pensável e do factível tudo que caracteriza pertencer ao outro gênero.¹⁸¹

Desde o mundo greco-romano, o discurso misógino era utilizado pelos filósofos, para explicar as diferenças entre os sexos. A misoginia pode ser definida como o ódio às mulheres e as atividades relegadas à esfera do privado. Como demonstramos no primeiro capítulo, (páginas 63 e 64), deste trabalho. Thomas Laqueur analisou os discursos filosóficos da antiguidade que explicavam às diferenças sexuais. Essas eram justificadas pelo denominado modelo de sexo único, no qual a mulher era um homem invertido, por falta do calor vital, os órgãos sexuais das mesmas eram internos e portanto não se equiparavam ao paradigma de perfeição que era pautado no masculino. Os homens possuíam calor vital para externalizar seus órgãos sexuais e alcançarem a perfeição. Essa explicação metafísica sustentou toda argumentação misógina para exclusão das mulheres do exercício da cidadania no mundo grego. Essa explicação foi também demonstrada por Badinter conforme apresentado no primeiro capítulo.

No período do medievo, a misoginia foi reformulada pela doutrina Cristã. Conforme os estudos desenvolvidos por Howard Bloch, Badinter e Jack Holland os teóricos da Igreja Católica, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, corroboram o papel feminino de submissão, supostamente, definido pela natureza e pelo mito de origem bíblico. Para esses pensadores a razão estava associada ao homem. A sedução, o cuidado e a capacidade para percepção dos detalhes eram atributos feminino. A filosofia medieval construiu ao mesmo tempo, o discurso da mulher sedutora, ou seja, a Eva e também a sua regeneração que é a Virgem Maria. Essa concepção ambivalente torna o feminino uma

¹⁸¹ Idem, p. 33

essência, uma abstração. Nas palavras de Bloch a filosofia cristã faz com que a mulher não seja nem a 'Esposa de Cristo' nem o 'Portão do Diabo', mas ambas as coisas que faz com que as mulheres não estejam em lugar algum, enquanto, ser discursivo. A mulher é exaltada como Virgem Maria e ao mesmo tempo é a Eva pecadora. Em ambos os casos o objetivo é o mesmo deshumanizar a mulher.¹⁸² Segundo Jack Holland a misoginia é ancorada em três poderosas correntes filosóficas:

El platonismo filosófico griego, el monoteísmo patriarcal judío y la revelación Cristiana, tal como se expresa en la afirmación de que Cristo es el hijo de Dios y que en él se encarna Dios mismo e interviene directamente em los asuntos humanos. Esta convergencia sin precedentes de aseveraciones filosóficas, místicas e históricas contribuyó a crear un poderoso sustento ideológico para el prejuicio más antiguo del mundo cuando convirtió a la concepción misma en un pecado: el pecado original. La mujer, incluso cuando se la exaltaba en forma de la Virgem Maria, se consideraba responsable, al mismo tiempo, de haber perpetrado este pecado, llevando a la caída del hombre desde el perfecto estado de gracia con Dios al horror de la realidad de ser.¹⁸³

Essa argumentação nos possibilita interpretar as falas dos depoentes ao responderem ao quesito sobre o significado do trabalho doméstico, como expusemos anteriormente. Verificamos que embora eles reconheçam a importância do trabalho doméstico os mesmos, utilizaram termos para significá-lo como: 'mal necessário', uma obrigação, enfadonho e cansativo. Essas definições estão ancoradas no discurso misógino, uma vez que os afazeres domésticos são considerados atributos próprios das mulheres. As tarefas domésticas são definidas por eles como um 'mal necessário'. Esse mesmo argumento foi utilizado por Santo Agostinho quando justificou a prostituição definindo-a como um 'mal necessário'. Para que se preservasse a virgindade das mulheres consideradas honestas era preciso que houvessem as prostitutas. Através, das falas de nossos interlocutores, percebemos como os valores de gênero se cristalizam e se reproduzem. Mesmo atribuindo importância às tarefas domésticas, os casais corroboram os argumentos misóginos utilizados desde a Idade Média em que o feminino pode ser

¹⁸² BLOCH, R. Howard. Misoginia Medieval. E a invenção do amor romântico ocidental. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1991. P. 89 - 121

¹⁸³ HOLLAND, Jack. Una breve historia de la misoginia. El prejuicio más antiguo del mundo. México. Oceano. 2010. P. 23.

exaltado, mas também rebaixado. Dessa forma, as tarefas domésticas são apreciadas e consideradas como um ‘mal necessário’, uma obrigação, são enfadonhas e cansativas.

As falas de Amaro (casal 7) e Eros (casal 12) são também pautadas por argumentos misóginos. O primeiro, evidencia o lugar de inferioridade feminina, ao afirmar indignado, que se sentia como uma mulher no relacionamento, pois realizava todo trabalho doméstico enquanto “o marido possuía um monte de mulheres na rua”. A descrição feita por Amaro ilustra as obrigações de quem ocupa o lugar feminino imposto pela divisão sexual do trabalho. O entrevistado relatou com pesar:

Desde que eu acordava eu já tinha que me preocupar com o café, o almoço, a roupa para lavar, recolher da corda, passar e já vem o jantar, a limpeza da casa, e depois tomar um banho, se arrumar e esperar o seu companheiro para jantar. Depois do jantar, ainda, lavar a louça e depois ir deitar e dar atenção ao seu companheiro. Então é uma atividade que vai da organização da casa a manutenção do próprio relacionamento. Então é uma tarefa que possui várias outras em uma só. Quando eu estava sem trabalhar fora, eu ficava o dia inteiro executando tarefas domésticas e muitas vezes se diz que quem fica em casa não faz nada, garanto que se trabalha muito mais que em um emprego formal. No final da noite ainda tinha de dar atenção ao André. (Amaro, 37 anos, radiologista)

Nas falas contundentes de Germano (casal 6) e Augusto (casal 10), identificamos igualmente a reprodução da misoginia. Ao considerarem que executam as tarefas domésticas com as mesmas e supostas destrezas femininas, buscam ao mesmo tempo desqualificar as mulheres que as realizam ao atribuir-lhes uma pretensa falta de higiene.

As mulheres hoje são porcas, anteriormente, elas eram mais dedicadas, melhores donas-de-casa, agora, estão todas no facebook, whatsapp. (Augusto, 30 anos, funcionário público)

Os homens fazem tão bem as tarefas do lar que, a panela de alumínio é melhor polida por homens, pois atualmente as mulheres estão muito ‘porcas’. (Germano, 46 anos, motorista)

A masculinização e a feminização das tarefas são construídas por processos sociais e culturais. Segundo Daniel Welzer-Lang, a dominação masculina hierarquiza as relações entre homens e mulheres. Tal dominação é produto de um duplo

paradigma naturalista, que estabelece uma hierarquia entre os gêneros.¹⁸⁴ Segundo Bourdieu e Welzer Lang os gays foram educados dentro das normas heterossexuais o que os fazem interiorizar os valores da heteronormatividade reproduzindo-os como verificado nas falas anteriores.

Pierre Bourdieu, considera que as atividades femininas quando exercidas por homens são enobrecidas, ou seja, eles atribuem para si maior eficiência na realização dessas tarefas, uma vez que toda estrutura social é ordenada pelos valores masculinos, assim, é que a ordem masculina é tomada como a paradigmática e se inscreve, não apenas nos corpos, mas nas rotinas da divisão do trabalho e até nos rituais coletivos e simbólicos. Explica o autor que quando o homem realiza uma tarefa feminina ela passa a ser enobrecida e transfigurada como relataram Germano e Augusto.³⁶

Michelle Perrot ressalta que o trabalho desempenhado pelas mulheres mesmo no mundo público é uma extensão do trabalho doméstico, ou seja, funções que sejam adequadas à “natureza” feminina. Dessa forma, as mulheres não possuem carreiras, mas trabalhos que não fujam das qualidades consideradas ‘inatas’. Elas são secretárias, empregadas domésticas, costureiras, enfermeiras dentre outras. Mesmo quando desempenham profissões masculinas como por exemplo na montagem eletrônica em que se exige precisão aguçada, as mulheres ocupam postos em que são valorizados seus atributos considerados femininos como delicadeza, sensibilidade e doçura. Os trabalhos desempenhados por mulheres são sempre temporários ou de meio expediente. Elas devem achar um equilíbrio entre os serviços domésticos e o emprego, que não rompa com a clássica divisão sexual do trabalho. Sobre o que é um trabalho de mulher Perrot nos diz:

Qualificações reais fantasiadas como “qualidades” naturais e submetidas a um atributo supremo, a feminilidade: tais são os ingredientes da “profissão de mulher”, construção e produto da relação entre os sexos. De certa maneira, estas qualidades, empregadas inicialmente na esfera doméstica, geradora de serviços mais do que de mercadorias, são valores de uso mais do que valores de troca. Elas não têm preço, em suma. Os empregadores serviram-se delas por muito tempo, mas de

¹⁸⁴ WELZER-LANG, Daniel. *A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia in Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, Vol. 09, nº 02, 2001, p. 460.

maneiras diferentes, segundo a organização do mercado de trabalho.¹⁸⁵

Elena Belloti, em *Educar para a Submissão*, pondera como os discursos de gênero são construídos em nossa cultura. Eles são inculcados desde a infância, antes mesmo do nascimento. Na análise da autora ela explica como os jogos infantis produzem as diferenças entre meninos e meninas desde os primeiros anos da infância e que vão moldando os seus comportamentos. Os meninos são, em geral presenteados com bolas, computadores, jogos eletrônicos com temáticas esportivas, construção de cidades dentre outros, brinquedos ligados à criatividade, ação e inteligência. Os presentes das meninas em geral são atribuídos ao mundo doméstico como panelinhas, bonecas, miniaturas de eletrodomésticos, adereços de beleza. Eles vinculam o feminino ao universo doméstico a valorização da beleza e do aspecto exterior, objetivando direcioná-las e prepará-las para o futuro papel de mulheres e mães.¹⁸⁶

Ao analisarmos o perfil dos entrevistados verificaremos que há distinções relativas à escolaridade, renda, idade e origem social. Entretanto eles possuem os mesmos argumentos no que se refere à divisão sexual do trabalho. Isso demonstra a força do discurso de gênero. Podemos considerar que os valores que sustentam a divisão sexual do trabalho estão presentes de forma objetiva em toda estrutura do social e são reproduzidas pelos indivíduos em suas ações e representações, ultrapassando as fronteiras de classe, escolaridade, idade e etnia.¹⁸⁷ Conforme afirmam Pierre Bourdieu, Daniel Welzer-Lang, Daniel Borrillo, Elizabeth Badinter, Helena Hirata, Danièle Kergoat a divisão sexual do trabalho é a base da dominação masculina. Essa dominação hierarquiza as relações entre homens e mulheres, bem como as relações homens/homens. Tal dominação é produto de um duplo paradigma naturalista e estabelece uma hierarquia entre os sexos.¹⁸⁸ A fala de Alexandre é contundente para demonstrar essa hierarquia, vejamos seu relato:

Eu fui criado numa casa com várias empregadas, babá, jardineiro, motorista, mas hoje isso não é mais possível, pois é caro, então, não tem como manter, por ser caro. Por outro lado, eu hoje mesmo se tivesse dinheiro não pagaria uma empregada para ficar

¹⁸⁵PERROT, MICHELLE. O que é um trabalho de mulher. *In*: As mulheres ou os silêncios da história. Op. Cit. P. 253

¹⁸⁶ BELOTTI, Elena Gianini. *Educar para a submissão – O descondicional da mulher*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

¹⁸⁷ BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.*, p. 20

¹⁸⁸ WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *In*: Estudos Feministas. Florianópolis: UFSC, Vol. 09, nº 02, 2001, p. 460.

dentro da minha casa o dia inteiro, porque o casal perde muito a liberdade, por ter uma pessoa, “estranha” dentro de casa, perde a dinâmica do casal, da família. Mas também não pode ultra valorizar a profissão, não estou dizendo que a empregada ou diarista sejam inferiores ou sub-gente, não é isso, mas hoje tem faxineira que ganha mais que secretárias, enquanto uma secretária ganha 800,00 reais, uma empregada doméstica de carteira assinada ganha 1.200,00 reais. Por que isso? Há um desequilíbrio entre demanda e procura, hoje é cada vez menor o número de pessoas que querem fazer o trabalho doméstico, por ser chato. Muita gente faz bem, mas não gosta, então, as pessoas estão pagando o preço que elas pedem, acho que está bom por aí, senão, elas daqui a pouco vão deitar na sua cama e pedir para dar uva na boca delas. Tem empregada que você não escolhe, ela vai na sua casa ver e te dá o preço, daqui a pouco elas vão querer deitar com seu marido antes de dar o preço, tá difícil. E achar uma empregada boa está difícil, mesmo pagando caro, elas vêm e fazem mal feito. (Alexandre, 27 anos, administrador)

A fala de Alexandre demonstra a intersecção entre gênero e classe. O entrevistado faz menção ao seu processo de socialização em uma classe abastada. E resignifica o trabalho doméstico na contemporaneidade, alegando que há uma supervalorização da trabalhadora doméstica a ponto delas ganharem mais que uma secretária executiva. Embora sua fala esteja ancorada em uma percepção de classe social, os valores tradicionais de gênero são latentes em seu depoimento. A suposta supervalorização do trabalho doméstico é atribuída ao fato de não haver profissionais dispostas a executar essas tarefas por serem consideradas chatas, como mencionou. E reforça seus argumentos sexistas ao dizer que hoje as trabalhadoras domésticas escolhem o local de trabalho e que em breve essa escolha será definida pela performance sexual do companheiro de quem as contrata. Assim, a fala do entrevistado desvela o desprestígio que ele atribui ao trabalho doméstico e a quem o executa. O simbólico estabelecido pela divisão sexual do trabalho atribui aos homens e ao masculino as funções nobres e às mulheres e ao feminino as tarefas e funções afetadas de pouco valor. A diferença na percepção da dominação na sociedade entre dominantes e dominados/as, se deve ao fato de homens e mulheres não terem as mesmas informações e o mesmo conceito sobre o sentido e as formas de linguagem da dominação. De maneira geral, as falas descritas nos levam a interrogar como esses casais negam a presença do feminino ao executarem as tarefas domésticas?

No modelo tradicional de masculinidade um dos principais pilares da identidade masculina está ancorado na esfera pública, ou seja, na produção. Percebemos

que há uma tensão nas falas dos entrevistados no que se refere a esses valores ao considerarem importante o trabalho doméstico, vendo-o como algo preponderante para a sustentação da esfera da produção. Verificamos ainda, que nos quesitos sobre importância da esfera profissional e em caso de uma possível transferência do companheiro, as respostas dos entrevistados como descritas no capítulo três nos possibilitam ponderar que há uma singela tensão nos valores de masculinidades tradicionais. Entretanto, há um paradoxo nas falas dos casais. Uma pista para compreendermos esse paradoxo é fornecida por, Bourdieu, em sua análise sobre a homossexualidade. Ele argumenta que essa sexualidade poderia levar a uma política ou a uma utopia da sexualidade visando a existência de uma relação sexual isenta de uma relação de poder. Bourdieu, lamenta os rumos tomados pelo movimento LGBT que por falta de vontade ou de capacidade para conduzir uma subversão radical das estruturas sociais e cognitivas que deveria mobilizar todas as vítimas de discriminação baseada no sexo (e, mais genericamente, de todos os estigmatizados), acabou por elaborar uma das mais trágicas antinomias da dominação simbólica: criou categorias de distinção, ao invés de lutar por uma nova política sexual na qual as diferenças sexuais fossem diluídas. Dessa forma, a luta interna do movimento gay não dá visibilidade ao movimento das lésbicas, bem como as travestis, as transexuais e os bissexuais. Demonstramos essas disputas no capítulo segundo deste trabalho. Tal fato levou o movimento gay a se fragmentar em movimentos políticos próprios que lutam por aspectos identitários e estratégicos para enfrentar os preconceitos de gênero no interior do próprio movimento gay, revelando que o ‘movimento LGBT’ não é homogêneo. Observamos que debaixo do grande chapéu denominado ‘movimento homossexual’ estão ocultas diversas identidades sexuais. Segundo o autor é necessário que o movimento LGBT faça uma autocrítica e não fixe a identidade gay como sendo: homem, branco e de classe média. Nesse sentido, Bourdieu fez uma importante reflexão crítica ao movimento homossexual. Questionou o porquê de mesmo após alguns anos de reivindicação, o movimento LGBT, ainda, enfrentar várias dificuldades para a garantia dos direitos aos homossexuais. A resposta lançada pelo autor é múltipla, mas o principal empecilho, argumentou o autor, está no fato de ainda predominar o sexismo entre os gays. Alertou que mesmo os militantes mais comprometidos não conseguem percebê-lo. Para ele, este fato revela a forte tradição sexista do movimento. As disputas políticas refletem formas internalizadas de androcentrismo e homofobia.¹⁸⁹

¹⁸⁹ BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.*, p.140-149.

Recapitulando as considerações de Welzer-Lang sobre a dominação masculina o autor argumenta que ela acarreta a misoginia e a homofobia que constituem uma forma de controle social que se exerce sobre os homens e as mulheres desde a tenra infância. O que leva homens e mulheres a terem diferentes percepções do trabalho doméstico. Ao serem socializados nas normas tradicionais de gênero, os homossexuais masculinos incorporam o discurso do dominante e o consideram legítimo e definidor do padrão de masculinidade. Como ressaltou Welzer-Lang:

a roupa espalhada pela casa e também a falta de espaço apropriado na casa para o homem ‘comum’ são sinais espantosos mas tangíveis das relações sociais de sexo atuais. Foi fácil mostrar que, com relação a limpo e arrumado, homens e mulheres seguem duas lógicas, duas simbologias. As mulheres, preocupadas em ser reconhecidas como boas esposas e boas mães, por pressão do meio e das normas, limpam antes de haver (muita) sujeira. Assimila-se as mulheres, seu interior psíquico, à limpeza (ou à ordem, o que dá no mesmo) do espaço doméstico. De algum modo, quando a casa delas está suja elas estão sujas. Para os homens, pelo menos aqueles que fazem o trabalho doméstico, os que foram acostumados a não desarrumar muito quando as irmãs aprendiam a limpar, esses limpam quando vêem que está sujo. Cada um/a tem seu limiar. As mulheres são preventivas e os homens são curativos. Pelo menos nas construções sociais habituais ligadas à dominação. Isso explica o fato de algumas mulheres mostrarem às vezes a desordem de suas casas para dar entender que não são submissas.¹⁹⁰

Ao analisarmos a forma como os casais estruturam a divisão dos afazeres domésticos podemos apontar que há intercessões e distanciamento dos discursos tradicionais de gênero que sustentam a clássica divisão sexual do trabalho. Se entre homens e mulheres a justificativa da divisão sexual do trabalho é a diferença biológica, nos relatos emitidos pelos casais entrevistados que consideram haver igualdade na divisão das atividades domésticas e que afirmam não haver papéis definidos no relacionamento podemos identificar que a justificativa para essas afirmativas é atribuída às supostas habilidades que cada um diz possuir e que isso, foi se consolidando ao longo da relação. Essa é a explicação dos entrevistados para afirmarem haver uma igualdade na divisão dos afazeres domésticos em suas relações. Cabe fazer uma problematização sobre essa justificativa emitida pelos casais, ou seja, de que a divisão sexual do trabalho entre eles é pautada nas supostas habilidades de cada um. Podemos considerar que essa concepção

¹⁹⁰ WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino. *Op. cit.*, p. 114.

quase metafísica de habilidade, busca mascarar qualquer vinculação com o feminino, ou seja, a efeminação de um dos parceiros, e consequentemente, a ideia de passivo e ativo no ato sexual e no relacionamento, ratificando o argumento de Welzer-Lang de que homens e mulheres não possuem a mesma visão sobre os esquemas da dominação masculina, como verificamos nas falas de Apolo e Henrique (casal 1), Magno e Michel (casal 2), Alexandre e César (casal 3), Ricardo e Augusto (casal 10), Armando e Gabriel (casal 11), Paulo (casal 6) e André (casal 7). Essas falas estariam pois ligadas a um escamoteamento da efeminação de um dos parceiros e o pertencimento à classe popular. A legitimação de um modelo de homossexual moderno, igualitário, rompe com a ideia da 'bicha', (homossexual extremamente efeminado), que predominou no Brasil, até os anos de 1980 e que caracteriza os padrões de homossexualidade dos segmentos populares, como verificamos no capítulo segundo. Ao afirmarem veementemente uma igualdade em suas relações os casais buscam o distanciamento do mundo feminino. Isso significa dizer que suas relações estão pautadas no padrão de homossexualidade hegemônico. Dessa forma, as narrativas dos casais ao definirem haver uma igualdade das divisões das tarefas do lar, visam corroborar o padrão de homossexual legítimo, ou seja, aquele onde não há uma aproximação com o mundo feminino em que inexistente a popular "bicha". O referido termo é bom reiterar, é utilizado para classificar os *gays* pobres e efeminados das periferias dos grandes centros urbanos, as chamadas "bichas quáquá", "bicha pão com ovo". Podemos concluir, então, que uma das funções da denominada habilidade para explicar a divisão das tarefas domésticas entre os casais é corroborar o padrão considerado legítimo de homossexualidade que se impõe na atualidade. A afirmação de igualdade na repartição das tarefas domésticas se justifica nos discursos dos entrevistados por ser tratar de parceiros masculinos. Portanto, dois homens supostamente iguais. Na Roma e Grécia da antiguidade a homossexualidade era aceita sob algumas restrições como não ter relações sexuais com homens de estrato social inferior e evitar absolutamente de assumir o papel passivo nas relações com os subordinados. Esse ideário parece ter atravessado os séculos e ainda ser legítimo no modelo hegemônico de homossexualidade masculina.

Helena Hirata e Danièle Kergoat em seus escritos demonstraram a complexidade da divisão sexual do trabalho pelo fato da mesma ser perpassada por valores como amor, amizade e solidariedade. Esse fato foi observado em casais heterossexuais. Nos casais homossexuais podemos aventar algo semelhante. Dessa

forma, embora exista uma vertente materialista/estruturalista para compreender essa problemática, se faz necessário pensar nas subjetividades dessas relações. Para as autoras a divisão do trabalho é reinventada a cada dia. Por isso, Hirata e Kergoat, ressaltam a dificuldade de se pensar a divisão sexual do trabalho na contemporaneidade e questionam se podemos falar de significativas transformações nessa divisão ou de pequenos rearranjos entre o mundo da produção e o da reprodução.

Para compreendermos de maneira adequada como a divisão das tarefas do lar é feita entre os casais homossexuais a análise das suas falas ao responderem ao quesito sobre a possível existência de papéis definidos é desveladora para pensarmos essa divisão. Um primeiro dado é a negativa dos casais em não vincularem essa divisão ao modelo homem e mulher. Identificamos nessas falas contradições como a de: Apolo e Henrique (casal 1), Magno e Michel (casal 2), Alexandre e César (casal 3), Ricardo e Augusto (casal 10), Armando e Gabriel (casal 11), Paulo (casal 15) e André (casal 7). Nelas o termo habilidade é utilizado para justificar a divisão das tarefas domésticas e negar a vinculação ao modelo masculino e feminino. Recapitulemos os principais argumentos das falas: “Nos somos diferentes nas habilidades” (Apolo, 40 anos, professor), “Tipo papel homem e mulher não tem. E no sexo ser ativo e passivo isso tem fases” (Henrique, 36 anos, professor), “Aqui tudo é dividido, para dirigir só ele, porque ele é controlador demais. ” (César, 23 anos, administrador), “Dividimos bem, ele toma conta da limpeza e eu das finanças” (Armando, 35 anos, professor), “Por conta da nossa diferença de idade há algumas atribuições que são minhas, sou o provedor. ” (Elias, 39 anos, taxista) e “Quem manda é o Antonio, eu só determino. ” (Jorge, 38 anos, auxiliar administrativo). As falas demonstram que há uma divisão de tarefas entre os casais no entanto, eles buscam em seus depoimentos afastá-la do modelo da divisão sexual do trabalho pautada no modelo heterossexual, com intuito de não vincularem seus relacionamentos ao fantasma da efeminação de um dos parceiros. A hierarquia do mundo dos homens é reproduzida na fala de Germano que considera que não se dedica aos detalhes da decoração da casa, pois isso é coisa de ‘viadinho’. Em resposta ao quesito sobre relação aberta o entrevistado relata que seus valores são masculinos por ter sido educado para ser homem e, por isso, se considera um homossexual sexista e não aprova o comportamento do que denominou de “gayzinho de porta de boate que gosta de fazer chacinhas”. Esses relatos nos fornecem uma chave para pensarmos a divisão das tarefas desses casais. Esses depoimentos são permeados de homofobia e sexismo. Portanto,

buscam demonstrar a inferioridade feminina como o processo de socialização masculina pressupõe.

Para entender os processos que estruturam a dominação masculina é preciso refletir sobre as formas de sociabilidade masculinas, o que Welzer-Lang, denomina de homosociabilidade, ou seja, lugares frequentados exclusivamente por homens como pátios de escolas, os grupos de escoteiros, os estádios de futebol, o exército dentre outros espaços onde os homens definem entre si as regras sociais e suas atitudes com relação às mulheres e com os outros homens. Segundo Daniel Welzer-Lang, a dominação masculina hierarquiza as relações entre homens e mulheres, bem como as relações entre os próprios homens, *por mais que se seja um homem, um dominante, cada homem é por sua vez submetido às hierarquias masculinas. Todos os homens não têm o mesmo poder ou os mesmos privilégios.*¹⁹¹ De acordo com, Badinter, o temor da homossexualidade entre os homens deve-se ao fato dela despertar uma enorme angústia, pois os conscientiza das suas próprias características femininas, como a passividade e a sensibilidade, que são consideradas no mundo dos homens como fraqueza. A homofobia revela aquilo que se tenta esconder e ocultar mesmo através da violência. Ela tem sua eficácia social cuja principal função é reforçar os valores masculinos depreciando o feminino conforme identificamos nas falas dos casais.¹⁹² O que nos conduz a deduzir que os casais não conseguem romper com os pilares da divisão sexual do trabalho que ancora a desigualdade entre homem e mulher e que não possuem consciência da reprodução desse modelo em suas relações. A negação de um suposto feminino nessas conjugalidades faz com que os entrevistados sustentem, em sua maioria, uma suposta igualdade na divisão das tarefas do lar. Suas falas corroboram uma hierarquia de gênero que concebe o masculino como padrão. Para os homens, qualquer aproximação, com o mundo das mulheres, acarreta uma vulnerabilidade da honra e da virilidade. Dessa forma, é necessário que os mesmos sempre se afastem do universo feminino como demonstram as falas dos entrevistados.

Identificamos a partir da análise das falas dos nossos entrevistados que a vida no arco-íris parece não ser tão colorida. Segundo Bourdieu, os gêneros são produzidos e reproduzidos por instituições sociais. Podemos citar as quatro mais importantes delas: a escola, a família, a Igreja e o estado. Por isso acreditamos que uma transformação na divisão sexual do trabalho só se fará mediante profundas

¹⁹¹ WELZER-Lang, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. p. 123.

¹⁹² BADINTER, Elisabeth. X Y sobre a identidade masculina. *Op. cit.*, p. 120-121.

transformações nessas instituições. As questões que nortearam nossa pesquisa foram: uniões conjugais entre pessoas do mesmo sexo rompem com o modelo clássico, heteronormativo, da divisão sexual do trabalho? Há nelas mais equidade entre o casal? Essas uniões tensionam os argumentos que as constroem? Verificamos que a misoginia e a homofobia, por constituírem as faces de uma mesma moeda, permeiam as falas dos casais ao responderem aos quesitos relativos à divisão sexual do trabalho, o que nos leva a considerar que a norma persiste em ofuscar o colorido do arco-íris. É bem provável que a conquista do reconhecimento social e jurídico da união/casamento entre dois homens gere na realidade, contrariamente ao desejado, uma normatização da sexualidade homossexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho *Por dentro do arco-íris: casamento homossexual e a divisão sexual do trabalho entre homossexuais masculinos*, teve como objetivo principal compreender a forma como esses casais gerenciam a distribuição dos afazeres

domésticos em suas relações. Buscamos verificar se essa divisão adquire um contorno mais equânime entre esses casais, que nos possibilite considerar que exista uma reformulação ou mesmo uma ruptura com o modelo clássico de divisão sexual do trabalho heteronormativo. Tentamos, ainda, compreender quais os valores de gênero desses casais.

As lutas dos homossexuais foram analisadas no segundo capítulo dessa pesquisa. Apontamos para o dilema sobre o reconhecimento das uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo e implicações para essas conjugalidades. Como o Estado reconhece tais uniões se o mesmo as considerou ilegítimas? Em que moldes se faz esse reconhecimento? Há respeito às novas formas de conjugalidade ou a inserção no modelo heterossexual de casamento? Buscamos demonstrar os avanços e os dilemas enfrentados pelo movimento LGBT. Refletimos sobre as conquistas de direitos desse movimento e a possível normatização da homossexualidade.

Na terceira parte narramos as histórias conjugais dos nossos entrevistados. Consideramos que há uma possibilidade de registrar essas histórias que permaneceram ‘marginais’ na sociedade brasileira. Esses casais sofreram com a desaprovação dos setores mais conservadores da sociedade que sempre consideraram impossível haver afeto entre dois homens. O perfil dos mesmos pode ser identificado nas descrições feitas por eles, em nossas conversas. De toda forma as biografias desses sujeitos nos revelaram muito de seu cotidiano conjugal: os sonhos, expectativas, dúvidas e como compartilham esses sentimentos com seus companheiros. Essas histórias desconstruem as falas sobre as uniões homoafetivas como algo impossível, e desapontam os mais conservadores que apregoam que essas uniões são antinaturais. As falas desses casais demonstraram que suas uniões constituem laços pautados no ideário do amor romântico. Verificamos os desafios enfrentados por esses casais que lutam por reconhecimento de suas uniões legítimas, que constituem famílias. Suas histórias desafiam uma ordem que considera legítima apenas a união de um homem com uma mulher, pois possui um fim em si mesma que é a reprodução. As falas dos casais demonstram que as relações homoafetivas se mantêm pelos laços da fraternidade e do afeto. Narramos as histórias de como se conheceram, os ideais de amor, o tempo de coabitação, os valores de gênero que compartilham.

Na parte final de nossa pesquisa analisamos como esses casais organizam suas vidas conjugais e dividem as tarefas do lar. Ao analisarmos seus

valores de gênero observamos que a construção dos discursos é permeada pela homofobia, que foi internalizada pelos processos de socialização desses sujeitos. Como explicamos, a homofobia é uma consequência da dominação masculina e visa manter as fronteiras entre o masculino e o feminino, bem como a percepção da heterossexualidade como algo natural. Ela é um poder que busca impedir que outras configurações de sexualidades sejam possíveis. Por isso, identificamos as consequências dessa reprodução nas conjugalidade analisadas. As falas dos nossos entrevistados ao relatarem seus discursos de gênero são permeadas por essa homofobia que os levam a contradições em seus argumentos.

Na explicação sobre a divisão dos serviços domésticos verificamos que há uma busca por demonstrar uma equidade nessa divisão e mesmo no gerenciamento do orçamento. Em seus discursos evidenciamos a tentativa de construir uma imagem de casal moderno, que se afasta do modelo heterossexual. A homofobia aparece nessas falas com o intuito de não possibilitar evidenciar que há entre os pares uma efeminação, a reprodução dos papéis sexuais de ativo e passivo. Por isso, consideram que nessa divisão dos afazeres domésticos, há um respeito às habilidades individuais dos pares, por isso essa divisão é evidenciada como equânime. Consideramos que a heteronormatividade molda essas relações. Os interesses, ações e desejos estão incutidos nos corpos masculinos. De toda forma, as uniões homoafetivas desafiam uma ordem mítica, que é considerada inscrita no cosmo que é a heterossexualidade. Dessa forma, podemos considerar que a homofobia acarreta nessas relações conjugais o mascaramento da efeminação de um dos parceiros. Há um empenho dos pares em equilibrar a contribuição do companheiro, evidenciado nas falas, um esforço de extirpar qualquer signo de feminilidade que as atribuições possam ter como conformadoras da dinâmica conjugal do modelo heterossexual. Esse preceito nos leva a considerar que o suposto modelo simétrico defendido nas falas dos casais masculinos passa pelo afastamento, e mesmo ojeriza, a uma possível vinculação com o modelo bicha x bofe explicado no capítulo segundo. A modelagem de uma identidade homossexual dos casais é baseada em uma perspectiva moderna da homossexualidade de pares masculinizados. Há neles a valorização da virilidade, da postura masculina, que busca afastar qualquer vinculação com o feminino. Essa nos pareceu ser a característica mais importante dessas relações.

Assim identificamos tensões nos discursos de gênero de nossos entrevistados sobre sua vida afetiva e sexual. Podemos considerar que suas falas

demonstram que a vida no arco-íris parece não ser tão colorida. O cotidiano desses casais evidencia que há tons e sobretons, intercessões, discursos e representações de gênero que possibilitam que as suas vivências e experiências criem tensões, entre o modelo clássico da divisão sexual do trabalho e as pequenas rupturas que a subjetividade homossexual permite fazer. Se a homofobia visa manter uma ordem de gênero, no caso desses casais, a manutenção dessa ordem pressupõe o afastamento do feminino. Portanto, os casais homoafetivos masculinos não podem vincular suas relações ao modelo identitário homem x mulher. No plano discursivo é necessário que apresentem suas relações como mais simétricas que as heterossexuais. O oposto disso seria talvez encontrarmos o “pote de ouro” do outro lado do arco-íris.

Será que pesquisas realizadas sobre os casais homossexuais femininos nos dariam respostas diferentes? Será que haveria mais equidade entre os componentes desses casais ou será que teríamos a repetição da divisão sexual do trabalho clássico onde uma delas exerceria a “função” masculina? O futuro está aberto a novas reflexões.

Referência Bibliografia

ALVES, Branca Moreira. Ideologia e Feminismo: a luta pelo voto da mulher no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT –Acesso: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/conferencias/anais-2a-conferencia-nacional-lgbt-1> em 17/11/2015 às 14:00 horas.

BADINTER, Elisabeth. Um é o outro; relações entre homens e mulheres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986

BADINTER, Elisabeth. *XY Sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BADINTER, Elizabeth (org. e apres.). *Palavras de Homens*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

BARAHONA, Teresa Maldonado e GIL, Silvia L. Perspectivas Teóricas Feministas. In: MARTÍNEZ, Capitolina e MORENO, Sandra Dema. *Sociologia y Género*. Madrid : Editora Tecnos. 2013.

BENTO, Berenice. Política da diferença: feminismos e transexualidades. In: COLLING, Leandro. (org). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador : EDUFBA, 2011.

BESSA, Karla Adriana Martins, Apresentação. In *Cadernos Pagu Trajetórias do gênero, masculinidades...* Vol.11, 1998.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte : Autêntica. 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1999.

BLOCH, R. Howard. *Misoginia Medieval. E a invenção do amor romântico ocidental*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1991.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? In: *Cad. Pagu*, 2003, n.21

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

CHAUNCEY, George. *Gay New York in Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, décembre, 1998.

CHILTZ, Marie-Ange. Um ordinaire insolite: Le couple homossexuel. In: Actes de La Recherche em Sciences Sociàles. Paris, dècembre, 1998.

COMBES, Danièle e HAICAULT, Monique. Produção e reprodução: relações sociais de sexos e de classes. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée. O sexo do Trabalho. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1986.

COSTA, Jurandir Freire. *A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo: Escuta, 1995.

DUBY, Georges. *Le chevalier, la femme et le prêtre*, Hachette. 1981.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão social do trabalho*. São Paulo: Ática.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão social do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes.

FACCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro : Garamond, 2005.

FALUDI, Susan. *Backlash: O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Rio de Janeiro Rocco, 2001 e BADINTER, Elizabeth. *Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos*. São Paulo : Civilização Brasileira, 2003.

FIRESTONE, Shulamith. *The dialectic of sex*. London: The Women's Press, 1970

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1988.

FRANÇA, Isadora Lins. *Cercas e Pontes: O Movimento GLBT e o Mercado GLS na Cidade de São Paulo*. São Paulo : Dissertação de Mestrado da Universidade de São Paulo, 2006

FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.

FRY, Peter e MACRAE, Edward. *O que é Homossexualidade*. São Paulo : Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

GAGNON, John H. Uma interpretação do desejo ensaios sobre o estudo da sexualidade. Rio de Janeiro : Garamond, 2006.

GIL, Silva L. Feminismos Contemporâneos en la crisis del sujeto, hacia una política de lo común. In: MARTÍNEZ, Capitolina e MORENO, Sandra Dema. *Sociologia y Género*. Madrid : Editora Tecnos. 2013.

GODELIER, Maurice. *La production des grands hommes*. Fayard, 1982. (réédition en 1996).

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: *Revista Brasileira de Educação*. V.16, n 47, maio ago, 2011.

GOIS, João Bôsko Hora. *Desencontros: As relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil* in *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG*. Vol.04, n.1 (2º sem. 2003), Niterói : EDUFF, 2003.

GÓIS, João Bosco Hora. *Olhos e ouvidos públicos para atos (quase) privados: a formação de uma percepção pública da homossexualidade como doença* in PUPIN, Andréa Brandão *et al.* *Mulher, Gênero e sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2001.

GONTIJO, Fabiano O rei momo e o arco-íris: homossexualidade e carnaval no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : garamond, 2009.

GREEN, James N. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo : UNESP, 2000.

GREEN, James N. *et al* (orgs.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2005.

GREEN, James N.; POLITO, Ronald. *Frescos Trópicos: Fontes sobre a Homossexualidade Masculina no Brasil (1870-1980)*. Rio de Janeiro : José Olímpio, 2006.

HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro : Garamond. 2004.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Daneele. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret e HIRATA, Helena. (Orgs). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo. Senac.2003.

HIRATA, Helena. Divisão – Relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. In: *Em Aberto*, Brasília, ano 15, n. 65, jan./mar. 1995.

HOLLAND, Jack. *Una breve historia de la misoginia. El prejuicio más antiguo del mundo*. México. Oceano. 2010.

JARDIM, Céli Regina. Feminismo, História e Poder. In: BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luis Felipe (orgs). *Teoria Política e Feminismo: abordagens brasileiras*. Vinhedo, Editora Horizonte, 2012.

LAQUEUR, Thomas. *Inventado o sexo: corpo e gênero dos Gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LARVIE, Patrick. *Sexualidade e direitos de cidadania* in *Sexualidade Gênero e Sociedade*. Ano IV, n. 11, julho de 1999.

LAURETIS, Teresa de. “A tecnologia do gênero”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque

de. Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco.1994.

LEIBOWITZ, Lila. Aux commencements...: origines de la division sexuelle du travail et développement des premières sociétés humaines. In: CHEVILLARD et LECONTE. Travail des Femmes Pouvoir des homme, Montreuil, La Brèche – PEC, 1987,

LIMA, Marcus Assis. *Em busca da normalidade: Sui Generis e o estilo de vida gay in Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudo de Gênero – NUTEG*. Vol. 02, n. 01 (2º sem. 2000). Niterói : EDUFF, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. “Epistemologias feministas e teorização social - desafios, subversões e alianças.” In: ADELMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celso Brönstrup (orgs). Coletânea gênero plural. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

LYPOVETSKY, Gilles. A terceira mulher: permanência e revolução do feminino. São Paulo : Companhia das letras, 2000.

MACHADO, Lia Zanotta. Estudos de Gênero: para além do jogo entre intelectuais e feministas. In:..... Oito olhares sobre mulheres e relação de gênero. Florianópolis. Editora Mulheres, 1997.

MARUANI, Margaret et HIRATA, Helena. As novas fronteiras da desigualdade homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo. SENAC. 2003.

MAQUEDA, Oscar Emilio Laguna. Vivir a contracorrente: arregalos parentales de varones gay en la Ciudad de México. Librero de la Administración Pública S.A. de C.V. México, 2013.

MATOS, Maria Izilda S. de. *Estudos de Gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea* in BESSA, Karla Adriana Martins (org.). *Cadernos Pagu – Trajetórias do gênero, masculinidades...* n.11, 1998.

MAUS, Marcel. A coesão social nas sociedades polissegmentares (1931). São Paulo: Ática.

MCGOWAN, Kate. *Y ahora...¿ Qué es esto del “Queer”?* in *Más allá de la bella (in) diferencia: Revisión postfeminista y otras escrituras posibles*. FIGUEROA-SARRIERA, Heidi j., *et alli* (editores). Publicaciones Puertorriqueñas, Inc. 1994.

MELO, Hildete Pereira de, CONSIDERA, Cláudio Monteiro, SABBATO, Alberto DI. Os Afazeres domésticos contam. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, v 16, n 3 (31), p. 435 454, dez. 2007.

MELLO, Luiz. *Novas Famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro : Garamond. 2005.

MEINERZ, Nádia Elisa. *Entre Mulheres: Etnografia sobre relações homoeróticas femininas em segmentos médios urbanos na cidade de Porto Alegre*. ED. UERJ. Rio de Janeiro. 2011.

MILLET, Kate. *Sexual politics*. London: Virago, 1969.

MISCOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan/jun, 2009.

MISKOLCI, Richard. Não somos, queremos reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea. In: COLLING, Leandro. *Stonewall 40 + o que no Brasil?* EDUFBA, Salvador, 2001.

MOTT, Luiz. *Antropologia, teoria sexualidade e direitos humanos dos homossexuais in Bagoas Estudos Gays, Gênero e Sexualidades*. Natal : EDUFRN, Vol. 01, n.01, jul/dez, 2007.

NICHOLSON, Linda. Feminismo e Marx: integrando o parentesco com o econômico. In: BENHABIV, Seyla e CORNELL, Drucilla (orgs). Feminismo como crítica da modernidade. Rio de Janeiro. Ed. Rosa dos Tempos. 1987,

OLIVEIRA, Pedro Paulo. *A construção social da masculinidade*. São Paulo : Tese de Doutorado (USP), 2002.

PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil*. São Paulo : Punlifolha, 2011.

PERROT, Michele. O que é um trabalho de mulher. *In: As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC. 1998.

PERROT, Michelle. *As mulheres o poder e a história* in PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo : Paz e Terra, 1992.

POLLACK, Michaël. *Les homosexuels et le SIDA, sociologie d'une épidémie*. Paris : Métailié, 1988.

POUPART, Jean *et all.* A pesquisa qualitativa enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis/RJ : vozes, 2010.

PRIEUR, Annick. *Little Boys in Mother's Wardrobe: sur les origines de l'homosexualité et de l'efféminement* in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, décembre 1998.

RAGO, Margareth. *Descobrimo historicamente o gênero* in BESSA, Karla Adriana Martins (org.). *Cadernos Pagu – Trajetórias do gênero, masculinidades...* n.11, 1998.

RAMOS, Silvia; CARRARA, Sérgio. *A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas* in *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. v. 16, n. 2. Rio de Janeiro, UERJ/IMS, 2006.

RIBEIRO, Irineu Ramos. A TV no armário: a identidade gay nos programas e telejornais brasileiros. São Paulo : GLS, 2010.

RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, Desvio e Danação: as minorias na Idade Média*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1993.

SCHIENBINGER, Londa. O feminismo mudou a ciência? Bauru, SP : EDUSC. 2001.

SCOTT, Joan. “Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista” Debate Feminista, São Paulo: Cia. Melhoramentos, Edição Especial (Cidadania e Feminismo).

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez., 1995

SCOTT, Joan. *História das mulheres* in BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

SCOTT, Joan. Prefácio a gender and politics of history. Cadernos Pagu, n. 3 (Desacordos, desamores e diferenças), 1994.

SILBAUGH, Katharine. Convertiendo el trabajo em amor: el trabajo doméstico y el derecho. In: RITTICH, Kerry ... [et al], Justiça, género y trabajo. Buenos Aires, Libreria Ediciones, 2012.

SILVA, Marinete dos Santos e ABREU, Cristiane de Cássia Nogueira Bastista. Tudo muda, mas nada muda: o diferencial feminino e a divisão sexual do trabalho. In: Caderno Espaço Feminino, Uberlandia MG, n. 29, n.1 jan/jun. 2016.

SOIHET, Rachel. *História das Mulheres e História de Gênero: um depoimento* in BESSA, Karla Adriana Martins (org.). *Cadernos Pagu – Trajetórias do gênero, masculinidades...* n.11, 1998.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo : Brasiliense.

TORNS, Teresa, CÁCERES, Carolina Recio e DURÁN, Maria-Ángeles. Gênero, Trabalho y Vida Económica. In: MARTÍNEZ, Capitolina Dias e MORENO, Sandra Dema (orgs). Sociologia y Género. Madrid : Tecnos, 2013.

UZIEL, Ana Paula. *Reflexões sobre a parceria civil registrada no Brasil* in *Sexualidade Gênero e Sociedade*. Ano IV, n. 11, julho de 1999.

WELZER-LANG, Daniel. *A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia* in *Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, Vol. 09, nº 02, 2001.

WELZER-LANG, Daniel. Abordar o gênero por todos os ângulos. (Prefácio) In: SILVA, Marinete dos Santos (org). *Das Areias de Ipanema à Planície Goytcá: gênero, política e poder*. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2015.

WELZER-LANG, Daniel. *Os homens e o masculino* in SHPUN, Mônica Raisa (org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

ANEXOS

Roteiro da Entrevista

- **Identificação Socioeconômica**

1-Pseudônimo:

2-Idade:

3-Cidade onde mora:

4-Escolaridade:

5-Profissão:

6-Cor:

7-Renda:

8-Profissão dos pais:

9-Religião:

Vida afetiva

10-Como vocês se conheceram?

11-Estão juntos há quanto tempo?

12-Qual o significado do amor para você?

13-O que é uma família para você?

14 Você considera seu relacionamento uma família? Por quê?

15 O que significa, para você, união legal entre pessoas do mesmo sexo?

16-Você considera que o casal homossexual é igual ao heterossexual em direitos? Por quê?

17-Você acha que entre os homossexuais é mais difícil ou mais fácil ter relacionamentos? Por quê?

18- Qual a importância do seu relacionamento atual para você?

19-Você pretende ter um relacionamento que dure a vida toda?

20-Você acha que sua união atual restringe sua liberdade? Por quê?

21 Você deixaria sua vida profissional para se dedicar ao seu relacionamento?

22 Qual a importância da sua vida profissional?

23-O que você pensa sobre um relacionamento aberto?

24-Você perdoaria uma traição? Por quê?

25-Como vocês resolvem os conflitos do relacionamento? E quais são os desacordos mais comuns entre vocês?

26-Como você explica a relação entre a sua religião e o seu relacionamento?

- **Vida Profissional e divisão das tarefas domésticas**

27-Você acha que seu relacionamento interfere na sua vida profissional?

28-O que você faria caso seu companheiro/a fosse transferido/a para outra cidade?

29-Você acha que no seu relacionamento há papéis definidos? Alguém é o cabeça do casal?

30-A residência, em que vocês moram, é própria ou alugada? Caso seja própria, está em nome de quem? Como acordaram isso?

31-Você considera que há profissões masculinas e femininas?

32-Você acha que os homens executam as tarefas domésticas tão bem quanto as mulheres?

33 O que significa o trabalho doméstico para vocês? O que pensam sobre a lei que regulamentou essa profissão?

34-Como você e seu companheiro/a dividem as tarefas domésticas?

- Quem organiza o orçamento? Como planejam investimentos? O pagamento das contas é dividido de que forma? Possuem contas bancárias em conjunto? Vocês consideram que a diferença de renda interfere na vida do casal? Planejam viagens juntos?
- Quem cozinha? Quem lava a louça, limpa a casa e retira o lixo (cozinha e banheiro); quem faz o supermercado? Quem passa roupas? Quem organiza o guarda-roupa? Quem limpa a geladeira e o fogão? Quem verifica se há necessidade de comprar novos eletrodomésticos, utensílios domésticos, roupa de banho, cama e mesa? Quem decora a casa? Vocês compram roupas juntos ou separados?
- Vocês possuem empregada? Quem é responsável pela seleção e fiscalização do trabalho da mesma? Quando ela precisa faltar ou nas folgas quem assume as tarefas? Na necessidade de passar uma roupa quem realiza essa tarefa?
- Em caso de crise orçamentária e, tiver que cortar a empregada doméstica, como reorganizariam as tarefas do lar?

35-Você considera que no seu relacionamento há igualdade nas divisões das tarefas domésticas?

36 Quanto tempo você gasta por semana com atividades domésticas?

37-Você já se sentiu como muitas mulheres se sentem: exploradas, diminuídas?

38 Vocês gostam de receber amigos para jantares, comemorações? Quem cuida mais dessas questões?

39 Quando convidados para aniversários quem escolhe o presente?

40 Quem lembra as datas de aniversários dos amigos, parentes?

41 Vocês comemoram o aniversário de vocês e do relacionamento?

42 As festas de fim ano são organizadas em casa ou passam com familiares? Como acordam isso? Quem compra os presentes e caso a festa seja na casa de vocês quem prepara o jantar?

43 Você sente que as atividades domésticas interferem na sua vida profissional?

44 Qual a importância da organização e limpeza da sua casa?

44-Vocês têm ou pensam em ter filhos?

*Caso tenham:

* Qual idade?

*Se, ainda, for bebê: Quem faz a mamadeira? Quem fica em casa para cuidar? Quem troca a fralda? Quem escolhe a babá e fiscaliza a mesma? Quem leva ao médico quando doente?

* Como dividem as tarefas? Quem leva à escola? Quem busca? Quem verifica o desempenho na escola? Quem repreende uma ‘traquinagem’ do filho e explica o porquê não se deve fazer tal coisa? Quem vai à reunião da escola? O que vocês pensam para o futuro do filho (s) de vocês?

* Se não tiverem Porquê?

Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento

Eu,.....,
nacionalidade....., *idade*....., *estado civil*.....,
profissão....., *endereço*....., *RG*.....,
estou sendo convidado a participar de um estudo denominado “Por Dentro do Arco-Íris: Casamento Homossexual e a Divisão Sexual do Trabalho.” Pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, da Universidade Estadual do Norte Fluminense UENF.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo.

Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo à assistência que venho recebendo.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas conseqüências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Local....., ... de..... de 2017.

.....

CPF